

José Carlos Radin

Companhias colonizadoras em Cruzeiro:  
representações sobre a civilização do sertão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

2006

José Carlos Radin

Companhias colonizadoras em Cruzeiro:  
representações sobre a civilização do sertão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História do Brasil, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Eunice Sueli Nodari.

Florianópolis

2006

R129c

Radin, José Carlos

Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão. José Carlos Radin / Florianópolis: UFSC, 2006.

210 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em História.

1. História – Santa Catarina 2. História – Colonização

I.Título

CDD – 981.64

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Alvarito L. Baratieri – CRB-14º/273

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é, normalmente, solitário, mas quem o faz deve saber dividir os méritos com muitos, pela solidariedade, pelo apoio e pelas contribuições recebidas e assumir sozinho as suas limitações.

Entre os que foram importantes e de alguma forma ajudaram para que esta pesquisa se tornasse possível, lembro e sou muito grato:

À Professora Eunice Sueli Nodari, minha orientadora, pelo ambiente de respeito e pela forma como me tratou ao longo do curso, assim como pelas orientações e sugestões em relação à pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em especial à coordenação, ao corpo docente e aos funcionários, pela contribuição de cada um nessa jornada;

Aos professores João Klug e José Roberto Severino, pelas críticas e sugestões feitas por ocasião da qualificação;

Aos colegas, pela amizade, oportunidade de convivência e aprendizado;

À Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus de Joaçaba, que me permitiu a realização desse curso;

A todos os que de alguma forma me atenderam e auxiliaram nas Bibliotecas, Arquivos, Museus e Centros de Memória ou que me forneceram documentos;

A todas as pessoas entrevistadas, em particular aos Senhores Amantino Lunardi e Rui Acádio Luchese e àqueles que me prestaram informações em conversas informais, nas mais diversas ocasiões, pelas suas importantes contribuições para o melhor entendimento desse tema de pesquisa;

Aos meus amigos e familiares, pelo apoio e pela compreensão da minha ausência no convívio cotidiano, em especial a minha companheira Neusa e meus filhos Júnior e Marina.

A esses e aos que não foram citados, mas que deram sua contribuição nessa caminhada, toda a minha gratidão.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação das companhias colonizadoras na reconstrução do espaço no antigo município de Cruzeiro, no período da construção da ferrovia, no final da primeira década, até meados do século XX. Evidenciou que a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi um dos fatores que impulsionaram o processo de conquista da região, atraindo iniciativas privadas, em especial as colonizadoras, que comercializaram grandes áreas de terra, em lotes destinados à agricultura familiar. Essas empresas reconstruíram o espaço regional a partir de interesses particulares, onde a terra transformou-se em mercadoria e foi vendida a milhares de migrantes das antigas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Por essa prática implantaram um propósito almejado pelo Estado, pela intelectualidade em geral, bem como por setores intermediários da sociedade, que era de levar a “ordem”, a “civilização” e o “progresso” a essa região. Esse avanço da “civilização” significava o aproveitamento do espaço com o propósito de produzir bens para o mercado interno, a partir de uma nova organização social, reconstruída com o afluxo dos migrantes. Esses eram identificados como possuidores das qualidades de: trabalhadores, ordeiros, civilizados e civilizadores, sendo essas, não atribuídas aos grupos locais. Essas representações deram suporte a apropriação privada da terra e legitimaram o processo de colonização dirigido pelas companhias colonizadoras.

## ABSTRACT

This work had the objective of analyzing the performance of settle companies in the reconstruction of the space in the old city of Cruzeiro, during the railroad construction period, in the end of the first decade, until the middle of the 20<sup>th</sup> century. It was evidenced that the Railroad Sao Paulo-Rio Grande was one of the factors that stimulated the region conquest process, attracting private enterprises, in special of the settle companies, which acquired large areas of land in lots which were destined to familiar farming. These companies reconstructed the regional space from particular interests, where the land became a merchandise and was sold to thousands of migrants of the old colonial areas of Santa Catarina and Rio Grande do Sul. With this practice the settle companies introduced a purpose longed by the State, by the intellectuality in general, as well as by intermediate sectors of the society, which was to take the "order", the "civilization" and the "progress" to this region. This advance of the "civilization" meant the exploration of the space with the intention to produce goods for the domestic market, from a new social organization reconstructed with the flow of the migrants. These migrants were identified as possessing some special qualities as being workers, orderly, civilized and civility spreaders, being these qualities not attributed to the local groups. These representations gave support the private appropriation of the land and legitimized the process of settling conducted by the settle companies.

## **ABREVIATURAS**

APESC = Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.

BPESC = Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

CMALESC = Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

FARESC – Federação das Associações Rurais de Santa Catarina.

GOVSC-Mens. = Governo do Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo.

MEM-SUC. = Memorial Sociedade União dos Colonizadores.

MEM-Lum. = Memorial da *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*

Of.PGSC = Ofícios Diversos ao Palácio do Governo de Santa Catarina.

SUC = Sociedade União dos Colonizadores.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
<b>1 - O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DE CRUZEIRO E O BRASIL</b>	
<b>MODERNO.....</b>	<b>22</b>
1.1 - Entre o <i>Jeca Tatu</i> e o Brasil moderno .....	23
1.2 - O sertão: a conquista da terra e da gente .....	36
1.3 - A questão da terra na República e o contexto regional .....	48
1.4 - Terras do sertão catarinense: uso, privilégio e mercadoria .....	57
1.5 - Cruzeiro e o contexto da colonização.....	65
<b>2 - COMPANHIAS COLONIZADORAS EM CRUZEIRO .....</b>	<b>70</b>
2.1 - Entre o poder público e o interesse privado .....	71
2.2 - Apropriação privada da terra .....	86
2.3 - Publicidade e representações sobre as novas terras.....	98
2.4 - A comercialização das terras .....	110
<b>3 - AS COMPANHIAS COLONIZADORAS E A RECONSTRUÇÃO</b>	
<b>DO ESPAÇO .....</b>	<b>130</b>
3.1 - A reconstrução do espaço em Cruzeiro .....	131
3.2 - Pequena propriedade como modelo de desenvolvimento .....	141
3.3 - Reorganização sociocultural e civilização .....	150
3.3.1 - Um povo dócil, ordeiro e trabalhador .....	150
3.3.2 - Trabalho e progresso .....	159
3.3.3 - Igreja, escola e civilização.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	187
FONTES DE PESQUISA.....	195



## LISTAS DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1	Registro de títulos do Paraná, referentes aos municípios de Cruzeiro e Chapecó - 1842-1930.....	52
Tabela 2	Características das propriedades do Município de Cruzeiro, surgidas a partir da concessão dos títulos pelo Paraná .....	55
Tabela 3	Companhias Colonizadoras que atuaram em Cruzeiro .....	71
Figura 1	Configuração atual do Antigo Município de Cruzeiro.....	9
Figura 2	Diploma de Hermano Zanoni, Capataz Rural.....	74
Figura 3	Mapa do Bloco “Lajeado Leãozinho”.....	114
Figura 4	Área da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. ....	115
Figura 5	Propaganda da Colônia Bom Retiro: Colonizadora H. Hacker & Cia.....	125
Figura 6	Profissionais de Ponte Serrada .....	140
Figura 7	Monumento Attílio Fontana .....	160
Figura 8	Barracões da Colonizadora De Carli – Ponte Serrada, 1929.....	173
Figura 9	Igreja Matriz de Capinzal.....	177
Figura 10	Escola da Linha Ressaca, Ponte Serrada .....	185

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de analisar a atuação das companhias colonizadoras na reconstrução do espaço no antigo município de Cruzeiro. Essa reconstrução se deu a partir da divisão das terras em pequenos lotes destinados à agricultura familiar e vendidos pelas empresas colonizadoras a milhares de migrantes colonos, principalmente descendentes de italianos, alemães e poloneses. Com essa prática, implantaram um propósito almejado pelo Estado, de levar a “ordem”, a “civilização” e o “progresso” a essa região.<sup>1</sup>

O período analisado inicia-se, no começo da segunda década do século XX, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, até meados do século, quando o processo de colonização conclui-se. Pode ser dividido em três momentos: o primeiro, entre as décadas de 1910 a 1920, no qual o processo foi incipiente; o segundo situado entre 1930 a 1950, onde atingiu o auge e a década de 1960, quando se deu o fecho do processo.

No transcurso das primeiras décadas do século XX, difundiam-se idéias ligadas à necessidade de modernizar o Brasil, de efetivamente ocupar o território, de conquistar o sertão e de civilizar a população. Essa intenção era disseminada pela intelectualidade, pelos governantes e pelas elites, sejam nacionais ou estaduais. No Estado, falava-se das “terras inaproveitadas”, da necessidade de “desbravar o sertão”, do “povoamento efetivo”, para criar as condições ao surgimento de “apreciáveis centros de trabalho e progresso”, especialmente quando se referiam às terras que passaram a pertencer a Santa Catarina pelo acordo de limites, de 1916.

Como o poder público estadual, por falta de recursos financeiros, alegava a impossibilidade de fazer frente a esses intentos, ocorreu a atuação de diversas companhias colonizadoras no antigo município de Cruzeiro, que se apropriaram de grandes áreas de terra e comercializaram-nas em pequenos lotes destinados à agricultura familiar. Situado à margem direita do rio do Peixe e da ferrovia São Paulo-Rio Grande, Cruzeiro foi criado em 25 de agosto de 1917, com extensão territorial de 7.680 quilômetros quadrados<sup>2</sup>, e dele se originaram diversos municípios, como se observa na Figura n. 1.

---

<sup>1</sup> Esses migrantes não formavam um todo homogêneo, pois eram de diferentes etnias, condições sócio-econômicas, credos entre outros. Não é propósito discutir essa situação neste trabalho.

<sup>2</sup> Cruzeiro tornou-se município em 1917 e teve esta designação até 1928, quando a Vila, pela lei estadual n. 1608, passou a chamar-se Cruzeiro do Sul. O município, no entanto, manteve o nome original até 1943, quando, pelo Decreto-Lei Estadual n. 238, município e cidade passaram a se denominar Joaçaba. Cf. QUEIROZ, Alexandre Muniz de, et al. **Álbum do Cinquentenário de Joaçaba**. Joaçaba, 1967, p. 21.

**Figura n. 1** - Configuração atual do Antigo Município de Cruzeiro



**Fonte** – Elaborado a partir do Atlas Escolar de Santa Catarina. SEPLAN; QUEIROZ, Alexandre Muniz de, et. al. (Org.) **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: [s.n.], 1967.

Quando se refere a Cruzeiro, como o espaço abordado neste trabalho, não houve a preocupação de estabelecer limites geográficos, como uma fronteira rígida, já que as situações envolvendo as companhias colonizadoras, seja na colonização da margem esquerda do Rio do Peixe ou, mesmo, das áreas do antigo município de Chapecó, tiveram mais pontos em comum do que divergentes. Assim, quando Cruzeiro é visto como espaço regional, atribui-se o sentido dado por Reckziegel, ou seja, que ele “é menos um espaço físico e mais um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares.”<sup>3</sup> Nesse sentido, a região assumirá o significado da área em que as companhias colonizadoras dividiram as terras em pequenos lotes rurais, que por sua vez, também, constitui-se num espaço sociocultural e econômico peculiar.

<sup>3</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Apud: HEINSFELD, Adelar (Org.) **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2001, p. 19.

A função exercida pelas companhias colonizadoras assumiu um significado particular, pois serviu para colocar em prática um plano ambicionado pelas autoridades estaduais, de “ocupar efetivamente o imenso sertão”. A alegação de que o Estado não possuía condições para dirigir a colonização foi utilizada para justificar a forma como as terras foram passadas ao controle das empresas. Nesse processo, misturaram-se os interesses privados aos públicos e, na prática, foram esses empresários que, a seu modo, efetivaram o projeto de preenchimento dos “vazios demográficos”, ou da “conquista do sertão”.

Como entende Arruda, esse sertão é difícil de localizar geograficamente, pois representa muito mais um espaço simbólico, um lugar distante e despovoado, do que um local determinado, embora possa ser remetido a lugares específicos. Em geral, o sentido de sertão é de um lugar vasto e inculto e tal realidade não combinava com ideário de modernidade, adotado pelas elites brasileiras, num esforço de “atualizar” o Brasil com o ritmo das nações mais avançadas. Isso colocava a necessidade de repensar o espaço, a ocupação e a nação, ou seja, o que fazer com seus antigos habitantes, os povos indígenas e com os mais recentes, os chamados sertanejos. Nesse sentido, o sertão representava a esmagadora maioria do território do país.<sup>4</sup>

Acrescenta o referido autor que os intelectuais urbanos refletiam sobre esse paradoxo do Brasil ser um país tão grande e com a natureza tão rica e, ao mesmo tempo, com a maior parte do território vivendo no torpor de morte, absolutamente parado.

Este discurso, transformado em memória, sedimenta as noções que temos hoje acerca do que foi e como se deu a sua transformação. O sertão, o interior ou mesmo o campo, começava a sofrer um processo de caracterização, sendo denominado como um *espaço* ‘selvagem’, ‘bárbaro’, ‘inóspito’ e seus moradores como ‘rotineiros incivilizados, bárbaros’ ou mesmo ‘selvagens’.<sup>5</sup>

O entendimento de sertão trazia consigo a idéia de ausência, era visto como um vazio sociocultural, não se tratava apenas de um território não preenchido, mas faltaria algo e colocava-se a necessidade de dar conta dessa carência. Ela estava ligada a uma espécie de missão atribuída ao homem branco, de levar a civilização aos espaços não civilizados.

Na colonização de Cruzeiro, essas representações são percebidas quando se refere ao espaço e aos grupos indígenas e caboclos, identificados com a violência, com a terra sem lei, com o abandono, com a preguiça, enfim com tudo o que representava incivilidade. Por isso, colocava-se a necessidade de superar esse modo de ser e de trabalhar, pois não interessava aos

---

<sup>4</sup> Cf. ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000, p 166.

<sup>5</sup> Ibid. p. 167-168. Grifo no original.

governantes, nem às elites, por não se inserir na perspectiva do progresso e de civilização almejados.

Nas discussões sobre as realidades brasileiras, promovidas no início do século XX, perpassava a idéia da necessidade de progresso. Nelas era comum comparar o Brasil com as chamadas “civilizações avançadas” e concluir que o país ainda teria muito a fazer. Esse ideal almejado para Cruzeiro era típico de outras regiões do Brasil e não respondia às leituras de progresso que se faziam. A imagem negativa só era positivava com os sinais de “progresso”, simbolizados pela expansão da produção para o mercado. Mas como salienta De Luca, prevalecia certo pessimismo.

O Brasil, já embalara os sonhos de riqueza e abundância dos europeus, adentrara o século XX citado como um contra-exemplo. Desprovido de uma história gloriosa, com grandes extensões de terras ainda intocadas, habitado por uma população escassa e estigmatizada pela presença de sangue de índios e negros, então considerados inferiores, ele parecia fadado a permanecer alijado do concerto das nações.<sup>6</sup>

Pretende-se evidenciar que a atuação das companhias colonizadoras, pelo modelo adotado na divisão e venda das terras, exerceu um papel significativo na implantação desse “projeto civilizador”, por superar a condição de “sertão” em que se encontrava Cruzeiro.

As representações construídas sobre a região, em geral, relacionavam a colonização ao progresso e à civilização e, por outro lado, difundiam a imagem das populações locais como rudes, violentas, atrasadas e incivilizadas. O espaço era incivilizado e modificava-se concomitantemente ao processo de colonização. Os migrantes italianos, alemães e poloneses eram identificados, geralmente, como civilizadores e com visão progressista de trabalho e de futuro.

Civilizador era o homem que demonstrasse capacidade de transformar a natureza, em decorrência disso, a colonização era colocada como necessária e importante. As pessoas que a realizariam demonstravam capacidade e iniciativa para dominar a mata, industrializar e vender a madeira e ambicionavam a propriedade. A colonização implantaria também a infraestrutura particular e pública, com a construção de escolas, igrejas, clubes, casas de comércio e pequenas indústrias, que potencializariam, em capital, o que a região oferecia, visto que isso simbolizava o avanço civilizatório.

---

<sup>6</sup> DE LUCA, Tânia R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 77.

Por civilização do sertão, entendia-se também o branqueamento das populações que ocupavam a região. Acerca disso, Alencastro e Renaux afirmam que, tanto as autoridades como a intelectualidade, tentavam fazer da imigração um instrumento da “civilização”, o que significava embranquecer o país. A imigração constituía-se na oportunidade, tão esperada, de “civilizar” o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca. Esse propósito da “civilização” da sociedade aparecia como um dos objetivos essenciais do estado.<sup>7</sup>

As representações que se construíram em torno desse contexto foram permeando a memória, em especial dos migrantes e colonizadores e estão inseridas numa complexa teia de disputas pelo poder. Entre os migrantes é comum ouvir manifestações destacando o sacrifício empenhado nos primeiros anos da colonização como parte de uma “trajetória civilizadora”, ou que o pioneirismo dos migrantes “fundou um novo tempo”.

Entende Chartier, que o principal objetivo da história cultural é o de identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Em relação à forma de como cada grupo percebe os elementos, entende que “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”<sup>8</sup>

Em Cruzeiro, observa-se que esse embate de representações entre os diferentes grupos de interesses revela as diversas formas de perceber o social, assim como de justificar a conduta de cada um deles. Evidencia-se com isso, que as representações formuladas por cada grupo dão suporte à forma de atuação e à defesa de seus próprios interesses. São reveladoras de competições e de disputas pelo poder que se estabelecem entre esses grupos. Conforme Chartier, “elas podem parecer secundárias e banais aos olhos do senso comum, mas, permitem-nos localizar os pontos de afrontamento mesmo que não sejam imediatamente percebidos”.<sup>9</sup>

Entende-se que os diferentes grupos em questão, os empresários da colonização, as autoridades estaduais, os migrantes colonos e os povos indígenas e caboclos, possuíam

---

<sup>7</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.293-296.

<sup>8</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990, p. 16-17.

<sup>9</sup> Idem.

interesses e visões distintas do processo de colonização e do tipo de sociedade que foi sendo construído e reconstruído. Decorrente dessas diversas concepções e discursos sobre a sua realidade concreta, tramaram-se várias disputas, umas mais facilmente percebidas outras mais veladas, mas que direcionaram muitos dos atos cotidianos de cada um dos grupos.

Acerca das disputas pelo poder, Elias e Scotson destacam que nelas, o grupo que se percebia como superior cerrava fileiras contra os outros e:

Os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior - o carisma grupal distintivo - que o grupo dominante atribuía a si mesmo. [...] Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos 'superiores' podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes - julgando-se humanamente inferiores.<sup>10</sup>

Assim, por um lado, o significado de preguiçoso ou trabalhador, de atrasado ou progressista, de civilizado ou incivilizado e, por outro, de quem tinha direito à posse da terra ou poderia se apropriar dela, dependia do olhar do grupo. O entendimento do Estado e dos que detinham o poder econômico foi se impondo entre os atores envolvidos no processo de colonização de Cruzeiro, representando a forma correta de realizar o projeto civilizador desse espaço.

Busca-se, ainda, evidenciar como as companhias colonizadoras operacionalizaram o propósito do Estado, de efetivar a colonização dos “espaços vazios”, para promover o “progresso” regional. Isso deveria significar a superação da condição socioeconômica e cultural em que a região se encontrava. Haveria um tempo de “construção da civilização” ou para a incorporação das populações locais aos propósitos almejados pelas elites e o preço a se pagar era o de facilitar as concessões de terras, fato que se observa, com clareza, especialmente no início da década de 1920.

Essa construção também implicaria fazer avançar as instituições como a igreja e a escola para que difundissem os propósitos almejados. Serpa destaca que as camadas populares, com a sua tradicional cultura e religiosidade, eram menos acessíveis à modernização e à europeização. Mas a igreja procurou remodelar os comportamentos sociais e religiosos, combatendo as manifestações da religiosidade popular. Esta teria sido renitente

---

<sup>10</sup> ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Op. cit. p. 19-20. Cita-se como exemplo depoimentos não gravados, com um grupo de famílias, de Ponte Serrada, que foram excluídas do acesso à terra pelo avanço da colonização. Apesar de conscientes das razões que os levaram a ficar sem as terras, um deles afirmou que “os italianos eram mais evoluído, mais civilizado, tinha dinheiro”.

nas camadas populares ao passo que, entre as elites e o dero europeizado, predominou a tendência modernizadora. Nessa perspectiva afirma que:

O combate às manifestações religiosas populares está na esteira do ideal de construção de uma nação civilizada, através de padrões culturais europeus, cuja concretização passava na visão dos discursos intelectuais, incorporados pelas elites, pela necessidade de branqueamento da população, através da imigração, principalmente de europeus. O processo de branqueamento da população implicava defesa de teses assimilacionistas que trariam modificações às práticas culturais. [...] Isto faz inferir que a Igreja através de mitos, símbolos e rituais sacralizou e naturalizou relações de poder que se estabeleceram no conjunto da sociedade e fez reelaborações nas manifestações religiosas populares.<sup>11</sup>

Acrescenta o referido autor que as elites dirigentes, no combate e na reformulação da cultura popular, abraçavam ou viam com bons olhos os princípios norteadores do processo civilizatório. Estas questões configuram-se como desdobramento do branqueamento da sociedade, que esteve no bojo desse processo, cujo suporte cultural era a europeização da sociedade em toda extensão.<sup>12</sup>

A reflexão desenvolvida na pesquisa se construiu nessa perspectiva. Acrescenta-se, também, o entendimento dado a categorias empregadas. Em relação às formas de controle da terra, utilizaram-se as categorias de ocupação, para o período anterior à colonização e relacionadas aos espaços dos povos indígenas e caboclos; colonização, para a fase em que a região passou a receber os migrantes e a terra foi comercializada em pequenos lotes e apropriação para áreas de conquista pelo homem branco, em que grandes extensões de terra foram legalizadas a partir do sistema de posses, especialmente com base na Lei de Terras de 1850, bem como para situações envolvendo companhias colonizadoras. No final do século XIX e início do seguinte, ainda entendia-se como legítimo tomar para si aquilo que era considerado “abandonado” ou “sem dono”.

Colonização significa todo o processo efetivado pela atuação das companhias colonizadoras, da divisão das terras em pequenos lotes agrícolas à ocupação pelos colonos migrantes. Tal divisão das terras se dava com o intuito de facilitar a venda, uma vez que havia demanda por esse tipo de lote, em especial nas antigas áreas coloniais, e pelas características físicas da região. Assim, a colonização é todo o processo de reconstrução do espaço que se deu a partir da migração, por isso se refere menos às áreas de campo onde prevaleceu a pecuária extensiva.

---

<sup>11</sup> SERPA, E. C. Op. Cit. p. 12, 21 e 22.

<sup>12</sup> Idem. p. 15-16.



O uso da categoria migrante refere-se em especial aos descendentes de italianos, alemães e poloneses, majoritariamente, os colonizadores da região. Como o termo é usado de forma genérica, inclui os imigrantes, apesar do número não ser significativo. Entende-se que não formaram um grupo uniforme, assim como não o formavam os diferentes grupos étnicos. A categoria relaciona aos qualificativos que lhes eram atribuídos e que se auto-atribuíam, de bons trabalhadores, progressistas, ordeiros, ideais para a colonização.

Quando se refere aos propósitos do governo ou das autoridades estaduais, em relação às terras de Cruzeiro, nem sempre estes aparecem explícitos, mas, das afirmações e evidências, infere-se que o intuito foi o de repovoar esse espaço com migrantes. O fato de o Estado confiar às companhias colonizadoras a direção desse processo e omitir-se ou ser conivente com seus procedimentos demonstra que atendia a uma complexa teia de interesses particulares, traçada no período. Nessa teia, o Estado também buscou eximir-se de diversas responsabilidades relacionadas à infra-estrutura das áreas coloniais. Para a construção de estradas, negociou a tarefa com as companhias colonizadoras. Estas também iniciaram o oferecimento escolar e o foram paulatinamente repassando às comunidades e à igreja, as quais difundiram diversas outras atividades pedagógicas e assistenciais.

Cabe evidenciar também, alguns elementos do contexto regional que envolveu Cruzeiro na passagem para o século XX. Destaca-se que havia na região a preocupação com a questão das fronteiras, ainda incertas no Sul do país. Estrategicamente, o governo brasileiro estimulou a colonização com a finalidade de ocupar esses espaços considerados vazios. Como ocorrera em outras regiões sulinas, estimulou-se a colonização pela pequena propriedade de agricultura familiar, que se constituiu na principal alternativa para o que se entendia ser a “ocupação efetiva do espaço”.<sup>13</sup>

A construção da estrada de ferro contribuiu de forma significativa para impulsionar o processo de divisão e venda das terras, pois a empresa construtora, a *Brazil Railway Company*, que obteve a concessão pública de uma vasta área, assumiu o compromisso de colonizá-la. A ferrovia, considerada símbolo da modernidade e do progresso, alimentava o imaginário da unidade territorial do país e simbolizava a possibilidade de incorporação dos “espaços regionais” mais distantes, além de valorizar sobremaneira a terra como um bem imobiliário.

Esse processo fez com que diversas companhias colonizadoras particulares se

---

<sup>13</sup> Os imigrantes eram colocados como exemplo dessa ocupação, por mais que se tivesse o cuidado que ela deveria ocorrer afastada das áreas de latifúndio. Mas, também havia setores intermediários da sociedade que defendiam a idéia da ineficiência e atraso da grande propriedade.

formassem e atuassem em Cruzeiro e nas áreas próximas. Para acelerar o processo de venda das terras, desenvolveram ampla campanha publicitária, em especial, na imprensa escrita, pela qual enalteciam e valorizaram a imagem das terras da região.

O contexto inicial da colonização também foi marcado pela Guerra do Contestado, que se por um lado atrasou o processo de colonização, por outro, promoveu uma “limpeza da área”, tendo em vista que eliminou e dispersou as populações locais, abrindo espaço para que avançassem os propósitos dos governantes e dos interessados na especulação imobiliária.

Como em Santa Catarina, uma vasta região foi incorporada ao estado pelo acordo de limites com o Paraná e essa área era considerada desabitada, um conjunto de fatores desse contexto, chamou a atenção de empresários, interessados em transformar a terra em um negócio. A atuação das companhias colonizadoras exerceu um papel significativo na reconstrução do espaço, pela difusão do modelo agrário de colonização centrado na pequena propriedade de agricultura familiar. Sobre o papel dessas empresas destaca Eunice Nodari que elas:

Tornaram-se as principais responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do Oeste de Santa Catarina. Competia a elas por em prática, a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo Estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente.<sup>14</sup>

Também é objetivo desta pesquisa evidenciar a experiência centrada na pequena propriedade rural. Por tal processo se produziu uma especificidade pouco valorizada pela historiografia, sendo que, muitas vezes se procurou criar uma imagem homogênea do país, onde o olhar sobre o passado implicava ver o Brasil do açúcar, da pecuária, do café, entre outros. As “grandes experiências” que marcaram a história brasileira polarizaram as atenções por longos anos, ficando as especificidades em plano secundário.

A emergência do “movimento dos sem terra”, nas últimas décadas, fomentou a preocupação no sentido de entender melhor as particularidades ligadas à questão agrária do país. As experiências relacionadas à pequena propriedade de agricultura familiar, própria das áreas de colonização, ganham evidência, num momento em que a preocupação com o desenvolvimento sustentável também pauta debates da sociedade e acadêmicos.

Recentemente o Ministro do Desenvolvimento Agrário afirmou, em relação a essas áreas de colonização, que elas são uma referência secular de experiência agrária e agrícola,

---

<sup>14</sup> NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre: PUC, 1999, p. 40 e 47. Tese (Doutorado em História).

permitindo-lhe sustentar índices de desenvolvimento econômico e social mais positivos do que em outras regiões. Considerou que nessas regiões de imigração se fez a primeira reforma agrária do Brasil.<sup>15</sup>

Referindo-se ao mesmo contexto, Veiga salienta que os espaços dominados pela agricultura de ponta são os que menos favoreceram o dinamismo regional, ainda que possam exibir um altíssimo nível de “eficiência”. Já a agricultura familiar demonstra constituir-se num espaço de possibilidades para a conquista da qualidade de vida, pois o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998 apresenta, entre as melhores colocações, os municípios pequenos, desconhecidos e rurais, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais ocupavam metade dos cinquenta melhores lugares.<sup>16</sup>

Esse entendimento e a constatação disso reforçam o interesse de se refletir sobre a questão da ocupação da terra, tendo em vista que se constitui num problema histórico do Brasil. Entende-se que compreender as experiências de cada região, assim como as condições nas quais se construíram, é um constante desafio que o historiador deve se colocar. Bloch afirma que a “observação e análise da paisagem de hoje, é necessária para ver melhor o passado”.<sup>17</sup> Da mesma forma, o presente também será melhor elucidado quando não se perderem de vista as situações mais distantes.

Para muitos objetos de pesquisa do historiador, normalmente, só se consegue evidenciar a “ponta do iceberg”, mas, a maior parte dele ainda permanecerá mergulhada. Também, nessas situações, boa parte do imerso permanecerá assim e a dificuldade para fazê-lo emergir situa-se na limitação dos documentos disponíveis. A história parece condenada a isso. Os documentos permitem fazer uma leitura da parte emersa do iceberg e para a parte imersa o historiador não poderá ir muito além das especulações.<sup>18</sup>

Em relação às companhias colonizadoras que atuaram em Cruzeiro, conseguiu-se situar a maioria dos mapas das colônias, no acervo do Agrimensor, Sr. Gilson Rati, de Joaçaba. Também foi importante a documentação da Colonizadora Irmãos De Carli (depois Colonizadora Cruzeiro), de Ponte Serrada, sob a guarda do seu último proprietário, Sr. Amantino Lunardi. Por ainda ser uma empresa ativa, guarda mapas e documentos de praticamente toda a sua trajetória. Vários outros ofícios, escrituras e documentos avulsos de

<sup>15</sup> ROSSETTO, M. Criaremos uma referência no campo. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 19/01/03, p. 29.

<sup>16</sup> VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editores Associados, 2002, p. 71 e 134.

<sup>17</sup> BLOCH, Marc L. B. *Apologia da história* ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 67.

<sup>18</sup> Acerca desta pesquisa, a documentação das empresas Mosele, Eberle, Ahrons e Ghilardi, foi destruída por uma enchente, na década de 1980, em Concórdia. Também, em relação a outras empresas, informações orais dão conta que “muita coisa foi queimada” ou “foi para o lixo”. Possivelmente muitos documentos das empresas ainda se encontram dispersos.

outras empresas também serviram de referência. Na junta comercial de Santa Catarina, localizou-se o contrato social das empresas Theodore Capelle & Cia. e da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons Ltda. Infelizmente tanto na Junta comercial do Estado, como na do Rio Grande do Sul, não constam outros registros de contratos sociais de empresas que atuaram na colonização na área pesquisada.

Dois memoriais que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foram de fundamental importância para a pesquisa. Um deles é o Memorial da *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*, o qual contém o pleito da empresa à justiça, requerendo o direito sobre vastas áreas de terra, intento concretizado em 1933. O outro é o Memorial da Sociedade União dos Colonizadores (SUC) ao Exmo. Sr. Interventor do Estado de Santa Catarina. Esse documento foi elaborado a partir de uma assembléia de empresários da colonização, em 1933, na vila de Herval d'Oeste. Além de várias reivindicações feitas pelos empresários, contém ricas informações de como viam o processo de colonização regional.

Outros documentos que merecem destaque são as Mensagens ao Congresso Representativo enviadas anualmente pelo executivo catarinense, das quais foram analisadas as três primeiras décadas do século XX.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi possível pesquisar vários documentos relacionados ao processo de colonização do Oeste, bem como de algumas das companhias colonizadoras. Já no Centro de Memória da Assembléia Legislativa, situou-se a legislação pertinente ao tema da colonização e das terras públicas e devolutas.

Os jornais também foram significativas fontes para esta pesquisa. Em relação à região, os mais importantes foram: de Cruzeiro/Joaçaba, Cruzeiro (1934-1936); Voz d' Oeste (1938-1943); A Tribuna (1941-1947); Tribuna Livre (1954-1959) e Correio d' Oeste (1953); de Concórdia, O Tempo (1950) e Jornal da Semana (1953-1956); de Campos Novos, Vanguarda (1908-1910); O Libertador (1910-1911) e O Município (1924-1926). Todos eles se encontram na Biblioteca Pública de Florianópolis.

Dentre os jornais, no entanto, destaca-se o *Staffetta Riograndense* de Caxias do Sul, um jornal católico dirigido à colônia italiana, no qual foram veiculadas inúmeras propagandas das companhias colonizadoras, além de várias matérias sobre a trajetória dos migrantes nas áreas coloniais do sul do Brasil, também bastante significativas.

Entende-se que em determinadas situações um simples registro ou anúncio, que de uma ou outra forma teve repercussão sobre os leitores, pode abrir “janelas” ao historiador para que, juntamente com outras fontes, possa compreender a problematização investigada. Assim, os jornais possibilitaram entender melhor os valores culturais da sociedade e da época em discussão e foram importantes no desenvolvimento da pesquisa.

Capelato justifica o uso do jornal destacando que:

Nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições. [...] É em função da vida que se interrogam os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os anônimos. [...] Mesmo um pequeno anúncio pode dar ao pesquisador um tipo de visão de uma situação que quase nenhum outro documento pode fornecer.<sup>19</sup>

A fotografia também se constituiu noutro suporte, material abundante na região, mas em geral, disperso em acervos familiares, pois através dela foi possível perceber elementos que complementaram a leitura feita sobre a temática. Pode revelar situações que muitas vezes não são captados ou evidenciados nos demais documentos. Sobre seu uso na pesquisa, Alves e Massei destacam que ela permite acumular ricas informações que as palavras não são capazes de produzir. Também provocam um impacto de maior intensidade do que as palavras; a fotografia pode ferir imediatamente, enquanto as palavras têm um tempo mais longo para produzir efeitos.<sup>20</sup>

A memória oral também foi valorizada, pois permitiu recuperar várias referências acerca da atuação das companhias colonizadoras e do processo de colonização. Por ela foi possível esclarecer situações vividas e que ainda permanecem como significativas às pessoas que protagonizaram o processo e serve de base para produzir suas representações dos fatos. Por isso foi utilizada, principalmente, para elucidar situações não esclarecidas em outros documentos.

Dentre os entrevistados destacam-se o Sr. Rui Acádio Luchese e o Sr. Amantino Lunardi, este em duas oportunidades. A referência a eles justifica-se pelo fato de terem sido os únicos empresários do ramo da colonização, ainda vivos, que se conseguiu localizar. Por

<sup>19</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 2.

<sup>20</sup> ALVES, P.; MASSEI, R. C. Fotografia e História. **Revista de História**. São Paulo: UNESP, v 8, 1989, p. 85.

isso suas memórias foram utilizadas com mais frequência na pesquisa. Na mesma perspectiva coloca-se a memória escrita por Ivo A. Cauduro Piccoli.

Sobre a temática que envolve a colonização, destaca-se uma significativa produção bibliográfica, seja de livros, dissertações ou teses. No entanto, a maioria pouco se refere à especificidade aqui discutida.

O presente trabalho se divide em três capítulos, sendo que o primeiro, “O contexto da colonização de Cruzeiro e o Brasil Moderno”, caracteriza o período da atuação das companhias colonizadoras e o processo de colonização da região. Nele se enfatizam as discussões difundidas acerca da ocupação do território brasileiro e regional, salientando os entendimentos em relação a quem era desejável para a colonização desse espaço. O propósito é o de situar o período inicial do século XX, em especial ligado à disputa pela apropriação da terra, no intuito de facilitar a compreensão do significado da atuação das colonizadoras, para a expansão do propósito da “civilização do sertão”.

Trata-se de uma parte com ênfase mais bibliográfica e que situa as discussões mais gerais sobre a colonização e o aproveitamento do sertão, intencionado contextualizar a situação da região de abrangência desta pesquisa.

No segundo capítulo, “Companhias colonizadoras em Cruzeiro”, a partir da documentação evidencia-se a forma como essas empresas se aproveitaram das situações criadas, em especial pelo poder público catarinense, para o controle da terra no município, a partir das primeiras décadas do século XX. Destaca o jogo de interesses que cunhou as condições para que, em curto espaço de tempo, ocorresse a apropriação privada da terra e o modo como as colonizadoras reorganizaram o espaço em pequenos lotes, de forma que se adequassem aos interesses e possibilidades dos colonos. Aborda os artifícios utilizados pelas empresas para a venda das terras e a conseqüente expansão do processo de colonização. Também se evidencia como, nessa urdidura, as companhias colonizadoras transformaram a reconstrução desse espaço num grande negócio privado, com a participação e anuência do poder público estadual.

No último capítulo, “As companhias colonizadoras e a reconstrução do espaço”, discute-se em que sentido a atuação das companhias colonizadoras produziu um entendimento diferente ao uso e posse da terra, bem como a reconstrução do espaço promovida pelas empresas, considerando que ele era ocupado, em especial por populações caboclas. Destaca como a implantação do modelo de pequena propriedade, voltada à agricultura familiar, condicionou a organização socioeconômica e cultural em Cruzeiro. Nesse espaço se difundiu

o modelo percebido como de “ordem”, de “progresso” e de “civilização”, por fazer avançar o branqueamento da população, com pessoas consideradas mais aptas para a colonização por serem “ordeiras e trabalhadoras”. No transcurso da primeira metade do século XX, isso se inseria nas discussões difundidas pela intelectualidade, que era de difusão da modernização brasileira e regional. Evidencia como as colonizadoras buscaram se eximir de compromissos com a infra-estrutura das colônias, repassando-os às comunidades, especialmente quanto à construção de igrejas, escolas e outros serviços comunitários.

Hobsbawm afirma que o ofício do historiador é o de lembrar o que os outros esqueceram. Sua principal tarefa não é a de julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender.<sup>21</sup> Por isso, o intuito é o de compreender o assunto no seu tempo e as razões que o construíram daquela forma.

Nunca é demais lembrar que o conhecimento histórico é moveável, sempre provisório e que a pretensão desta pesquisa não é de proporcionar uma compreensão definitiva do assunto, mas de fazer uma leitura dele.

---

<sup>21</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13

## 1 - O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DE CRUZEIRO E O BRASIL MODERNO

O objetivo deste capítulo é evidenciar, no contexto inicial do período republicano, as idéias relacionadas à ocupação do território brasileiro em geral e, em particular, o Oeste catarinense, além das discussões acerca do elemento étnico considerado ideal para ocupá-lo. Muitos argumentos foram utilizados para defender determinados grupos e repelir outros. Para isso evidencia-se, neste contexto, a atuação das companhias colonizadoras e a colonização do antigo município de Cruzeiro, na perspectiva de compreender o que significou a atuação dessas empresas para a implantação de um projeto civilizador.

No final do século XIX e início do seguinte, várias posições foram difundidas seja pela intelectualidade, pela imprensa ou pelos governantes, em torno do processo de ocupação e apropriação da terra. De certo modo prevaleceu o entendimento de que o Brasil possuía “vocação agrícola” e, para que alcançasse o progresso, necessitaria da conquista efetiva do seu território e da “civilização” das populações do seu interior. O processo de constru o da na o e do Brasil moderno<sup>22</sup> seria levado a efeito segundo compreensão desses agentes.

Em geral, o “sertão” brasileiro era visto como um grande vazio demográfico e se entendia que sua conquista efetiva faria parte de um projeto patriótico, de espírito bandeirante. Assim, nesse período, nas representações construídas no Brasil, bem como no Oeste de Santa Catarina, implícita ou explicitamente, convocavam-se “os mais corajosos” para a tarefa de efetivar tal projeto. Nelas os colonizadores brancos, descendentes de italianos, alemães e poloneses, na maioria das vezes, apareciam como “ideais” para tal finalidade.

Isso resultou numa história de conflitos entre os diferentes grupos, em particular os povos indígenas e caboclos com outros grupos de interesse, ligados à venda e apropriação das terras. Tais conflitos se evidenciaram no avanço do processo de apropriação e colonização das terras do município de Cruzeiro, especialmente a partir da sua criação até meados do século XX.

Procurou-se contextualizar historicamente o município de Cruzeiro, situando o processo de disputa pela terra, que assumiu grandes proporções, a partir do início da

---

<sup>22</sup> A idéia de Brasil moderno está relacionada, geralmente, ao desejo de ver o Brasil afinado com os projetos de expansão capitalista da época. Isso também se observa no caso do município de Cruzeiro e do Oeste catarinense, quando as práticas de trabalho, especialmente, dos grupos que ocuparam a terra em períodos anteriores   colonização eram vistas com menosprezo e consideradas arcaicas e atrasadas. Eram normalmente colocadas em contraposição às dos colonizadores, considerados civilizados, ordeiros e progressistas.



República. Nesse período também se construiu a ferrovia São Paulo-Rio Grande, deu-se o processo de definição das questões de limites internacionais e interestaduais, foram criados os municípios de Chapecó e Cruzeiro e as companhias colonizadoras intensificaram os esforços para a comercialização da terra.

### 1.1 - Entre o *Jeca Tatu* e o Brasil moderno

A preocupação do cronista do jornal **O Tempo**, de Concórdia, em meados do século XX, conforme se observa no fragmento a seguir, reflete as discussões relacionadas ao estatuto étnico do brasileiro,<sup>23</sup> que se faziam no país desde o final do século XIX.

#### **Há selvagens em Concórdia.**

Talvês os presados leitores se espantem com o título desta crônica sobre nossa cidade, na verdade é que perambulam em nosso meio, ainda alguns aborígenes.

Não são eles da tribo dos xavantes e nem vindos do interior do Amazonas mas de “tribu” local o que, infelizmente, não logrou a ação benéfica dos missionários e ficaram, portanto, privados da catequese. A esta altura estarão os civilizados ansiosos por conhecer tais ‘selvícolas’, não resta dúvida. Basta apenas dar uma chegadoinha á nossa praça da Bandeira, que, aliás, não é das piores e observar alguns rapazolas marmanjões, sempre os mesmos, que não tem nenhum respeito para com esse logradouro público. Maltratam as árvores escrevendo bobagens em seu tronco, trepam-nas quais monos, caçam os inocentes passarinhos que alegram a praça, atravessam por cima dos canteiros de tanta preguiça que possuem em dar a volta pelos corredores, fazem competições de bодоques tendo como alvo as rosas que enfeitam e dão encanto á dita praça. Ha uma lei, se não engano, que prevê certa multa ou punição para esses selvagens. É preciso, caso exista, po-la em prática e catequizar êsses marmanjos desprovidos de amor ás coisas públicas e alheios á civilização. Não sendo assim, melhor será converter a Praça da Bandeira em chácara e plantar-se favas e alho.<sup>24</sup>

As contraposições entre moderno e arcaico, civilizado e selvagem, sertanejo e alheio à civilização estiveram no bojo dos inúmeros debates, sejam os promovidos pela imprensa,

<sup>23</sup> Refere-se às discussões que se faziam sobre “as qualidades” da população brasileira ou do trabalhador nacional. Sílvio Romero via a população brasileira como uma sub-raça mestiça e crioula, nascida da fusão de duas raças inferiores, o índio e o negro de uma superior: a branca ariana. Para evitar a degeneração da nova raça mestiça, seria preciso estimular seu branqueamento, promovendo a imigração européia. Além disso, inspirando-se no Positivismo e no naturalismo evolucionista ou determinismo natural, (clima tropical e insalubre), ao qual acrescentou o determinismo “moral”, dos usos e costumes, Romero procurou explicar o que fazia do brasileiro um apático que tudo esperava do poder público e só era instigado pelo estrangeiro, a quem imitava. Cf. CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p. 49.

<sup>24</sup> **O Tempo**. Concórdia, 19 de fevereiro de 1950, p. 1. Mantida a grafia, conforme consta no documento. BPESC.

sejam os feitos pelas autoridades e, especialmente, pela intelectualidade.<sup>25</sup>

O fato de “alguns rapazolas marmanjões” não demonstrarem amor às coisas públicas evidenciava que não estariam ajudando a construir a nação almejada, nem contribuindo com a unidade de um povo ordeiro, trabalhador e civilizado. O comportamento dos indivíduos “da *tribu* local” seria mais próprio dos “selvagens”, mas não condizente com as pessoas necessárias para a construção do Brasil moderno. Tal juízo a respeito das pessoas que não buscassem uma ocupação no trabalho reflete o tipo de representação construída em relação aos grupos que ocupavam o Oeste catarinense antes do processo de colonização.

Quando se refere ao estatuto étnico do brasileiro, reporta-se às representações construídas sobre a população, de modo particular aos grupos indígenas, aos caboclos, aos negros, bem como aos portugueses vistos como de condição social inferior. A todos esses grupos se atribuíam qualificativos considerados questionáveis para a tarefa de construir a nação brasileira. Tais grupos eram, geralmente, colocados em contraposição aos brancos imigrantes, caracterizados com imagens positivadas. Essa bipolaridade é observada pela atribuição de qualificativos éticos e morais, psicológicos, intelectuais ou da capacidade de trabalho.<sup>26</sup>

Na passagem do século XIX para o XX, prevaleciam nas ciências sociais, representações negativas sobre a etnia, seja em relação aos brasileiros, aos mestiços, assim como aos caboclos e aos indígenas.

Referindo-se às representações construídas sobre esses grupos, Roberto Cardoso de Oliveira enfatiza que a etnia não deve ser confundida com grupo étnico, mas sim, vista como:

Um ‘classificador’ que opera no interior do sistema interétnico e ao nível ideológico, como produto de representações coletivas polarizadas por grupos sociais em oposição latente ou manifesta. Esses grupos são étnicos na medida em que se definem ou se identificam valendo-se de simbologias culturais, ‘raciais’ ou religiosas.<sup>27</sup>

No entender de parte da intelectualidade, as razões para justificar a incômoda posição do Brasil no cenário internacional, naquele momento, ligavam-se ao estatuto étnico da sua população. Essa intelectualidade sentia-se não só com a missão de sugerir como os

---

<sup>25</sup> A respeito do debate desenvolvido pela intelectualidade (paulista) ver Tânia Regina De Luca, **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: UNESP, 1999, onde a autora evidencia como esses intelectuais buscaram tornar hegemônica a sua visão e interpretação do Brasil, bem como as discussões sobre as qualidades ideais para a nação brasileira, que dominavam aquele cenário.

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver CHAUI, M. Op. Cit. p. 22-26. A autora aponta alguns intelectuais de influência no transcurso da primeira metade do século XX, e destaca os qualificativos que os mesmos atribuíam aos brasileiros, aos índios, aos mestiços, aos negros e aos portugueses.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. xvii-xviii.

governantes deveriam encarar tal problema como também criar as condições para construir uma nação. Enfatizava-se que a mestiçagem e a presença de “raças inferiores”, na constituição da sociedade brasileira, seriam os empecilhos e a justificativa dos problemas enfrentados pelo país, tanto internamente quanto para ocupar um melhor lugar no cenário mundial.

Destaque-se que as explicações relacionadas à hierarquia racial, propagadas no transcurso da primeira metade do século XX, procuravam se legitimar tendo como embasamento científico o Positivismo, o Determinismo, o Evolucionismo e o Darwinismo Social.<sup>28</sup>

Destarte, a defesa de determinado ponto de vista sobre a questão social se transformava numa convicção científica e não, necessariamente, uma posição de má fé de quem o defendia. Nessa época, a ciência propagava a idéia de que ela era o caminho necessário e seguro para a solução dos problemas. No caso da hierarquia racial, o discurso científico fornecia um rol de argumentos e explicações para justificá-la.

Nesse contexto, no início do século XX, como enfatiza De Luca,

A prática de cindir a humanidade em grupos, aos quais eram atribuídos valores biológicos, psicológicos, morais e/ou culturais intrinsecamente diferentes continuava desfrutando do *status* de verdade científica que poucos ousavam contestar. [...] Na sua versão mais ortodoxa, a inferioridade étnica condenava a maioria dos habitantes ao *status* de subcidadão, deixando pouco espaço para o exercício dos direitos políticos. Postulava-se a necessidade de elevar o seu patrimônio étnico, o que deveria ser feito aliando a imigração selecionada a uma severa legislação eugênica encarregada de coibir os cruzamentos de portadores de deficiências físicas, psicológicas e ou morais e de incentivar a reprodução dos bem-dotados.<sup>29</sup>

No final do século XIX e nas décadas iniciais do XX, diferentes situações fomentaram discussões relacionadas à idéia de “Brasil moderno” e de “Brasil nação”. Destacam-se, especialmente, a abolição da escravatura e o fim da monarquia, o crescimento demográfico e da urbanização, o impulso da industrialização, o contexto que envolveu a comemoração do centenário da independência, o afloramento de movimentos políticos como o Tenentismo, a Coluna Prestes e a Revolução de 1930.

Na região de abrangência desta pesquisa, pode-se citar a construção da ferrovia São

<sup>28</sup> DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 33-34. A autora salienta que a intelectualidade, a partir desse instrumental analítico, que orgulhosamente ostentava, defendia que ele seria capaz de revelar, quando habilmente manejado, a verdadeira face do país. Além disso, entendia a Nação como categoria naturalizada e a partir dela se colocou à procura dos fundamentos característicos e especificidades da nação brasileira, convencida de que a visão científica a explicaria.

<sup>29</sup> Idem. p. 156-7 e 306.

Paulo-Rio Grande, a guerra do Contestado, as disputas de divisas e a colonização, entre outros. Direta ou indiretamente essas situações levaram a refletir sobre “quem eram os brasileiros”, de “que forma” e “quem” poderia dar uma melhor contribuição na tarefa de construir a nação.

Seriam os indígenas? os portugueses? os brasileiros? os afros? os imigrantes? Entre os que discutiam tais questões não havia consenso. Em diversas situações, os indígenas apareciam como imprescindíveis ao projeto nacional. Num dos documentos do Ministério da Agricultura, por exemplo, que informava ao Governo catarinense a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e de localização de trabalhadores nacionais, convocava-se a todos quantos, com o governo de Santa Catarina, pudessem trabalhar no intento de conquistar as populações e o território. Referindo-se aos indígenas, o documento coloca que “eram trabalhadores consideráveis, planejados desde 1823, por José Bonifácio” e que “para a organização final de nossa nacionalidade não poderia haver exclusão de nenhum dos elementos constitutivos da população brasileira”.<sup>30</sup>

O SPI foi criado em 1910 e chefiado pelo marechal Rondon, o qual defendia os direitos dos povos indígenas em relação à posse da terra e que os mesmos poderiam viver de acordo com os próprios costumes. Apesar disso, o surgimento desse serviço permitiu aos brancos implantar um processo de acomodamento dos povos indígenas, no qual prevaleceu a idéia de que deveriam ser protegidos e tutelados pelo Estado, evidenciando o entendimento de que eram pessoas que não possuíam autonomia e capacidade de governo.

Entre os autores que pensavam o Brasil, encontravam-se reflexões sobre as “três raças tristes”<sup>31</sup>, explicava-se a mestiçagem e imaginava-se a democracia racial. Também se procurava explicar as desigualdades regionais, raciais e outras tantas, na natureza e na história passada; por isso, propunha-se pensar o Brasil do futuro. Havia, ainda, inquietações com o fato de que a maior nação católica do mundo flutuava entre a religiosidade afro e a indígena.

O contexto da emergência dessas discussões foi um período em que, como afirmou Ianni, “o Brasil tentava entrar no ritmo da história”. Se por um lado, havia os defensores da utilização dos indígenas e outros grupos nacionais no projeto de construção do Brasil

---

<sup>30</sup> Ministério da Agricultura. Ofício ao Coronel Gustavo Richard, Governador de Santa Catarina, comunicando a “criação do SPI e localização de trabalhadores nacionais”, pelo decreto 8.072 de 20 de junho de 1910. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, jul. set. 1910.

<sup>31</sup> Nesse sentido, Romero, partindo de uma leitura positivista, relacionava os três estados de Comte: fetichista: teológico-metafísico e científico ou positivo, às “três raças” que se encontravam em estágios distintos da evolução: o negro encontrava-se na fase inicial e o índio, na fase final do fetichismo, os portugueses, por sua vez, estavam na fase teológica do monoteísmo; daí se formara o caráter nacional. Tal descompasso evolutivo seria a causa da pobreza cultural, do atraso mental e da falta de unidade de nossas tradições e artes. A imigração, trazendo povos num estágio mais avançado da evolução, poderia auxiliar na correção de tais defeitos. Cf. CHAUI, M. Op. Cit. 2000, p.48-49.

moderno, por outro, também se fazia a defesa no sentido de favorecer a imigração, seja para o espaço agrário ou para o urbano, no intuito de europeizar e branquear a população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo.<sup>32</sup>

Os defensores do branqueamento colocavam essa alternativa como uma espécie de solução miraculosa na tarefa de construir a nação, sendo que, com o tempo, superar-se-ia a mestiçagem produzida no país. “Só teríamos a ganhar com a larga ‘transusão de sangue rico e puro’”.<sup>33</sup>

Diante do dilema, sobre o indesejado passado brasileiro em relação a seu quadro humano, uma das formas sugeridas para se livrar dele, seria a sua negação<sup>34</sup> e, para suprir essa lacuna, propunha-se construir uma idéia centrada no Brasil do futuro, tendo em vista que,

[o passado] estava longe de fornecer uma visão reconfortante pois, além de não poder evocar um tempo imemorial, povoado de heróis e glórias, era responsabilizado pelas chagas do presente, tomadas como ingrata herança. [...] a história era reticente e insistia nas mazelas e desacertos, deixando poucas possibilidades para uma celebração do passado capaz de despertar a comunhão imediata com as nossas tradições.<sup>35</sup>

Essa situação é observada nos diversos relatos sobre o Oeste catarinense, como o produzido por D’Eça, por ocasião da viagem do Governador Adolfo Konder, em 1929. Referindo-se a uma das várias execuções do Hino Nacional, que havia registrado, o autor deixa evidente essa idéia de Brasil do presente e do potencial futuro que possuía. Ao comentar seus próprios sentimentos e deixando fluir sua veia poética, salientou que se tratava de “um hino cheio de rumores quentes e de ressonâncias verdes, como uma floresta”. Através dele, “escutou a palpitação extenuante da Pátria, todo um Brasil germinado e forte, cheirando a húmus e a seiva, envolto nos apitos brancos das usinas e nos silvos fumarentos das locomotivas”.<sup>36</sup>

No entanto, a tarefa de esquecer o passado e, ao mesmo tempo, inserir-se na

<sup>32</sup> IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 21. O fim do trabalho escravo e a expansão da imigração eram propagados como a nova perspectiva para a sociedade brasileira. Nesse período se formulou algumas matrizes do pensamento social brasileiro, especialmente acerca da vocação agrícola, das possibilidades da industrialização, dos dilemas entre cidade versus campo/sertão; preguiça/desleixo versus luxúria e trabalho; democracia versus autoritarismo... Também nesse contexto se elaboraram os tipos-ideais, entre os quais o homem cordial, o bandeirante, o sertanejo, o desbravador, encontrados em Sérgio Buarque de Holanda, Ribeiro Couto, Graça Aranha, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia...

<sup>33</sup> NOGUEIRA, J. A. Apud, DE LUCA, Tânia. R. Op. Cit. p. 193. Grifo da autora.

<sup>34</sup> Nesse sentido pode-se citar a queima de documentação relativa à escravidão, proposta por Rui Barbosa, mesmo que os defensores dele afirmem que tal atitude teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores para pleitear a indenização junto ao governo da República.

<sup>35</sup> DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 89-90.

<sup>36</sup> D’EÇA, Othon. ... **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992, p. 60. Outro relatório da mesma viagem é o de Artur Ferreira da Costa e, por eles, observa-se a visão dos governantes sobre a região de abrangência da pesquisa.

modernidade, constituía-se num desafio de difícil transposição. Como pensar a construção do futuro sem antes entender a trajetória de formação da nação? Para transformá-la,urgia primeiro compreendê-la e explicá-la. Assim, muitas discussões centravam-se, conforme destaca Ianni<sup>37</sup>, em entender quais eram as forças sociais da nação, os seus valores culturais, as tradições, os heróis, os santos, os monumentos entre outros. Buscava-se também compreender os motivos, o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, sociais, econômicas e políticas.

Em relação às populações do Oeste catarinense, os relatos da época, de modo geral, apresentam-nas numa perspectiva semelhante às populações do interior do Brasil. Referindo-se às visitas realizadas a fazendeiros, na região, pela expedição de 1929, destaca Costa que, nalgumas delas, “viram senhoras e senhoritas, esposas e filhas de fazendeiros, revelando fina educação, frutos lídimos da civilização mais alta e, como eram raras, causou espanto.”<sup>38</sup>

Como se observa, a civilização seria exceção. O Oeste de Santa Catarina foi, por muitos anos, sinônimo de “terra sem lei”, sem dono e “sertão bruto” e constituiu-se na última fronteira do Estado a entrar no modelo colonizador e civilizador. A viagem do Governador Konder foi simbólica, pois representava a autoridade, a força e a lei que abria o caminho para a expansão da civilização.

O início do século XX, num contexto de efervescência de percepções sobre o Brasil, de diferentes formas, difundiu-se a idéia da necessidade de “vencer o sertão”, “transformar sua gente” e de “modernizar o Jeca Tatu”.<sup>39</sup> Na mesma perspectiva, além da difusão de uma leitura positiva da mestiçagem, emergiram interpretações apoiadas em princípios higiênicos e eugênicos.<sup>40</sup>

Faziam-se, também interpretações que davam ênfase à necessidade de se evidenciar questões que levassem a uma valorização do que fosse brasileiro, no intuito de mostrar outra

---

<sup>37</sup> IANNI, O. Op. Cit. 1992, p. 27.

<sup>38</sup> Cf. COSTA, A. Ferreira da. **Ao presidente Adolpho Konder: visões e sugestões de um excursionista**. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929, p. 69.

<sup>39</sup> A figura do caipira/sertanejo, Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato é bastante conhecida e foi ligada ao agricultor de modo geral. Lobato traçou um perfil pouco romântico do caboclo, destoando das idealizações e ufanismo em relação ao homem do campo, pela transformação do Jeca em anti-herói nacional. Reinaldo Lindolfo Lohn, no artigo: A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 45-6, destaca que, oficialmente, pretendia-se aplicar um “remédio” para sanar seus problemas de atraso, como se teria aplicado ao Jeca, curado de seus males pelo Biotônico Fontoura.

<sup>40</sup> Cf. DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 167. Ramos, 2000, p. 74, explica que a Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897, aplicou um questionário nas diferentes regiões do Brasil, inquirindo sobre a importância da imigração e o tipo de raça adequada a cada região, etc. Das representações presentes nas respostas, as que ficaram evidentes foram: a “eugenia” da raça imigrada, sua “civilização” e a sua disponibilidade de “assimilação”.

face do caráter nacional.<sup>41</sup> Nessa perspectiva, também as questões territoriais, defendidas pelo Barão do Rio Branco, contribuíram para fomentar as discussões sobre a unidade da nação.

No bojo dessas discussões, ganharam evidência entidades, como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Central de Imigração<sup>42</sup>. Esta defendia a criação de uma forte classe média rural a partir dos imigrantes europeus, pois entendia que a grande propriedade era irremediavelmente ineficiente e atrasada. Mas, considerando que a elite agrária, de certa forma, era controladora do governo, defendia que a pequena propriedade se instalasse em áreas onde não concorresse ou não representasse perigo ao latifúndio, mas viesse beneficiá-lo.

Por sua vez, a Sociedade Nacional de Agricultura criada em 1897, em meio ao turbulento período de consolidação do regime republicano, constituiu-se não só numa das primeiras modalidades de institucionalização autônoma dos interesses agrários, mas também na entidade organizadora dos segmentos secundários da classe proprietária. Esses se ligavam às atividades agrárias voltadas ao mercado interno. Seus esforços, teóricos e práticos, voltaram-se para o que considerava o aprimoramento da agricultura brasileira. Para tanto, fomentou a distribuição de sementes e mudas das espécies que acreditava necessário divulgar, definindo, com isso, os setores a serem privilegiados, como o da produção de milho, algodão, cana, arroz e forragens. Buscava estimular as “contribuições científicas”, com destaque para os estudos técnicos sobre certos cultivos ou experimentos agrícolas, cuja origem se reportava a experimentos estrangeiros, tidos como exemplares da produtividade e eficiência almejados. Com tudo isso entendia estar defendendo a construção do progresso pela idealização do “agricultor moderno brasileiro”.<sup>43</sup>

Em vários ofícios enviados pela Diretoria de Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, especialmente de Roma e Paris, ao governo de Santa Catarina, reporta-se à necessidade do governo brasileiro estar atento às novidades científicas

---

<sup>41</sup> CHAUI, M. Op. Cit. p. 21. A autora destaca que o “caráter nacional” é sempre colocado como algo pleno e completo, seja na visão negativa, ou na positiva como em Afonso Celso, Gilberto Freyre e Cassiano Ricardo. A preocupação em difundir a idéia do fortalecimento da nacionalidade brasileira, também pode ser observada em Euclides da Cunha, o qual procurou mostrar que os argumentos usados para justificar a inferioridade racial brasileira não se sustentavam. Já Sylvio Romero, **O elemento português no Brasil**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1902, p. 4-6 e 30, tinha por referência o imperativo da miscigenação e da assimilação como requisitos para a construção de uma Nação branca. Fez a apologia ao colonizador português, defendendo os três primeiros séculos da colonização, por ter sido realizada por portugueses e condena os erros da colonização do século XIX. Diz: “é loucura desconhecer ser a colonização de portugueses a que mais nos convém”.

<sup>42</sup> A Sociedade Central de Imigração foi fundada no Rio de Janeiro, em 1883, e logo seus líderes fizeram forte campanha pela imigração europeia. Era composta por uma classe urbana, nem de trabalhadores manuais e nem de latifundiários, mas com posição política. Cf. HALL, M. Michael. Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração. **Revista de História**. São Paulo, n. 105, 1976, p. 147-8 e 156.

<sup>43</sup> Cf. MENDONÇA, S. R. de. *Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales*, n. 1, 2º semestre de 2000, *Centro de Estudios Historico Rurales. Universidad Nacional de La Plata*. Grifos no original. In: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/nro1/mendonca.htm> (citado em 24/06/04). Ver também, Ramos, 2000.

ligadas à agricultura. Idealiza-se a experiência francesa e comunica-se o interesse de agricultores franceses em desenvolver o cultivo de videiras no Brasil, além disso, uma Associação de Agricultura da França propunha-se a dirigir no Brasil “estudos e práticas das ciências agrícolas”, já no início do século XX.<sup>44</sup>

A propagação da idéia do associativismo rural em Santa Catarina pode ser vista como uma tentativa de difundir a idéia de modernização agrícola. Inúmeras associações formaram-se e, dessas, surgiu a Federação das Associações Rurais de Santa Catarina, a qual exerceu significativa influência nas décadas de 1940-50. Tais Associações promoviam a distribuição de sementes, ovos de galinhas e animais de raça, implementos agrícolas, como trilhadeiras e arados, entre outros.<sup>45</sup>

Ao longo das primeiras décadas do século XX, tanto as idéias de modernização, quanto as de unificação e fortalecimento da nacionalidade fomentaram diferentes discussões.

Nessa perspectiva, cabe destacar o entendimento de Ianni<sup>46</sup> acerca da preocupação das ciências sociais em compreender as condições e possibilidades do Brasil moderno. O autor chama a atenção ao fato de que nessa discussão havia algo de caricatura, resultante da imitação de outras realidades ou configurações históricas e tornava-se ainda mais grotesca porque superpunha conceitos e temas à realidades nacionais múltiplas, sejam elas referentes ao passado ou presente, nas quais se mesclavam os ciclos e as épocas da história brasileira, como em um insólito caleidoscópio de realidades e imitações.

Em relação ao Oeste catarinense, fica evidente, nessa pesquisa, que no início do século XX, via-se a região como um “grande vazio demográfico”, que “necessitava de efetiva ocupação” e de “braços para o trabalho”. Essa percepção também pode ser constatada nos relatos de viajantes<sup>47</sup> que, em geral, reproduziam a visão oficial.

O depoimento de Piccoli<sup>48</sup> sobre a situação das terras na região, mostra que, salvo “algumas propriedades legítimas”, elas eram “devolutas”, mas “intensamente povoadas”, pelos “caboclos de folha corrida pouco recomendável”, ocupavam-na como “posseiros e

---

<sup>44</sup> Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 5/03/1909 e 29/03/1909. Vários ofícios enviados ao Governo catarinense, nas primeiras décadas do século XX, possuem teor semelhante. Além disso, os representantes oficiais informavam que faziam a defesa do país em relação às críticas que sofria pela imprensa, apresentando números de imigrantes que já possuíam bens registrados e distribuindo brochuras para divulgar as potencialidades brasileiras e a qualidade de seus produtos.

<sup>45</sup> Cf. Relatório da FARESC. 1953. APESC.

<sup>46</sup> IANNI, O. Op. Cit. 1992, p. 45-46.

<sup>47</sup> Ver, especialmente, os relatos de viagem elaborados por ocasião da passagem de Adolfo Konder pelo Oeste, em 1929, e de Wenceslau de Souza Breves.

<sup>48</sup> PICCOLI, Ivo A. Cauduro. **Subsídios para a História de Tangará**. Depoimento Mimeografado enviado pelo autor à Prefeitura Municipal de Tangará – SC. O autor é filho de Raymundo Piccoli, um dos empresários da colonização que atuou na região de Tangará. s.d.



intrusos”. Salienta, ainda, que essa população vivia abandonada, sem governo, na mais absoluta ignorância, sem assistência religiosa e na ausência de autoridades reconhecidas fazia prevalecer a lei do mais forte.

Piccoli fala em terras que já se encontravam “intensamente povoadas” e, logo em seguida, refere-se ao “primeiro habitante”, José Antônio Leitão. A postura de ignorar os grupos populacionais já existentes na região, prevaleceu durante o contexto da colonização. Mas era nesse sentido que, oficialmente, colocava-se a “ocupação efetiva do território” e a “conquista do sertão” como forma de tornar plena a construção do Brasil, pois, além de dar unidade territorial, tal conquista era considerada imprescindível na construção da própria nação. Para que o Brasil alcançasse a modernidade, necessitava, também, ocupar e civilizar esse sertão.<sup>49</sup>

Mesmo em interpretações onde o sertanejo era visto como legítimo brasileiro, nem sempre era apresentado como o elemento ideal para a chamada “efetiva ocupação do território” ou para dar suporte à propalada construção da nação.

Não quer dizer que o sertanejo seja literalmente um Jeca. Porém, quem viaja e quem vê pelo sertão o fatalismo sertanejo, a limitação de sua agricultura, a instintiva desconfiança pela civilização, a sua habitual indolência [...] a sua palestra, a sua ignorância política, enfim, os remédios populares, a ingênua credence dos curandeiros e das *meizinhas* verá a imensa verdade das páginas vivas de *Urupês*.<sup>50</sup>

Em relação à “falta de braços para o trabalho” ou da existência de “grandes vazios demográficos”, no entender de Ramos<sup>51</sup>, dizia menos respeito ao número concreto de habitantes do que a um conjunto de qualificações com que se definia a figura ideal do trabalhador livre e das quais os trabalhadores nacionais pareciam distantes. Acrescenta que o eixo dessas qualificações negativas seria a ausência, por parte do trabalhador nacional, dos hábitos culturais enfeixados no termo “civilização”, termo que se identificava à existência de uma disciplina para o trabalho, à posse de técnicas de produção, à higiene na organização da casa e da produção, além do respeito às leis.

Tal entendimento gerou discussões a respeito dos elementos que seriam desejáveis e os considerados indesejáveis na construção do projeto nacional. Essas categorias, segundo

---

<sup>49</sup> Cf. MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 311. Para o autor, o vocábulo “sertão” designa lugar de floresta distante de povoação civilizada, habitado ou não. Quando habitado sua população é, em regra, representativa dos primitivos aborígenes do país e, em parte mestiça, de cruzamento com o branco e, em pequeno número, com o negro.

<sup>50</sup> Cf. Câmara Cascudo, Apud. DE LUCA, Tânia R. Op. Cit. 203, grifos no original.

<sup>51</sup> Cf. RAMOS, Jair de S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigrações na década de 20. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. FIOCRUZ, 2000, p. 70.

Ramos<sup>52</sup>, foram mobilizadas tanto por intelectuais e políticos brasileiros, quanto pelos próprios imigrantes, nos processos de luta simbólica, que envolveu a imigração.

Situação semelhante também podia ser observada no contexto da colonização do Oeste catarinense. Referindo-se ao avanço desse processo, em 1920, o Vice Governador Hercílio Pedro da Luz evidenciava sua percepção a respeito disso, afirmando que as autoridades estaduais deveriam estar atentas para não aceitar o ingresso de "mãos elementos" impedindo que os "indesejáveis" entrassem nas terras catarinenses, pois não se pretendia "gente que fomentasse revoltas apoiadas em reivindicações sociais", já que, aqui, "careciam de justificativa". Acrescenta que as preocupações do governo estavam voltadas para a busca da "cooperação de trabalhadores ordeiros, para que mais fácil se tornasse a exploração do nosso solo e desbravamento do nosso sertão".<sup>53</sup>

No relato produzido por Othon D'Eça por ocasião da viagem do Governador Konder, em 1929, nota-se também uma visão poética e positiva da região e da natureza, "lugar onde as tristezas se espalham, adelgaçam-se e desaparecem, onde se tem a ilusão do paraíso e das delícias", ou ainda, quando se reporta aos novos municípios, dizendo: "verdade das verdades, Cruzeiro e Chapecó têm sido um veio rico de surpresas agradáveis".<sup>54</sup> No entanto, essa visão se refere mais aos espaços colonizados por migrantes e menos por aqueles ocupados pelos caboclos<sup>55</sup> e povos indígenas. Descreveu uma situação em que o Governador recebera um grupo de índios que protestava em relação às terras que lhe haviam sido concedidas, mas que foram vendidas a posseiros. O autor assim se refere ao grupo de indígenas:

Era um grupo de homens maltrapilhos, de cabelos duros e unhas crescidas, algumas mulheres com fios de contas sujas no pescoço. [...] nem todos esses bugres, de resto falam o português. [...] É... é... barbaridade! Os brasileiro qué extraviá nós a estanho. [...] Duzentos índios morrendo de miséria em mais de cem milhões de metros quadrados de terras opulentas e ferazes! [...] Fui visitar o acampamento da "delegação". – Pedacos de couro sobre duas forquilhas. E embaixo desse alpendre, um foguinho assando uma cabeça de boi, que pingava sangue e gordura. Em torno, alguns cestos vazios, cuias para o amargo e bombinhas de taquara. Pobre Alencar! Como são esses bugres diferentes dos teus Peris e das tuas Iracemas!<sup>56</sup>

<sup>52</sup> Idem p. 62.

<sup>53</sup> GOVSC-Mens. 1920, p. 46-47.

<sup>54</sup> D'EÇA, O. Op. Cit. p. 37.

<sup>55</sup> Utiliza-se o termo caboclo ao habitante pobre do meio rural, freqüentemente o mestiço e, muitas vezes, o negro. O que o distingue é uma condição social e cultural; é o homem pobre, pequeno lavrador posseiro, agregado ou peão que praticava a economia de subsistência. Sentido empregado por MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004, p. 48.

<sup>56</sup> D'EÇA, O. Op. Cit. p. 144-145.

O termo “bugre” foi largamente utilizado pelos colonizadores europeus para designar, de forma pejorativa, os diversos grupos indígenas no Brasil. Os bugres eram considerados incultos, rudes, violentos e incivilizados, assim como o eram os caboclos. Destaque-se que tais representações étnicas ganharam espaço com a expansão da colonização no Oeste de Santa Catarina.

Com estilo literário menos poético que D’Eça, Artur Ferreira da Costa, chefe da Polícia de Santa Catarina, no seu relato acerca da mesma expedição, também evidencia o ponto de vista oficial, em referência ao que via nos locais por onde passava. Seu texto é perpassado de inúmeras situações que apresentam a população nativa como inadequada para a construção do Brasil idealizado por autoridades ou por intelectuais. Isso se observa seja quando se refere diretamente a ela ou quando a compara com os colonizadores que já residiam na região.

Do que existia antes da chegada dos colonizadores, só a floresta foi merecedora de elogios. “A floresta é maravilhosa”. No entanto, acrescenta Costa, nessa região de floresta “selvática e grandiosa”, o homem se encontrava abandonado, por estar “longe dos recursos da civilização”, para os quais não lhe é possível apelar. Além disso, para o autor, a região se constituía “num largo recurso de impunidade para criminosos, malfeitores e bandidos”, considerando que a mesma era vista como um vasto deserto e paraíso da criminalidade.<sup>57</sup>

Por outro lado, em várias situações, busca dar ênfase à idéia de Brasil moderno, como sinônimo de colonização, de civilização e progresso; diferente, portanto, do mundo do “bugre” com o qual a expedição teria se deparado. Acrescenta, ainda, que na margem catarinense, nos últimos anos, teriam surgido “núcleos coloniais muito apreciáveis, nos quais se podiam constatar traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, sistematização das energias e ordem admirável”. Considerava que, sendo essas terras ricas e ocupadas por gente idônea, floresceria um importante núcleo de cultura e de riqueza humanas, até porque já haviam sido construídos, hotéis, clubes, salões de baile, iluminação elétrica e boas casas. Afirmava, ainda, nessa perspectiva, que na região havia a necessidade de construção de estradas e pontes, as quais teriam um significado econômico e estratégico, assim como obras de saneamento, de viação, de urbanismo, entre elas a escola pública, as agências postais e as

---

<sup>57</sup> Em função disso o governo catarinense providenciara o “Convênio Policial do Irahy”, com o estado do Rio Grande do Sul, para reprimir o banditismo, pois, justificava-se, era só *passar* o rio para o delinqüente ficar livre de pena e culpa e ficar à vontade. Diz ainda que o banditismo dos criminosos, em algumas partes da região, vem povoando de cruzeiras as ermas picadas. COSTA, A. F. 1929, Op. Cit. p. 9, 10, 28 e 29.

estações telegráficas, pois se constituiriam nos meios de contato com a civilização.<sup>58</sup>

De certa maneira, nesses relatos, as representações do homem branco colonizador, o colocam como se fosse uma espécie de solução miraculosa para o futuro da região. Isso fica evidente quando a colonização branca é, normalmente, relacionada com o crescimento econômico e com o progresso e, por outro lado, o homem do sertão é, na maioria das vezes, descrito por um conjunto de qualidades “pouco recomendáveis”. Assim, fazia-se a exaltação das belezas naturais e das potencialidades da terra, mas para a sua efetiva conquista, idealizava-se e se propunha que o colonizador fosse branco, especialmente o descendente de alemães e italianos, cuja presença já era percebida. Pode-se inferir que, também no Oeste catarinense, “Peris”, “Iracemas” ou o “Jeca” do Urupês<sup>59</sup> seriam incapazes de evolução, impenetráveis ao progresso e arredios à civilização. Porém, da mesma forma como ocorriam nas discussões nacionais, na região não havia um discurso único a respeito do elemento ideal para a tarefa de “ocupação do espaço”.

Essas representações foram relacionadas às populações que já viviam na região, no contexto da colonização. O que se salienta, nesse sentido, é o fato delas terem sido preteridas no processo de colonização do Oeste catarinense. Tal situação ficou evidenciada, de forma emblemática, no episódio da guerra do Contestado, visto que, ao mesmo tempo em que as autoridades consideravam necessária a “ocupação efetiva da região”, também foram responsáveis para que o conflito tomasse aquelas proporções e, nele, morressem tantos “sertanejos”.

O fato contribuiu para reforçar a idéia de que o migrante branco, especialmente o ítalo, o teuto e o polonês, fossem vistos como elemento civilizador desse sertão, pela visão de trabalho e de futuro, por ser considerado progressista e demonstrar capacidade de transformar a natureza. Por isso, a derrubada da mata, a industrialização e venda da madeira, a construção de edifícios públicos, como escolas, igrejas e clubes, o cultivo e produção de alimentos para o mercado, entre outros, e o potencial que isso tinha para se transformar em riqueza, constituíam-se em sinais de superação do “jeca tatu”.

Esses sinais eram, geralmente, usados para distinguir situações relacionadas aos grupos humanos regionais ou aos que estavam ali se instalando. Destaque-se, nesse sentido, o

---

<sup>58</sup> Cf. COSTA, A. F. Op. Cit. 1929, p. 17, 18, 21-22.

<sup>59</sup> Conforme DE LUCA, Op. Cit. p. 202, Lobato na sua obra, reafirmava, pela via literária, o rol de estigmas que pesava sobre a maioria da população brasileira, corroída por uma inferioridade primordial. Na figura caricata do caboclo de cócoras, enfeixou de forma altamente expressiva as avaliações pouco lisonjeiras que tecia sobre o Brasil e os brasileiros.

relato de Breves<sup>60</sup>, reportando-se às áreas já colonizadas pelos europeus. Nelas, à margem da estrada, de um lado e de outro, podia-se ver que os lotes coloniais verdejavam com as grandes plantações de milho, feijão, alface e fumo, além de já se avistarem parreirais. No centro dos lotes, as amplas casas de madeira, dos colonos de origem italiana, poderiam ser vistas entre as plantações de milho. Dizia-se que aquelas casas eram para os viajantes como um pequeno hotel, e que em qualquer delas, poder-se-ia encomendar um almoço ou pedir uma pousada, pois havia abundância. E conclui dizendo: como era feliz aquela gente!

Após a reflexão elogiosa àquele colonizador, Breves questiona, por que onde se encontravam os caboclos, tudo era diferente? Por que os caboclos não ofereciam este espetáculo de fartura, se as terras eram iguais, se o clima era o mesmo? Chegava à conclusão que os caboclos tinham problemas pela falta de educação e de método para o trabalho. Somava-se a isso a falta de vias de comunicação, de boas estradas e o desinteresse dos caboclos, que diante da possibilidade de aprender a trabalhar da mesma forma dos colonos, falavam em fugir da colonização, em “ir para Pato Branco”, “ir para o Paraná”.<sup>61</sup>

Esse entendimento coincidiu com o período de expansão capitalista na região, simbolizado pela construção da moderna ferrovia, pelo surgimento de indústrias, especialmente ligadas à exploração da madeira e pela comercialização e reocupação das terras. Nisso residia o espírito de modernidade, difundido pelo patronato político, que, para Faoro estava em voga no início do século XX. Para ele, ao brasileiro de então, ser culto e moderno, significava estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, a qual se perturbaria sempre que o Estado interviesse na atividade particular. Também se acreditava que com otimismo e confiança seria conveniente “entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso”.<sup>62</sup>

Por mais que, nesse período, as discussões sobre o Brasil apontassem ou buscassem uma imagem de unidade para a nação, na prática prevaleceu a diversidade territorial e humana. Por isso, entende-se de fundamental importância o estudo das especificidades regionais. A região de abrangência desta pesquisa estava distante do que era visto como centro dinâmico da economia e da intelectualidade, seja no âmbito nacional, seja no estadual. Como se evidenciou, no início do século XX, merecia atenção apenas aquilo que tivesse influência de São Paulo e de seus bandeirantes.

---

<sup>60</sup> BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985, p. 39.

<sup>61</sup> Idem. p. 40 e 42. Breves entendia que a forma dos colonos trabalharem era certa e a dos caboclos, errada.

<sup>62</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 501.

Assim, o fato de Cruzeiro ser visto como espaço periférico, põe em destaque a especificidade e a importância de compreender, particularmente, a forma de apropriação da terra, ocorrida no final do século XIX e início do seguinte. Inserida em um período de intensas disputas pela conquista da região, fato que estimulou ainda mais a chamada “conquista do sertão”, para a construção do “Brasil moderno”, também a terra e gente do sertão catarinense “necessitavam ser conquistadas”.

## 1.2 - O sertão: a conquista da terra e da gente

### Cena I<sup>63</sup>

O Sertão! O Sertão!

Todo vestido de verde parece um rei maravilhoso, sentado no trono azul dos horizontes infinitos.

Sua túnica cintila ao sol: verde-escuro dos capoeirões de perobas, de jacarandás, de cajaranas, de araucárias; verde-claro das guabirobas e gerivás, dos angicos, dos caetés; verde-gaio das gramíneas...

O Sertão pôs sobre o seu vestido verde o manto sangüíneo das suinãs, bordado com roxo das quaresmeiras, todo recamado pelo ouro vivo dos ipês.

O sertão está sentado num trono de azul e prata. Azul do céu, das cordilheiras; prata das nuvens, espuma das quedas d'água.

Sobre a sua cabeça fulgura o cocar empenachado dos coqueiros. Vem abaná-lo o vento com leques de samambaias; vêm perfumá-lo as virações meigas, abrindo os vasos sagrados das grotas de onde sai o aroma rescendente dos lírios, das caneleiras e sassafrasas.

As borboletas dançam como dançarinas os ritmos levíssimos do efêmero, do mudável e inconstante; nunca se viu dança tão sutil... A natureza era viva e brilhante, mas o sertão parecia morto.

[...] a morte parecia enorme na amplidão sertaneja; sentiram roçar pela espinha os dedos descarnados da morte; corria-se para a morte, com a alegria interior das mariposas que correm para o fogo...

A saudade era uma tortura em fogo brando; apenas o relógio do sem-fim marcava nos descampados o pulsar do coração do Sertão, modormento, sonolento...

O Sertão sonha no negrume da noite o sonho fantástico dos boitatás, cobras de fogo, e as danças das iaras, e os batuques de curupiras, juruparis... Assombrações... Alguns sertanistas rezavam; outros se conservavam em silêncio, meditando; outros mais rijos dormiam. Mas a todos dominava o sentimento heróico do deserto verde, a certeza do desamparo. O homem perdia-se, pequenino e valente, nas dobras dos espaços continentais...

[...] Aprisionara mais dois mil índios. Os selvagens caminhavam amarrados pelos pés, os mais bravios atados a cangas e forquilhas pesadas... Travara combate com os selvagens. Presenciara a morte de amigos, que fecharam para sempre os olhos, longe dos entes queridos; ele mesmo experimentava algumas vezes o travo das dúvidas sombrias. Mas caminhava firme, porque os heróis não retrocedem e preferem morrer a abandonar o sonho suspirado.

<sup>63</sup> SALGADO, Plínio. *A voz do Oeste*. 3. ed. São Paulo: Panorama, 1948, p. 104-106, 134 e 139.

Cena II<sup>64</sup>

- A sua família lá no Rio Grande do Sul tinha terra?
- Tinha, tinha bastante...
- Por que então saíram de lá se tinha terra para trabalhar?
- Saímos de lá para eu me reformar, para fazer capital maior aqui em Santa Catarina. Ta vendo que de lá eu vim com dinheiro para comprar uma porção de colônias de terra, para colocar uma serraria grande, comprar máquina, comprar carro...
- [...] Para viver aqui era difícil. [...] a gente estava com medo, vivia no meio do mato que nem os bichos. A maior parte era caboclada, caboclos... Eles cortavam o mato daqui a lá em baixo, plantavam e, daí a algum tempo tinha bicharada no meio da roça, porco do mato. Os caboclos plantavam e não colhiam, só derrubavam o mato, tu visse que coisa mais feia do mundo. [...] Tu sabe, quando tu via um com cara meio feia, tinha que desviar, tinha que desviar porque ele vinha, te vinha em cima. Faca, revólver de um lado ou uma pistola de dois canos. Não podia ofender porque eles vinham... Eram bandidos, eram bandidos, tinha muitos, era só... Ali em Santa Helena era só o que tinha. Era só terra do governo, da companhia.
- [...] Nós plantava e para vender não tinha comércio, não tinha comércio, não tinha estradas, era feio, pelo amor de Deus... A dificuldade era com o transporte. Aqui em Joaçaba não tinha frigorífico, não tinha nada naquela época, não tinha nada... Ninguém vinha à procura de voto e política nesse lugar, pois não tinha gente, era matão, não tinha nem estrada.
- Éramos em três famílias e tinha os caboclos e depois se arrancou tudo de lá é, dentro de um ano e pouco, porque não tinham terra os caboclos, eles estavam em terras da companhia ou do governo e nós começamos a arrematar...
- E os caboclos iam para onde?
- É, lá pro matão, pra frente, por Xanxerê. Xanxerê ali foi um lugar de bandido é, pelo amor de Deus, eu sei, pois eu ia comprar porcada lá, eu sei quem estava lá... Do Rio Grande vinha tudo novo, gente nova. Casava lá e vinha para cá com um filho talvez, ou dois, quando muito.
- Foi bom ter vindo de lá para cá ou o senhor se arrependeu de ter vindo?
- Não, eu não me arrependi de nada. E se tudo me dava certo eu queria ser o Presidente da República hoje. Eu tinha esse plano na cabeça, de ficar podre de rico em poucos anos... O pessoal lá dizia: aonde você vai no meio dum matão daqueles? Ai eu disse: deixa pro homem novo, que o homem novo lá se vira. Iiih, se tudo dava certo eu não queria mais nada.

Nos registros da viagem do Governador Adolfo Konder, em 1929, escreve Artur Ferreira da Costa que, em Barracão, as pessoas do local costumavam dizer: “aqui começa o Brasil”. Tal entendimento, segundo o autor, era equivocado e provocava nos membros da expedição “um desagrado ao nosso sentimento brasileiro”, pois essa visão “mesquinha e

---

<sup>64</sup> Entrevista com Germano Rachele. Joaçaba, 11/09/1994. A/A. O entrevistado migrou para o interior de Cruzeiro/Joaçaba por volta de 1935.

críticável” causava um mal estar a todos.<sup>65</sup> Na ótica da comitiva, era a última fronteira da atuação dos “modernos bandeirantes”, que pretendiam e entendiam estar abrindo as portas da conquista desse sertão para a construção definitiva da nação e do país. Ali “terminava” o Brasil, uma vez que essa região se encontrava distante ao litoral mais povoado, onde se localizava a maioria das cidades.

Sustenta Arruda, nesse sentido, que as imagens feitas do desconhecido e distante sertão, o qual representava a maioria do território brasileiro e que chegavam aos moradores da cidade, provocavam estranhamento e perplexidade, resultando em tentativas de explicação e reconhecimento.<sup>66</sup>

A comitiva oficial catarinense procurava através dos relatos tornar conhecida a região, na perspectiva de favorecer a criação das condições necessárias para a sua “ocupação efetiva”. Entendia-se que só dessa forma se integraria esse espaço aos desígnios de modernização do Estado e da nação. Era preciso que o espírito de civilização, que se imaginava estar nas cidades e áreas já colonizadas, tomasse conta de todo o sertão, ainda incivilizado.

Esse pensamento ganhava força com a crescente urbanização e industrialização, vivida pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e, nesse sentido, entende Arruda que as idéias adotadas pelas elites brasileiras, sobre a modernização do Brasil, colocavam a necessidade de pensar o espaço territorial da nação e uma ocupação que não fosse por indígenas e sertanejos.<sup>67</sup>

O quadro traçado anteriormente, na cena I, composto de fragmentos do texto de Plínio Salgado, publicado em 1934, refere-se à época e à atuação dos bandeirantes no interior do território brasileiro. Para ele, o sertão se constituía numa mentalidade, num estado de espírito ou à brasilidade propriamente dita, como sentimento da terra. Por sua vez, o depoimento da cena II é o olhar de um colono migrante sobre o contexto inicial da colonização de Cruzeiro. Nas duas cenas transcritas, mesmo que seus autores tenham-nas produzido de lugares e épocas diferentes, a imagem feita do sertão parece guardar várias semelhanças.

Um sertão sentado no trono, sonolento, morto, era só matão, morte, faca, revólver, pistola de dois canos; mas os heróis preferiam morrer a abandonar o sonho... O desconhecido não importava medo aos “heróis conquistadores do sertão”. Ir ao interior do continente, ao

---

<sup>65</sup> Cf. COSTA, A. F. Op. Cit. p. 48-49.

<sup>66</sup> ARRUDA, Gilmar. Op. Cit. p. 166.

<sup>67</sup> Idem.



sertão, “ao meio de um matão daqueles”, era considerado por muitos, uma atitude imprudente, por trocar o seguro pelo duvidoso. O sertão que cheira à morte, o perigo dos nativos, à incerteza da conquista, às dificuldades da mata exuberante... Ou, ainda, nessa perspectiva, o que D’Eça<sup>68</sup> registrou quando descrevia um cenário noturno, dizendo: “para lá do fogo é a treva absoluta, misteriosa e imponderável, da qual se espera ver surgir, a todo o momento, formas horrendas e moles, dorsos peludos e recurvados, que trazem a morte nas garras”. Com isso, para o autor, essa região distante e de treva absoluta, ao mesmo tempo em que era fruto da imaginação, parecia, também, revestir-se de algo real, concreto.

No entanto, era esse sertão desconhecido, misterioso e de treva absoluta que a expedição deveria desvelar. Implicitamente carregava e difundia a tarefa “bandeirante” de preparar o caminho para que o desconhecido se tornasse conhecido, o misterioso fosse desvendado, o sertão bruto fosse dominado e civilizado.

Acerca das situações imaginosas e temerosas do sertão, dizia Salgado que:

Tais arengas não passam de argumentos de gente velha. Não servem para nós, que somos moços e queremos fazer grandes cousas. [...] Temos de penetrar o sertão, conquistar terras sem fim. [...] Nós prosseguiremos, porque os moços não recuam nunca. Os moços não perguntam nunca onde devem pousar e onde termina a viagem.<sup>69</sup>

O medo do desconhecido, os mistérios da escuridão e da mata motivariam a expedição para tornar a região conhecida e, portanto, em condições de controlá-la e conquistá-la. Por sua vez as arengas de gente velha também pareciam não conter o ímpeto dos moços que migravam para o Oeste catarinense: “deixa pro homem novo, que o homem novo lá se vira”. Nesse sentido também é ilustrativo o que Wenceslau Breves, relata na abertura dos registros a respeito da sua passagem por Chapecó (1920-24). Diz que o titular da “Comissão Técnica Discriminadora de Terras”, engenheiro Eurico Borges dos Reis, teria se negado a assumir esse posto, alegando, que tinha “mulher e filhos e essa é uma região onde se mata um homem por simples divertimento”. Diante do convite para substituí-lo, relata Breves: “Eu era moço e solteiro. A aventura tentou-me. Fui. Não me arrependi”.<sup>70</sup>

Mas o que os levava a migrar para lugares desconhecidos e distantes? Qual teria sido a voz que os chamava do “mundo civilizado” para o “sertão”?<sup>71</sup> O que movia esses homens a

<sup>68</sup> D’EÇA, O. Op. Cit. p. 69.

<sup>69</sup> SALGADO, P. Op. Cit. p. 31 e 34.

<sup>70</sup> BREVES, W. S. Op. Cit.

<sup>71</sup> No texto de Salgado encontram-se várias referências acerca do apelo do Oeste, da voz do centro da América, do imaginário indígena em relação ao sertão, como o expresso por um índio Tupi nos seguintes versos: “nas horas quietas da noite, quando tudo dorme cansado, escutem. Vem o barulho de longe, de muito longe. Perece o tropel do vento, o gemido do mato, o ronco abafado das águas. Não é nada disso. No fundo da terra, está a alma da terra. É ela que chama: são as montanhas de ouro”. (p. 33) Ver nos capítulos seguintes como as companhias colonizadoras positivaram a imagem da região objeto desta pesquisa.

se dirigirem ao incerto? O que alimentava seu impulso de conquista? O que poderia justificar a paixão pelos riscos de todos os dias, com tarefas tão fatigantes?

O sonho que moveu os europeus a vencer o oceano, foi gradativamente se transformando em sonho de conquista do deserto verde, do sertão. Esse espaço, no entender de Arruda<sup>72</sup> era um “lugar de memória” coletiva, e, tentar localizá-lo geograficamente, um esforço inútil. O sertão não tinha uma origem geográfica precisa e, a grosso modo, representava muito mais um espaço simbólico, um lugar distante, deserto e despovoado do que uma localização determinada.

Entendiam os conquistadores desse espaço que, nele, não bastava apenas fazer lavoura, pois, para isso, “não havia porque abandonar o reino”.<sup>73</sup> A conquista do sertão e, especialmente, das suas riquezas, garantiria a construção de um Brasil grande, desenvolvido e civilizado. Na pesquisa, percebe-se o entendimento dicotômico entre litoral/cidade e sertão, sendo a imagem deste normalmente relacionada ao atraso e abandono, ao passo que a cidade, correspondia às práticas da civilização. Era preciso levar tais práticas para o sertão e fazer emergir a verdadeira alma brasileira.

Onde começava e onde terminava o sertão? Em cada momento ou contexto, diferentes situações definiram essa fronteira. Mas a idéia de sertão permaneceu por longos anos relacionada à noção de lugar distante, pouco povoado, perigoso, inculto e incivilizado.

Nas primeiras décadas do século XX, todo o Oeste catarinense se constituía nessa fronteira e, dizia-se que o Brasil esperava que, em seu nome, ela fosse conquistada. As descrições dessa região, tanto as da imprensa como as feitas por governantes, em particular por ocasião da viagem de 1929, refletem bem isso.

Costa refere-se à riqueza da região afirmando que ela é “imensa e morta por falta da vivificação da inteligência e do trabalho do homem”. Também a compara com o que via nos filmes Norte-americanos, os quais mostravam os tesouros do Oeste daquele país e se constituíam em:

Fórmulas admiráveis de propaganda em favor do trabalho dos campos e da possibilidade que o homem tem de fazer fortuna pessoal e de contribuir para a grandeza de sua pátria, atirando-se com coragem e decisão à exploração das enormes reservas que temos, adormecidas pelo interior do Brasil.<sup>74</sup>

E Costa propunha, sobretudo aos jovens, para que fizessem guerra ao urbanismo,

---

<sup>72</sup> ARRUDA, G. Op. Cit. p. 165.

<sup>73</sup> SALGADO, P. Op. Cit. p. 31.

<sup>74</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 48-49.

que abominassem e condenassem a empregomania e que se arrojassem para o *hinterland* do imenso país. “Podem estar certos que atingirão melhores resultados e terão da vida a mais alta finalidade”.<sup>75</sup>

Entendia-se que a conquista do território no seu *hinterland* era uma atitude de valioso significado para a efetiva construção do país. Os “corajosos”, os “jovens”, os “patriotas” cumpririam uma espécie de missão ao exercer essa tarefa civilizadora. Visão também defendida por Hercílio Luz, ao se referir a essa parte do território, no qual dizia haver magníficas estradas de rodagem e que junto delas “já se estão localizando novos e abundantes elementos de trabalho”.<sup>76</sup>

Este também era o sentido das palavras de D’Eça<sup>77</sup>, quando se dirigia ao governador, dizendo que no seu gesto havia:

Um pouco de Pedro Eremita e de Fernão Dias Paes Leme. Porque, nesta avançada, através das asperezas da selva inculta, existe um misto de Cruzada e de Bandeira! Cruzada, pela fé profunda, pelo religioso civismo que nos aquece e anima; Bandeira, pelo espírito de aventura, pela esplêndida brasilidade que nos atira, sob comando intrépido de V., Exa., através de um tumulto de dificuldades, a tomar posse definitivamente e absolutamente, de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria!

Essa atitude do governo catarinense, para D’Eça, revestia-se de duplo sentido: o da conquista efetiva do território e de sua população. Conquistar a terra e sua gente era a “tarefa patriótica que se punha a todos os corajosos brasileiros”. E, nesse sentido, essa “cruzada” estava repleta de significado, já que as diferenças que observava no Estado, entre o ilhéu e a gente do interior, por exemplo, eram profundas. Eles pareciam “homens de raças diferentes”, de “tradições alheias” e o que os ligava seria “apenas alguns frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arreventa!” Entendia que, para essa gente do interior, a vida corria áspera, sem sonhos, rasgando-lhe aos olhos a desolação de uma realidade muito crua. Na medida em que a expedição avançava pelas terras do Oeste, constatava que:

Toda a civilização trepidante, viva e poderosa em que nascemos e fomos criados, pouco a pouco se foi desfianando e, por fim, desapareceu na vastidão destas alfombras selvagens. Parece que trilhamos um mundo já morto há milênios, sem memória dos seus dias; ou percorremos uma terra em formação, ainda na sua gênese, e da qual somos, neste momento, apenas uns escuros pontos minúsculos que se movem lentamente.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> Idem p. 49.

<sup>76</sup> Fala apresentada pelo Vice Governador Hercílio Pedro da Luz, à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 22/07/1920. CMALESC.

<sup>77</sup> D’EÇA, O. Op. Cit. p. 79.

<sup>78</sup> Idem. p. 79-80 e 100.

Além da imagem que construía do sertão, “morto há milênios e sem memória dos seus dias”, o autor coloca a de uma região na sua gênese, em que “os pontos minúsculos que se moviam lentamente” representariam o “germe do futuro”. Os registros da viagem enfatizam bem essa questão e salientam que, na região se estaria criando as condições para realmente incorporar esse território, não apenas à Santa Catarina, mas ao Brasil.<sup>79</sup> Assim, a imagem do sertão, despovoado e dominado pela “alfombra selvagem”, também continha em si a potencialidade de um futuro promissor, onde a ação do homem civilizado promoveria a sua transformação.

Esse entendimento, representação do pensamento corrente na época, deu à expedição do governador, um caráter de missão fundadora. As reflexões do referido autor sobre a terra em formação são reveladoras desse modo de pensar. Numa noite, no acampamento, ao descrever a fogueira, que diminuía a insegurança do grupo, dizia que ela era o lume brilhante ou a nuvem milagrosa que deslizava à frente dos hebreus no caminho da terra da promessa e, acrescenta:

Não sei porque penso nas futuras marchas imigratórias das gentes do sul, superpovoado, demandando as terras ferazes e desertas do norte. É um povo [...] que retoma o ciclo heróico das bandeiras e refluí para as regiões ainda vazias do Brasil, a domar a bruteza das selvas, a semear as cidades pelos chapadões, a levar à gente intrépida, que tem lutado sozinha contra a imensidade da gleba e as deliquescências da sua mestiçagem o concurso fraternal e amoroso dos seus braços e de sangue forte e novo.<sup>80</sup>

Observa-se com isso a (re)significação e posituação da imagem do bandeirante, do conquistador e do colonizador. Ao se colocar a fogueira como “lume à frente dos hebreus” para chegar à “terra prometida”, sugere-se, também, que a conquista dessas terras teria em si algo de missão divina. Além disso, o uso dessas metáforas sinalizaria o ideal civilizatório almejado, presente no imaginário cristão.

Às descrições da exuberância da natureza, das potencialidades e riquezas da terra, seguiam-se as da necessidade de colonizar efetivamente o que era considerado um grande vazio a espera da conquista e exploração, para a construção do Brasil. Essa preocupação já

---

<sup>79</sup> Tal questão fica clara na descrição de D’Eça, (p. 154) quando, ao final da expedição, diz que a bandeira regressa com as mãos cheias de esperanças e o coração contente da proeza, já que ela tomou posse da terra bravia e linda, em nome do Brasil. A idéia de dar unidade ao Brasil, segundo De Luca, p. 299, se deve ao fato de que, a partir da Primeira Guerra, diante da evidência das grandes potências imperialistas imporem seus interesses, entrou na ordem do dia a tarefa de dar ao Brasil um sentido de conjunto, transformando-o em um todo coeso. Era urgente que esse país, enorme e semideserto, se mostrasse capaz de povoar, utilizar e defender os recursos naturais a fim de assegurar efetivamente a sua posse.

<sup>80</sup> D’EÇA, O. Op. Cit. p. 102-103.

estava inclusa nos manuais de educação cívica, como aparece no escrito por Sampaio Doria:

O solo nacional vai desde as regiões equatoriais até as frias campinas do Sul, admirável não só na variedade, mas na amenidade de seus climas. A natureza ostenta, aqui, as mais variadas fertilidades. Aí estão as nossas luxuriantes matas virgens, os campos de vastidão oceânica, os mais caudalosos rios do mundo [...] Que outro país há com tantas riquezas acumuladas a espera do homem que a explore?<sup>81</sup>

A idéia de que, no “sertão”, havia enormes riquezas a espera de alguém que as explorasse ou que soubesse explorá-las era bastante difundida, inclusive em relação às terras catarinenses. Nesse sentido, Breves<sup>82</sup> dizia haver verdadeira miséria em alguns ranchos, mesmo em meio a uma natureza opulenta de terras fertilíssimas. Na mesma perspectiva, também se coloca o pensamento do governador Hercílio Luz, ao falar da região recém incorporada ao Estado, como “um espaço prodigiosamente feraz, onde intensas riquezas ansiosamente aguardam o contingente-homem, o concurso de uma população mais densa”.<sup>83</sup> Ou ainda, no entender de Costa, essas ótimas terras precisam ser “povoadas de colonos e de gado”, pois, que riqueza imensa está sendo ali inaproveitada.<sup>84</sup>

Isso significava afirmar que os grupos que habitavam a região não sabiam explorar as riquezas ali existentes e, para que o progresso e a civilização dominassem “aquele sertão”, havia necessidade de um habitante que o valorizasse.

Referindo-se à expansão da colonização, o governador Vidal Ramos declara que não teria medido esforços para defender os lavradores dos assaltos dos índios e, para isso, estaria se empenhando em solicitar ao governo federal um serviço que:

Atenda melhor a importantíssima questão da segurança do colono ou trabalhador civilizado, que vai transformando a floresta virgem em centros de produção e de vida. Não é possível consentir que o índio nômade à sombra da proteção que lhe oferecemos, vá fazendo guerra ao trabalhador civilizado, repelindo-o do solo que queremos e devemos povoar para a grandeza do país. Seria isso um perigoso retrocesso...<sup>85</sup>

Percebe-se como as autoridades concebiam a região e o que esperavam do seu futuro. Prevaleceu a percepção de que a prosperidade sonhada e a conquista definitiva do sertão catarinense se consolidariam com a colonização por europeus e seus descendentes. Também se entendia que esse projeto deveria ser efetivado, pois tratava-se de um dever

<sup>81</sup> SAMPAIO DORIA, Apud DE LUCA, T. Op. Cit. p. 88.

<sup>82</sup> BREVES, W. Op. Cit. p. 24.

<sup>83</sup> GOVSC-Mens. 1919.

<sup>84</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. 1929, p. 66.

<sup>85</sup> GOVSC-Mens. 1911, p. 38.

patriótico, ou seja, o fato de fazer avançar a colonização representava a conquista do território e das populações.

No caso do Oeste catarinense, para que isso definitivamente se efetivasse, urgia vencer o banditismo e as asperezas do sertão, pois segundo Costa<sup>86</sup>, nele, vivia-se a solidão do deserto bruto, onde o “tigre, não era caça, mas caçador”. Mas isso poderia logo mudar, pois, a conquista da linha telegráfica, da estrada de rodagem, do comércio, entre outras, quebraria o encantamento daquele deserto. Nesse sentido, acrescenta Eunice Nodari<sup>87</sup> que, para tanto, colocava-se a necessidade de remover os empecilhos, em particular, os ligados ao “banditismo” e à “desordem”, pois eram considerados perturbadores da região.

Sobre isso, parte da produção historiográfica relacionada ao Contestado, construiu uma imagem, em que os caboclos (jagunços ou sertanejos) envolvidos no conflito, eram vistos como elementos incivilizados, rudes e violentos e que, tais atributos, seriam próprios de sua índole. Diversas fontes escritas, da época, fazem referências a esse respeito e, em muitas delas, também está implícito o entendimento da necessidade de ação dos governantes e autoridades no intuito de superar tal problema.

“Um dos flagelos do Oeste catarinense é o banditismo no sertão. As picadas e estradas estão macabramente povoadas de túmulos”, registrava Costa apontando as questões de terras, as políticas e o roubo como causas. Além disso, “a região continuava sofrendo com a tocaia, que prostrava vidas e alastrava as labaredas do ódio sendo o que de mais indigno e covarde poderia haver, o extremo fundo da vileza humana.”<sup>88</sup>

Essa disputa pela ocupação ou pela apropriação do espaço, que se estendeu desde o final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, era promovida por diferentes grupos em que um tinha conhecimento dos interesses do outro e ficou evidente no Contestado.

A tensão e o clima de disputa continuavam na região mesmo depois de encerrado o conflito. Um diretor da *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, afirmava que a empresa queria explorar a madeira das terras dela, mas tinha dificuldades em encontrar trabalhadores pela insegurança do local. Dizia, ainda, que os habitantes da região eram “injustamente receosos” e que se demonstrassem um pouco de coragem, enfraqueceriam os

---

<sup>86</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 31.

<sup>87</sup> NODARI, Eunice. Op. Cit. p. 19. A autora citando Piccoli, também enfatiza o significado dessa imagem feita sobre as novas terras, destacando que elas serviram de abrigo aos foragidos da justiça e aventureiros. Além disso, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e o fanatismo implantado pelo monge José Maria, teriam dado à região, em constante luta, uma fama pouco recomendável, a qual até hoje não se dissipou inteiramente. Paulo P. Machado destaca que as denominações ‘banditismo’ e ‘jaguncismo’ passam a acompanhar o termo ‘fanatismo’ após a destruição do reduto de Taquaruçu, em 1914. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 23.

<sup>88</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 53.

que ameaçavam os que fossem favoráveis ao governo e aos novos proprietários. O problema consistiria em não haver naquele local nenhum soldado, estadual ou federal, ou mesmo representante do Estado de Santa Catarina, o que dava à região uma “aparência de lugar selvagem”.<sup>89</sup>

Acompanhando o relato feito por uma senhora ao Presidente Konder, dando conta de atos de violência cometidos contra sua família, Costa destaca a reflexão que fez entre aquelas lamúrias, “permeadas de narrativas de arrepiar cabelos”. Pensava a respeito das garantias legais e dos postulados dos Códigos, “conquistas de nossa civilização”, os quais asseguravam o direito à propriedade, à livre locomoção, à liberdade de trabalho, ao zelo pela vida e segurança pessoal, além das devidas punições contra os atentados a eles dirigidos. Tudo o que ouviam daquela senhora contrastava com tais prerrogativas e:

Ali estava a negra e triste realidade de uma brasileira expatriada, esbulhada, roubada na proteção e carinho dos seus entes amados, impedida de explorar a sua terra. Estes eram os frutos amargos da barbária, os efeitos do banditismo do sertão.<sup>90</sup>

Para que tais direitos fossem realmente conquistados e garantidos, o caminho a ser percorrido, no entender do autor, estava claro: era preciso instalar uma forte autoridade policial, com amplos poderes e, assim, ela expulsaria:

Para longe os criminosos que se escondem naqueles secretos valhacoitos. As estradas [...] veicularão para ali o progresso e os elementos da ordem e justiça. Os colonos demandarão aquelas regiões privilegiadas para a compensação do trabalho. Com ele fugará o banditismo.<sup>91</sup>

Destarte, tais representações sobre a região e os grupos que nela viviam, foram sendo construídas e se difundiram no contexto da colonização; as negativas eram relacionadas aos grupos indígenas e aos caboclos e as positivas, aos migrantes.

Cabe destacar a percepção de Chartier, segundo a qual as representações coletivas traduzem as posições de um grupo, de como concebe, pensa que é ou que gostaria que tivessem sido os fatos. Essas representações são determinadas pelos interesses dos grupos e permitem identificar como em momentos e lugares e diversos, uma determinada realidade social é construída e difundida. Essas percepções do social não são discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que tendem a impor a autoridade de uns à custa de outros, por elas menosprezados, e justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

---

<sup>89</sup> Cf. Ofício da *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, ao governo de Santa Catarina. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 4/10/1917.

<sup>90</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 55-56.

<sup>91</sup> Idem p. 57

Essas disputas de interesses e de poder podem parecer banais, mas elas têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social.<sup>92</sup>

Fatos como estes podem ser nitidamente observados no processo de colonização de Cruzeiro, pois prevaleceu a idéia de que essa conquista do “sertão catarinense” deveria ser efetivada por colonizadores europeus, visto que a eles se davam atributos civilizatórios, como se observa na descrição de Costa:

Os elementos da civilização irão levar o conforto, a riqueza e o progresso àquela região virgem da ação benfeitora da inteligência e do trabalho do homem. Este, até agora, quase que somente tem feito a razia; a morte de seus semelhantes, a rapinagem do gado e a queima das casas nos pequenos lugares em que começaram os rudimentos da vida agropecuária daquele afastado rincão.<sup>93</sup>

Na mesma perspectiva acrescenta D’Eça que, em pouco tempo, sob o impulso milagroso do trabalho honesto e ao ritmo isócrono da ordem, toda essa região reverdecerá como os campos depois das lentas queimadas de agosto.<sup>94</sup>

De diferentes formas se construiu a convicção de que a “queima dos campos”, representada pelos conflitos envolvendo as populações nativas, havia passado ou estava em fase final. A partir das mostras dadas, patrocinadas pelo “patriótico governo”<sup>95</sup>, estaria se entrando numa época de “primavera” na região e com isso, imaginava Costa,<sup>96</sup> chegariam os colonos, os imigrantes, os obreiros da civilização, e com sua presença, a fortuna da região e o progresso de um trecho fadado pela natureza a ser um verdadeiro éden.

Em decorrência da iniciativa de Adolfo Konder, em realizar uma expedição ao Oeste, concluía D’Eça afirmando que o governador, dominando as dificuldades mais árduas, estava realizando, pela força ascensional do seu patriotismo, a maior obra de brasilidade dos quarenta anos iniciais da República e que a vitória de Rio Branco, a partir daquele momento, mergulhava as suas raízes no solo reconquistado para a Pátria.<sup>97</sup>

---

<sup>92</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990, p. 17 - 19.

<sup>93</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 31.

<sup>94</sup> D’EÇA, O. Op. Cit. p. 115.

<sup>95</sup> O ponto de vista oficial procurava evidenciar as conquistas alcançadas pelo avanço da colonização e da modernidade na região. Nesse sentido, palavras como progresso, civilização, colonização, riqueza, ordem, civilidade, mereciam destaque e eram colocadas em oposição a deserto, mata virgem, pobreza, banditismo...

<sup>96</sup> COSTA, A. F. Op. Cit. p. 31. No seu texto palavras como sertão, abandono, terras preciosas, progresso, nação, civilização, entre outras, são utilizadas com bastante frequência pelo autor. Também fala em “orgulho nacional que o homem civilizado tem no fundo do seu eu”. p. 44.

<sup>97</sup> D’EÇA, O. Op. Cit. p. 115. A vitória de Rio Branco se refere às disputas de divisas com a Argentina, a qual fora decidida em 1895.



As representações construídas sobre a região e seus habitantes, como se mostrou, evidenciavam a cisão em grupos, sendo os colonizadores europeus colocados em posição de superioridade. Como se percebe em vários textos produzidos no processo de colonização ou pela memória oral. Como exemplo, cita-se Zedar Perfeito da Silva, que em meados do século XX, numa obra sobre o Oeste catarinense, assim posicionou-se sobre a região:

Fui aconselhado por alguns amigos a levar comigo uma arma de fogo, porque a gente lá de cima, pensavam eles, resolvia tudo no trabuco. Lá estava situado o nosso *far-west*. Encontrei um povo operoso, progressista e sobremodo hospitaleiro. Cidades de poucos anos, com índices de educação muito altos. Vida social. Bons jardins. Estações de rádio. Ótimos clubes. Magníficas residências. Grandes indústrias. Comércio movimentadíssimo até com o exterior. Lavradores bem orientados. Produção formidável. Logo compreendi que havia muita ignorância sobre o Oeste catarinense e que muita gente do litoral ainda não compreendera o seu período de formação.<sup>98</sup>

Procurava mostrar que a imagem que se fazia da região não mais condizia com a realidade construída nas décadas anteriores. Trabalha com outra construção simbólica sobre a região. O passado de violência, de falta de lei, de barbárie, havia sido superado, outra ordem estava prevalecendo e não mais “a lei do trabuco”. Para ratificar dizia isso acerca da população da região: “temos de reconhecer a fibra de seus colonizadores, cujo arrojo é bem uma página de heroísmo”. Não deveria pairar dúvida alguma que o progresso ocasionado em decorrência da civilização sempre exigiu destemor e espírito de aventura. Fez, ainda, uma analogia entre a terra e a mulher, dizendo que aquela, para produzir, deveria antes ser sulcada, assim como esta, para procriar, precisava primeiramente ser violada. Disso deduzia que a forma como a região vinha sendo colonizada e explorada, transformava-a em uma zona na qual as pessoas que nela residiam tinha a preocupação de produzir e, “produzir é acumular riqueza”. Era justamente por isso que alcançara um “progresso assombroso”. E tal conquista devia-se não ao “milagre da uberdade de suas terras”, mas as pessoas que ali se encontravam e que “havia escrito sua história, toda de luta e transformado o presente numa bela página de trabalho construtivo”.<sup>99</sup>

O entendimento sobre que grupos mais contribuiriam na conquista do sertão catarinense e brasileiro, bem como aqueles que não preenchiam os requisitos para tal tarefa, foi historicamente construído, numa época em que as discussões científicas, promovidas pela intelectualidade e pela opinião pública, davam-lhe sustentação. Por isso também, a prática de “cindir a humanidade em grupos”, tinha aceitação e respaldo. O contexto brasileiro do final

<sup>98</sup> SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemme rt Ltda. 1950, p. 7.

<sup>99</sup> Idem. p. 19.

do século XIX e início do XX, particularmente com a crise e o fim do trabalho escravo e da monarquia e com o incremento da imigração, foi propício para a propagação de tais discussões.

Esse também foi o contexto em que se travou uma grande disputa pela apropriação da terra, especialmente das áreas tidas como devolutas e, na região, das que passaram a pertencer ao Estado catarinense.

### **1.3 - A questão da terra na República e o contexto regional**

A apropriação da terra no Brasil, ao longo do tempo, passou por diferentes práticas. Entre elas esteve a da “sesmaria”, de tradição colonial, pela qual o sesmeiro, constituído de poderes pelas autoridades metropolitanas, concedia áreas de terras para construção de engenhos de açúcar, para a criação de gado, entre outros. A pessoa que a recebesse deveria demonstrar que possuía posses para efetivamente ocupá-la. Sabe-se como essa prática privilegiou aqueles que de alguma forma possuíam relações de proximidade com a corte. A partir da independência, passou-se para a prática do “apossamento”, período em que o controle da terra seria demonstrado pela sua posse efetiva. Com isso, a apropriação daquelas áreas, tidas como abandonadas ou sem dono, e que, de alguma forma, fossem cultivadas ou exploradas, passou a ser vista como legítima. Isso favoreceu a rápida expansão para as áreas consideradas desabitadas ou mesmo para aquelas ocupadas por populações nativas. Essas práticas ajudam a explicar a grande concentração da propriedade da terra no país.

Diante desse quadro se afirmava, justificando a Lei de Terras, de 1850, que ela pretendia acabar com as antigas práticas, em particular com o aposamento, considerando que muitas pessoas simplesmente alegavam controlar a posse para se apropriar de grandes áreas. A Lei buscava disciplinar o que era domínio do Estado e o que era particular, considerando que, para as autoridades, a situação chegara a um ponto difícil de controlar.

A referida lei estabeleceu a necessidade de escrituração da terra e a transformou em propriedade privada. Mesmo que fizesse referência aos “intrusos” e lhes garantisse certos direitos, acabou por privilegiar os que, de algum modo, controlavam grandes extensões.

Em relação a essa lei afirma Ruy Cirne Lima que:

Ela é, antes de tudo, uma errata, aposta à nossa legislação das sesmarias [...] é, ao mesmo tempo, uma ratificação formal do regime de posses. [...] A Lei nada mais é do que um decalque das leis de terras adotadas nos Estados

Unidos, cujo surto de prosperidade e civilização certamente, maravilhou os nossos legisladores.<sup>100</sup>

Com a proclamação da República, os estados federados passaram a ter maior autonomia em relação às antigas Províncias. Entre as questões que lhe eram afetas estava a das terras devolutas, conforme estabeleceu o Artigo 64 da constituição de 1891.<sup>101</sup> Os interesses dos Estados aumentaram, considerando que poderiam comercializá-las e cobrar impostos. Se por um lado os Estados passaram a deliberar sobre as áreas devolutas, por outro, precisavam dar conta das questões concernentes às disputas e regulamentação da propriedade da terra.

A Lei de Terras não surtiu o efeito almejado pelas autoridades, no que concerne a disciplina acerca do controle da terra, de modo particular em relação à pública. Sobre esta escreveu Cavalcanti<sup>102</sup>, em 1896, afirmando que, na Repartição Central, nunca houve sequer um mapa ou inventário completo, em que constassem os lotes já demarcados, com a indicação de seu destino, ou seja, se tinham sido vendidos, dados, concedidos a empresas ou reservados a algum fim do serviço público.

Essa situação pode ser evidenciada pelos inúmeros conflitos de terras, que marcaram o transcurso de boa parte do século XX. Em determinadas situações eles diziam respeito aos interesses públicos, mas também envolveram interesses particulares, em especial intensificação privada da terra e da sua comercialização.

Em relação ao município de Cruzeiro, as disputas pela nova ocupação do espaço coincidia com a aspiração das autoridades, com o desejo de efetivar a colonização e exploração das terras e de fazê-las progredir economicamente.

Tal propósito era condizente com as discussões que se faziam sobre o Brasil, em que aparecia a idéia de se colocar em prática o exemplo da Argentina, o qual, em pouco tempo, teria levado aquele país “da barbárie ao imperialismo”. Empregando o lema “governar é povoar”, se alcançaria a redenção econômica e étnica do país, tendo em vista que era considerado semideserto. Colocava-se a urgência do Brasil se mostrar capaz de povoar, utilizar e defender os recursos naturais a fim de assegurar efetivamente a sua posse.<sup>103</sup>

Também era bastante difundida a convicção de que o caminho para a efetivação

<sup>100</sup> LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 64-65 e 67.

<sup>101</sup> A redação do Art. 64 é a seguinte: Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

<sup>102</sup> Cf. CAVALCANTI, Amaro. Apud. LIMA, R. C. Op. Cit. p. 75.

<sup>103</sup> Cf. DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 193 e 299.

desse intento seria pelo incremento da entrada de trabalhadores imigrantes e o estímulo à expansão agrícola. Como salienta Lima, a agricultura seria condição e ao mesmo tempo, consequência do repovoamento.<sup>104</sup>

Nesse contexto, a Sociedade Central de Imigração, entidade ligada à agricultura, defendia a idéia da difusão de uma classe média rural, em pequenas propriedades, a partir dos imigrantes europeus, desde que não representasse perigo ao latifúndio. Numa perspectiva diferente, a Sociedade Nacional de Agricultura<sup>105</sup>, defendia os interesses ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno, entendendo que o progresso e a modernização agrícola dar-se-iam pela utilização das contribuições científicas.

A divulgação e defesa da “vocação agrícola do país”, implícita ou explicitamente, aparecia em inúmeras posições promovidas por intelectuais, políticos e governantes, nas décadas iniciais do século XX.

O entendimento de “vocação agrícola” ganhava respaldo, num país de dimensões como as do Brasil, tendo em vista que a quantidade de terras disponíveis permitia que a ocupação agrícola se mantivesse em expansão. Nesse sentido, Lima<sup>106</sup> aponta dados do recenseamento de 1920, dando ênfase ao fato de que pouco mais de 20% da superfície territorial estariam ocupados e que apenas os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul chegariam a 50% da ocupação. Também no contexto da colonização do Oeste catarinense, como se afirmou, fazia-se o chamamento aos jovens, a declararem guerra ao urbanismo e buscassem o *hinterland* do país, onde poderiam obter melhores resultados.

Nesse período, a disputa pela terra na região apresentou várias facetas. Apenas no final do século XIX se resolvia a questão de divisas internacionais com a Argentina.<sup>107</sup> No início do século seguinte, particularmente impulsionada pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ganhou importância a questão das divisas interestaduais, entre Santa Catarina e Paraná, definida pelo acordo de 1916. Até então a região conhecida por Palmas, que compreendia toda a grande região Oeste catarinense e parte do Sudoeste paranaense, era administrada pelo estado do Paraná.

O contexto criado na passagem do século XIX para o seguinte transformou as terras

---

<sup>104</sup> LIMA, R. C. Op. Cit. p. 25.

<sup>105</sup> Esta sociedade solicitou ao governo de SC o envio de legislação sobre a agricultura, pois havia recebido a incumbência de organizar a legislação agrícola do Brasil. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, set. dez. 1909.

<sup>106</sup> LIMA, R. C. Op. Cit. p. 107.

<sup>107</sup> Trata-se da “Questão de Palmas” que se definiu em 1895 e estabeleceu as atuais divisas. Sobre esse assunto ver HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe - SC.** Jo caba, Edições UNOESC, 1996.

dessa região, em bem imobiliário. No período imediatamente anterior ao acordo de limites interestaduais, foram feitas várias concessões de terras no território contestado, especialmente por parte do Paraná. Antes disso, essa prática também foi utilizada pelos governos do Império e da República, não apenas à empresa construtora da ferrovia São Paulo-Rio Grande, mas também a particulares, sendo que, posteriormente, o governo catarinense foi obrigado a reconhecê-las.<sup>108</sup>

O governo paranaense procedeu ao registro de diversos títulos referentes a área do ex-Contestado. Nesse procedimento, chama a atenção o fato da maior parte deles ter sido efetivada no contexto do acordo de 1916 e, mesmo, posteriormente.<sup>109</sup> Observa-se pelo levantamento realizado que em muitas situações o concessionário que pleiteava o registro do título de terra é “o mesmo” e que boa parte desses títulos datam de 31 de agosto e 1º de setembro de 1917. É importante destacar que a lei 1.181, que definia regras de regularização das terras concedidas pelo Paraná, é de 4 de outubro de 1917, fato que evidencia uma prática oportunista em tais registros, em favor dos requerentes. Outro aspecto a se destacar é o da grande extensão das propriedades registradas no período, como se pode ver na Tabela n. 1.

---

<sup>108</sup> PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988, p. 251. Salaria o autor que o reconhecimento se deu por força da Lei n. 1.181 de 4 de outubro de 1917, que definia em seu art. 1: todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Estado do Paraná ficam obrigados a registrá-los no prazo de 2 anos, a contar de 1º de janeiro de 1918.; e rezava o Art. 5, que: o registro será feito por meio de um termo, lavrado em livro especial, e do qual constem a área, situação, limites, confrontações e mais características indispensáveis do imóvel, além do nome do concessionário, e da data da concessão e do registro.

<sup>109</sup> O Acordo de Limites foi assinado em 20 de outubro de 1916 e sancionado pelo Decreto n. 3.304, de 03 de agosto de 1917.

**Tabela n. 1 - Registro de títulos do Paraná, referentes aos municípios de Cruzeiro e Chapecó - 1842-1930.**

<b>SOBRENOME, Nome. (do Requerente)</b>	<b>Munic.</b>	<b>Ano</b>	<b>Livro</b>	<b>Página</b>	<b>Concessionário</b>	<b>Data do título</b>	<b>Área – m<sup>2</sup></b>
ALBUQUERQUE, Manoel Martiniano	CRS	1923	338	44	O mesmo	31/08/1917	1.293.000
ALMEIDA, Antônio Pacheco de	CRS	1924	338	89	O mesmo	01/09/1917	2.159.334
ALMEIDA, Maria Izabel B. de	CRS	1924-26	338/9	66, 167	A mesma	20/06/1893	397.633.277
ALMEIDA, Raymundo Mendes	CRS	1924	338	196	ARAUJO, Jesuíno Eneas de	26/10/1896	161.520.000
ARAUJO, Dinis Abílio de	CHA	1924	338	151	PINHEIRO, Geniplo dos Santos	12/11/1903	55.433.557
ARAUJO, So. Domingos de	CRS	1924	338	178	SOARES, Domingos Antônio	09/04/1892	115.900.000
ARAUJO, Francisco	CRS	1925	339	17	João Antônio de O. Penteado	05/12/1900	16.940.000
ARAUJO, Jesuíno Eneas de	CRS	1924	338	196	ALMEIDA, Raymundo Mende	26/10/1896	161.520.000
BAPTISTA, Amantino	CRS	1924	338	150	O mesmo	31/08/1917	2.332.188
BARBOSA, Sebastião <sup>110</sup>	CHA	1898	340	12	MORAES, Antônio Messias de	01/05/1898	2.722.500
BARCELLOS, Ernesto Virgílio	CHA	1928	339	192	(Colônia Militar Chapecó?)	-	2.722,500
BELLO, Francisco	CRS	1924	338	90	O mesmo	1894	50.457.000
BORNHAUSEN, Demosthenes	CHA	1908	340	01	O mesmo	10/07/1908	2.722.500
BUENO, Zeferino de Almeida	CHA	1924	338	126/7	O mesmo	01/09/1917	460.000.000
DUTRA, Adão Francisco	CHA	1924	338	78	O mesmo	08/05/1914	2.722.500
FARIA, Fidêncio de	CRS	1922	338	32	O mesmo	01/09/1917	2.688.974
FERREIRA, Alfredo	CHA	1924	338	81	SANTOS, Joaquim P. dos; JACINTO, Manoel F.	09/07/1906	2.931.200
FERREIRA, Manoel Januário	CHA	1924	338	31	O mesmo	26/12/1904	2.722.500
FORTE, Octaviano Carneiro	CHA	1924	338	83	SANTOS, Porfirio Romão dos	20/12/1919	2.722,500
GOMES, Mario Pereira	CRS	1922	338	25	O mesmo	31/08/1917	4.424.000
<b>HAUER e IRMÃOS</b>	CHA	1924	338	161	MARCONDES, João Carneiro	24/11/1896	391.688.718
<b>HACKER, Henrique</b>	P.Un.	1922	338	28/29	O mesmo	31/08/1917	9.614.832
IZAAC PAN – RODOLFO FIM	CHA	1919	338	01	Os mesmos	31/08/1917	154.080.000
JACINTHO, Manoel Ferreira	CHA	1924	338	81	O mesmo	31/08/1917	2.931.200

<sup>110</sup> Colono da ex-colônia militar de Chapecó. Observa-se nessa relação, quatorze registros com a mesma extensão: “Um quarto de légua em quadro”, correspondente a 2.722.500m<sup>2</sup>. (- Ver Lei n. 1.511 de 26/10/1925).

<b>Kroef, Selbach e Cia.</b> (Faz. São Bento das Treis Barras)	CRS	1917	340	07 08 09	FLORES, Campolino J. Araújo RIBAS, Pedro Sá RIBAS, Pedro Sá	31/08/1917 31/08/1917 31/08/1917	84.282.750 60.000.000 70.954.000
LIMA Agustinho Gomes de	CHA	1924	338	79/80	TOLEDO, Pedro Máximo de	08/02/1906	5.445.000
LIMA, José	CHA	1920	338	7	O mesmo e outros <sup>111</sup>	31/08/1917	150.000.000
LINS, José Gonçalves	CRS	1925	338	278	O mesmo	01/09/1917	1.578.094
<b>Luce Rosa e Cia – Sociedade Colonizadora – Porto Alegre</b>	CRS CHA	1920	338	6	MORAES, José Joaquim de	04/06/1893	378.593.750
LUIS, José Gonçalves	CRS	1924	338	120	O mesmo	01/09/1917	1.578.094
MACIEL, Antônio	CRS	1924-6	338/9	13, 137, 203	RIBAS, Rufino	19/02/1898	392.479.075
MARTINS, Balbina Lustosa	CHA	1929	340	10	MARCONDES, João Carneiro	05/04/1904	114.529.658
MELLO, Fo. Fidêncio de Souza	CHA	1927	339	170	O mesmo	31/08/1917	73.147.000
MENDES, Pedro	CRS	1924	338	67	MARQUES, Maria da Luz Bandeira	13/01/1892	79.239.375
MENDES, D. Maria e outros	CRS	1924	338	66	D. Ma. Izabel Belém de Almeida	20/06/1893	159.072.877
MOREIRA, Candido Antonio	CRS	1924	338	86	O mesmo	31/08/1917	1.995.000
<b>Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia</b> (Fazenda Bom Retiro)	CRS	1926	339	167	Maria Izabel do Belém de Almeida	10/06/1893	237.560.400
NASCIMENTO, Celestino José	CHA	1926	339	134	O mesmo	01/05/1898	2.722.500
NHONHO, Pedro de Sá Ribas	CHA	1926	339	129	LARA, José Antunes de	01/05/1898	194.480.000
OLIVEIRA, Elias Meneses de	CHA	1924	338	82	VAZ, Manoel José	09/11/1911	2.631.150
OLIVEIRA, Faustino Antônio de	CHA	1898	340	11	O mesmo	01/05/1898	2.722.500
OLIVEIRA, João Ignácio	CHA	1926	339	132	O mesmo	18/05/1904	2.722.500
PACHECO, João Cordeiro	CHA	1924	338	151	ARAÚJO, Dinis Albino de	12/11/1903	55.433.557
PEDROZO, Mathias Manoel	CRS	1923	338	49	O mesmo	31/08/1917	2.141.377
PEREIRA, João Alves	CHA	1926	339	131	O mesmo	27/10/1899	2.722.500
PEREIRA, Raymundo Alves	CHA	1926	339	133	O mesmo	18/06/1900	2.722.500
PEREZ, João	CRS	1924	338	117	O mesmo	01/09/1917	2.609.480
PIMPÃO, João de Araújo	CHA	1924	338	65	PIMPÃO Fco de Assis Araujo	1898	22.087.195
PIRES, Estevão	CRS	1923	338	54	O mesmo	01/09/1917	2.562.000
PIRES, João	CRS	1923	338	52	O mesmo	31/08/1917	1.310.100

<sup>111</sup> Petição de José Lima, representado por seu Procurador Dr. Nereu Ramos. Parte da área foi concedida pelo Governo do Paraná, conforme título de 31/08/1917.

POTRATZ, Julio	CRS	1919-23	338	4, 58	O mesmo	31/08/1917	2.783,153
POYER, Angelo	CRS	1923	338	56, 57, 60	FIGUEIREDO, Estephano Rodrigues de	31/08/1917 01/09/1917	4.664.708
RADZINSKI, Miguel	CRS	1922	338	26	O mesmo	01/09/1917	1.061.000
REIS, Francisco Fernando dos	CRS	1923	338	50	O mesmo	01/09/1917	1.118.327
RIBAS, Antônio de Sá	CRS	1924	338	248-9	Obtido por compra, cf escritura pública passada em 1842 e 1850	1842/1850	56.851.800
RIBAS, Nelson Batista	CRS	1924	338	253	RIBDAS, Maria Rita e outros	04/1895	33.450.000
RIBAS, Rutilio de Sá	CRS	1924	338	246	GUIMARAES, Augusto Souza	06/04/1893	15.745.501
SANTOS, Antônio Fernandes dos	CRS	1924 1926	338 339	127 128	ALMEIDA, José Joaquim de O mesmo	26/08/1881	601.561.250 182.447.380
SANTOS, Antônio Henrique dos	CRS	1924	338	87	O mesmo	31/08/1917	5.586.630
SANTOS, Francisco Pedro dos	CRS	1923	338	43	O mesmo	01/09/1917	2.013.000
SANTOS, Galdino Ribeiro dos	CRS	1924	338	84	O mesmo	31/08/1917	9.962.000
SANTOS, João Monteiro dos	CRS	1924	338	88	O mesmo	31/08/1917	3.408.100
SANTOS, José Ribeiro dos	CRS	1923	338	53	O mesmo	31/08/1917	4.877.363
SANTOS, Manoel Galdino dos	CRS	1923	338	41	O mesmo	31/08/1917	2.241.737
SANTOS, Porfírio Romão dos	CHA	1924	338	83	O mesmo	20/12/1919	2.722.500
SCHMIDT, Alberto	CRS	1924	338	122	SANTOS, Antonio Fernandes	21/10/1912	71.874.000
SEHELL, Jorge Severo	CHA	1922	338	30	LIMA, José Gomes de	11/09/1886	2.722.500
SILVA, Paulo Rodrigues da	CRS	1923	338	48	O mesmo	31/08/1917	2.489.795
TABORDA, João Bonaparte	CHA	1908	340	02	O mesmo	05/03/1898	5.450.000
<b><i>The Soutern Brazil Lumber &amp; Colonization Company</i></b>	Canoin h Mafra Porto União	1921, 1924	338	13 18 20 186 195	20.385.625m <sup>2</sup> - a mesma 20.406.950m <sup>2</sup> - JESUS, M <sup>a</sup> . Dionisia 15.840.900m <sup>2</sup> - VIEIRA, Isaias Daniel 15.101.740m <sup>2</sup> - MELO, João Ferreira d 21.045.800m <sup>2</sup> - LIMA, A. Gonçalves	01/03/1889 22/08/1898 07/11/1899 04/11/1893 26/07/1900	728.153.065
TRINDADE, Joaquim	CRS	1924	338	118	O mesmo	31/08/1917	1.812.400
TRINDADE, Manoel	CRS	1923	338	51	O mesmo	01/09/1917	1.344.600
TUPYNAMBA, Domingos da Silva	CHA	1898	340	13	MOURA, Basílio Ferreira	01/05/1898	2.722.500

Fonte: **Índice dos Livros 1, 2, e 3 de registro de títulos do Paraná**. Série: memoriais de lotes, títulos definitivos e provisórios, 1842-1930. Florianópolis, APESC. A relação é referente aos títulos de propriedades dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, além de propriedades em outros municípios pertencentes a Companhias Colonizadoras, as quais aparecem grafadas em negrito. Consideraram-se apenas os registros com mais de 100 ha.



Os dados da tabela mostram que as grandes propriedades legalizadas com esses registros de títulos, em sua maioria, pertenciam aos luso-brasileiros. É tarefa difícil precisar aonde elas se localizavam, mas infere-se que se trata principalmente das áreas de campo que, de uma ou outra forma, foram conquistadas no transcurso do século XIX. Em consequência não foram essas as áreas destinadas à colonização. Esse procedimento legal realizado no contexto do acordo interestadual de limites permitiu a legalização de imensas áreas de terra.

A Tabela n. 2 apresenta uma síntese dos dados referentes às características das propriedades no município de Cruzeiro, até 1930, e evidencia a concentração da propriedade nas mãos de poucas pessoas.

**Tabela 2 - Características das propriedades do Município de Cruzeiro, surgidas a partir da concessão dos títulos pelo Paraná.**

<b>Extensão em ha.</b>	<b>Nº de proprietários</b>	<b>Total de ha.</b>	<b>% da área titulada</b>
100 a 1.000	25	6.991	2,04
1.001 – 5.000	3	6.314	1,85
5.001 – 10.000	4	25.840	7,58
10.001 – 30.000	6	105.080	30,80
30.001 – 50.000	3	117.546	34,46
+ de 50.000	1	79.400	23,27
<b>Totais</b>	<b>42</b>	<b>341.171</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborada a partir dos dados levantados no **Índice dos Livros 1, 2, e 3 de registro de títulos do Paraná**. Série: memoriais de lotes, títulos definitivos e provisórios, 1842-1930. Florianópolis, APESC. Desconsideraram-se as frações na definição do número de hectares.

Nesse contexto de definição de divisas interestaduais, observa-se como um pequeno número de novos proprietários passou a controlar uma grande quantidade de terras. Os dez maiores registraram, no município de Cruzeiro, mais de 300 mil hectares, em propriedades com extensão superior a 10 mil hectares. Essa situação evidencia que em curto espaço de tempo a forma de controle da terra nessa região teve profundas modificações. Latifundiários locais e pessoas que acorreram à região no intuito de adquirir ou se apropriar das terras, fizeram uso da lei ou de outros artifícios para garantir a efetivação do seu controle. Por sua vez, a população local, em geral, guiava-se pela idéia de posse. Essas diferentes percepções em relação ao controle da terra desencadearam um tenso quadro de disputas, sendo a guerra do Contestado sua expressão maior. Mas essas disputas se estenderam no processo de colonização e se manifestaram de diferentes formas.

Há inúmeros registros referindo-se a tais tensões, como se observa num ofício enviado pela Companhia *Lumber*, informando ao governo catarinense que o diretor da

colonização fora visitar uma das áreas próximas a ferrovia, pois seu fiscal o informara de que um grupo fazia ameaças e declarava que não sairia das terras. Também afirmava que na mesma região já dominaram uma revolta, na qual os rebelados depuseram suas armas, mas afirma que:

Alguns voltaram a Vallões com o intuito de vingarem-se dos que os opuseram e permaneceram ao lado dos governos, e agora não hesitam em dizer que dentro de 60 dias haverá novas e piores perturbações. Os ordeiros foram ameaçados a tal ponto que a nova Vila está quase totalmente abandonada, ficando poucas famílias que não tem recursos de deixar o lugar, mas sentem-se tão inquietos que ficam de guarda dia e noite aguardando acontecimentos perturbadores. O fundo de nossa propriedade está infestado de intrusos muito perversos em que os caudilhos esperam apoio para as novas perturbações.<sup>112</sup>

Destaca-se um outro documento do engenheiro responsável por verificar a medição da terra requerida pela Companhia São Paulo-Rio Grande, no qual também se percebe essa tensão. Informa que o Coronel Henrique Rupp, inspetor de terras da Companhia, esperava que o Governo do Estado enviasse um comissário de terras para decidir as questões que existiam entre a Companhia e os moradores existentes. Diante da solicitação de Rupp, para a publicação de editais chamando a atenção pública para a verificação, o Engenheiro destacava que a orientação do governo, em caso de divergências entre a Companhia e a população local, era de “que os moradores se entendessem com a Companhia”.<sup>113</sup>

Na região da nova fronteira agrícola, a disputa pelo espaço colocou frente a frente os mais diversos interesses, entre os quais, os dos latifundiários, das populações nativas, que historicamente tinham a posse das terras, dos governantes, dos colonos que adquiriam os lotes e dos empresários da colonização. Quando o processo de reocupação das terras se acelerou, provocado pela atuação seja das companhias colonizadoras ou pela construtora da ferrovia, os posseiros foram desalojados e isso gerou sérios conflitos de ordem social.<sup>114</sup>

Tanto particulares quanto empresas colonizadoras buscaram, de diversas formas, o apoio de lideranças políticas e governantes, no processo de apropriação privada da terra, tornando desigual a disputa entre os grupos. Nessa disputa a terra possuía significados

<sup>112</sup> Cf. Ofício da Southern Brazil Lumber Colonization Company, ao Governo de Santa Catarina. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 4/10/1917. Consta ainda que também em Curitiba foram publicados editais com o mesmo teor.

<sup>113</sup> Cf. GRÉSECKES, Erico. Engenheiro Civil. Documento enviado ao Secretário Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. Of. Diversos ao Palácio do Governo. APESC. 23/11/1913. Isso mostra que, nessas situações, o governo procurava se eximir da responsabilidade de decisão.

<sup>114</sup> Sobre esse aspecto ver NODARI, E. Op. Cit. p. 25-26 e WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização às margens do rio Uruguai no extremo-Oeste catarinense:** atuação da Cia. Territorial Sul Brasil, 1925-1954. Florianópolis, UFSC, 1992. (Dissertação História), p. 18-19.

diferentes: para alguns era o espaço natural de sobrevivência e, para outros, transformou-se em bem imobiliário.<sup>115</sup>

#### 1.4 – Terras do sertão catarinense: uso, privilégio e mercadoria

Numa palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.<sup>116</sup>

Da prática tradicional de exploração do trabalho escravo no Brasil, herdou-se o entendimento de que os mais pobres poderiam continuar desprovidos do acesso à terra, em especial nas décadas iniciais do século XX. Como se procura evidenciar, nesse período, a disputa que envolveu os diversos grupos interessados no controle da terra no Oeste catarinense foi intensa, fazendo com que as palavras da epígrafe anterior, também se aplicassem à realidade regional.

Elias e Scotson<sup>117</sup>, analisando uma comunidade inglesa, em meados do século XX, procuraram mostrar como os ‘estabelecidos’ de uma determinada aldeia se relacionavam com o grupo que, nela, chegara mais tarde, os *outsiders* ou os forasteiros. Por serem estranhos ao lugar, os estabelecidos entendiam que os de fora teriam menos direitos de cidadania na vida local. As famílias estabelecidas procuravam manter viva a idéia de seu passado, colocando-o como fronteira entre elas e os *outsiders*. No jogo de poder cotidiano, cada grupo se sentia julgado como diferente pelo outro. Os estabelecidos entendiam que possuíam direitos especiais e tinham dificuldade em aceitar os outros, vistos como intrusos, situação que colocava a mostra um emaranhado de relações entre os indivíduos e as instituições em disputa.

Na região em questão neste estudo, observa-se que esse jogo de poder teve a luta pela ocupação da terra como um dos fios condutores. Os caboclos, os povos indígenas, os fazendeiros, as companhias colonizadoras e os colonos, além de políticos, foram os principais protagonistas desse embate. Para os povos indígenas e para os caboclos a terra possuía o valor de uso e não de mercadoria.<sup>118</sup> Diverso do estudo de Elias e Scotson, nessa disputa, de

<sup>115</sup> O assunto da apropriação privada da terra será abordado no segundo capítulo.

<sup>116</sup> PRADO Jr., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 49-50.

<sup>117</sup> ELIAS, Nobert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>118</sup> MACHADO, P. P. Op. Cit. p. 75 e 77, destaca que no início do século XX era precário o acesso a terra nos núcleos do norte e centro, devido à crescente atividade de grilagem dos criadores sobre os lavradores e da atuação da *Brazil Railway e da Lumber Company*. Normalmente, a expulsão de posseiros ocorria a revelia da Justiça e dos órgãos oficiais do Estado, sendo as disputas resolvidas no âmbito privado, à força.

diferentes formas e na maioria das vezes, os *outsiders* se impuseram aos estabelecidos. Nela, estranhos, passaram a ser os que habitavam as terras e os forasteiros é que se sentiam amparados pelos costumes e pelo direito.

No caso analisado pelos autores, destaca-se que o grupo estabelecido cerrava fileiras contra os forasteiros e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava que lhes faltava a virtude humana superior, o carisma grupal distintivo, que o grupo estabelecido atribuía a si mesmo. Além disso, os indivíduos “superiores” agiam de tal modo que os indivíduos “inferiores” sentiam-se, carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores.<sup>119</sup>

Como se verá, no processo de apropriação privada da terra, essa disputa ficou bastante evidente e dividiu os grupos entre os que se ligavam ao primitivismo e, portanto, de qualidades inferiores e os que se amparavam na lei e na idéia de progresso e civilização, (auto)denominados, superiores. Tal percepção permeou a urdidura construída em torno do controle da terra.

Até meados do século XIX, a região de Palmas, que abrangia todo o oeste de Santa Catarina, havia registrado escassa presença dos conquistadores. Isso, no entender de D’Angelis<sup>120</sup>, ligava-se ao fato dos povos indígenas kaingáng e xokleng serem mais arredios ao contato com o homem branco e por não serem considerados ‘escravos de valor’, o que teria levado os que apresavam índios a outras regiões, em especial, a de ocupação guarani.

Numerosas razões fizeram com que a ocupação portuguesa no Brasil permanecesse litorânea por longo tempo, deixando a maior parte do atual território, na visão dos conquistadores, na condição de “grande sertão a ser conquistado e explorado”. No longo processo de conquista, ficou bastante conhecido o fato dos lusos terem se apropriado das terras dos povos indígenas, utilizando os mais variados artifícios.<sup>121</sup>

Com relação à região desta pesquisa, essa situação foi descrita por Martins quando se refere ao entendimento das autoridades sobre a necessidade de “incrementar o povoamento dos Campos de Palmas”. Isso teria ocorrido a partir de 1839, ocasião em que se organizou “uma bandeira a este sertão, queimando seus campos e demarcando a conquista”. Nela, também, os lusos teriam cooptado o Índio Condá, líder kaingáng, fazendo com que ele

<sup>119</sup> ELIAS, N., SCOTSON, J. Op. Cit. p. 19-20.

<sup>120</sup> D’ANGELIS. Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste catarinense. In: **Para Uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 149.

<sup>121</sup> Entre eles destaca-se: a prática de reduzir os indígenas em Missões religiosas e a conseqüente catequização e educação, a cooptação de lideranças locais ao projeto colonizador, a utilização de espaços pela colonização, fazendo com que os indígenas precisassem conquistar sua sobrevivência em locais cada vez menos adequados, o uso da violência física, entre outros.

colaborasse, aliando sua gente aos conquistadores. Assim, a descoberta e conquista desses campos, “antes homizio de feroz gentio, desde logo passou a servir ao progresso e à civilização”.<sup>122</sup>

Essa expansão conquistadora tomou impulso a partir da Carta Régia de Dom João VI, de 5 de novembro de 1808, pela qual se dava orientações geopolíticas de conquista de áreas no Sul e para a expansão do criatório de bovinos e muares. Para tal, o governo promovia concessões de sesmarias, “suspendia os efeitos de humanidade contra os índios bugres” e previa a adoção do princípio da “guerra justa”, permitindo a prisão e escravização de indígenas.<sup>123</sup>

Nessa perspectiva, Santos diz que, com a referida Carta, o governo institucionalizou a guerra permanente aos indígenas que “infestavam os sertões do planalto e que ameaçavam a segurança da estrada de tropas”. Ao expedir-la, determinava guerra aos indígenas, afirmando que ao Oeste da estrada real, a maior parte das fazendas estaria se despovoando, pela atuação dos índios bugres e que era evidente não haver meio algum de civilizar povos bárbaros senão ligando-os a uma escola severa. Assim, “a partir do momento em que receberdes essa minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros índios”. Salienta, ainda, que a proteção era dada apenas aos índios que aceitassem o poder real, respeitassem e se sujeitassem a presença do branco. Esse, mesmo assim, recebia-os com armas nas mãos, fazendo prevalecer o ditado de que “índio somente é bom, morto”.<sup>124</sup>

Essa questão também é tratada por Piccoli, que viveu na região nas décadas de 1920 e 1930. Destaca que as matas das margens do rio do Peixe eram constituídas de floresta virgem e que, até o século XIX, serviam apenas para incursões de caça dos índios coroados, cujos aldeamentos eram considerados bastante afastados. Isso teria ocorrido na espinha dorsal do caminho de tropas, por onde teriam se espalhado os fazendeiros para a ocupação dos territórios adjacentes, estabelecendo suas fazendas em Campos Novos e nas matas próximas. Para tal, massacravam os grupos de indígenas que encontravam, numa “campanha exterminatória, misto de guerra de conquista e de esporte, intitulada caça ao bugre”. Relata que teve contato com essa situação pela primeira vez, em 1931, ao viajar de Campos Novos a Florianópolis, acompanhando fazendeiros da região e, chegando a determinado local, o reconheceram:

---

<sup>122</sup> MARTINS, R. Op. Cit. p. 190-197.

<sup>123</sup> Cf. MOREIRA NETO, Apud. D'ANGELIS, W. Op. Cit. p. 154-155.

<sup>124</sup> Cf. SANTOS, S. C. dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**. Florianópolis: Lunardelli, 1973, p. 54, 77 e 78.

Como antigo aldeamento de ‘bugres’, cuja destruição assistiram como acompanhantes de seus antepassados, quando ainda jovens. Na rememoração das bravatas de seus ancestrais, descrevem cenas que, até hoje, me horrorizam. Entre estas figurava uma praticada por dois compadres: um pegava um curumim (criança) e o jogava para o ar na direção do outro que o esperava para espetá-lo na ponta do facão. Era uma forma muito divertida e habilidosa de praticar o genocídio dos índios da região.<sup>125</sup>

O relato de Piccoli, como migrante e em particular por pertencer a uma família de empresários da colonização, é emblemático para evidenciar a situação dos grupos de “estabelecidos”, na região. Acrescenta que “as razias em território inimigo, desses descendentes de bandeirantes”, originaram os primeiros habitantes das margens do rio do Peixe, formados por índios que fugiam das caçadas de que eram vítimas, embrenhando-se nas matas, onde teriam permanecido “na categoria de intrusos” até o início da colonização. Então foram absorvidos como operários rurais, ou novamente expulsos, algumas vezes de maneira cruel. Recebiam a denominação genérica de “caboclos” e se constituíam de “índios puros, mamelucos, mulatos, cafuzos, brancos e negros, que por uma ou outra razão eram foragidos”. Tinham, no entanto, um denominador comum: “a necessidade de lutar para sobreviver contra tudo e contra todos”.

Um século após a Carta Régia, no período que precedia a criação do Serviço de Proteção ao Índio, a situação que envolvia os povos indígenas, não havia tido alterações significativas. Numa mensagem do governo catarinense à Assembléia<sup>126</sup>, insistia-se na necessidade de uma verba para o serviço de catequese desses povos e, que, não se deveria desanimar diante das dificuldades que pudessem surgir. Mesmo não havendo sucesso nessa tarefa, restaria a “satisfação de havermos cumprido um dever de humanidade, fazendo o possível para salvar a infeliz raça indígena que vive nas nossas matas”. Esse pensamento não era consenso, já que numa mensagem posterior<sup>127</sup> se afirmava não alimentar a utopia da facilidade da catequese, pois esse problema seria dos mais sérios e complexos. Concluía que sem uma prévia observação e sem o conhecimento exato do terreno que se atuaria, nenhuma tentativa deveria ser iniciada, a não ser que se quisesse sacrificar inutilmente vidas e capitais.

Isso mostra como os indígenas resistiram ao avanço do homem branco. E essa resistência se efetivou de diferentes formas: alguns não se deixando cooptar, outros enfrentando a violência dos conquistadores e outros, ainda, resistindo de maneira silenciosa, mesmo que para sobreviver fisicamente, em muitas situações, isso implicasse sofrer a influência do modo de vida dos forasteiros.

<sup>125</sup> PICCOLI, Ivo A. C. Op. Cit.

<sup>126</sup> Cf. Vice Governador Vidal Ramos, 1905, Apud. SANTOS, S. C. Op. Cit. p. 68.

<sup>127</sup> Antônio Pereira Silva e Oliveira, Presidente do Congresso, no exercício do governo, 1906. Apud SANTOS, Sílvia C. Op. Cit. p. 69.

Os povos indígenas tinham a noção de que a terra em que viviam era o espaço natural de garantia da sobrevivência. Eles não desenvolveram a visão mercantil, mas sim a de que a terra era um bem coletivo e pertencia ao grupo que a habitasse. As práticas de sesmarias, da apropriação pela posse e, principalmente, a da necessidade de legalizar as terras, a partir de meados do século XIX, eram estranhas à sua cultura.

De certa maneira essa noção a respeito da terra também era compartilhada pelos caboclos que viviam na região. Como se viu anteriormente “essa gente do sertão” utilizava a terra com o intuito de obter a sua sobrevivência e, na maioria das vezes, de forma rudimentar, tendo em vista as condições sócio-econômicas produzidas na região, onde a obtenção de produção excedente não significava mudança na situação econômica.

Nessa perspectiva, destaca Nodari,<sup>128</sup> uma prática que visasse à produção de excedentes, não interessava aos grandes proprietários de terra. Para eles, era interessante que o maior número de pessoas vivesse nelas, tratasse de obter a sua própria subsistência e suprisse de mão-de-obra as fazendas. A essa estrutura social estava vinculado o poder político dos grandes proprietários de terra que cultivavam a mística de fidelidade ao chefe, como técnica de preservação do grupo social.

Os fazendeiros não visavam número de empregados, mas os desejavam dóceis e facilmente adaptados às suas necessidades.

As condições produzidas historicamente envolvendo os povos indígenas e caboclos, pouco contribuíram para que eles construíssem a noção de propriedade privada da terra. Por isso, a partir do momento em que se fizeram sentir os efeitos da Lei de Terras, tiveram muitas dificuldades em assimilar essa nova situação e em reorganizar sua vida no novo contexto, em especial com o avanço da colonização.

A necessidade de titulação das terras, exigida pela lei de 1850, de modo particular atendia aos interesses dos latifundiários e, posteriormente, dos especuladores ligados às companhias colonizadoras, bem como dos próprios colonos. Assim, a idéia de propriedade passou gradativamente a prevalecer, mas sem evitar os inúmeros conflitos entre os diferentes grupos em disputa, sendo, muitos deles, ainda não resolvidos até os dias atuais.

De forma semelhante ao que ocorrera em outros lugares do país, no município de Cruzeiro, assim como nas suas proximidades, indígenas e caboclos se viram expropriados das terras que tradicionalmente controlavam e lhe proporcionava a sobrevivência, evidenciando como os “forasteiros” se impuseram aos grupos de “estabelecidos”.

---

<sup>128</sup> NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande Causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900–1940**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 59. (Dissertação Economia).

Por mais que tivessem surgido críticas em relação ao modo de colonizar o Sul do Brasil, nas iniciativas desenvolvidas durante o Império, essas não resultaram em práticas diferentes, nas experiências de colonização posteriores. As novas colônias continuaram recebendo imigrantes europeus e seus descendentes e, os brasileiros<sup>129</sup>, em geral, foram relegados a um plano secundário.

Enfim, no início do processo de colonização do Oeste catarinense, a terra servia de uso aos grupos que historicamente a habitavam, constituía-se num privilégio aos latifundiários, que de diferentes maneiras se apropriaram de grandes extensões e, transformou-se em mercadoria nas mãos das empresas colonizadoras. Numa perspectiva diferente daquela, também se tornou de uso, aos migrantes.

Como se procurou mostrar, no início do século XX, o ponto de vista dos governantes era de difundir a imagem da região como uma grande área abandonada, com escassa população e, por isso, necessitaria de efetiva colonização para garantir a sua posse. Sobre essa necessidade, afirma Eunice Nodari, que se desencadeou um processo de colonização e povoamento, a partir da junção de interesses e que isso competia:

A dois grupos de interesses distintos, mas que se aliavam para atingir seus fins e incrementar o aumento populacional. De um lado temos o Estado de Santa Catarina, que necessitava povoar urgentemente a região para garantir a sua posse e, de outro, as companhias colonizadoras, com seus proprietários e agentes de vendas que, em troca do assentamento dos ‘colonos’ na região e da construção de estradas, recebiam do governo as chamadas ‘terras devolutas’, que eram por eles demarcadas e vendidas aos imigrantes e migrantes.<sup>130</sup>

Nesse contexto a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias, iniciaram a exploração das concessões de terras previstas no contrato de construção da ferrovia. A conclusão da moderna via de transporte<sup>131</sup> provocou profundas modificações em todo o vale

---

<sup>129</sup> Renk utiliza o termo ‘brasileiros’ para designar as pessoas que habitavam a região, antes do processo de colonização, em contraposição aos ‘colonos de origem’ que migraram no processo de colonização. Ver: RENK, Arlene. **A luta da erva**. Chapecó: Grifos, 1997.

<sup>130</sup> NODARI, E. Op. Cit. p. 30-31. Salienta que ‘terras devolutas’, para o Estado implica pensá-las como desabitadas, sem registro de propriedade, mas muitas dessas terras eram ocupadas por posseiros.

<sup>131</sup> A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande começou a ser construída em 1906, por uma companhia francesa que depois cedeu seus direitos à *Brazil Railway Company*, sediada em *Portland*, EUA. Essa empresa rapidamente expandiu seus interesses, controlando vários setores ferroviários em São Paulo e no Rio Grande do Sul, além de investir em frigoríficos, indústria de papel, extração de madeiras, negócios de colonização, etc. Formou um grande conglomerado, administrado no Brasil por Percival Farquhar. A potência desse truste era de tal ordem que podia ter a seu serviço enorme quantidade de assalariados, com a única função de defender seus interesses expansionistas, sob o manto da lei. Cf. SANTOS, S. C. Op. Cit. p. 102.



do rio do Peixe e marcou definitivamente a forma de controle da terra nessa região.

A *Brazil Railway Company* buscou controlar o sistema ferroviário do sul do Brasil, de propriedade de diversas empresas brasileiras e estrangeiras. Conforme Nodari<sup>132</sup> o seu registro no Estado norte-americano de *Maine*, deve-se às facilidades existentes na legislação comercial para novas sociedades por ações. Uma delas era a dispensa de integralização de capitais em dinheiro no momento de sua constituição. Desse modo, apesar de constar um capital autorizado de 40 milhões de dólares, foi feito um aporte em dinheiro de apenas 900 dólares.

Em relação a apropriação da terra, no transcurso das décadas iniciais do século XX, observa-se que os interesses dos grupos particulares se impuseram em relação ao poder público. A construção de estradas foi uma das formas para concretizá-los, uma vez que se difundia a idéia que, construí-las era fomentar a riqueza.<sup>133</sup>

O fato de uma moderna ferrovia cortar o vale do rio do Peixe constituiu-se num fator de atração dos mais diversos investidores para a região. As terras próximas, especialmente às da margem direita, que faziam parte do Município de Cruzeiro, foram logo cobiçadas por diversas companhias colonizadoras, as quais buscaram garantir o seu controle e fomentar a colonização. A ligação de Cruzeiro aos grandes centros urbanos como Curitiba e São Paulo, esse emergente pólo econômico, político e cultural do país, deu novo significado à região. Pela sua inserção nesse circuito, a região foi amplamente valorizada, do ponto de vista imobiliário e, em decorrência disso, ampliou-se a disputa pelo controle das terras mais próximas, considerando serem adequadas ao modelo de agricultura familiar que se praticava naquela época.

A comercialização das terras foi impulsionada pela empresa construtora da ferrovia, visto que ela havia estabelecido um contrato como o governo brasileiro, o qual lhe cedia o direito, como parte do pagamento pelos serviços, de áreas de terras próximas à estrada. A empresa procurou estabelecer o controle de tais terras, utilizando uma série de artifícios, entre os quais a pressão às autoridades para que garantissem o que fora estabelecido no contrato. Para isso, no contexto da construção, em 1908, encaminhou um ofício ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas da República e ao Presidente do Estado de Santa Catarina, evidenciando sua preocupação em relação à prática adotada pelas autoridades, referente à

---

<sup>132</sup> Cf. NODARI, R. Op. Cit. O autor cita Saes, e afirma que, em 1910, a "*Brazil Railway Company*" mantinha ligações com no mínimo outras seis empresas e ou instituições ligadas por meio de seu principal dirigente, Percival Farquhar.

<sup>133</sup> Sobre a construção de estradas o entendimento é de: COSTA, A. F. Op. Cit. p. 69. O assunto será tratado especificamente no capítulo seguinte.

venda e concessão de terras na região, assim se manifestando:

A Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande respeitosamente roga a V. Ex. que se digne a comunicar aos Senhores Presidentes dos Estados atravessados pelas linhas da Companhia o traçado das mesmas, e, ao mesmo tempo, solicitar deles que se abstenham de conceder ou vender terras devolutas na zona sobre a qual a Companhia tem os direitos exarados nos decretos 10.432, de 9 de novembro de 1889 e 3.947 de 7 de março de 1901, sendo que oportunamente, será dado conhecimento dos planos aprovados e se procederá à demarcação das terras que cabem à Companhia.<sup>134</sup>

Em diversas outras situações, a empresa construtora da ferrovia dirigia-se aos governantes exigindo, principalmente, a garantia e direito sobre as terras, bem como maior rigor em relação à retirada dos “intrusos” e as ações deles contra seus empregados e colonos. Buscava sempre mostrar a necessidade da criação de condições que lhe garantissem o controle da terra, a sua comercialização ou a exploração da madeira.<sup>135</sup> Constatou-se que solicitações referentes aos mais diversos aspectos eram freqüentes, principalmente relacionadas à pressão no sentido de efetivar o controle da propriedade das terras.<sup>136</sup> Tal pressão parece surtiu efeito, pois as autoridades, em geral, atendiam as solicitações ou eram coniventes com os procedimentos que ela adotavam, nem sempre éticos, e nem legais. As próprias autoridades viam na colonização a possibilidade de crescimento econômico dessa região.<sup>137</sup>

Com isso, a construção da ferrovia impulsionou sobremaneira o processo de colonização, uma vez que a estrada se constituía na possibilidade de transporte da produção das colônias e inseriu a região no mercado nacional e internacional. A sua construção alterou profundamente a forma de conceber o acesso a terra, bem como da utilização dos recursos naturais. Também dinamizou e criou um mercado local, considerando que, ao longo da

<sup>134</sup> Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Petição ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas da República. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, set. – dez. 1908.

<sup>135</sup> Entre os exemplos está um documento enviado pelo Engenheiro Civil Erico Gréseckes, ao Governo catarinense, exigindo um Comissário de Terras para mediar questões entre a Companhia e os moradores das terras. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 23/11/13.

<sup>136</sup> Isso fica claro em várias situações, por exemplo, na solicitação encaminhada por Ramiro Barcelos, representando os interesses da Companhia, a Vidal Ramos, em 29 de maio de 1913, solicitando providências no sentido de normalizar a situação jurídica das terras na região; também na consulta feita por Euclides Canz, em 10 de março de 1916, ao governo de Santa Catarina, acerca do local em que deveria ser instalada uma Delegacia na região próxima a ferrovia, segundo o delegado a instalação teria sido provisória ‘em virtude das longas ponderações dos Srs. Drs. Marcollino Nogueira, advogado da Companhia e Bodan Mikozewski diretor da colônia’ o que evidencia a ingerência dos representantes da Companhia; ou, ainda, na preocupação exposta ao governo pela *Southern Brazil Lumber Colonization Company* com a necessidade de contornar os tumultos numa região em que possuía o direito sobre as terras, entre outros. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 21/09/1919.

<sup>137</sup> Situação observada principalmente nas Falas dos Governadores ao Congresso Representativo/Assembléia Legislativa, utilizadas nesta pesquisa, especialmente na segunda e terceira décadas do século XX.

mesma, foram surgindo diversas vilas e povoações. Esse empreendimento fomentou modificações significativas aos que viviam na região, bem como aos que a ela se dirigiram, seja os trabalhadores da construção ou os colonos. Do ponto de vista oficial e dos colonizadores, a ferrovia criava as condições para integrar essa parte do sertão à Santa Catarina e ao Brasil. Para tal também contribuíram a definição das questões de limites e a criação dos novos municípios. Entre eles está o de Cruzeiro, pelo qual a ferrovia seguia toda a sua extensão oriental.

### 1.5 - Cruzeiro e o contexto da colonização

A criação do município de Cruzeiro, em 1917, ocorreu num contexto de diversas modificações na região, decorrentes das disputas de divisas, internacionais e interestaduais, da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, do conflito do Contestado, da validação de títulos de terra expedidos pelo Paraná ou pelas concessões federais, além da intensificação da venda dos lotes rurais pelas companhias colonizadoras.

As terras, que passaram a pertencer ao município de Cruzeiro, localizavam-se, em sua maior parte, a Oeste do rio do Peixe e eram administradas, até então, pelo município paranaense de Palmas. Nelas, segundo Queiroz, a falta de estradas fazia com que a única atividade viável fosse a pecuária, bastante praticada nas áreas de campo, mas não no vale do rio do Peixe, em função do relevo montanhoso e da ausência de pastagens. Isso fazia com que se mantivesse como “o deserto humano de séculos atrás”. Dado o clima de disputa envolvendo os estados de Santa Catarina e Paraná, este se apressou, mesmo contrariando as decisões judiciais que lhe eram desfavoráveis, em promover o povoamento do rico município de Palmas destinando para tal fim “as terras devolutas na margem do rio do Peixe”.<sup>138</sup>

Com essa atitude, o estado do Paraná fez avançar o processo de apropriação das terras, prática que se intensificou no período entre a definição das divisas internacionais, em 1895, até o contexto em que se deu o acordo entre os dois Estados, em 1916.

Tão logo se decidiu oficialmente a questão de limites interestaduais, o governo catarinense promoveu a criação dos quatro novos municípios, no intuito de facilitar a

---

<sup>138</sup> QUEIROZ, Alexandre Muniz de, et. al. (Org.) **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: [s.n.], 1967, p. 11. O autor cita que a iniciativa foi oficializada pelo decreto n. 47, de 15 de fevereiro de 1905.

administração do território incorporado à Santa Catarina, bem como para estimular a sua colonização.<sup>139</sup>

No caso do município de Cruzeiro, a localização geográfica em relação à ferrovia era amplamente privilegiada o que favorecia a possibilidade de acesso e escoamento da produção. A estrada percorria a margem esquerda do rio do Peixe, o qual era o limite oriental do neomunicípio. As estações ferroviárias criadas ao longo do percurso se constituíram em referências para a colonização.

Em relação ao significado da construção da ferrovia, destaca Eunice Nodari<sup>140</sup> que a mesma se constituiu num dos fatores de diferenciação do município de Cruzeiro em relação a Chapecó, por influenciar significativamente no processo de construção da região, especialmente por facilitar o fluxo de migrantes. Já o município de Chapecó, ligado por rodovias, que geralmente se apresentavam com grandes problemas, principalmente nas épocas de chuvas, enfrentava maiores dificuldades. Salienta ser inquestionável que as ferrovias exerciam influência na geografia econômica, urbana e cultural das cidades, o que, no caso, podia ser constatado pelos dados referentes à população urbana, apontados pelo censo demográfico de 1950. Esse colocava a área urbana de Cruzeiro/Joaçaba com uma população de 6.674, sendo mais do dobro da de Chapecó, que indicava apenas 2.633 habitantes.

Parte significativa da extensão territorial do município de Cruzeiro, de quase oito mil quilômetros quadrados, foi dividida em lotes e vendida aos colonos, principalmente no período compreendido entre a sua criação, até meados do século XX<sup>141</sup>. As áreas de campo aonde prevaleceram as “fazendas de criar”, como foi o caso de parte dos atuais municípios de Água Doce e de Ponte Serrada, Catanduvas e Passos maia, foram exceções.

Nas áreas de colonização do Oeste, com o avanço do processo, houve o desdobramento em novos municípios, sendo que na região surgiu uma grande quantidade de núcleos urbanos de vários tamanhos, desde cidades até simples aglomerados, iniciados onde aparecia uma casa de comércio com algumas moradias ao seu redor. Além disso, o próprio

---

<sup>139</sup> Os municípios criados foram Chapecó, Cruzeiro/Joaçaba, Mafra e Porto União. Pode-se constatar a preocupação das autoridades estaduais com a colonização dessa região, nas Falas dos Governadores ao Congresso Representativo catarinense, em especial no transcurso da década de 1920. Nesse período se diminuiu a atenção com a ‘ordem pública’ e se intensificou a preocupação com as terras devolutas e com a colonização.

<sup>140</sup> NODARI, E. Op. Cit. p. 102.

<sup>141</sup> Para Eunice Nodari esse foi um período de consolidação do processo de colonização, sob a direção conjunta dos representantes das elites regionais: empresários das colonizadoras, madeireiros, comerciantes, funcionários públicos, pequenos industriais e profissionais liberais, diferente do que ocorria com outras cidades do Estado, fortemente ligadas às elites da capital. Cf. Op. Cit. p. 107-8.

desenvolvimento dessas cidades ou o surgimento de outras, dependia do grau de desenvolvimento agrícola e das estradas que davam acesso à região e serviam de escoamento dos produtos.<sup>142</sup>

Essa característica de colonização do território favoreceu a divisão em novos municípios, sendo que, do antigo município de Cruzeiro, Concórdia se desmembrou em 1934, dando início a um processo que se intensificou no final da década de 1950 e início da seguinte, com a criação dos municípios de Ponte Serrada, Água Doce, Catanduvas, Jaborá e Irani.

É importante destacar que, ao falar da área do antigo município de Cruzeiro, fala-se de um território heterogêneo e de um complexo processo de apropriação de suas terras. A grande extensão envolvia algumas áreas de campos e outras de vales e mata, ou as “fazendas de criar” e as “terras de cultura”.<sup>143</sup> A antiga região dos Campos de Palmas foi palco da atividade do criatório desde o início do século XIX, fato que impulsionou a busca pela conquista da terra pelo homem branco, principalmente o luso-brasileiro. Esse avançou na direção do Sul, tomando conta de grandes áreas nas regiões paranaenses de Guarapuava e de Palmas.

Em relação ao território do ex-Contestado, afirma Eunice Nodari, que as disputas das terras despertaram a atenção do governo estadual acerca da necessidade de criação de uma política governamental de povoamento. A implantação dessa política possibilitou a migração para a região, a partir das primeiras décadas do século XX, de um contingente significativo de pessoas, tornando a história da região diferente de outras, pois, até então, não havia esta preocupação por parte do setor público. A partir da assinatura do acordo com o estado do Paraná, a região passou a figurar como área prioritária na política de povoamento da época.<sup>144</sup>

No entanto, os anos iniciais do processo de colonização do ex-Contestado foram de dificuldades concernentes a infra-estrutura que o poder público oferecia. Por mais que o governo se esforçasse em mostrar suas realizações ou em viabilizar a construção de estradas e

---

<sup>142</sup> Cf. NODARI, E. Op. Cit. p. 97.

<sup>143</sup> Essa diferenciação é feita por RENK, Arlene. **A luta da erva**. Chapecó: Grifos, 1997, p. 31-37. A autora diferencia as ‘fazendas de criar’ e as ‘terras de cultura’, sendo essas normalmente destinadas às pequenas lavouras e aquelas à criação extensiva de animais.

<sup>144</sup> NODARI, Eunice S. 1999, p. 20, 28-30. A autora apresenta dados sobre o crescimento demográfico afirmando que no município de Cruzeiro/Joaçaba a população aumentou sensivelmente nos anos 1920, alcançando 17.526 habitantes, em 1931, com densidade demográfica de 2,4 habitantes por km<sup>2</sup>.

outras obras necessárias na região recém incorporada ao Estado, as limitações nesse sentido foram bastante evidentes.

Essa situação de precariedade era reconhecida pelo poder público, num dos relatórios de Fulvio Aducci, que se referia ao contexto da colonização na região. Afirmava Aducci que esse movimento espontâneo dos filhos dos primeiros colonos tinha sido sempre desordenado, à feição do acaso, sem a mínima orientação prática. Pelo fato de se estabelecerem em terras devolutas e distantes da ferrovia, atraídos pela propaganda dos donos de latifúndios, esses colonos abriam picadas que os conduziam às colônias e ali ficavam separados do resto do mundo, como que abandonados, sem estradas, sem escolas e sem autoridades. “Começa então a franca decadência de suas qualidades”, e isso o Governo só poderia evitar com muita dificuldade e com o tempo, uma vez que os núcleos coloniais eram numerosos e não haveria recursos financeiros suficientes para dotar cada um deles com os elementos indispensáveis à vida e ao desenvolvimento humano.<sup>145</sup>

O olhar de Aducci, representando a ótica oficial, salienta que os filhos dos colonos que acorreram para a região teriam suas qualidades ameaçadas, caso não tivessem o amparo das “conquistas da civilização”, as quais o Estado deveria favorecer. Portanto, não era conveniente àqueles colonos permanecerem “isolados no sertão”. Tal juízo tinha sustentação no darwinismo social, o qual segundo Oliveira,<sup>146</sup> substitui a consciência e a escolha racional pela hereditariedade e pelo meio como variáveis determinantes da conduta humana.

Em que pese o quadro de limitada infra-estrutura existente na região, a criação do município de Cruzeiro e do seu entorno administrativo, favoreceu o avanço do processo de colonização, pois tal organização administrativa dava mais segurança a quem pretendesse investir, seja na aquisição de terras ou na implantação de outros empreendimentos.

Importante lembrar, ainda, que no sul do Brasil, na aurora do século XX, buscavam-se novas áreas para a expansão da colonização, em especial as localizadas em regiões que não concorressem ou fossem de interesse das “fazendas de criar” ou do latifúndio. A maior parte das terras pertencentes ao município de Cruzeiro atendia a esse quesito.

Por outro lado, as populações das antigas regiões de colonização, especialmente no

---

<sup>145</sup> Cf. ADUCCI, Fulvio. Os Relatórios do Dr. Aducci. Jornal **Folha do Norte**. Mafra, 20 de outubro de 1918, p. 1. Matéria que fala dos relatórios de anos anteriores, do Dr. Aducci, Secretário Geral do Estado, referindo-se ao aspecto da colonização da região.

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Lúcia L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo Brasiliense, 1990, p. 67.

Rio Grande do Sul, que possuíam uma elevada densidade demográfica<sup>147</sup> para os padrões da época, tornaram-se potenciais consumidoras das terras da nova região de colonização.

Foi nesse contexto que, a maior parte do território de Cruzeiro se abriu à colonização e no qual, várias companhias colonizadoras passaram a controlar grandes extensões de terra, transformando-as em lotes destinados a agricultura familiar o que permitiu a atração de um número significativo de migrantes a esse município.

---

<sup>147</sup> Em outro trabalho se demonstrou que a região de colonização italiana do Rio Grande do Sul apresentava, em 1917, uma densidade demográfica de 28,5 habitantes por Km<sup>2</sup>. Ou quatro vezes superior à média daquele Estado. Cf. RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2. ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001, p. 69.

## **2 - COMPANHIAS COLONIZADORAS EM CRUZEIRO**

A forma como as companhias colonizadoras aproveitaram-se das situações criadas, em especial pelo poder público catarinense, para o controle das terras no município de Cruzeiro, nas primeiras décadas do século XX, bem como dos artifícios que utilizaram para vendê-las aos colonos, é o objeto de discussão deste capítulo.

Busca-se evidenciar que, a partir do contexto da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e da definição dos limites interestaduais, as terras que passaram à jurisdição catarinense e que eram consideradas devolutas, foram alvo de uma intensa disputa. Nela, além de grandes latifundiários, os empresários da colonização inseriram-se no cenário compondo a teia de interesses. Essa foi engenhosamente tecida, num jogo que envolvia inúmeros especuladores particulares e governantes, e definiu as condições para que, em curto espaço de tempo, ocorresse a apropriação privada da terra.

Pretende-se também destacar que, no desenrolar dessa trama, ocorreu o domínio dos interesses privados em detrimento dos grupos que historicamente habitavam essas terras, com a conivência ou participação de pessoas ligadas ao poder.

Uma vez que esse processo de domínio sobre as terras se efetivava, controlado particularmente pelos empresários da colonização, elas foram divididas em lotes destinados à agricultura familiar e, através de uma ampla campanha publicitária, foram vendidas aos colonos.

Com isso coloca-se em evidência a forma como as terras do município de Cruzeiro, na primeira metade do século XX, passaram ao controle privado. Sob o comando das companhias colonizadoras o espaço foi reconstruído de tal forma que se adequasse às possibilidades de aquisição ou interesse dos colonos, favorecendo a venda dos lotes e a expansão do processo de colonização. Na visão das autoridades catarinenses, tal situação possibilitaria superar a situação de “sertão” em que essas terras se encontravam e criariam as condições para “modernizá-las e civilizá-las”.

O entendimento corrente na época era de que esse seria o fardo do homem branco. A ele caberia levar os benefícios da civilização moderna a todos os espaços considerados inaproveitados, pois seria indiscutível que ele seria progressista e saberia estabelecer o bom governo.



## 2.1 - Entre o poder público e o interesse privado

Na passagem para o XX, diversos empresários da colonização, em especial sulriograndenses, perceberam que o contexto para a comercialização de terras no vale do rio do Peixe era bastante promissor, tendo em vista, principalmente, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Essa estrada, por facilitar o deslocamento de pessoas e produtos, valorizou, sobremaneira, as terras nas suas proximidades.

Com a construção da ferrovia, a *Brazil Railway Company*, a sua subsidiária *Brazil Development & Colonization Company* e a subsidiária desta, a *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, tornaram-se nomes correntes, quando se trata da colonização, seja do antigo município de Cruzeiro, seja do Oeste catarinense.

No início da segunda década do século XX, várias companhias colonizadoras surgiram. A terra possuía um forte apelo comercial, principalmente as mais próximas à ferrovia e a partir de 1920, tornaram-se as principais referências de colonização do município de Cruzeiro. Entre os fatores que favoreceram a atuação das companhias, salientam-se as facilidades e os incentivos proporcionados pelo poder público catarinense à iniciativa privada, para impulsionar a colonização. O número expressivo de empresários interessados nessa atividade, no Oeste catarinense ou em Cruzeiro, como se observa na Tabela 3, evidencia que era uma atividade vantajosa.<sup>148</sup>

Em geral, as companhias colonizadoras eram empresas formadas por um grupo de sócios, com diferentes participações de capital e, na maioria das vezes, apenas um deles atuava na região com as atividades relacionadas à venda das terras e, outro ou outros operava no escritório, nas cidades sedes das empresas.<sup>149</sup> Com isso, os sócios não se envolviam muito nas atividades diretas de venda e colocação dos colonos nas terras. Quem efetivamente fazia a administração e gerência dos trabalhos, seja de demarcação, de apresentação dos lotes aos interessados em sua aquisição, de recepção dos colonos, entre outros, eram sócios, muitas vezes minoritários e pessoas de confiança contratadas para tal fim.

---

<sup>148</sup> Além dessas colonizadoras, várias outras atuaram nas proximidades, não necessariamente seguindo os atuais limites municipais. Entre elas: Formigheri & Cia - Colônia “Benito Mussolini”, Colônia José Petry & Cia., Picolli & Cauduro & Alberto Schmidt e Kroeff, Selbach & Cia., especialmente em Tangará, Pinheiro Preto, Videira e Iomerê.

<sup>149</sup> Entre as principais cidades sulriograndenses que eram sede das companhias colonizadoras, citam-se: Caxias do Sul, Porto Alegre, Passo Fundo e Carazinho. Marcelino Ramos também é sempre citado como local de escritórios de empresas, por ser a “porta de entrada” para Santa Catarina, pela ferrovia. Essas empresas também possuíam escritórios e representantes em vários outros municípios, nas antigas áreas coloniais. Werlang, referindo-se às terras conseguidas do governo catarinense, por José Rupp no Extremo -oeste, salienta que por ele não possuir recursos que lhe permitisse tomar a si o encargo da colonização, tratou de transferir as concessões a terceiros. Como não os encontrasse em Santa Catarina, dirigiu-se ao Rio Grande Sul e ofertou a transmissão dos direitos e vantagens que o governo catarinense lhe conferia. Cf. p. 27-28.

**Tabela n. 3** - Companhias Colonizadoras que atuaram em Cruzeiro

<b>Empresa (e diferentes nomes)</b>	<b>Local de atuação</b>
Brazil Railway Company; Brazil Development & Colonization Co. Southern Brazil Lumber e Colonization Company	Terras as margens da ferrovia, em geral repassadas a outras empresas.
Angelo De Carli, Irmão e Cia., Irmãos De Carli e Paganelli; Colonizadora Cruzeiro.	Ponte Serrada, Vargem Bonita, Irani e Passos Maia.
Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.	Joaçaba, Jaborá, Herval d'Oeste, Catanduvas, Lacerdópolis, Ouro, Ipira e Peritiba.
Mosele, Eberle, Ahrons & Cia	Concórdia, Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.
Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. José Petry: sócio e representante da Luce, Rosa & Cia.	Seara, Ita, Paial e Concórdia.
Empreza Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia.	Seara, Arvoredo, Xavantina e Ita.
Selbach Muller & Cia.	Treze Tílias (vendeu terras à Sociedade Austríaca de Colonização) e Ibicaré.
Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. H. Hacker & Cia	Herval D' Oeste, Capinzal, Piratuba, Ouro, Joaçaba e Água Doce. (Em 1923 teve como aliada a Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.)
Empresa Colonizadora e Pastoral Théodoro Capelle & Irmão	Piratuba e Concórdia.

**Fonte:** Elaborada a partir das Propagandas das companhias colonizadoras e outros documentos.

O depoimento de um sócio de uma empresa colonizadora confirma essa prática:

Nenhum dos sócios da firma morava aqui, o único que sempre morou aqui fui eu. Eu fazia a venda. O que os diretores faziam lá fora era a planta, mas eles me atrapalhavam, pois me pediram pra localizar a sede da colônia e quando localizei a sede eles venderam 20 colônias na sede e isso atrapalhava meus negócios. Esses que eu poderia vender aqui para trazer já, não podia vender ali, porque não podia vender uma terra duas vezes, não é.<sup>150</sup>

Acrescenta que acompanhou o trabalho em praticamente todos os lotes, ajudando na medição, dando nomes a rios e desenvolvendo outras atividades da colonizadora, e, mesmo assim os outros sócios, que estavam no Rio Grande do Sul, entendiam que poderiam agir sem consultá-lo.<sup>151</sup>

Por vários depoimentos infere-se que os administradores das empresas eram pessoas gabaritadas, possuidoras de habilidades que significassem “tratar bem os colonos” ou “os compradores” e que soubessem lidar com os diversos tipos de problemas das colônias. Essas

<sup>150</sup> Cf. Entrevista com Rui Acádio Luchese. São Miguel do Oeste, 22/01/02. A/A.

<sup>151</sup> Noutras situações se observou, também, que sócios de determinada empresa se juntavam a outros, que investiam na mesma atividade, em outra área ou em outras atividades. Como exemplo cita-se a Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker e Cia., que além de manter um escritório em Herval (d'Oeste), anunciava também terras no Sudoeste do Paraná. Conforme Jornal *Cittá di Caxias*. Caxias, 12 de agosto de 1921. Ano IX, n. 413, p. 4. e 30 de setembro de 1922. Ano X, n. 464, p. 3. A empresa atuou em outros Estados e, no início da década de 1920 associava-se com a Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.

peessoas tornaram-se referências, para tratar desde situações familiares e matrimoniais, questões técnicas da lavoura, discórdias entre vizinhos, entre outros. Destaque-se Hermano Zanoni, da “Mosele, Eberle e Ahrons”, de Concórdia, que possuía a formação de “Capataz Rural”, curso concluído em 1920, no Posto zootécnico da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que, por sua forma de atuar, construiu uma imagem positiva na comunidade.<sup>152</sup>

Também se infere que essa prática foi comum entre as diversas empresas que, no contexto da construção da ferrovia e da definição dos limites, fizeram da apropriação privada da terra, uma intensa disputa de interesses, entre os que detinham o poder político e o econômico. Por isso, em muitas situações, a atuação dos empresários da colonização às vezes parecia se confundir com as aspirações do governo catarinense e vice-versa.

Em Santa Catarina, após a Guerra do Contestado e a Primeira Guerra Mundial, buscou-se incrementar a imigração e migração no intuito de colonizar as terras, consideradas demograficamente vazias<sup>153</sup>. Essa tarefa se tornou um negócio amplamente explorado por empresários particulares, que iniciaram a atuação nas proximidades da ferrovia, após a construção.<sup>154</sup> No entanto, pelas mensagens do governo catarinense ao Congresso Representativo, constata-se que a questão da colonização passou a merecer maior atenção a partir de 1920, especialmente depois da demarcação dos limites interestaduais, em 1921.

A atuação das companhias colonizadoras, em particular na venda dos lotes rurais, constituiu-se em parte de um projeto de apropriação privada da terra. Desde a proclamação da República, essa prática expandia-se também em outras regiões do país, nas quais a política de colonização era incentivada, principalmente em áreas onde havia abundância de terras devolutas de domínio público. No caso de Cruzeiro e, em geral do Oeste catarinense, colocou-se em prática um projeto pretendido ou avalizado pelo governo do Estado, o que

---

<sup>152</sup> Entre os depoentes cita-se, Luiz Suzin Marini, José Chiucheta e Orvelino Antônio Zotis. Sobre Hermano Zanoni Ver **Figura n. 2**, a seguir. Atente-se que no diploma consta a inscrição do provérbio latino “*Cereris sunt omnia munus*”, que significa “Toda a dádiva provém de Ceres”, ou “toda a dádiva provém da terra”. Ceres é a deusa romana da agricultura. Por essa atuação esses nomes se tornaram referências nas comunidades. Hermano Zanoni, no caso, recebeu um Certificado de Agradecimento da Prefeitura de Concórdia, em 25 de julho de 1984, pelo “Pioneirismo no Setor da Colonização”, leva o nome do Museu da cidade, que coincidentemente, situa-se na Rua Abramo Eberle, outro empresário da colonização; na cidade também existe outra rua com o nome de Leonel Mosele, outro empresário.

<sup>153</sup> Essa intenção do governo catarinense ficou evidente, em especial nas Mensagens anuais ao Congresso Representativo. Também era avalizada pelo governo brasileiro, uma vez que Santa Catarina figurava entre os estados pobres, que não dispunham de condições financeiras para promover tal processo.

<sup>154</sup> Algumas companhias colonizadoras já possuíam títulos de terra, no final do século XIX, como foi o caso da Luce, Rosa e Cia. (1893), Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia. (1893) e Hauer e Irmãos (1896). Essas empresas figuram “Registro de títulos do Paraná, referentes aos municípios de Cruzeiro e Chapecó - 1842-1930”, como se observa na Tabela n. 1. As aquisições feitas pelos empresários, além do interesse de proprietários particulares e de outros pretendentes, desencadearam uma série de disputas, especialmente com a empresa construtora da ferrovia.

levou os empresários da colonização a se utilizarem dele para ampliar suas vantagens.<sup>155</sup>

Esse foi um período em que a perspectiva liberal se tornava cada vez mais saliente no Brasil. Conforme Faoro, para o brasileiro dessa época, ser culto e moderno, significava “estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural”. Significava, ainda, ter otimismo e confiança no indivíduo, na certeza de que o futuro “aniquilaria a miséria e corrigiria o atraso”.<sup>156</sup> Para que isso ocorresse, fazia-se necessário enfrentar as mazelas que afetavam o país, entre as quais estaria o sertão e sua gente vivendo em completo atraso. Por isso, era preciso modernizar, tanto o seu modo de ser quanto o de trabalhar.<sup>157</sup>

Nesse sentido, as discussões foram intensas nas primeiras décadas do século XX. Sob a alegação de expandir a modernidade e a civilização, os interesses privados, em especial no que tange ao controle da terra, fizeram parte dessa urdidura que se tramava, sendo protegidos e delineando decisões dos governantes. Com isso, salienta Faoro, o patrimonialismo se impôs pela atuação do “capitalismo politicamente orientado”, que buscava lucrar, seja pela especulação ou pelo desenvolvimento econômico, sob o comando político. Acrescenta que, nessas situações,

---

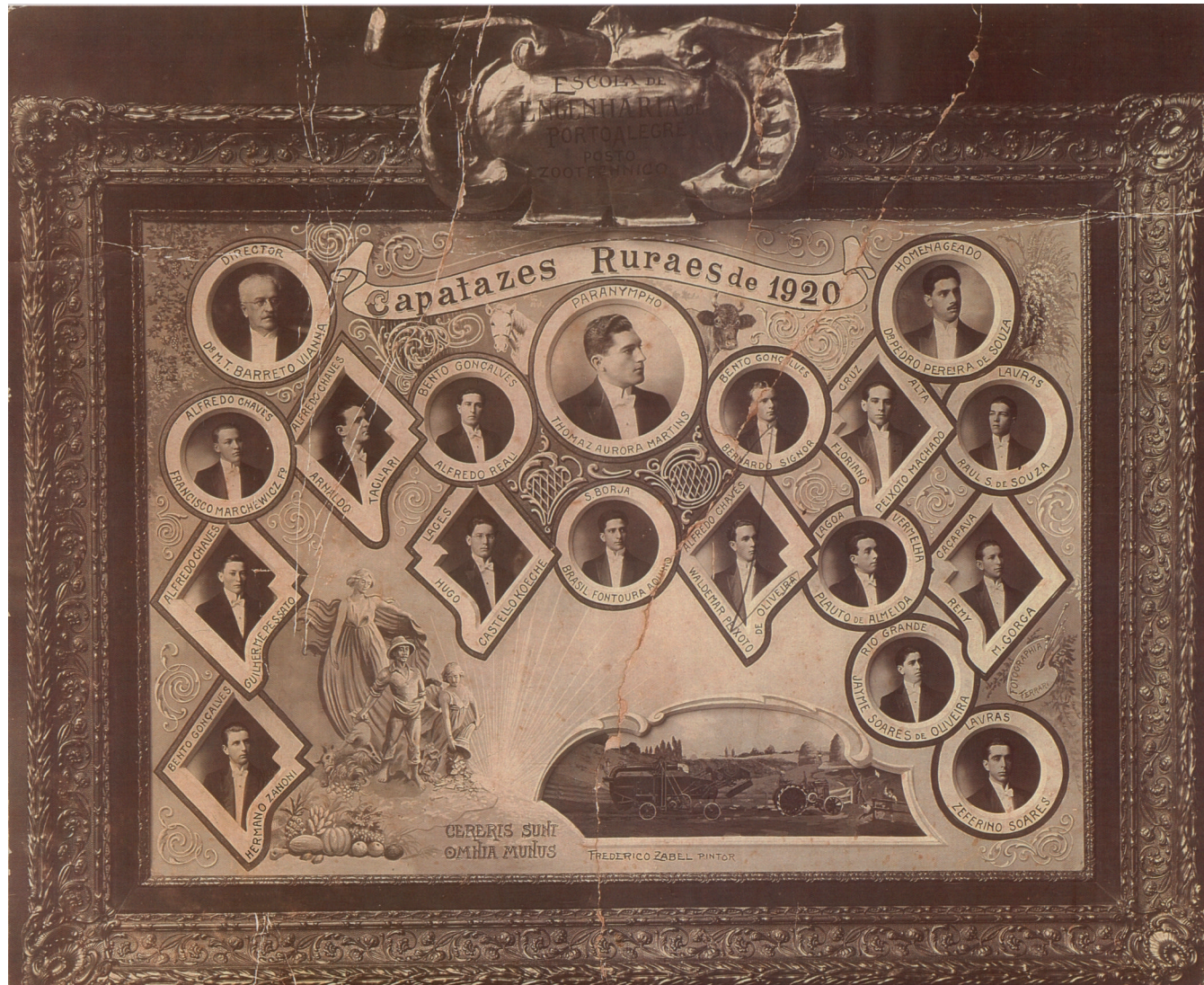
<sup>155</sup> Rosangela Cavallazzi da Silva, em sua pesquisa sobre o Meio-oeste catarinense evidencia e atribuiu singular importância a inserção e influência de grupos estrangeiros, em especial da *Brazil Railway Company*, seja no controle do sistema ferroviário, na industrialização da madeira e na apropriação privada da terra. SILVA, R. C. **Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada** (um estudo da “Brazil Railway Company” no Meio-oeste catarinense). Florianópolis, UFSC, 1983. (Dissertação, Direito).

<sup>156</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 501.

<sup>157</sup> Esse pensamento era corrente e se exemplifica, entre outros, nas palavras de Gilberto Amado, em 1916, ao afirmar que; “hoje, na República, o estado social é o mesmo em todo o Brasil; é o mesmo que na Monarquia. Povo propriamente não o temos. Sem contar o das cidades que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência”. Apud. Ianni, O. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 97.



Figura n. 2 - Diploma de Hermano Zanoni, Capataz Rural.



Fonte: Acervo do Museu Hermano Zanoni, Concórdia.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. [...] Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade se assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi.<sup>158</sup>

Na concepção de quem pleiteava efetivar o controle da terra, era necessário superar o passado, “de abandono”, fazendo perdurar o sistema de propriedade. Nessa perspectiva, a trama tecida entre particulares, em particular os empresários da colonização, e figuras de influência política, imiscuíram interesses privados com os públicos, fazendo com que aqueles se impusessem no processo de apropriação privada da terra. Isso desencadeou, nas décadas iniciais do século XX, uma intensa mercantilização da mesma, marcando o avanço capitalista sobre o município de Cruzeiro e, mesmo, sobre a região.

Em relação a Cruzeiro, o governo catarinense fez diversas concessões e facilitou a atuação dos empresários privados para que promovessem a reocupação do espaço. Dessa forma, explicitamente ou não, defendia a idéia de que se criariam, com isso, as condições para impulsionar o progresso econômico, a partir da agricultura familiar e da qualificação étnica da população regional.

Os empresários da colonização procuraram manter uma estreita relação com o poder público estadual, como se constata em vários ofícios enviados a autoridades, em especial no transcurso da segunda e terceira décadas do século XX. Na maioria deles há referências lisonjeiras aos governantes e, ao mesmo tempo, faziam-se reivindicações de melhorias na infra-estrutura das áreas a serem colonizadas. Solicitavam outros benefícios como: segurança e proteção aos empresários e colonos, providências em relação a pedidos de registros de terras, especulava-se sobre possíveis vantagens na aquisição de terras devolutas, entre outras. Destacam-se algumas dessas situações, no intuito de evidenciar como esses empresários estavam atentos a possíveis benefícios que pudessem obter do poder público.

Um desses documentos, que solicitava informações pormenorizadas e mapas, partiu do consulado norte-americano no Rio de Janeiro. Questionava o governo de Santa Catarina sobre a possibilidade de colocar no Estado, “alguns milhares de colonos agricultores, a maioria dos quais traria consigo avultado pecúlio e se constituiria em importante mão-de-obra, tão necessária ao país”. Afirmava que o responsável pelo projeto organizara uma sociedade mútua desses futuros colonos e buscava as vantagens que seriam concedidas à

---

<sup>158</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 733.

empresa e ao colono. Inquiria sobre a quantidade de terra devoluta e sobre a possibilidade de desapropriá-la, sem ônus, para fins de colonização, e caso isso não fosse possível, solicitavam preços, condições de pagamento ou se havia concessão colonial que tivesse caducado e pudesse ser concedida. Além disso, questionavam sobre a possibilidade de conceder terras sob a condição de, em troca, construir estradas e possibilitar a navegação de rios. Questionavam ainda sobre o que receberiam caso estabelecessem uma cidade ou um centro industrial e se haveria ressarcimento das despesas feitas para visitar as terras.<sup>159</sup>

Entre as situações que evidenciam o imiscuir-se de empresários da colonização com o poder público, está a que envolveu a criação de uma Delegacia de Polícia, em 1916, prevista para ser instalada em Rio das Antas, localidade situada às margens da ferroviária. O advogado Marcollino Nogueira e o diretor de uma colônia, Bodan Mikozewski, em consulta às autoridades estaduais, pleiteavam que tal Delegacia deveria ser instalada na vila de Herval. Por sua vez, o representante do órgão público argumentava junto ao governo, que tal advogado envidava esforços no sentido de não deixar fixar em Rio das Antas, onde, segundo ele “os interesses do Estado determinam tal solução”, mas “os referidos cavalheiros insistiram em tal medida” e que estariam fazendo prevalecer os interesses particulares. Mesmo que o Delegado, “para amenizar a situação e ganhar tempo” tivesse visitado Rio Capinzal e Herval para “desarmar indivíduos que perturbam a ordem”, os interessados da Companhia insistiam em suas ponderações e, diante disso, apesar do chefe de polícia entender a situação de qual seria o local mais adequado para a instalação da Delegacia, quis atender o Sr. Marcolino Nogueira, advogado da Companhia.<sup>160</sup>

No mesmo documento, o Delegado coloca outra situação referente à Vila de Rio Capinzal, em que o diretor daquela colônia lhe teria “exigido atenção e transmitido recados”, pois os colonos haviam se levantado contra a sua autoridade. Mas, ponderava o diretor que a situação estaria controlada com a intervenção do subdelegado de polícia e um grupo de policiais daquela localidade.

Saliente-se que este período ainda era de tensão na região, por conta da Guerra do Contestado, mas também coincidia com a disputa pelo controle das terras pelas companhias colonizadoras e com o início da venda dos lotes rurais, em particular pela *Brazil Development and Colonization Company*. Para facilitar essa atividade, a empresa pleiteava, junto ao poder público, a criação da Delegacia de Polícia, argumentando que isso proporcionaria mais

---

<sup>159</sup> Dr. John Albertus. “*Organisateur et exploreur pour la colonisation en Amerique du Sud*”. *Autheur et correspondent. New York, USA*. Of.PGSC. APESC. 18 de janeiro de 1911.

<sup>160</sup> Euclides Canz. 2ª Delegacia de Polícia de Campos Novos, Rio das Antas, 10 de março de 1916. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 10/03/1916.

segurança aos colonos, bem como criaria as bases da “sociedade ordeira” que se pleiteava instalar na região.

É sempre evidente a preocupação com a defesa dos interesses privados, por parte dos que comandavam as iniciativas particulares, em especial as relacionadas à venda das terras. Pela obtenção de benesses públicas e a imposição de uma série de mecanismos buscavam a valorização das mesmas. Em muitas ocasiões, os empresários da colonização recorriam ao poder público para fazer valer seus interesses, como em outubro de 1917, quando, por ofício da direção da *Lumber*, agradecia-se ao atendimento de sua reivindicação, de “envio de dez praças para a segurança”.<sup>161</sup> Já, em setembro de 1919, exigia a presença efetiva de policiais na região, “como havia prometido o Secretário dos Negócios, Fulvio Aducci”, pois, julgava haver “uma tensão de revolução” e, “os caudilhos que se opunham ao acordo, que se encontravam impunes e tranqüilos de suas últimas façanhas”, sentiam-se encorajados para iniciar uma nova campanha. Por isso, justificava a necessidade da presença de policias federais ou estaduais para patrulhar o território e garantir a segurança. Ressalva o gerente da empresa que seu intuito era apenas o de servir e que não desejava ser julgado como “um ditador da política”.<sup>162</sup>

Por diversas vezes a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, suas subsidiárias ou as outras empresas particulares utilizaram esse tipo de expediente, em relação ao poder público, visando à obtenção de auxílios e a consolidação de seus interesses. Noutra correspondência, enviada por Ramiro Barcelos, representante da Companhia São Paulo-Rio Grande, ao “Exmo. amigo Coronel Vidal Ramos”, salientava-se que, pela lei n. 947, de 31 de agosto de 1912, estaria o Governador autorizado a decidir e resolver a respeito das reclamações da Companhia. Por isso solicitava,

De vosso esclarecido governo, uma solução às reclamações da Companhia pendentes de vossa decisão há já algum tempo. O assunto prende-se à necessidade urgente que tem a referida Companhia de normalizar a sua situação jurídica relativamente às terras marginais à linha do Uruguai. Dentro em breve, nosso representante o Dr. Marcolino Nogueira seguirá para Florianópolis no intuito de obter a solução desse importante assunto, que não pode, tanto no interesse do Estado, que tão dignamente administrais, como no da própria Companhia, persistir no estado anômalo em que se encontra. Certo de que uma pronta e justa decisão de vosso reconhecido critério não se fará esperar, subscrevo-me com a mesma estima de sempre e a mais distinta consideração. Vosso amigo e admirador, Ramiro Barcelos.<sup>163</sup>

<sup>161</sup> Diretor da *Southern Brazil Lumber Colonization Company*. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, Of. 14/10/1917.

<sup>162</sup> Diretor da *Southern Brazil Lumber Colonization Company*. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, Of. 21/09/1919.

<sup>163</sup> Ramiro Barcelos, representante de Cia São Paulo-Rio Grande. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 29/05/1913.



Essa solicitação ligava-se ao conflito de interesses entre as próprias companhias colonizadoras e/ou proprietários, pela ocupação das áreas mais próximas da ferrovia, as quais eram mais valorizadas.<sup>164</sup> É emblemático que o pedido tenha partido de Ramiro Barcelos, foi médico e jornalista em Porto Alegre, mas abandonou a medicina, em 1906, para se dedicar à política. Exerceu os cargos de Deputado Provincial, Senador da República e Ministro Plenipotenciário. O poder público e os interesses privados estavam bastante próximos.

Também se coloca uma declaração da *Brazil Development*, diante das publicações feitas na imprensa do Sul, por outras empresas colonizadoras, especialmente a Oeste Catarinense, com a “visível intenção de prejudicar nossos serviços de colonização, nas terras que nos pertencem por contrato firmado com o governo do Estado”. Isso teria levado a empresa a prestar esclarecimentos acerca da condição de suas terras e, ao mesmo tempo, frear o ímpeto da concorrente, uma vez que a autoridade “estaria obrigada a salvaguardar direitos de terceiros.”<sup>165</sup>

O contexto que envolveu a definição do acordo de limites com o Paraná, foi de grande assédio às autoridades catarinenses, por parte de particulares e grupos de empresários, que buscavam se apropriar das terras. Ao mesmo tempo o governo de Santa Catarina demonstrava que o interesse sobre a imigração e a colonização se fortalecia. Afirmava que esses eram “serviços indispensáveis em todo o país novo que precisa povoar o solo para cultivá-lo”, porém isso requeria vultosa soma em dinheiro, “que não comportam os nossos recursos orçamentários”. Reconhecia que diante dessas limitações, aumentava o interesse privado no sentido de efetivar a colonização. Por outro lado, difundia a idéia de que as terras catarinenses eram as mais adequadas para receber colonos europeus, “como provava o admirável progresso das antigas colônias”. E para continuar a recebê-los e obter os favores da União, além da uberdade dos terrenos, era preciso que eles se situassem às margens de rios navegáveis ou de estradas de ferro, situação que seria privilegiada para o Estado.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Um depoimento referente ao caso de Tangará, dá conta que nesse local a colonização teria sido retardada, pois a *Brazil Railway*, por uma de suas subsidiárias, disputava a posse das terras impedindo seu loteamento. Cf. PICCOLI, Ivo A. Cauduro. **Subsídios para a História de Tangará**. Prefeitura Municipal de Tangará. Depoimento Mimeografado.

<sup>165</sup> *Staffetta Riograndense*. Declaração da *Brazil Development e Colonization Company*. Caxias do Sul, 10 de maio de 1922. Conforme Werlang, p. 33, a empresa já havia publicado outra declaração com teor semelhante na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, em 20 de abril de 1920. Essa situação envolvia as terras cedidas por contrato de construção da ferrovia, mas na indefinição das questões de divisas, outros interessados passaram a pleiteá-las. Como o governo catarinense perdeu na justiça, obrigou-se a expedir novos títulos a *Brazil Development*, em outras áreas. No que se refere aos “direitos de terceiros” salienta Rosângela C. da Silva que: “as terras dos fazendeiros, que se encontram entre as havidas por concessão em virtude da construção da Estrada de Ferro, são invariavelmente respeitadas”, diferente do que ocorria com as dos posseiros, as quais “eram imediatamente demarcadas e eles expulsos”. Cf. p. 61.

<sup>166</sup> Cf. GOVSC-Men 1907 e 1911.

Os interessados na apropriação das terras utilizaram-se de diversos artifícios, visando a cooptação de lideranças políticas e governamentais, com a intenção de tirarem proveito desse processo. As inúmeras correspondências da *Brazil Railway* ao governo do Estado solicitando providências a situações que a empresa considerava adversas, atestam isso. Nesse sentido, salienta Machado, as empresas foram hábeis para cooptar lideranças políticas, no intuito de evitar embaraços legais ou de obter facilidades administrativas. Afirma que:

O vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. O coronel Henrique Rupp, superintendente municipal de Campos Novos, foi inspetor de terras da Brazil Railway também na mesma época em que exercia o seu mandato, no período em que esta companhia expulsava os posseiros e proprietários legítimos do vale do rio do Peixe. O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina.<sup>167</sup>

A afirmação de Faoro, de que a comunidade política comanda e supervisiona os negócios, “como negócios privados seus” e, depois, “como negócios públicos”, confirma-se nesse imiscuir-se de governantes e empresas privadas, em especial, na apropriação das terras. Nessa perspectiva, referindo-se à organização estadunidense, acrescenta Piccoli que, paralelamente à corrupção que se gerou nos altos escalões da vida nacional, as organizações do Sr. Percival Farquardt estimularam e acenderam o estopim para uma guerra, que paralisou a colonização regional e provocou um banho de sangue.<sup>168</sup>

Aproveitando-se dessa postura de governantes, num curto espaço de tempo, particulares dominaram o processo de apropriação e venda das terras. Este foi o caso das que pertenciam ao município de Cruzeiro, por se situarem próximas à ferrovia.

A fragilidade do poder público e a conivência em relação à forma de apropriação privada da terra são ilustradas pelo depoimento de um empresário da colonização, que ao ser questionado se o Estado teria participado e dirigido o processo de colonização, afirma:

Não, o governo não tinha condições. Naquela época o governo era muito fraco. Não agia muito nesta região, não tinha condições de desbravar, pois o poder econômico dele era muito fraco. Essa região era muito grande e com pouca população. Não havia interesse por parte do governo. O interesse dele era mais lá no litoral onde havia mais gente.<sup>169</sup>

Na memória das pessoas que viveram em Cruzeiro, nas décadas iniciais da

<sup>167</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004, p. 149.

<sup>168</sup> PICCOLI, Ivo A. Cauduro. Op. Cit.

<sup>169</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 08/03/05. A/A.

colonização, esse aspecto das limitações do governo, no sentido de ser incapaz de conduzir o processo, é bastante presente. Em vários depoimentos ouviu-se que o “governo era muito fraco”, o que significava não tinha recursos para executar as obras públicas necessárias para o desenvolvimento da região e, mesmo, para fiscalizar e fazer cumprir as leis. Relacionado a isso, também se diz que os empresários da colonização só se preocuparam “em enriquecer”.

As limitações do governo catarinense são constatadas quando, ante a necessidade de criar uma infra-estrutura na região, com malha viária, escolas e segurança pública, recorria à ajuda do Governo Federal.<sup>170</sup> No entanto, a alternativa colocada em prática pelo poder público estadual, foi a de repassar ao setor privado essas tarefas, em particular, a construção de estradas e a colonização.

Entre o final dos anos 1910 e começo da década seguinte, nas mensagens ao Congresso Representativo, por mais que houvesse fissuras políticas entre esses governos, observam-se diversas situações de favorecimento aos empresários da colonização. Em praticamente todas elas, fazem-se alusões ao crescente número de concessões de terras feitas pelo Estado. Numa se enfatiza que, em Santa Catarina, essas concessões eram feitas “a mais barato preço”, mesmo reconhecendo se tratar de uma situação que, talvez, necessitasse se modificar, considerando a grande procura e rápida valorização das terras, em particular:

No território do antigo Contestado, cuja jurisdição temos de exercer, em breves dias deverão ser instaladas três agências da repartição de terras, para o que solicito o necessário crédito e ampla autorização para reformar esse serviço e outros que estão a exigir uma remodelação mais compatível com o surto de progresso que agita o Estado em todos os ramos da atividade.<sup>171</sup>

A partir da República o direito sobre as terras devolutas passou aos Estados, assim como a iniciativa para promover a sua colonização. Como se viu, o setor privado impôs-se nesse processo, aproveitando-se das condições que facilitaram a apropriação e comercialização das terras. No caso de Cruzeiro, foi total o domínio das companhias colonizadoras particulares.<sup>172</sup>

No intuito de mostrar que sua atividade era legítima e que mereciam o aval das autoridades, essas empresas, mesmo controlando grandes áreas, procuravam demonstrar propósito similar ao do governo: dividi-las em pequenos lotes e estimular a colonização.

---

<sup>170</sup> A título de exemplo se destaca o relato feito em GOVSC-Mens. 1914, p. 8. São várias as ocasiões em que se faz referência à construção de estradas, principalmente se referindo à compra de terra em troca da prestação desse serviço; essa situação é descrita em MEM-Lum, p. 28-29.

<sup>171</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1917, p. 41.

<sup>172</sup> Eunice Nodari afirma que, competiria a elas pôr em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo e pelas próprias companhias, ou “que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”. Op. Cit. p. 40-44.

Nessa perspectiva, evidencia-se a situação descrita por Faoro, em que os interesses privados se sobrepunham aos públicos com a conivência ou envolvimento dos governantes, como perceber-se nas Mensagens ao Congresso Representativo. Salientava-se que para o Estado crescer economicamente necessitava aumentar sua população rural. Para tanto, era preciso apoiar a colonização, a exemplo do que fizera os Estados Unidos, caso colocado como “exemplo de extraordinária prosperidade”. Nessa perspectiva o governador Vidal Ramos argumentava junto aos deputados, que:

Só pelo povoamento rápido pode o Brasil conquistar o lugar a que tem direito no concerto das grandes Nações. [...] Aqui mesmo temos a prova das vantagens da introdução de braços para a exploração das riquezas das nossas terras. Sem isso, ainda hoje, muito pequeno seria ao progresso do Estado. Penso, portanto, que deveis autorizar o Governo a ceder à União, a título gratuito, as terras que ele quiser colonizar. Os lucros indiretos que o Estado alcançará com a sua produção, com o desenvolvimento do seu comércio e com a abertura de estradas por conta dos cofres federais, compensarão sobejamente o prejuízo resultante da cessão gratuita de terras.<sup>173</sup>

A cessão gratuita de terras era discutida, em Santa Catarina, no contexto da definição dos limites interestaduais. Após o acordo, com a incorporação de uma grande área, considerada demograficamente vazia, esse entendimento ficou ainda mais evidente, assim como a intenção pública de colonizá-la rapidamente, com base nas experiências anteriores. Dividir a terra em pequenos lotes, incrementar a população rural e desenvolver a agricultura familiar, era a melhor forma para promover o progresso da região.

Destarte, a partir de meados da década de 1910 e no transcurso da seguinte, uma das situações que favoreceu os empresários da colonização, foi a construção da infra-estrutura, para as colônias, em troca de terras. Com isso, no entender das autoridades, as empresas promoveriam a fixação em suas terras, de “novos elementos de trabalho” e o fariam para recuperar o capital investido, seja na aquisição ou na organização das colônias.

---

<sup>173</sup> GOVSC-Men, 1911, p. 42. As autoridades estaduais buscavam, também, apoio junto ao governo federal para reativar a imigração e a colonização de áreas consideradas vazias. Segundo Petrone, isso ocorreu a partir de 1907, quando o Governo Federal precisou tomar uma série de medidas para promover a imigração, considerando que a experiência dos Estados, de assumir a responsabilidade de atração de imigrantes e criar núcleos coloniais, teria sido frustrante. Com isso a União interveio novamente no processo, mesmo que a responsabilidade continuasse vinculada à administração estadual. PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III, 2º Volume. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 99. Por várias vezes as ações referentes a colonização e concessões de terras eram justificadas, pois se tratava do “caminho para o desdobramento das nossas possibilidades econômicas”, atitude que era tomada por quase todos os países do Novo Mundo. Ver por exemplo, em GOVSC-Mens. 1920, p. 10, 15 e 46.

Assim, conjugados os interesses da administração pública e os dos construtores de estradas de penetração, não se têm feito esperar os benéficos efeitos e deles vamos ã colhendo farta messe de vantagens econômicas. Regiões há que, há cinco anos inabitadas e incultas, são hoje centros de atividades de centenas de famílias de agricultores e pequenos criadores, preparando-se para, em futuro próximo, constituírem-se em notáveis núcleos de progresso e civilização.<sup>174</sup>

Assim, os interesses privados encontravam guarida nas ações dos governantes e esses confiavam ou vinculavam as ações dos empresários ao seu propósito em relação às terras do Oeste. Nessa urdidura que se construía, visando ao controle da terra, às aspirações privadas perpassavam o poder público numa sutil aliança entre essas instâncias.

Tais situações ficavam claras especialmente nas ocasiões em que havia resistência ou disputas pelo controle das áreas. Numa delas, no início da década de 1920, a colonizadora Sul-brasileira, buscava amparo junto ao governador Hercílio Luz, para resolver uma situação, na “Colônia Hercílio Luz”. O nome parece não ser mera coincidência e serve para abrir e fechar a solicitação de “generosa intervenção”:

Na qualidade de colonizadora da “Colônia Hercílio Luz” à margem direita do Rio do Peixe, sentimos forçados a dirigir o seguinte pedido a V.S.: a nossa colonização que há quatro anos está localizando colonos honestos e trabalhadores na área acima, dotando o mesmo sertão com mais de cinquenta quilômetros de estradas de rodagem, cujo custo V. S. bem pode avaliar, sem nunca termos recebido o mínimo auxílio do Governo, e, além de termos com toda a paciência procedido com os intrusos, dos quais comprávamos os ranchos, uma vez que não quissem adquirir o lote por eles mesmo ocupado, em troca de trabalhos, vimo-nos, agora, numa séria situação com o intruso Sr. Francisco Ignácio da Cruz, por alcunha Maragata. Este morador diz-se posseiro de vinte milhões de metros quadrados dentro da área da São Paulo-Rio Grande, por nós comprada e já vendida a colonos bons. Estes colonos novos querem agora povoar e plantar os lotes comprados, sendo, porém, perseguidos e até ameaçados de morte pelo referido Sr. Maragata, que traz agitada a Colônia toda. Por este mesmo indivíduo os outros intrusos entendem que têm direitos iguais e pouco a pouco começarão a revolucionar a zona toda, que tantos sacrifícios têm custado à nação.

Em vista da situação alarmante em que se encontra a nossa colonização e sabendo que V. S. deseja ardentemente o progresso de Santa Catarina, contamos com os bons ofícios da parte de V. S., para podermos de uma vez para sempre levar a paz e a ordem à florescente “Colônia Hercílio Luz”.<sup>175</sup>

Nessas circunstâncias é evidente que a pretensão dos empresários era de pressionar as autoridades, utilizando o argumento da localização de “colonos honestos e trabalhadores”

<sup>174</sup> GOVSC-Mens. 1922, p. 38.

<sup>175</sup> União colonizadora Sul-brasileira, de Kroeff, Selbach e Cia., Of.PGSC. APESC, Florianópolis, jan. mai. 1923. Ofício datado de 31 de Março de 1923.

nas colônias, no lugar dos “intrusos”, que continuariam causando problemas ao Estado e à nação.

A pressão exercida pelos interesses privados também pode ser constatada no documento denominado Memorial Sociedade União dos Colonizadores, elaborado por um grupo de empresários da colonização que atuavam no Oeste catarinense. Nele apresentaram várias reivindicações e sugestões ao recém nomeado Interventor de Santa Catarina, Aristiliano Ramos, “todas elas tiradas de uma grande assembléia realizada com a honrosa presença de Representantes do Governo de V. Excia.”<sup>176</sup> O documento apresenta uma extensa argumentação, em especial, contra a cobrança de impostos sobre as terras em processo de colonização. Refere-se, ainda, à questão da estrutura agrária e da colonização, da necessidade de respeito à propriedade, das estradas de rodagem e da situação das próprias empresas colonizadoras. No seu contexto, revela muito a visão que os empresários possuíam do processo em curso na região.

A Sociedade União dos Colonizadores (SUC) habilmente buscava sensibilizar o governo para extinguir ou minimizar o imposto territorial. Para tanto argumentava no sentido de mostrar que os interesses particulares seriam os mesmos que os do Estado. Entendia que o “problema máximo” do Oeste catarinense, de modo especial do vale do rio do Peixe e dos municípios de Cruzeiro e Chapecó, seria o povoamento. No entanto, dizia que em função da prática do Estado, de promover uma “elevação cada vez maior e irracional do imposto territorial”, o colono não queria se estabelecer em Santa Catarina. Por isso seria preciso reconquistar sua confiança, pois de nada adiantaria ao Estado ter “um aumento de duas ou três centenas de contos, na arrecadação de imposto territorial”, se esta prática estaria fechando definitivamente a entrada do “elemento produtor e determinasse até o seu êxodo”.<sup>177</sup>

Evidentemente que com essa argumentação, os empresários visavam à criação de condições mais favoráveis para a realização dos seus negócios e para isso faziam uma crítica em relação ao Decreto número 55, que estabelecia um imposto progressivo sobre a terra. A SUC argumentava que o intuito daquele ato era o de “forçar a repartição dos *latifúndios*”, mas que a tabela adotada apresentava graves defeitos e criava “clamorosas injustiças”. Tendo em vista que a instituição do imposto territorial atingiu todos os terrenos rurais, “alcançou, na

---

<sup>176</sup> MEM-SUC. A assembléia ocorreu na vila de Herval d’Oeste, em 23 de abril de 1933 e produziu o Memorial de 13 páginas. O documento não relaciona o nome das empresas, mas afirmava representar mais de vinte delas e é assinado por Leonel Mosele, presidente e Hermano Zanoni, secretário. Aquele era sócio de duas grandes companhias que atuavam em Cruzeiro e, este, administrador e procurador de uma delas. A pressão feita pelos empresários era no sentido de amparar os colonos, para que se diminuísse ou isentasse do imposto territorial, as propriedades familiares. Apesar disso o Jornal Cruzeiro publicou, em 19/11/1933, um edital intimando colonos a saldarem débitos com a Fazenda Estadual sob pena de serem cobrados judicialmente. Aparece uma relação de aproximadamente 300 nomes.

<sup>177</sup> MEM-SUC, p. 6.

progressão, terrenos que não constituem, de modo algum, *latifúndios*.<sup>178</sup>

Os argumentos apresentados pela SUC também evidenciavam que possuíam sustentação legal e que o trabalho das companhias colonizadoras difundia a pequena propriedade, tal qual pretendia o governo. Ao interpretar um artigo referente à isenção do imposto de transmissão das terras que o Estado transferia para particulares, os empresários salientavam que:

Os atos transitivos de bens do Estado, ou para o Estado, estão isentos de imposto. **O intuito do legislador foi incentivar a colonização** ao conceder esta isenção, **visando o fracionamento dos latifúndios**, em garantia da pequena propriedade, certo de que os colonos não poderiam adquirir grandes áreas e permaneceriam no Estado no cultivo do solo.<sup>179</sup>

Diante da situação, vista pela Sociedade como insustentável, apresentava-se ao governo uma série de sugestões. Entre as quais, que fosse definida uma taxa especial do imposto territorial para as empresas colonizadoras registradas na Junta Comercial, com escrituração regular e mapas das terras colonizáveis e que ficariam isentas desse imposto, as empresas que construíssem ou viessem construir, no mínimo, 50 quilômetros de estradas de rodagem. Também, cobravam do executivo estadual, que usasse os poderes que a lei lhe outorgava, para interferir junto aos municípios de Cruzeiro, Chapecó, Curitiba e Campos Novos, no sentido de promover a efetivação das exigências que apresentavam.<sup>180</sup>

Conforme o Memorial, o maior problema dos empresários era a garantia em relação ao direito de propriedade, o que gerava “graves prejuízos não só materiais como morais para a marcha dos negócios e, conseqüentemente, para o povoamento e desenvolvimento dessa zona”. Propriedades, com títulos e posses nunca contestados, eram invadidas sob a alegação de “serem devolutas ou nacionais”. Os proprietários reclamavam que, em tais situações, não encontravam, nas autoridades estaduais, o apoio devido para a defesa dos seus direitos, fato que os obrigava a recorrer à justiça, “acarretando em despesas às vezes superiores ao próprio valor da terra invadida.” Na argumentação acrescentam que:

Diante desses fatos, é salutar que o governo do Estado autorize as autoridades policiais a prestarem o seu decidido concurso, para por termo às prejudiciais incursões de intrusos, o que infelizmente não se tem observado, pois procuradas as autoridades não mesmo declarado, de maneira formal não

<sup>178</sup> Cf. MEM-SUC, p. 3-4. Grifos no original. O decreto n. 55, data de 1 de outubro de 1931.

<sup>179</sup> Cf. MEM-SUC, p. 6. Grifos no original.

<sup>180</sup> MEM-SUC, p. 13. O depoimento de um empresário, que passou a atuar no ramo a partir de meados do século XX, afirma que não havia nenhum imposto para as colonizadoras. “Nem INSS tinha que pagar. Esse imposto sobre a terra veio bem depois, nessa época não tinha nada disso.” Cf. Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 8/03/05. A/A.

poderem intervir em assuntos dessa natureza, em obediência a ordens superiores. Disso se depreende que o proprietário não pode contar com o indispensável apoio das autoridades, para a manutenção do respeito aos seus bens imóveis.<sup>181</sup>

Seja de forma coordenada, como no documento apresentado pela SUC, ou por iniciativa particular, os empresários da colonização pressionavam as autoridades e fizeram uso de uma série de artifícios no sentido facilitar o processo de apropriação privada da terra, na região do ex-Contestado.

## 2.2 - Apropriação privada da terra

Sertões onde nunca pisou homem civilizado já figuram nos registros públicos como pertencentes aos cidadãos A ou B; mais tarde ou mais cedo, esses proprietários expelirão daí os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão então considerados e tratados como se fossem eles os intrusos salteadores e ladrões.<sup>182</sup>

A epígrafe, do Marechal Cândido Rondon, referindo-se ao centro-norte do Brasil, aplica-se também ao caso de Cruzeiro, no início do século XX. As terras, antes ocupadas por indígenas e caboclos, tornaram-se aqui propriedade de civilizados cidadãos A ou B. Os grupos nativos enfrentaram um processo de expropriação e a grande maioria ficou desprovida desse meio de produção da sobrevivência.

Mesmo que se considerasse finda a Guerra do Contestado, no período de 1917 a 1925, a reação dos que sofreram as conseqüências do avanço da ferrovia e da colonização, foi bastante intensa. Nesse período, houve muitos registros de “ações de desordem”, situação que somente teria se regularizado em 1925, quando o governador do Estado, Coronel Pereira Oliveira, nomeou o Coronel Passos Maia para Delegado Regional de Polícia, em Cruzeiro. Isso “restabeleceu a ordem” e, a partir de 1926, novas correntes migratórias afluíram para a região.<sup>183</sup>

O processo de apropriação privada da terra em Cruzeiro foi favorecido por várias situações, sejam criadas pelo governo ou pelos empresários da colonização. Exemplo disso

<sup>181</sup> MEM-SUC, p. 10.

<sup>182</sup> RONDON, Cândido. In: <http://www.areaindigena.hpg.ig.com.br/personal.htm>, (Conferências, 1916, p. 45), citado em 30/03/05.

<sup>183</sup> REVISTA do Sul: o vale do Itajaí. Ano XVI, n. 137, 1959, p. 23. Ressalte-se que logo na seqüência ocorreu a crise econômica mundial, com conseqüências internas e reflexos também nos negócios de venda de terras, mantendo o processo de colonização em ritmo lento ainda por alguns anos.



foi a compreensão das autoridades catarinenses em relação à necessidade de criar uma infraestrutura que estimulasse a colonização das áreas incorporadas ao Estado pelo acordo de 1916, em especial em troca da construção de estradas. A maior parte dessa tarefa, o governo delegou a particulares, utilizando terras devolutas como moeda para o pagamento do serviço.

No ex-Contestado, tanto as concessões quanto o processo de registro de terras passaram a merecer atenção. O governo estadual reconhecia as dificuldades em relação à medição das terras, em função de dúvidas suscitadas a respeito da exatidão da maior parte dos documentos apresentados e, por isso, careciam os próprios títulos expedidos, de base legal, sendo que o serviço de verificação das medições confirmava “cada vez mais a insuficiência e inexatidão dos documentos apresentados, cuja correção ainda retardará o registro dos títulos correspondentes”.<sup>184</sup>

O fato dos documentos apresentados para a efetivação dos registros carecerem de base legal evidencia que as concessões feitas até então, não seguiam critérios técnicos ou os documentos apresentados podiam ser insuficientes para esse fim. Tal situação levava o governo a reconhecer a existência de perturbações provocadas pela medição simultânea de muitas glebas, tanto que, em 1923, houve a necessidade de suspender, por alguns meses, a demarcação de grandes áreas. Salienta, no entanto, que assim mesmo, os serviços de campo realizados no ano foram consideráveis, com a medição de um total de 1.173.944 hectares e a expedição de 880 títulos, sendo esse o número mais elevado que se verificou num exercício.<sup>185</sup>

Logo após o acordo interestadual de limites, Hercílio Luz salientava que, na sua administração, criou uma jurisdição de terras públicas em Cruzeiro, para desenvolver e regularizar o serviço de venda de terras devolutas. Além disso, o seu preço de venda seria aumentado, variando de 1,2 a 2 reis por metro quadrado, de acordo com a valorização das terras em geral. Afirmava que as sociedades particulares possuíam um serviço permanente de estradas carroçáveis, dirigindo-se ou para estações de via férrea ou para as estradas gerais do Estado, a fim de facilitar o comércio, dando escoamento aos produtos agrícolas.<sup>186</sup> Dois anos após destacava Hercílio Luz que, diante do fato do Estado não ter recursos para a abertura de

---

<sup>184</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1921, p. 45-47.

<sup>185</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1924, p. 36. Algumas questões judiciais mostram que essa disputa teria sido intensa, no início do processo de apropriação. No Jornal A Tribuna, em 1941, aparece uma matéria sobre uma questão de venda de terras a 30 famílias, que os antigos donos voltaram a disputar na justiça. Essas terras haviam sido vendidas há 25 anos, na Colônia Cassianos, em Lacerdópolis e Ouro. A Tribuna. Cruzeiro, 7/9/1941, p. 10. Ver a seguir o caso envolvendo a disputa de terras entre Berthier e os kaingáng e, Rosângela Cavallazzi da Silva, Op. Cit. Apêndice 1, em que relata as demandas judiciais da *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil, Lumber and Colonization Company*.

<sup>186</sup> GOVSC-Mens. 1918, p.24 e 48.

estradas, em torno de 50% do valor total desse serviço deveria ser pago em terras devolutas, mas que o contratante teria a obrigação de colonizá-las num prazo determinado. Entendia o governador que o processo empregado corrigia “os inconvenientes da colonização primitiva, facilitando ao novo colono o escoamento imediato da sua produção”. Acrescentava que, pelos serviços de construção das estradas, aqueles que se dedicassem à colonização teriam grandes vantagens, pois:

As condições para a localização de lavradores são as mais vantajosas possíveis. O Governo do Estado a todos concede terras para pagamento a prazos longos, auxiliando-os ainda, quando necessário, com trabalho na construção de estradas, facilitando-lhes a aquisição de instrumentos agrários e proporcionando a seus filhos a frequência às escolas primárias.<sup>187</sup>

Em geral, o governo cedeu a terceiros o trabalho de construção das estradas, prática que favoreceu a apropriação privada da terra. No que concerne ao auxílio público para aquisição de instrumentos agrícolas e em relação ao oferecimento de escola, muitas foram as reclamações, sejam por parte dos colonos ou dos empresários.

Entre as várias situações de aquisição de terras, com pagamento em serviços, cita-se a concessão pelo Estado de Santa Catarina, de um título para a *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, de uma área de 32.922 hectares. A ele se estipulou o pagamento no valor de R\$ 98:767\$154 (noventa e oito contos, setecentos e sessenta e sete mil e cento e cinqüenta e quatro reis). Desse montante, 95:000\$000 foi pago pela empresa com serviços de construção de estradas e, apenas, 3:767\$154 em dinheiro.<sup>188</sup>

Em relação ao preço para a venda das terras, anunciado pelo governo do Estado, que, como se viu, variaria entre 1,2 a 2 reis ao metro quadrado. Considerando o valor pago pela *Lumber* ao imóvel, constata-se que o valor do metro quadrado foi de 0,3 reis, o que representa apenas um quarto do preço mínimo prometido por Hercílio Luz. Na mesma

---

<sup>187</sup> GOVSC-Mens. 1920, p 37-8.

<sup>188</sup> Cf. Estado de Santa Catarina. Título de Concessão de Terras. Datado de 22 de dezembro de 1921. Apud. SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particulares:** o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no Meio Oeste catarinense). Florianópolis, UFSC, 1983. Apêndice. (Dissertação Direito) A autora salienta, ainda, que a partir de 1914, ao longo da ferrovia, várias companhias particulares assumiram as obrigações relativas à colonização, em decorrência das dificuldades enfrentadas pela *Brazil Railway Company*, seja na obtenção de capitais ou por problemas conjunturais ligados à Guerra. Isso teria interrompido o programa da empresa, de estabelecer a ligação, com estradas de ferro, dos quatro Estados do Sul do Brasil. Cf. p. 39. O caso é também descrito em MEM-Lum, p. 42-43. Por sua vez Sílvio Coelho dos Santos destaca que essa empresa, ainda em 1911, começou a colocar para fora dos seus domínios todos os ocupantes de terras que não possuíam títulos de propriedade, contrariando o que estabelecia a Lei de Terras, a qual reconhecia a posse. **Santa Catarina no século XX:** ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: UFSC: FCC, 2000, p. 17.

perspectiva, o percentual pago em dinheiro foi de menos de 4% do custo total das terras, muito aquém dos 50% anunciados.

A existência de leis e regulamentos acerca das concessões de terras, como se observa, não era garantia de que fossem aplicadas.

Por outro lado, de parte do governo de Santa Catarina, ao longo das décadas de 1910 e 1920, também era comum reconhecer-se a falta de recursos para a realização das obras de infra-estrutura, especialmente para a construção de estradas, problema que causava preocupação ao governo. Nesse sentido, manifestou-se Júlio Horn, Presidente do Congresso Representativo, sobre a situação do Oeste:

Na solução desse máximo problema de administração, de que depende em grande parte, o desenvolvimento das forças econômicas do Estado, o poder executivo, lançando mais recursos financeiros de que pode dispor, sem sacrifício de outros serviços públicos, não regateia elementos para concluir, dentro do quadriênio que termina em setembro vindouro, cerca de 2.000 quilômetros de estradas de rodagem, cuja construção se impunha como imperiosa e inadiável necessidade. Como seria impossível sem graves sacrifícios das finanças do Estado, levar à conclusão com os recursos ordinários, essa considerável extensão de vias de comunicação, adotou-se o critério de, em grande parte, pagar em terras devolutas as estradas que penetram e atravessam estas terras. Assim, foi alcançado o duplo objetivo de não sobrecarregar o erário público com despesas superiores às suas forças atuantes e de, desde logo, localizar nas terras marginais a colonização, que tão necessária é ao nosso desenvolvimento e progresso.<sup>189</sup>

Tal situação se transformava em argumento aos empresários, por se colocarem como os executores do projeto pretendido pelo governo em relação às terras da região. Henrique Hacker, empresário que atuou em Cruzeiro, afirma que o governo catarinense, utilizou-se da divulgação realizada na época da colonização por sua empresa, pois esta contribuiu para a pacificação do ex-Contestado e o movimento dos “Fanáticos e Jagunços”. Diz ainda:

Basta lembrar que o próprio Governo do estado do Rio Grande do Sul, oficialmente, recomendara aos colonos riograndenses de não se mudarem para Santa Catarina, onde, conforme se alegou, não existia ordem, nem segurança. Não era fácil o trabalho no começo, tanto no ramo de exportação de madeiras como no palco da colonização; a concorrência usou de todos os meios ilícitos e condenáveis para atrapalhar, de modo que tive de entender-se, pessoalmente com o Sr. Presidente, Dr. Borges de Medeiros, com o Rev. Superior dos Padres Jesuítas, em Porto Alegre, e também com o Senhor do

---

<sup>189</sup> GOVSC-Mens. 1922, p. 38.

Governador, Dr. Hercílio Luz: isto foi há 40 anos atrás. Hoje, são outros que colhem fartamente onde não semearam.<sup>190</sup>

Entendia o governo catarinense que construir estradas em troca de terras e do compromisso de colonizá-las, seria o procedimento mais indicado a realizar, fato que pode ser constatado nas Mensagens executivas, como uma “conveniência indiscutível”, pois faria avançar a colonização da fronteira. Isso justificaria qualquer dispêndio feito para “ocupar as mais ricas e férteis zonas do Estado, ligando-as à capital” ou levando “o progresso e a civilização ao distante sertão”.

Essa prática aliada a outros fatores, em especial entre os anos de 1917 a 1925, contribuiu para que grandes extensões de terra, consideradas devolutas, passassem ao domínio de particulares. Dados referentes aos tributos recolhidos pelo Estado revelam essa situação, por mais que anunciasse ter alcançado um superávit notável na arrecadação com a dívida colonial e com a venda de terras, superando em 175% o que havia sido orçado para o ano de 1925, o governo admitia que essa fonte de receita logo diminuiria:

Porque, de ano para ano, se reduz o patrimônio territorial do Estado, convindo também assinalar que grande parte das concessões de terras foi feita para pagamento de estradas e outras obras públicas. Com efeito, dos 3.659:390\$000 da arrecadação do ano passado entraram em moeda para os cofres estaduais só 626:761\$000, tendo os restantes 3.032:629\$000 sido aplicados no pagamento de obras públicas.<sup>191</sup>

Como se observa, o pagamento das terras feito pelos empresários com prestação de serviços, alcançou mais de 80% do valor total, o que era um percentual bem superior ao que havia sido anunciado pelo governo, para esse fim.<sup>192</sup>

Já que para o governo a construção das estradas se constituía na condição para superar o “abandono, o isolamento e a pobreza”, para os empresários da colonização significava a valorização das terras e a garantia de mais vantagens econômicas por facilitar sobremaneira a sua venda.

<sup>190</sup> **Blumenau em Cadernos.** Memória de um Colonizador: Henrique Hacker. 1960, p. 157.

<sup>191</sup> GOVSC-Mens. 1925, p. 47.

<sup>192</sup> Da mesma forma, para o “povoamento das regiões incultas” o governo prometeu não esquecer do elemento nacional, o qual teria “maior capacidade de domínio sobre a natureza selvagem”. Para isso exigia das empresas colonizadoras, que 80% dos novos povoadores fossem famílias brasileiras. Mas entre eles estariam os filhos de antigos colonos estrangeiros que, pelo desdobramento das famílias já se sentiam impossibilitados de viver nos lotes paternos. (GOVSC-Mens. 1922, p. 39-40.) Assim como no caso do percentual estabelecido para o pagamento dos serviços de construção de estradas, não houve nenhum controle, em relação a quem eram vendidos os lotes. Um empresário, afirma que essa questão não era levada em consideração e que “a tarefa mais difícil era encontrar um bom comprador. Eu sempre procurava vender para quem tinha condições de me pagar; eu era franco com eles, dizia: eu preciso tocar isso pra frente e se eu não tenho dinheiro, eu tenho que ir embora.” Todos os empresários tinham interesse em vender, por isso, “corriam atrás dos compradores, cada um mostrando as vantagens; terras melhor, água melhor, aquelas coisas todas”. Entrevista com Rui Acádio Luchese. São Miguel do Oeste, 22/01/02. A/A.

As principais estradas foram definidas pelo poder público e ligavam áreas consideradas estratégicas, como sedes de municípios ou vilas. Outras ligando núcleos coloniais ou para o interior das colônias, muitas vezes não passavam de “trilhas pelo meio do mato”.

Aproveitando-se de tais facilidades, vários empresários da colonização passaram a controlar grande quantidade de terras devolutas, em curto espaço de tempo. Alguns dados são significativos nesse particular e ilustram a situação. Em 1921, as concessões e títulos expedidos somaram 809, referentes a uma área de 209.914 hectares. No entanto nada se compara às emissões feitas pelo governo catarinense, nos anos de 1922 e 1925. Hercílio Luz salienta que, apesar das manifestações de 1922, “emanadas principalmente da situação política, a questão envolvendo as terras devolutas foi bastante animada”. Nesse ano: “expediram-se títulos de terras, inclusive os destinados a pagamento de estradas, com a **área total de 3.519.226 hectares**”. Já em relação ao ano de 1925, salienta que “foram expedidos 450 títulos definitivos concernentes a **área de 1.188.624 hectares**”.<sup>193</sup>

É preciso considerar que esses dados se referiam ao estado de Santa Catarina, mas se sabe que, a maioria das terras que passaram ao domínio privado, nesse período, localizava-se na área do ex-Contestado. Os dados mostram que a corrida pela apropriação da terra foi realmente “bastante animada”, pode-se dizer que foi transformada no “festival da terra”.<sup>194</sup>

As mensagens do executivo catarinense, nos primeiros anos da década de 1920, apresentam diversas referências em relação ao processo de apropriação da terra e a colonização do território de Cruzeiro. Por isso, destacam-se aspectos que permitirão refletir melhor essa questão. Nelas se relatam os contratos celebrados pelo governo para a construção de estradas de rodagem, pelos quais se evidencia como as terras recém incorporadas a Santa Catarina, rapidamente se constituíram em objeto de especulação. Entre esses contratos se destacam: o das terras da colonizadora Luce Rosa & Cia., em direção ao rio Irany, para a construção de uma estrada com 30 quilômetros de extensão; o de Herval Velho-Canoas, com 84 quilômetros, incluindo também a construção de 148 metros de obras de arte (pontes e pontilhões); o da estrada Goyo-en-Passo dos Índios, no município de Chapecó, 25 quilômetros e da estrada Cruzeiro–Peperly-Guassu, 50 quilômetros.<sup>195</sup> No ano de 1925 foram

<sup>193</sup> Cf. GOVSC-Men, 1922, p. 49, GOVSC-Mens. 1923, p. 51. Grifos meus. A Mensagem referente ao ano de 1925 foi apresentada por Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina e, GOVSC-Mens. 1926, p. 53. Os dados referentes aos anos de 1923 e 1924 e os de 1926 a 1930, não apresentam informação sobre a quantidade de terras tituladas ou o número de hectares titulados não é significativo.

<sup>194</sup> Com o término das medições das terras, em 1921, que passaram a pertencer a Santa Catarina e a lei 1.474, de 17 de outubro de 1924, estabelecendo critérios para registro de terras no ex-Contestado, podem explicar a concentração de registros nesses dois anos.

<sup>195</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1924, p. 31-33. Os contratos foram celebrados durante o ano de 1923 e o primeiro semestre de 1924.

feitos contratos de 55 quilômetros da estrada Cruzeiro-Xanxerê, e continuação da Goyo-en-Passo dos Índios, além de uma ponte sobre o Rio Irany. Também foram realizados contratos com “caminhos vicinais” ou estradas coloniais da *Brazil Development & Colonization Company*, na extensão de quase 114 quilômetros, nas seguintes colônias: Rio Preto (11,6 km), Rio Engano (14,6 km), Rio das Antas (7,3 km), Rancho Grande (25,9 km) e Quinze de Novembro (53,4 km). Destacava-se que o preço a ser pago para a construção dessas estradas, por quilômetro, era de 4:500\$000, sendo que esses serviços consumiriam 508:275\$000, importância que deveria ser paga em terras devolutas, ao preço de 5\$000 ao hectare.<sup>196</sup> Considerando esse preço, ao hectare, constata-se que ele era bastante baixo, pois equivalia a 120\$000 a cada lote de 24 hectares, sendo que o preço de venda aos colonos chegava, em média, a trinta vezes mais.<sup>197</sup> Por outro lado, questiona-se a qualidade das estradas construídas. O próprio governo reconhecia que “a localização de colonos foi pouco notável”, e isso se devia à precariedade das estradas existentes. Por mais que se falasse em vasta rede de estradas, “7.049 quilômetros de estradas e 5.616 de caminhos”, reconhece que, no concernente à viação, “foi sacrificada a qualidade em proveito da quantidade, de forma a não possuímos, de fato, estradas e sim caminhos, salvo raras exceções, e estes nem sempre bons com tempo bom e, sempre intransitáveis nas épocas chuvosas”. A estrada que deveria ligar ao Extremo-oeste se achava interrompida em vários lugares, entre eles de Cruzeiro e Xanxerê e, que dali em diante nada teria sido feito. Por isso, defendia-se junto ao Congresso Representativo que o Estado se preocupasse com estradas de interesse geral, executando um plano rodoviário delineado e que fosse repassado aos municípios as estradas que atendam aos interesses regionais.<sup>198</sup>

Os problemas ligados à precariedade das estradas, até meados do século XX, são constantemente lembrados pela memória oral e percebidos pela documentação. O Jornal A Tribuna, de Cruzeiro, referindo-se a uma linha de ônibus que passava no interior do município, pelos fundos do distrito de Ouro, nos limites com Catanduvas, destacava que “era de lamentar que os caminhos a que pomposamente dão o nome de ‘estradas’, não permitam o trânsito de autos e caminhões”. Isso dificultava ao povo do distrito ter uma ligação direta e rápida seja com a sede do município, com outros locais da região e com a própria estação

<sup>196</sup> GOVSC-Mens. 1926, p. 45-53. Werlang, Op. Cit. p. p. 26-7, salienta que contratos dessa natureza, já haviam sido realizados em 1919, por José Rupp, influente figura da política catarinense, pelos quais exploraria a extração de erva-mate, a construção de estradas, a colonização de terras e a venda de madeira. Por um deles Rupp se comprometia em construir a estrada, Cruzeiro a Passo Bormann, até julho de 1920.

<sup>197</sup> Nas proximidades da ferrovia o preço era ainda maior. A Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. anunciava, em 1919, a venda de terras próximas a estação de Herval, a 4:800\$000, o que equivale a 40 vezes mais o referido preço. Cf. anúncio Staffetta Riograndense, Caxias do Sul, 30/01/1919.

<sup>198</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1927, p. 81-83. Nas Mensagens se observam várias situações em que se descreve esse problema, entre elas na de 1928, p. 76-77.

ferroviária de Capinzal.<sup>199</sup>

Para as companhias colonizadoras, um outro fator de favorecimento na apropriação privada da terra, foi a aquisição de terras devolutas, pagando-as com prestação de serviços e não em espécie. Além da pequena imobilização de capital, contratavam colonos para diversos serviços, como a medição dos lotes e a construção de estradas, pagando-os, na maioria das vezes, com lotes de terra.<sup>200</sup> O depoimento de um entrevistado, referindo-se ao momento da sua chegada em Cruzeiro, em 1923, ilustra essa situação. Afirma que conseguiu um emprego na “Companhia Mosele”, na medição de terras, onde trabalhou por seis meses e logo depois fez a divulgação e venda das terras, aos seus amigos no Rio Grande do Sul. Questionado sobre quanto pagou pelo lote, respondeu: “2:000\$000 (dois contos), *par mi i me fea*.”<sup>201</sup>

Na mesma perspectiva também é significativo o depoimento de um empresário da colonização, ao esclarecer a função dos trabalhadores que lhe prestavam serviço:

Eles eram os empregados da firma que ganhavam comissão para vender e abrir estradas. Os prepostos eram empregados comissionados que tinham como função vender o terreno e abrir as estradas. Então eles mantinham uma equipe de empregados e se [os compradores] quisessem morar a cinco quilômetros daqui, eles faziam uma picada para a família ir lá.<sup>202</sup>

Eram esses prepostos que faziam o trabalho de apresentação e venda dos lotes aos colonos, bem como construíam as “estradas” necessárias para ligar ao interior da colônia. A inexistência ou precariedade das estradas sempre figuraram entre as principais reclamações dos colonos, inclusive até meados do século XX, em especial nas áreas mais afastadas dos municípios e das sedes das colonizadoras ou da ferrovia.<sup>203</sup>

<sup>199</sup> A Tribuna. Cruzeiro, Ano II, n. 71, 2/11/41, p. 4.

<sup>200</sup> Tal situação era anunciada inclusive nas propagandas das empresas, como no caso da Colônia Petri, atual Tangará. “*Si vendono pure colonie in trucco di costruzioni di starde*”. Jornal Staffetta Riograndense, Caxias do Sul, 14 de fevereiro de 1923. Referindo-se à construção da estrada, Cruzeiro - Concórdia, Rachele revela outra forma dos construtores extorquirem o governo: “eles tinham 100 empregados na ponta do lápis, eles botaram 100 homens a mais, que não estavam, só pra ganhar do governo. E então eu cada fim de mês trabalhava um tempão pra fazer todas aquelas assinaturas falsas, pra favorecer ele, pra que ele me desse uma gorjeta grande”. Entrevista com Germano Rachele, Joaçaba, (1994) A/A. O entrevistado foi contratado para fazer as refeições aos trabalhadores e também foi ludibriado pelos construtores, perdendo “mu ito dinheiro”.

<sup>201</sup> Entrevista com Lorenço Orso. Joaçaba, 23/05/94. A/A. “Faziam o preço de dois contos, para mim”. Atente-se para o fato de que faziam a ele “um preço especial”. No entanto esse preço equivalia a 16,6 vezes mais o valor de 5\$000 ao hectare, que o governo anunciava cobrar das empresas. A companhia colonizadora era a Mosele, Eberle, Ghilardi e Companhia.

<sup>202</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

<sup>203</sup> Isso contradizia a publicidade das empresas, ao menos em parte, uma vez que as estradas construídas para ligar as sedes das colônias à ferrovia ou ao município, assim como a ligação entre Cruzeiro e Chapecó, privilegiavam poucas áreas. Inúmeros relatos de colonos dão conta que pelas estradas passavam apenas carroças, quando não passavam de simples “picadas”. De Marco afirma que, em 1939, para percorrer os últimos 30 km e chegar a Joaçaba, levou meio dia, pois a estrada era péssima e cheia de atoleiros. Cf. Entrevista com Victor De Marco. Joaçaba, 24/05/94. A/A.

Uma matéria do Jornal A Tribuna, de 1941, falando das precárias condições de vida dos colonos, destacava que ele “compra uma gleba onde não há estradas, escolas, médicos, farmácias e quaisquer outros recursos indispensáveis a uma vida digna. Com os seus trastes numa carreta, amparado apenas pelas companhias colonizadoras que lhes fazem concessões, lá vai ele mato adentro”.<sup>204</sup>

Apesar disso, a abertura desses acessos aos terrenos, tornava-se necessária para a sua venda, pois havia certa concorrência entre as companhias colonizadoras. Isso as levava a oferecer uma estrutura mínima aos interessados nas terras. Como afirma um entrevistado,

Era uma luta vender as terras [...] No começo da colonização, começou a vir muita gente do Rio Grande do Sul para trabalhar em estrada aqui, porque nós tivemos muita gente fazendo estradas; então eu tinha que fazer estrada para poder vender as colônias, porque a coisa mais difícil é mostrar uma terra que não tenha ponto de partida; e isso eu sempre fiz, desde que o camarada comprou a terra conhecendo o marco da terra. Nós só vendemos a terra depois de medida.<sup>205</sup>

Em relação às atividades de colonização, na Mensagem de 1922, destaca-se que, por conta do Estado, “nenhum colono foi introduzido”, porque não havia recursos para esse fim. No entanto, acrescenta-se que as companhias colonizadoras conseguiam fixar um número grande de pessoas de várias procedências, povoando rapidamente as terras que adquiriram. Justificava-se que “a venda de terras devolutas sob condição de rápido povoamento”, conduziria à colonização imediata e, conseqüentemente, ao crescimento da produção, em especial dos gêneros que eram importados. Afirmava-se que se em tão curto espaço de tempo já se faziam sentir “os efeitos da política de retalhamento do solo, inaugurada pela arrojada iniciativa do nosso eminente concidadão Sr. Dr. Hercílio Pedro da Luz”, o futuro confirmaria a felicidade e o acerto dessa prática.<sup>206</sup>

A Mensagem produzida três anos após, seguiu a mesma perspectiva, afirmando que o serviço de colonização continuava a ter o “surto natural”, situação explicada “pelos altos proventos que, desde alguns anos, vem auferindo os que dedicam suas atividades aos misteres agrícolas”. Para tanto, o governo contribuía com o estímulo à construção de estradas de rodagem e com “as vantagens com que vende suas terras devolutas, para que esse progresso se intensifique e consolide”.<sup>207</sup>

Várias são as evidências de que os governantes estaduais criaram condições que favoreceram o empresário no controle e comercialização das terras devolutas. Um deles, ao se reportar a uma situação envolvendo “um advogado influente de Joaçaba” afirmou que, em

<sup>204</sup> O Colono. **A Tribuna**. Cruzeiro. Ano II, n. 83, 14/12/41, p. 4

<sup>205</sup> Entrevista com Rui Acádio Luchese. São Miguel do Oeste, 22/01/02. A/A.

<sup>206</sup> GOVSC-Mens. 1922, p. 50-52.

<sup>207</sup> GOVSC-Mens. 1925, p. 42.



meados do século XX, ele ganhara terras do governo, no Extremo-oeste e que, ao longo dos anos, essa teria sido uma prática por parte do governo, em toda a região.

O governo deu aquelas concessões, como deu aqui também. [...] A partir desse momento é que passei a saber que o Gaspar era um homem muito poderoso, fiquei sabendo o que ele fazia e o que não fazia, das encrencas que ele fez, das terras que ele revendeu e eram todas da empresa, por que, qual é o motivo: dono de diversas empresas, tinha muita força política, era muito amigo de Irineu Bornhausen, que foi governador naquela época, depois veio o Lacerda. Foi nessa época que o Coutinho enriqueceu. Alguns títulos que o governo cedeu; ele deu muito título por aí. O Irineu foi até chamado de ‘velho colono’ porque ele emitiu muitos títulos.<sup>208</sup>

O depoente afirmou, ainda, que essas facilidades permitiram aos empresários da colonização aplicar os recursos em outros setores, mas, principalmente, em novos projetos de colonização, associando-se a outras empresas ou abrindo novas áreas de colonização. “O cara começava em uma colonizadora, ganhava um dinheiro e investia em outra, sempre continuava.” Isso ocorria porque teriam bons lucros com esse negócio, uma vez que tinham algumas despesas com funcionários, empreiteiros das estradas e administradores da empresa e, o resto “era tudo lucro”. As empresas “compravam a terra aqui por nada; o governo dava títulos do nada, então se vendesse por um pouquinho era lucro. Não tinha impostos, não havia coisa nenhuma”.<sup>209</sup>

As afirmações de que o governo “deu aquelas concessões e títulos”, ao que parece, referem-se menos ao fato dos empresários da colonização terem ganhado gratuitamente as terras e, mais às facilidades obtidas no processo de apropriação e venda das mesmas. As várias correspondências dirigidas ao Palácio do Governo, “ao amigo” ou assinadas “pelo amigo”<sup>210</sup>, atestam as boas relações que procuravam manter com as autoridades. Nelas, além de solicitarem vários benefícios, buscavam apoio para a garantia da propriedade da terra. Foram muitas as reclamações no intuito de pressionar as autoridades a protegerem esse direito. Por outro lado, difundiam a idéia de que os antigos moradores não possuíam documentos que lhes garantisse o domínio sobre as terras em que se encontravam. Paralelamente, utilizaram inúmeros artifícios no intuito de fazer a “limpeza” das áreas, tirando

<sup>208</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A. Irineu Bornhausen governou o Estado de 1951 a 1956.

<sup>209</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 8/03/05. A/A.

<sup>210</sup> Entre outros, cita-se um ofício dos Senhores Cel. Augusto Carlos Stephanes e do Engenheiro Geógrafo João Piccoli, de Campos Novos, ao Exmo. Sr. Interventor do Estado. Cobravam providências, considerando que havia sido aprovada uma proposta da companhia colonizadora para a construção da Estrada de Rodagem de Rio Bonito a Campos Novos, mas que não haveria lavrado o contrato, por isso aguardavam resolução urgente. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, ago. 1931.

delas as populações consideradas intrusas, para facilitar a comercialização e a obtenção de maiores vantagens.

Diferentemente do que ocorria com os empresários e os colonizadores, entre as populações nativas não havia a cultura da propriedade privada nem a preocupação com a necessidade de documentos para lhes garantir o controle das terras. Tornava essa disputa ainda mais desigual o fato do regulamento da Lei de Terras, de 1854, prever que os inspetores e agrimensores não deveriam respeitar as posses iniciadas depois da sua emissão. Na prática isso permitia questionar a posse de qualquer área que não fosse escriturada ou não tivesse outra referência documental. Essa situação de obscuridade acerca de quais seriam as terras públicas e quais seriam as terras privadas e, que documentos definiam tais condições, estava presente no início do século XX, no território de Cruzeiro e região.<sup>211</sup>

Ilustra essa situação, o caso narrado por Antônio Selistre de Campos, em meados do século XX, em que denuncia a conivência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com a expropriação feita por A. Berthier, no antigo Município de Chapecó, de uma gleba de aproximadamente 83.000.000m<sup>2</sup>, pertencente aos índios kaingáng. Esses, mesmo amparados por um documento expedido pelo governo do Paraná, em 1902, viram Berthier pleitear o título de propriedade na justiça, ao que indica, a partir de testemunhas e documentos forjados. Entendia Selistre de Campos que,

O requerente da medição não juntou documento algum, título de qualquer espécie, papel de qualquer origem, fosse escritura ou carta, de que lhe assistisse direito ou fundamento à sua pretensão. Exibiu apenas uma procuração em causa própria a seu favor, passada por três ou quatro ilustres desconhecidos, quase ou todos analfabetos, seguida por outra procuração idêntica, contendo maior número de mandantes concordes com os outros, na precariedade de direitos e de documentação, sem certidão alguma de qualquer inventário, arrolamento ou partilha, que tivessem por objeto a dita terra.<sup>212</sup>

<sup>211</sup> A Lei n. 601, de 1850 (Lei de Terras), impedia a aquisição de terras devolutas pela posse e estabelecia que a propriedade se definia pela compra. O regulamento dessa lei, feito pelo Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, pretendia legitimar a situação dos detentores de terras sem título legal e averiguar as propriedades em virtude de títulos concedidos por cartas de sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial. Discriminava, com isso, as terras devolutas e proibia o regime de posse em terras públicas. No estudo de Ligia Osório Silva. **Terras devolutas e latifúndio:** os efeitos da Lei de 1850. Capinas: UNICAMP, 1996, p. 229-243, mostra-se que, mesmo com a constituição republicana e legislação do início do século XX, ainda não se havia definido com clareza questões envolvendo terras públicas e privadas. Outro caso é o narrado por Werlang, em relação à Chapecó, aonde alguns posseiros requereram pequenas áreas de terras, de 60 a 100 hectares; mas todos os pedidos foram indeferidos no ano de 1919, sob a alegação de não serem terras devolutas. Op. Cit. p. 25

<sup>212</sup> CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina. (Org.) **A Voz de Chapecó:** artigos de Antônio Selistre de Campos – 1939-1952. Chapecó: Argos, 2004, p. 64. Esse livro sistematiza uma série de artigos publicados por Selistre de Campos no Jornal a Voz de Chapecó, em 1948. O autor salienta, no caso em questão, que mesmo não havendo fundamento legal na pretensão do requerente, o Consultor Jurídico “o Dr. ou não Dr., Ildo Meirelles,

Essa foi uma das questões que se estendeu por vários anos e as terras indígenas ficaram reduzidas à Reserva Selistre de Campos, em Xanxerê (1941); apesar de terem as terras reservadas em 1902, pelo governo do Paraná, somente receberam o título definitivo, do governo catarinense, em 1960.

Em relação ao que seria terra devoluta e aos mecanismos que favoreceram a apropriação privada, salienta Bastos, que o artigo 64 da constituição de 1891 foi modificado e atenuado pelo Supremo Tribunal Federal. O fato de não possuir registro não a insere na classificação de terra devoluta até porque havia outras formas de aquisição, sem o registro imobiliário. Inverteu-se o ônus da prova: “ao Estado, que alega o domínio, cumpre a prova de ser a terra devoluta”. Destarte, caberia ao poder público demonstrar que possuía o controle sobre o imóvel ou que ele nunca foi de domínio particular.<sup>213</sup>

Como se viu, a celebração da aliança entre empresários e governantes, amparada no entendimento que, a atuação daqueles colocava em prática um propósito visto como de interesse público, confirmava a prática patrimonialista. O desenrolar desse processo, que teve seu auge nos anos 1920, por um lado levou o poder público a se tornar apenas um mero controlador administrativo e fiscal das terras e, por outro interferiu de forma definitiva na concepção de propriedade que existia entre os que ocupavam a região antes da colonização. Assim, a institucionalização da propriedade privada contou com a decisiva contribuição do Estado, em especial pela facilitação das concessões de terras devolutas e das companhias colonizadoras, que subdividiram parte delas em lotes agrícolas destinados a agricultura familiar e promoveram sua venda aos colonos. Para isso, entre outros artifícios, desencadearam uma intensa campanha publicitária, em especial nas antigas colônias do Sul do Brasil.

---

em parecer incrível opina que o SPI deve fazer os humildes silvícolas se mudarem do lugar que ocupam a justo título, desde tempos imemoriais, a transferir o Posto, com suas casas, escolas, armazéns e outras benfeitorias para outro ponto, afim de favorecer o pretendente sem direito.” (p. 65). Também evidencia a conivência dos funcionários do SPI em favor do pleito de Berthier. Sobre o assunto ver p. 59 a 93. Outro caso é apresentado no MEM-Lum, onde a empresa faz extensa argumentação ao governo catarinense contra requerentes de terras, próximas à ferrovia. A alegação destes foi de que não tiveram condições financeiras de registrá-las em Santa Catarina após o acordo de limites e que sua ocupação era de longa data. Afirmava-se que dois dos requerentes “viram-se espoliados, esbulhados de seu patrimônio, sendo suas terras concedidas à poderosa companhia, graças ao suborno e a venalidade das autoridades corrompidas” (p. 42). O Subprocurador geral do Estado deu parecer favorável ao pleito da *Lumber*, em 16 de fevereiro de 1933, alegando que esta apresentara documentos e havia feito a compra das referidas terras.

<sup>213</sup> BASTOS, Lúcio F. C. **A tributação da terra e a realidade fundiária**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1987.

### 2.3 - Publicidade e representações sobre as novas terras

Concomitante ao avanço das condições que possibilitaram a apropriação privada da terra no município de Cruzeiro, ocorre a preocupação dos empresários da colonização com a sua venda. Para isso buscaram positivar, junto aos potenciais compradores, as imagens das novas terras e da região, especialmente em relação às suas possibilidades econômicas presentes e futuras.

Pela sua proximidade com a ferrovia, o potencial econômico das terras de Cruzeiro também era difundido pelo poder público catarinense, de diversas formas. As referências negativas da população que habitava a região antes da colonização, quase sempre vinham acompanhadas de outras que sugeriam a migração de descendentes de italianos e alemães como promissora e de grandes perspectivas futuras.

Por sua vez, a construção da imagem dessas populações, a partir de parâmetros negativos, em geral servia para justificar as ações executadas contra elas, naquele contexto. Isso condicionou sua manutenção à margem da sociedade e do acesso ao controle da terra, o que por sua vez permitiu que se confiasse aos migrantes a tarefa de “transformar o sertão”, pela construção do que se entendia ser o progresso e a civilização da região.

As palavras de Costa, por ocasião da visita do Governador Adolfo Konder, em 1929, apontam para isso. Salienta o autor que, com a chegada dos colonos ou dos imigrantes, “os obreiros da civilização”, a fortuna e o progresso da região fluiriam naturalmente e havia todas as condições para se tornar o “verdadeiro éden”.<sup>214</sup>

Por outro lado, nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, diversos fatores limitavam as possibilidades de conquista da sobrevivência e as perspectivas de futuro, especialmente para os colonos. Entre outros se destacava a significativa diminuição da oferta de terrenos destinados à agricultura familiar, que era a atividade preponderante dessas áreas, o esgotamento do solo pelo uso contínuo e pela falta de técnicas para recuperá-lo, além do acentuado crescimento demográfico. Com isso, nas primeiras décadas do século XX, a demanda por novas terras era significativa e, as companhias colonizadoras souberam lidar com as aspirações dos colonos, em particular com a pretensão pela propriedade da terra.

Nesse contexto buscaram convencer os colonos por meio da promoção de uma intensa campanha publicitária que, segundo Eunice Nodari se fazia de várias formas.

---

<sup>214</sup> COSTA, A. Ferreira da. **Ao presidente Adolpho Konder: visões e sugestões de um excursionista**. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929, p. 31.

Era dado a entender a esses colonos através de diferentes meios, pelos quais eles avaliavam as condições da região, que poderiam manter as suas famílias unidas devido à fartura de terras e que teriam condições de construir comunidades de acordo com a sua cultura étnica, fosse ela ítala ou teuta. [...] Essas informações que permitem uma escolha e uma avaliação sobre o Oeste de Santa Catarina chegavam até as pessoas através de agentes das companhias colonizadoras, de cartas familiares e de amigos que já haviam migrado, notícias e propagandas publicadas nos jornais e anúncios nos rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques e pregação de padres e pastores.<sup>215</sup>

A publicidade produzida pelas companhias explorou elementos do imaginário dos migrantes, procurando relacionar às terras, grandes facilidades e perspectivas de futuro, bastando para tal, o simples ato da migração, evidenciada pela maciça campanha de divulgação das terras, especialmente após a construção da ferrovia até o início da Segunda Guerra.

As terras de Cruzeiro eram retratadas de tal forma que os colonos facilmente se imaginavam proprietários de terrenos férteis. Neles poderiam reconstruir seu espaço sociocultural, pela formação de comunidades religiosas e de lazer, pela infra-estrutura que as colônias já apresentavam, pela existência da ferrovia e de estradas vicinais, as quais facilitavam o acesso dos produtos agrícolas ao mercado. Também destacavam outras possibilidades econômicas, que permitiriam ganhos imediatos, além dos preços acessíveis das terras, da facilidade de conseguir os títulos de propriedade e da fácil adaptação ao ambiente natural.<sup>216</sup>

Diante da grande oferta de terras, a publicidade, também era feita de forma direta por agentes e representantes comissionados que ofereciam as terras e encaminhavam os interessados às empresas. Buscavam persuadir os compradores fazendo-os crer que, comprar terra seria o investimento mais adequado para o presente e para o futuro.

O jornal foi um importante espaço para esse tipo de publicidade. Destaca-se, em particular, o *Staffetta Riograndense* de Caxias do Sul, escrito em italiano e, portanto, circulava principalmente nas antigas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Em geral a publicidade objetivava atingir um público específico, principalmente o excedente

---

<sup>215</sup> NODARI, E. Op. Cit. p. 38-39. Acrescenta que outros métodos de divulgação eram utilizados para facilitar a venda das terras, entre os quais os guias de viagem. Com eles buscavam atrair os imigrantes, ainda nos portos, dirigindo-os, posteriormente, até as terras do Oeste catarinense, por via férrea. Cf. p. 58, 73-74.

<sup>216</sup> Alguns documentos utilizados não diziam respeito apenas ao município de Cruzeiro, mesmo assim se observa uma grande semelhança na forma de divulgação das terras, seja as do vale do rio do Peixe ou de todo o Oeste catarinense. Pretende-se aqui destacar os vários elementos contidos nas propagandas e que serviram para criar a imagem fantasiosa e positivada das terras de Cruzeiro.

populacional dessas colônias sulriograndenses, visando a fomentar a venda das terras nas margens da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.<sup>217</sup>

Também eram feitas publicações em alemão, como a da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., que produziu um livreto de 22 páginas sobre a sua colônia, com o título *Kolonie Concordia. Munizip Cruzeiro – Staat Santa Catharina, Brasilien*. O teor da mensagem, na essência não se diferencia das propagandas publicadas, em italiano, nos jornais. Destaca as características das terras, a topografia, o solo e o clima, a possibilidade de transporte ferroviário, a infra-estrutura escolar, as condições de pagamento, as potencialidades e perspectivas de futuro da região, entre outros. Acrescenta um mapa do Brasil com a indicação da localização geográfica da colônia e, na segunda parte do documento, ilustra com 15 fotografias, nas quais aparece a sede do município de Cruzeiro, aspectos da ferrovia, áreas com colonização iniciada, estradas para automóveis, plantações, serraria e sugestão de três modelos de plantas para a construção de casas.<sup>218</sup>

Além da propaganda realizada nas antigas colônias, a venda das terras era anunciada nos portos de entrada de imigrantes e no exterior. Um dos empresários que utilizou esse recurso foi o Engenheiro Henrique Hacker, o qual destaca que:

Na época de maior movimento imigratório, de 1922 a 1928, minha firma mantinha agências de propaganda não só na Alemanha, mas também na Áustria, Suíça, Itália, América do Norte e Canadá, gastando vultosas somas, mas contribuindo, assim para a vinda de milhares de excelentes famílias, de milhares de profissionais especializados.<sup>219</sup>

Vários empresários da colonização se encontravam radicados no Rio Grande do Sul e já possuíam, naquele estado, experiência no ramo. Por serem conhecedores da realidade vivida nessas áreas, enfatizaram, na publicidade, elementos que fossem ao encontro não apenas das necessidades, mas também dos anseios e sonhos daquela população.

Os anúncios publicitários, sobre as terras de Cruzeiro, faziam acreditar em um mundo encantado. Direta ou indiretamente criaram uma imagem positiva através de informação bem articulada e repleta de qualificativos relacionados às aspirações dos colonos.

---

<sup>217</sup> Além do *Staffetta Riograndense*, as propagandas aparecem em outros jornais de Caxias do Sul, citados nas fontes de pesquisa.

<sup>218</sup> *Kolonie Concordia. Munizip Cruzeiro – Staat Santa Catharina, Brasilien*. Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Porto Alegre, s/d.

<sup>219</sup> **Joaçaba Jornal**. A fundação da colônia de Bom Retiro e florescimento de Joaçaba. Joaçaba, 12 de Agosto de 1951, Ano 2, nº 185. Transcrito do jornal “O Lume” de Blumenau. Além de Joaçaba esse empresário atuou no Norte catarinense, no Paraná, no Mato Grosso e em São Paulo.

Sobre a propaganda, salienta Garcia, ela deve despertar a atenção e ser facilmente compreendida e memorizada para ter credibilidade. A possibilidade de ativação desses componentes psicológicos estaria subordinada às condições vividas pelo público alvo.<sup>220</sup>

A leitura de um texto implica sempre uma construção de imagens por parte dos leitores. Ao tomarem contato com as mensagens publicitárias sobre as terras de Cruzeiro, os colonos do Rio Grande do Sul encontravam elementos que alimentavam o imaginário de que esse poderia ser o ‘lugar ideal’, pois, apenas de forma sutil e indireta, elas faziam supor a existência de problemas. Este era o caso de alguns anúncios que alertavam para não comprar terras longe da ferrovia ou de estradas, obviamente das empresas concorrentes, bem como de que, em determinadas terras, “não havia intrusos”, o que supunha existirem em outras; ou, ainda, que a existência deles seria uma mera invenção dos jornais.<sup>221</sup>

De modo geral, as mensagens publicitárias não faziam referências a dificuldades, mas apresentavam forte apelo persuasivo, com argumentação que mostrava as inúmeras vantagens, presentes e futuras, de se investir em terras, em Santa Catarina. Procuravam convencer os potenciais compradores acenando sempre com a possibilidade das pessoas reproduzirem as condições que viviam nas colônias do Rio Grande do Sul e, principalmente, de melhorá-las num futuro próximo.

Tal situação pode ser evidenciada pelo uso de vários superlativos nas mensagens publicitárias, como o da Colônia Irany, no qual se garantia que a terra produzia beníssimo.

A terra da colônia Irany se presta admiravelmente ao cultivo de qualquer cereal. Muito vantajosa é também a indústria da **erva-mate**, a qual é abundantíssima pela enorme quantidade de árvores ali existentes. E, encontrando-se já estabelecidas em Herval importantes firmas compradoras de **erva-mate**, o colono poderá obter imediatamente lucro, sem prejuízo do cultivo da terra. Além disso, é vendida a preços sempre mais altos que aqui [no RS] e, por isso o colono pode fazer uma idéia de quanto vale essa indústria. O cultivo da **alfafa** é também uma fonte de riqueza, sendo um produto abundante e procuradíssimo, pois é exportado para São Paulo. Grandes pinheiros e belíssimos campos para pastagens...<sup>222</sup>

Considerando o período inicial do processo de colonização, em especial as décadas de 1920 e 1930, observa-se, nas propagandas analisadas, que havia uma grande oferta de lotes rurais. Com isso se entende que o esforço da publicidade no sentido de persuadir os

<sup>220</sup> GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, sedução e silêncio**. São Paulo: Loyola, 1990, p. 122.

<sup>221</sup> Conforme anunciava a empresa H. Hacker & Cia. *Il Colono*. Garibaldi, 31 de maio de 1917, p. 3; e a Empresa Colonizadora Nardi Rizzo, Simon & Cia. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 3.

<sup>222</sup> COLÔNIA Irany: *municipio di Cruzeiro, Stado di Santa Caterina. Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 4. Grifos no original.

compradores justificava-se, uma vez que, quando há uma superprodução ou superoferta e pouca demanda, torna-se necessário estimular o mercado, de modo que a técnica publicitária mude da proclamação para a persuasão.<sup>223</sup>

Vários elementos, que faziam referência à possibilidade de reconstrução do espaço sociocultural, eram explorados na publicidade. Num dos anúncios, da Colônia Bom Retiro, núcleo de Nova Vicenza, afirmava-se que, próximo à colônia, nas imediações da estação, onde já teriam sido vendidos quase quinhentos lotes, outros trezentos eram reservados exclusivamente para população italiana e, também, que “as eminentes e frutíferas terras se adaptavam especialmente para a viticultura”. Referências à etnia e à colonização já iniciada, também eram feitas em anúncio da empresa Formigheri & Cia.: “as terras já têm vários moradores; a colônia vizinha está toda ocupada; a colônia BENITO MUSSOLINI está reservada somente a colonos italianos...”<sup>224</sup>

No intuito de passar credibilidade aos interessados em adquirir terrenos e de lhe mostrar que a nova região identificava-se com o aquilo que era considerado espaço civilizado, várias eram as menções feitas à religião ou à existência de igrejas nas colônias. Esse aspecto era comum em praticamente todos os anúncios. Dizia-se, por exemplo, da Colônia Bom Retiro, que nela “os reverendos Padres Franciscanos, ainda este ano, abrirão um Convento e um Colégio. Os nossos núcleos coloniais possuem igreja e escola”, e reforçava-se a mensagem afirmando já existirem centenas de famílias italianas e alemãs em franca atividade de produção e progresso.<sup>225</sup>

Nas novas terras, também não haveria problemas com adaptação ao ambiente, como se mostra no anúncio da Companhia de Colonização Irazy, ao se afirmar que a colônia era dotada de clima salutar, igual àquele da colônia italiana do Rio Grande do Sul. “A água é abundante e boa. Existem ainda diversos rios importantes com grandes cascatas, que servem para a implantação de moinhos, serrarias, etc.”<sup>226</sup> No mesmo sentido, a Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. destacava que “o clima é o melhor que se possa desejar e se assemelha muito àquele dos nossos municípios da colônia italiana”. Por isso ele seria muito adaptado à cultura de qualquer tipo de cereal, especialmente milho, trigo, feijão, fumo, alfafa, bem como “o bom vinho”, pois nessas áreas os parreirais “produzem beníssimo”. O colono poderia se

<sup>223</sup> Esse entendimento é sustentado por VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 3-4.

<sup>224</sup> COLÔNIA “Benito Mussolini”: *nuova colonizzazione di* Formigheri & Cia. e José Petri. **Staffetta Riograndense**. Garibaldi, 19/12/1934, p. 4. Grifo de caixa alta, no original.

<sup>225</sup> COLÔNIA Bom Retiro: núcleo “Nova Vicenza”. H. Hacker & Cia. **II Colono**. Garibaldi, 31/05/1917, p. 3. Essa Colônia corresponde hoje a Luzerna e parte de Água Doce.

<sup>226</sup> COLÔNIA Irazy: *municipio di* Cruzeiro, *Stado di Santa Caterina*. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 4.



estabelecer imediatamente e produzir em grande quantidade qualquer produto colonial, porque “logo encontraria onde vendê-lo a bons preços, por se encontrar no meio do comércio e, por isso, nunca faltam bons compradores”.<sup>227</sup>

Aspectos como a fertilidade das terras, estradas para carroças e automóveis, facilidade para a obtenção de títulos definitivos e mercado para a produção eram os itens mais propagados.

A difusão de tais imagens pela publicidade criava uma situação favorável à migração junto aos habitantes das antigas colônias. No entanto, torna-se desnecessário dizer que se tratava de propaganda enganosa.

Nas propagandas também aparecem inúmeras referências á ferrovia e da proximidade das terras com as estações ferroviárias. Sobre a Colônia Benito Mussolini, destaca-se, inicialmente, a localização privilegiada: aproximadamente vinte e cinco quilômetros da estação de Perdizes, com boas estradas. Ali estavam sendo colonizadas as melhores terras do Estado de Santa Catarina e que Perdizes era conhecida como a melhor zona de produção de vinho, trigo, milho e outros produtos. A nova colônia estava reservada apenas a colonos italianos.<sup>228</sup>

Na mesma perspectiva, a Colônia Petry afirmava que as terras estendiam-se por trinta quilômetros às margens do Rio do Peixe e da ferrovia e seriam ótimas para a produção de vinho e o cultivo de trigo, alfafa e fumo. Também eram ricas em madeiras de lei e o comprador obteria vários contos de reis com a produção de dormentes. Além disso, essa colônia se encontrava em posição privilegiada, por sua sede distar a poucos metros da Estação de Rio Bonito. Os lotes já se encontravam divididos, os preços eram módicos e com boas condições de pagamento; os lotes “de puro mato branco” podiam ser adquiridos em troca da construção de estradas. Constituíam-se numa ótima oportunidade para o estabelecimento de profissionais e industriais. A terra, de primeira qualidade, ligada diretamente à ferrovia, com boa ligação comercial, apresentava clima ideal e as condições principais que garantiriam o rápido desenvolvimento da colônia. A ligação comercial com São Paulo, Curitiba e com o Porto de São Francisco eram favorecidas pelos baixos preços do transporte.<sup>229</sup>

<sup>227</sup> SOCIEDADE Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul, 18/04/1929, p. 4.

<sup>228</sup> COLÔNIA “Benito Mussolini”: *nuova colonizzazione di* Formigheri & Cia. e José Petri. **Staffetta Riograndense**. Garibaldi, 19/12/1934, p. 4.

<sup>229</sup> COLÔNIA Petry: Estação Rio Bonito. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul, 14/02/1923, p. 4. A Colônia era situada no atual município de Tangará/SC. Sobre o baixo preço dos transportes, o anúncio apresenta como exemplo, dados numa tabela de preços, de vários produtos exportados para São Paulo.

O anúncio da Colônia Bom Retiro salientava que estavam à venda “duas mil e quinhentas colônias de terras férteis, cobertas de mata virgem das mais apreciadas madeiras de lei”. Estavam situadas numa extensão de setenta e cinco quilômetros nas margens da ferrovia e eram servidas por quatro estações ferroviárias. Toda a terra seria arável e não existiam terrenos de encostas e pedregosos, adaptavam-se a vários tipos de cultivares, sendo a água “abundante e boníssima e o clima muito salubre”. Distavam, no máximo, a vinte quilômetros da ferrovia, sendo todas servidas por boas estradas que conduziam aos núcleos coloniais e facilitavam o transporte dos produtos. Argumentava que quem queria comprar terras e obter vantagens, não deveria ficar “só entre compatriotas”, mas se dirigir aos lugares com acesso facilitado aos mercados consumidores. Quem atentasse para isso podia estar certo de que a aquisição de terras era o melhor e mais seguro emprego do dinheiro.<sup>230</sup>

Dependendo da situação o discurso das propagandas de cada empresa enfatizava um ou outro aspecto. Por isso algumas empresas anunciavam colônias “apenas para italianos” ou outro grupo e outras buscavam atingir os diferentes grupos étnicos para a sua colônia, como foi o caso da H. Kacker & Cia., visto que possuía áreas destinadas a teutos e outras a ítalos. Numa propaganda destacava:

O senhor quer comprar um bom pedaço de terra, que lhe garanta um fácil e seguro futuro e quer o senhor trabalhar com bom resultado? Então não deve comprar em nenhuma parte antes de ter visto Nova Vicenza, pois essa colônia é muito desenvolvida e florescente; é a preferida por todos aqueles que a conhecem. É chamada a pérola das colônias do estado de Santa Catarina, com terras incomparavelmente mais férteis e mais cômodas para trabalhar.<sup>231</sup>

Outro artifício bastante utilizado nas propagandas era o de anunciar a prosperidade já alcançada nas primeiras colônias, nas colônias próximas e, principalmente, em outras áreas da mesma empresa, já colonizadas. Este foi o caso dum anúncio da colônia Benito Mussolini, de 1934. Nele se citava o exemplo de uma colônia vizinha, afirmando que, com apenas um ano e meio de fundação, já dispunha de: uma serraria, duas casas comerciais, moinho para trigo e milho, hotel, dentista, enfermeira diplomada, carpinteiros, sapateiros, uma escola estatal e uma particular, uma comunidade católica e outra protestante, uma atafona, uma oficina hidroelétrica em construção, uma fábrica de beneficiamento de milho e centeio.<sup>232</sup>

<sup>230</sup> COLÔNIA Bom Retiro: núcleo “*Nova Vicenza*”. H. Hacker & Cia. **II Colono**. Garibaldi, 31/05/1917, p. 3.

<sup>231</sup> COLÔNIA Bom Retiro e Nova Vicenza. H. Hacker & Cia. e Jacob Petry & Cia. Caxias do Sul, **Staffetta Riograndense**, 15/05/1919, p. 6. Nesse anúncio a empresa buscava chamar a atenção da “distinta e numerosa clientela”, que havia adquirido uma nova área para ampliar essa colonização.

<sup>232</sup> COLÔNIA “*Benito Mussolini*”: *nuova colonizzaione di* Formigheri & Cia. e José Petri. **Staffetta Riograndense**. Garibaldi, 19/12/1934, p. 4.

De forma semelhante era a propaganda da Colônia Irany. Afirmava-se que ela já se encontrava habitada por muitas famílias de colonos italianos, em franca atividade de trabalho e de produção, com imensas plantações, moinhos e serrarias. Tal situação deveria servir de estímulo a outras famílias que decidissem iniciar uma nova vida de bem-estar e de prosperidade, por isso, alertava a todos: “preferência às nossas terras”. Os que as escolhessem, seriam conduzidos a elas “de carro ou a cavalo e acompanhados de pessoa prática”. A colônia oferecia as melhores possibilidades para conquistar a fortuna, por contar com estradas e terras excelentes que se prestariam, admiravelmente, não só ao cultivo de qualquer cereal bem como de parreiras.

Observa-se que essas propagandas estão repletas de situações relacionando as terras à venda com o espaço sonhado pelos imigrantes na vinda para a América, ou salientando aspectos positivos construídos nas primeiras áreas coloniais. Assim, o ato de migrar ao Oeste catarinense significaria a superação das dificuldades e a melhoria das condições de vida.

Quando trata de Concórdia, por exemplo, a companhia colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., assegurava que nas terras que oferecia, poder-se-ia cultivar os mesmos produtos cultivados no Rio Grande do Sul, além disso, chamava atenção para o progresso já obtido na criação de porcos. Qualquer produto seria “fácil e lucrativamente vendido nas praças de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, custando pouquíssimo o seu transporte pela ferrovia”. Numerosas e sólidas estradas, todas carroçáveis, estavam sendo abertas de acordo com o constante crescimento da colônia. Por isso afirmava que as pessoas que tivessem a intenção de, verdadeiramente, fazer um ótimo negócio, dobrando e triplicando o próprio capital, deveriam visitar essas terras, pois, “estamos certos de que não retornarão sem o propósito de fazer uma boa compra, garantindo assim o seu futuro e o dos próprios filhos”.<sup>233</sup>

A ferrovia constituiu-se em uma das principais referências dos anúncios, em especial nos primeiros anos da colonização e para as terras mais próximas a ela. De que adianta possuir a melhor colônia se essa se situa longe das vias de transporte e dos lugares de consumo? Até presenteada torna-se muito custosa.<sup>234</sup>

As empresas que possuíam suas terras nas proximidades da ferrovia buscavam mostrar que a via era o único e econômico meio para transportar a riqueza, o fator de rápido e próspero desenvolvimento das colônias e o requisito para a valorização das terras. Ao contrário, as que estivessem distantes, teriam grandes desvantagens.

<sup>233</sup> SOCIEDADE Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul, 18/04/1929, p. 4.

<sup>234</sup> *Che giova la migliore colonia, se questa lungi dalle vie di trasporto e dai luoghi di consumo? Anche donata diventa cosa troppo costosa.* Colônia Bom Retiro. **Il Colono**, Garibaldi, 31 de maio de 1917, p. 3.

De modo geral, as propagandas apresentavam na mensagem, elementos comuns, destacando: a fertilidade do solo, a abundância de madeiras nobres, a facilidade de comércio, os preços acessíveis e boas condições de pagamento, a garantia de títulos de propriedade, a existência de locais já habitados, a possibilidade de ganhos imediatos, as boas perspectivas de futuro e, principalmente, a proximidade com a ferrovia.

Também, em sua maioria, usavam linguagem persuasiva, fazendo crer que aquele determinado terreno possuía as qualidades ideais e que comprar terra era o melhor investimento. A preocupação era sempre a de criar uma imagem que se relacionasse ao sonho da conquista de um mundo melhor idealizado, em particular, pelos ítalos e teutos.

O entendimento de que as novas terras catarinenses constituíam-se num espaço de grandes possibilidades para o crescimento econômico, também era difundido pelo governo do Estado. Nos relatos dos integrantes da comitiva que acompanhavam o governador Adolfo Konder, ao Oeste, em 1929, fica evidente quando se reporta às terras já colonizadas por descendentes de imigrantes. D'Eça ao se referir a essa situação fala de uma “gente bem vestida, de boas maneiras e que viaja de automóvel” ou, ainda, afirmava possuírem uma:

Noção inteligentemente prática do problema colonizador [...] e com uma preocupação gramatical notável e aquele espírito de especialização que é espelho mágico da raça. E bem-aventurado também sejas tu, oh! trabalho da charrua que estrias a gleba e, como na lenda etrusca, fazes surgir os homens fortes e as cidades muradas! Gratos ao bom Deus que os arrancara da Europa faminta, sulcada de rancores e de misérias, para a fartura e hospitalidade fraternal das terras brasileiras, esses colonos sentiam-se felizes na sua vida nova, entre homens que não os repeliam, numa gleba que se abria para eles em searas ricas e boas.<sup>235</sup>

Essas representações sobre as terras, as pessoas que nelas viviam ou as que para elas migravam, foram difundidas de diversas formas e, em geral, evidenciaram elementos do imaginário dos imigrantes.

A expectativa do *paese di Cucagna*, retratada por Bernardi através do personagem *Nanetto Pipetta*, que ganhou notoriedade pelas colunas semanais publicadas no *Staffetta Riograndense* (1924-1926), era corroborada pela propaganda que, paralelamente, era feita. No contexto da migração para Cruzeiro, a idéia do “fazer a América”, como se vê no fragmento a seguir, mais uma vez se colocava como possibilidade e o novo destino poderia ser “Santa Catarina”.

---

<sup>235</sup> D'EÇA, Othon. ... **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992, p. 52, 55 e 56. Cita, ainda, versos de Goethe: “Conheces o país onde floresce a laranjeira? O país de frutos de ouro e de rosas vermelhas?”

A América, o que será esta América? Que seja uma grande Cocanha? Acho que sim... Ela deve ser como a nossa sala de visitas onde não falta nada, não, porém assim como a nossa, porque aqui não há quase nada, ao passo que lá deve haver de tudo.

A América, penso eu, deve ser um jardim de delícias, que Deus fez, deve ser uma região, onde a gente só come rosquinhas e a minha tarefa será endireitar rosquinhas, como me disse o avô, e todas as que se romperem, serão para mim e para ele.

Eu penso, ainda, que é uma grande cidade, na qual os pobres são conduzidos de automóvel em busca de fortuna... Deve ser uma enorme feira, onde quem compra barato, paga pouco, e quem não compra nada, fica com seu dinheiro, conforme dizia o meu padrinho. Que linda coisa a América!

A América, dizia avô, é para as crianças como uma grande praça cheia de doces e basta plantar uma moeda para que nasça uma bela árvore e todos podem trepar a elas e apanhar quanto dinheiro quiserem até encherem os bolsos. Nessa praça a gente brinca, corre salta, vozeia; e quando está com sede, toma água doce, licor de anis, bom vinho, cerveja, gasosa e que mais ainda? Também biter e mel, e refrescos, e quentão e por fim ainda muitas coisas boas...

Esses e outros mais lindos eram os solilóquios de Nanetto.<sup>236</sup>

Mesmo que na sua forma estética as propagandas não chamassem tanta atenção dos leitores, a linguagem utilizada era bastante articulada, direta e convincente. Havia uma preocupação constante de positivar a imagem das novas terras catarinenses.<sup>237</sup> É óbvio que tudo isso nem sempre era condizente com a realidade, pois, em geral, os adquirentes encontraram pouca coisa daquilo que a propaganda lhe havia prometido. Tratava-se de terrenos em sua maioria íngremes, dotados de precárias estradas, as comunidades possuíam limitada infra-estrutura, freqüentemente enfrentavam dificuldade de mercado para os produtos, em particular nas primeiras décadas e, em certas ocasiões os compradores dos lotes foram ludibriados.<sup>238</sup>

Mesmo que os jornais não possuíssem uma grande tiragem nas primeiras décadas do século XX, entende-se que se constituíam em importante meio de comunicação, pois muitos dos seus leitores eram formadores de opinião.<sup>239</sup> A grande quantidade de propagandas neles

<sup>236</sup> BERNARDI, Aquiles. **Nanetto Pipetta**. STAWINSKI, A. V., TCACENCO, M. A. (Trad.) Porto Alegre, Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1988, p. 48.

<sup>237</sup> A memória oral mostra que os migrantes absorveram as representações construídas pela publicidade, seja quando relembram o que sonhavam conquistar nas novas terras, seja quando reconheciam que a realidade era muito diferente da imaginada antes da sua chegada. Nesse sentido, cabe um testemunho pessoal da minha infância, como membro de uma antiga colônia sulriograndense, quando no início dos anos 1970 ainda se migrava para “Santa Catarina” (de Chapecó ao Extremo-oeste). Em ocasiões de migração de vizinhos e familiares, lembro-me de que se falava muito da grande fertilidade e produtividade das terras, do seu baixo preço, da expectativa de enriquecer facilmente, enfim, “Santa Catarina” era idealizada, sonhada...

<sup>238</sup> Seja quando lhe era mostrado um terreno e escriturado outro ou quando se vendiam terrenos e depois o comprador percebia que não possuía, por exemplo, o direito sobre a madeira, entre outras situações.

<sup>239</sup> Entre os leitores estariam professores, padres, comerciantes, políticos e lideranças comunitárias. Considere-se que boa parte da população das áreas coloniais era alfabetizada. Em relação às colônias italianas do Rio Grande do Sul, um estudo realizado por Rovílio Costa entre os primeiros imigrantes do núcleo colonial de Nova Palmira,

veiculada, em especial nas décadas de 1920 e 1930, pode atestar a eficácia desse meio.

Além de refletir os valores de determinada cultura, a propaganda contribui para reforçá-los ou mesmo para criar novos valores. Como se refere Mc Luhan em relação a esse tipo de publicidade, os historiadores e arqueólogos descobrirão, um dia, que os anúncios de uma época constituem o mais rico, mais fiel reflexo cotidiano que uma sociedade jamais forneceu de toda uma gama de atividades.<sup>240</sup>

O papel da publicidade é o de reforçar nos espectadores, ouvintes e leitores, ou nos consumidores, o desejo de possuir determinado objeto. De diferentes formas, propõe-se a criar um clima favorável ao produto anunciado, promovendo qualidades diferenciais e extraordinárias, no intuito de fazer com que o interlocutor se predisponha a comprá-lo. Isso se observa nos anúncios de venda dos lotes rurais de Cruzeiro, nas primeiras décadas do século XX, pelos quais os interessados em comprar terras podiam construir seu mundo fantasioso.

Sobre a linguagem publicitária sustenta Nelly de Carvalho que:

Deve-se considerar que a linguagem publicitária usa recursos estilísticos e argumentativos do cotidiano voltados a informar e manipular. [...] O mesmo se pode dizer da linguagem jornalística, dos discursos políticos, da linguagem dos tribunais e até do discurso amoroso. Em todos esses casos, há uma base informativa que, manipulada, serve aos objetivos do emissor. A diferença está no grau de consciência quanto aos recursos utilizados para o convencimento e, nesse sentido, a linguagem publicitária se caracteriza pela utilização racional de tais instrumentos para mudar (ou conservar) a opinião do público-alvo.<sup>241</sup>

A publicidade, vista como a arte de tornar algo conhecido, no intuito de obter aceitação do público-alvo, desenvolveu-se com eficiência quando tratou da divulgação para a venda de terras. Difundiu a ilusão de 'lugar ideal' entre seus receptores e pretendeu que eles não apenas se convencessem, mas também permanecessem convencidos disso. Em certo sentido, as representações positivas criadas se transformaram numa espécie de catarse face às dificuldades cotidianas vividas por muitos colonos. Acreditar que um mundo melhor podia ser conquistado independia da própria publicidade, mas, no momento em que ela reforçou tal

---

constatou que 50% dos homens e mulheres que formavam os casais eram alfabetizados, mas apenas 21% do total das mulheres o eram. "O Italiano Vêneto-Lombardo do Rio Grande do Sul". **Correio Riograndense**. Caxias do Sul, 9 de fevereiro de 1994, p. 9. Outro estudo mostra que o Rio Grande do Sul possuía o maior índice de alfabetização de todos os Estados em 1890 (25,3%) e conservou essa supremacia nos decênios que se seguiram. Em 1920 (38,8%) 9% a mais que São Paulo, 2º colocado. Os colonos alemães e italianos ajudaram a colocar o Estado em 1º lugar: São Leopoldo (62%) e Caxias do Sul (46%) em 1920. Cf. LOVE, Joseph, WIRTH, John, LEVINE, Robert. O poder dos Estados: análise regional. In: **Historia Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume I (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 108.

<sup>240</sup> MC LUHAN, Marshall. Apud. CARVALHO, Nelly de. **Publicidade a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1998, p. 5.

<sup>241</sup> Ibidem.

idéia, levou muitas pessoas a idealizar a possibilidade de conquistar seu lote de terra e reproduzir esse imaginário. Assim, reforçavam as idéias da publicidade, bem como os valores e ideais que ela continha.

Houve situações em que colonos nem conheceram *in loco* o terreno que compravam e, ao adquiri-lo, agiam motivados pela ilusão da terra da Cocanha. O ideário da terra prometida, que marcou a história e a crença do povo judaico-cristão, fazia-se presente entre os imigrantes e migrantes.<sup>242</sup> Para Franco Jr, essa situação pode ser observada, já no final do século XIX, quando os recrutadores de imigrantes no Norte italiano, comparavam a América à Cocanha, evidenciando que esse discurso encontrava ressonância naquela população.<sup>243</sup>

No caso da nova migração, a publicidade contribuiu para que o sonho do jovem *Nanetto* fosse realimentado, mesmo que ele significasse, fundamentalmente, superar a condição econômica de dificuldade em que se encontrava. O mundo imaginário parece sempre se colocar ao alcance das pessoas, “logo ali na frente”. Se não foi possível encontrá-lo nas décadas iniciais, nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, por que não poderia estar nas novas terras, em Santa Catarina? A se considerar a quantidade de migrantes que se dirigiram ao Oeste e a expectativa que criaram sobre a região, a eficácia da propaganda também pode ser atestada.

Referindo-se ao desafio das produções científicas, filosóficas e artísticas sobre o Brasil, Ianni afirma que elas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, ou muito menos a nação real do que a ilusória. Entende que a história seria irreconhecível sem o imaginário, pois alguns segredos da sociedade se revelariam melhor na forma pela qual aparecem na fantasia.<sup>244</sup> Dizendo de outra forma, Franco Jr. destaca que entre uma sociedade concreta e uma sociedade imaginária não há fronteiras, mas sim uma larga faixa de domínio comum, que deve representar para o historiador o ponto de observação tanto de uma quanto de outra. Não se pode compreender uma delas sem o concurso da outra.<sup>245</sup>

Entende-se que essas representações sobre a possibilidade de acesso à terra,

<sup>242</sup> A promessa que Deus fez a Moisés, de que o povo chegaria “a uma terra fértil e espaçosa, uma terra que emana leite e mel”, parecia sempre se renovar. Cf. BÍBLIA. Português. Trad. Centro Bíblico Católico. 34. ed. São Paulo: Ave Maria, 1982. Ex. 3: 7-8.

<sup>243</sup> FRANCO, Jr. Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 212. O autor faz uma recuperação do mito medieval da Cocanha, nas suas diferentes versões, e procura mostrar a relação do mundo imaginário com o mundo real. No caso dos imigrantes do Sul do Brasil, foi Aquiles Bernardi, com a obra **Nanetto Pipetta**, que narrou a história do fictício jovem imigrante italiano. Através da relação que esse personagem estabeleceu entre a América imaginária e a concreta, o autor revelou muito da história dos imigrantes, evidenciando as contradições entre o sonho de fazer fortuna e a realidade encontrada.

<sup>244</sup> IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 48 e **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 87.

<sup>245</sup> FRANCO, Jr. Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 15.

mantidas pelos migrantes colonos e realimentadas pela publicidade e pelos governantes, foram significativas no contexto da colonização de Cruzeiro e ajudam a entender melhor esse processo.

Na mesma perspectiva, as diferentes companhias colonizadoras souberam dirigir a propaganda a um público bem específico, em especial o das antigas áreas coloniais do sul do Brasil. Por outro lado definiram um modelo de divisão das terras, em lotes destinados a agricultura familiar, procurando facilitar a sua venda.

## 2.4 - A comercialização das terras

### Dividir para vender

A efetivação do mapeamento das terras, subdividindo-as e registrando-as nos órgãos públicos, passou a lhes dar a existência legal. A escritura pública constituiu-se no seu documento de identidade e passava a atestar a quem pertenciam. Também representava a forma de tornar conhecido o que era considerado desconhecido, inexplorado e abandonado. Por esse procedimento, as companhias colonizadoras buscavam se contrapor à situação anterior, em que a terra era vista como devoluta e seus habitantes como posseiros ou intrusos. Tal concepção prevaleceu durante o processo de colonização e serviu para justificar aos antigos moradores a nova condição.

Nesse sentido, Arruda afirma que o trabalho da cartografia, colocado “nos mapas, em linhas finas e precisas, inquestionáveis na sua linearidade”, deixava clara a apropriação e o domínio de terras antes desconhecidas. Estabelecia assim “o domínio da civilização”. A construção desse discurso legitimaria o mapeamento e a transformação do espaço, ou concretamente, ou nas representações em forma de mapas, fotografias e descrições de viagem. Justificaria, ainda, a presença do gênio humano, pela aplicação do conhecimento científico, na preparação das condições para “atualizar” esse espaço e transformar em bens materiais as potencialidades da natureza.<sup>246</sup>

Havia esse entendimento entre os empresários da colonização e, ao longo do processo, criaram as melhores condições para comercializar as terras. Para isso difundiam a

---

<sup>246</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000, p 167 e 187. Quando em 1919, o governo catarinense referia-se aos trabalhos de medição das terras, afirmava que com ele seria “regularizado o estado incerto em que se encontram as terras públicas ocupadas por intrusos”. Lastimava a falta de profissionais para esse serviço, mas dizia que as empresas mantinham trabalhos de colonização com o fim de atrair ao Estado “a corrente imigratória e fixar o colono ao solo”. Cf. GOVSC-Mens. 1919, p. 56-57.



idéia que a divisão em pequenos lotes, a venda aos colonos e o conseqüente incremento da colonização era o caminho mais correto para promover o “progresso” e expandir a “civilização”. Buscavam, com isso, obter do governo o aval e as vantagens para a expansão dos seus negócios.

O Memorial produzido por um grupo de empresários da colonização, no início dos anos 1930, afirmava que não haveria nada mais oposto ao latifundiário que um colonizador, visto que, enquanto este procurava “reter a terra, aquele se esforçava para vendê-la; o latifundiário é infenso à repartição, o colonizador a subdivide nas parcelas menores possíveis, pois o seu interesse é povoá-la.”<sup>247</sup> Pretendia evidenciar que a percepção do colonizador, acerca das terras recém incorporadas ao Estado, coincidia com o do governo, no entanto, seu intuito era o de desobstruir todos os obstáculos ao maior propósito: comercializar as terras.<sup>248</sup>

A estratégia de vendê-la em pequenos lotes era justificada pelos empresários da colonização. Ao questionar a cobrança de impostos sobre as terras que lhe pertenciam, a SUC argumentava que a sua atividade, “de difusão da pequena propriedade”, seria o caminho para a superação do latifúndio, visto que o mesmo, pouco contribuía para a economia estadual. Assim, entendia que os impostos deveriam ser cobrados dos latifundiários que guardavam a terra apenas para a especulação, diferentemente dos empresários, cujo objetivo seria o de atrair colonos para povoá-la. Tal situação seria facilmente compreendida, bastando uma simples reflexão para concluir que:

Nenhuma empresa colonizadora iria dividir em lotes grandes áreas, construir estradas de rodagem e organizar escritórios, para guardar a terra. O colonizador é um negociante de terras; estas são para ele, nem mais nem menos, que mercadoria. Seu interesse é, pois vendê-las, o mais de pressa possível, pois sobre o seu capital estão correndo juros, e sobre a sua atividade o tempo.<sup>249</sup>

Mesmo que argumentassem estar difundindo o modelo de pequena propriedade, a preocupação dos empresários relacionava-se menos à questão política do modelo agrário adequado para a região e mais à possibilidade de criar condições que facilitassem a comercialização dos lotes.

---

<sup>247</sup> MEM-SUC, p. 4.

<sup>248</sup> Sobre o assunto, cita-se um episódio narrado por D’Eça, quando o governador Adolfo Konder, em 1929, num discurso, exclamou que: “colonizar não é vender terras!” e, que quando acentuou haver a necessidade de fixar o homem à gleba, “houve aclamações e aplausos por toda a parte”. Diante disso se pergunta o autor: “por que aquele colono espadaúdo, de cabelos tão loiros que parecem brancos e que me fez lembrar os couraceiros do velho Guilherme, olhava, de soslaio, os dirigentes da colônia, batendo as mãos como matracas?” D’EÇA, O. Op. Cit. p. 47.

<sup>249</sup> MEM-SUC, p. 4.

No Memorial apresentado pela SUC, ao governo catarinense, aparece um extenso relato das dificuldades que os empresários supostamente enfrentavam para tal comércio. Entendiam que os trabalhos para a divisão dos terrenos em lotes de uma colônia, a demarcação com o aproveitamento racional das águas, a construção de estradas de acesso, o serviço de propaganda para atrair os colonos, o deslocamento desses até o local em que se estabeleceriam, a percentagem paga aos intermediários encarregados de procurar colonos, assim como a manutenção dos escritórios, constituíam-se em despesas que avultavam grande soma de dinheiro. Também que a terra seria vendida a prestações a longo prazo, os preços que não poderiam ser elevados em função da concorrência, seja de empresas estabelecidas no Estado ou nos Estados vizinhos.<sup>250</sup> A situação do Oeste catarinense era comparada com esses Estados, salientando que, enquanto no Paraná se procurava “atrair o colono e retalhar os latifúndios pela facilidade na aquisição das pequenas parcelas, seguindo destarte o mais elementar bom senso”, em Santa Catarina, as ações pareciam virar a lógica ao avesso e tudo se fazia “para amedrontar e escorraçar” esses trabalhadores.<sup>251</sup>

Com a pressão exercida sobre as autoridades estaduais, os empresários pretendiam, ao menos, diminuir os impostos sobre as terras em seu domínio. Essa pressão também era feita às autoridades do município de Cruzeiro. Neste caso, a reclamação era pertinente, visto que uma lei municipal estabelecia que:

Todo o proprietário domiciliado em terras de cultura, com área de até 10 alqueires, pagará 35\$000 de imposto com 6 dias de serviço, que serão avaliados em 5\$000 diários e o restante em dinheiro. Os proprietários não domiciliados no município pagarão o seu imposto totalmente em dinheiro.<sup>252</sup>

O intuito da lei era favorecer à ocupação das terras, mas os empresários entendiam que isso dificultaria a situação dos que adquiriram ou pretendiam adquirir lotes, sem a intenção de se estabelecer neles de imediato. O Memorial apresentado pelos colonizadores pressionava o governo para que não colocasse barreiras aos propósitos de comercialização das terras destinadas à colonização ou, ao menos que elas fossem abrandadas.

---

<sup>250</sup> MEM-SUC, p. 4-5. A questão da concorrência entre as empresas aparece em diversas ocasiões, seja nos relatos escritos ou orais. Este foi o caso de Alberto Schmitt, de Porto Alegre, e José Petry, sendo que este publicou uma matéria no Jornal Cruzeiro, em 25/02/1934 (p. 3 e 6), “em resposta aos falsos boletins” emitidos por aquele. Salienta Petry que teria comprado e pago terras e que aquele teria falsificado balancetes e estaria cobrando, novamente, altos valores. Apesar de eventuais divergências os empresários da colonização se juntaram em Sociedade para defenderem seus interesses.

<sup>251</sup> MEM-SUC, p. 6.

<sup>252</sup> MEM-SUC, p. 8-9. Grifo no original. Reclamava-se que isso seria mais um imposto territorial disfarçado que dificultaria a situação do proprietário e tornaria mais angustiada a do colonizador. Sugeriam que fossem isentas do pagamento desse imposto, “as empresas colonizadoras com serviço comprovadamente organizado”.

A partir do momento que as companhias colonizadoras passavam a ter o controle de determinada área, em geral, a estratégia adotada era a de subdividi-la em lotes. Como se afirmou, não se tratava necessariamente de um entendimento de política agrária, mas o faziam no intuito de facilitar sua venda, visto que havia um público consumidor específico interessado na sua aquisição, especialmente o das antigas áreas coloniais sulriograndenses.

Tal prática pode ser demonstrada pelos mapas das várias colônias criadas no município de Cruzeiro, que apresentam a divisão das terras em lotes de uma colônia, como se observa na **Figura n. 3.**<sup>253</sup> Essa foi uma prática bastante comum e também é evidenciada nos dados referentes à estrutura agrária do Oeste catarinense. Eles mostram que, com a intensificação do processo de colonização no Estado, e em particular da região, o tamanho médio das propriedades foi gradativamente diminuindo até a década de 1970 e se estabilizando a partir de então.<sup>254</sup> Ficam evidentes as características implantadas na reocupação do espaço a partir do processo de colonização, em que predominou a pequena propriedade destinada à agricultura familiar.

Ao se referir à pequena propriedade no Brasil, Prado Jr. afirma que ela significou o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade fundiária, no entanto o autor generaliza a análise defendendo a idéia de que esse tipo de ocupação ocorreu em lugares “onde o latifúndio de exportação não tomou pé”. Diz que ela resulta, em regra,

Do retalhamento da grande propriedade, que perde a sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração. Assim as vicissitudes desta última se refletem na distribuição da propriedade agrária. Quando a grande exploração decai, a propriedade agrária tende a se subdividir. Inversamente, a prosperidade da grande exploração é importante fator de reagrupamento e reconstituição da grande propriedade.<sup>255</sup>

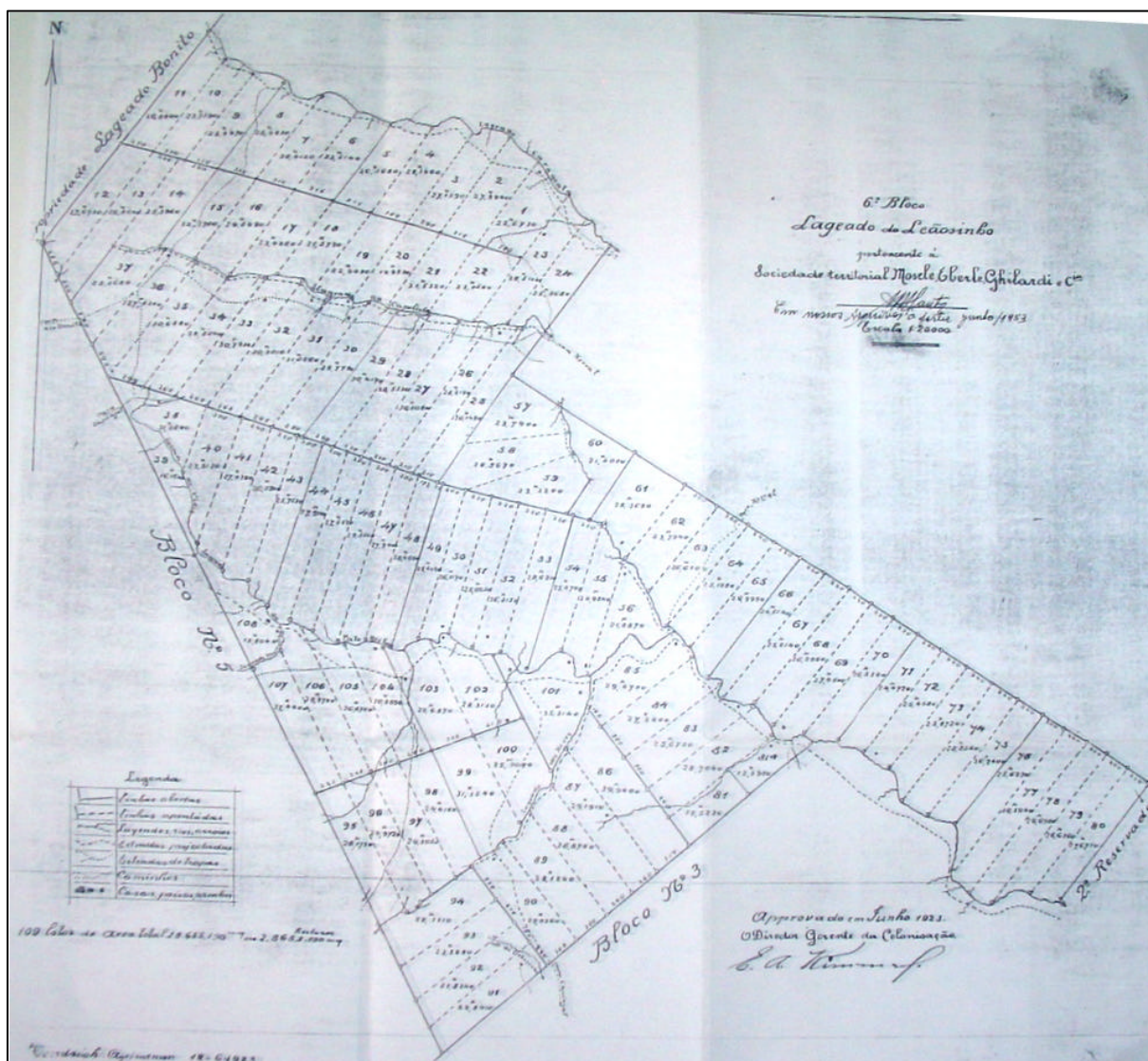
---

<sup>253</sup> Foram analisados diversos mapas de propriedades e colônias das empresas, como da Mosele, Eberle Ghilardi e Cia. (Propriedades Rancho Grande, Rio Uruguai, Lajeado Leonzinho, Colônia Herval e Colônia Capinzal). Sociedade Colonizadora Ângelo De Carli, Irmão & Cia. (depois Colonizadora Cruzeiro), Colonizadora Muller e Selbach, União Colonizadora Sulbrasileira e Colônias Cassiano, Colônia Hercílio Luz. O Bloco “Lajeado Leãozinho” era formado por 109 lotes, medindo em média, 26,2 hectares. A **Figura n. 4** mostra a área da Mosele, Eberle, Ahrons e Cia.

<sup>254</sup> Conforme o Censo Agropecuário do IBGE, ente 1920 a 1970 o tamanho médio da propriedade diminuiu dois terços, sendo que dobrou o número de hectares ocupados, já o número de estabelecimentos aumentou mais de seis vezes. Em relação às pequenas propriedades, verifica-se que o tamanho médio, no Oeste, é menor que na média do Estado. Os censos de 1975, 1985 e 1995 confirmam essa tendência da região, apontando que a área média por propriedade permaneceu praticamente a mesma que foi adquirida pelos migrantes, aproximadamente uma colônia, ou 24 hectares. Dados semelhantes são apresentados também por, MASSIGNAN, Aurivan. Estrutura fundiária e densidade demográfica na região do meio oeste catarinense. **Revista da Fundação Educacional do Oeste Catarinense.** FUOC. Ano: 1, n. 1, jan. mar. 1978.

<sup>255</sup> PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 54-55.

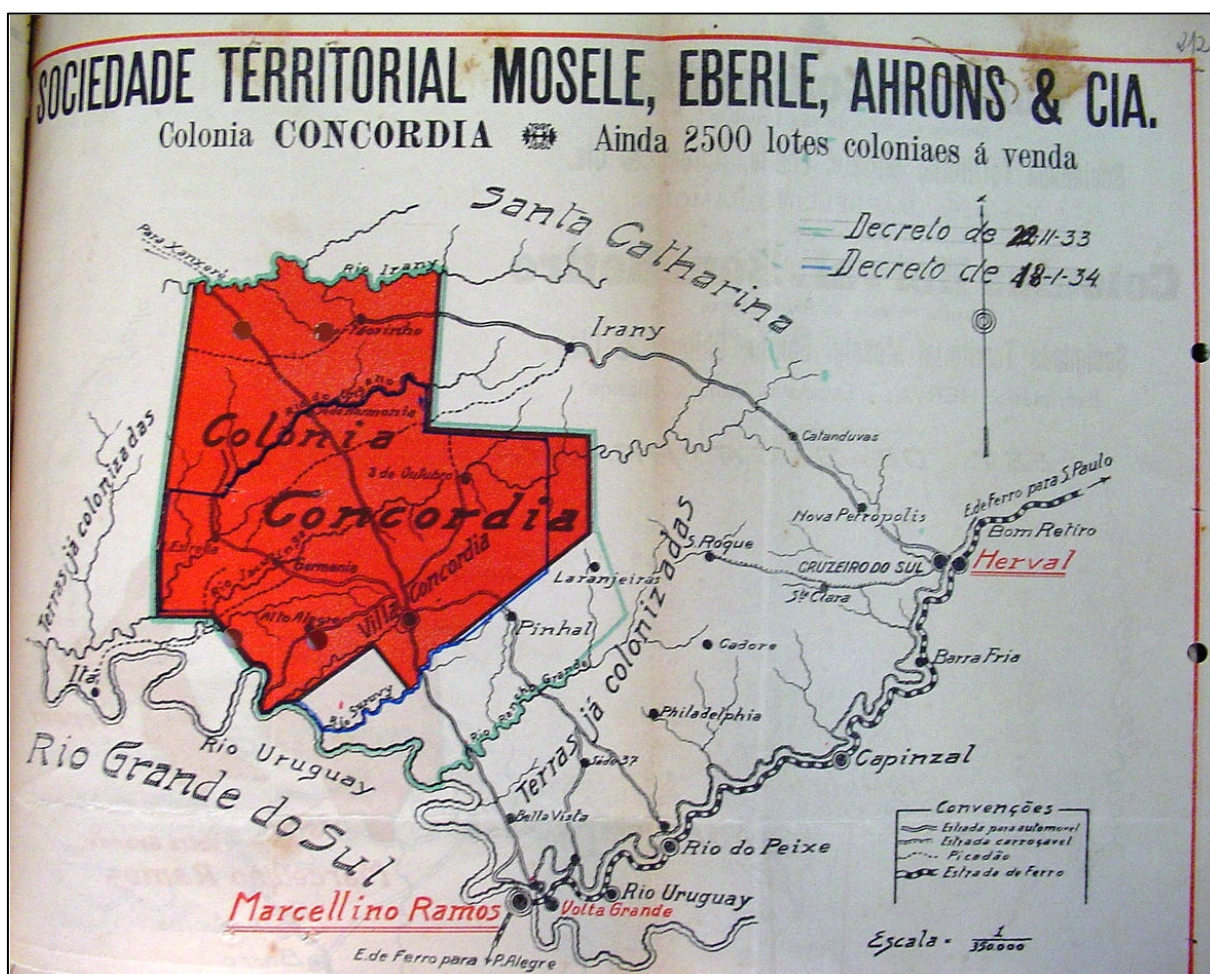
Figura n. 3 - Mapa do Bloco “Lajeado Leãozinho”



Fonte: Acervo de Gilson Rati, Joaçaba.



**Figura n. 4** - Área da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.



**Fonte:** Acervo do APESC. Florianópolis.

Por mais que na estrutura agrária brasileira seja evidente a influência do latifúndio, esse não foi o caso de boa parte das áreas coloniais do Sul, bem como da maior parte das terras do município de Cruzeiro. Nessas áreas, formadas em geral por vales e matas, a pequena propriedade resultou da especulação imobiliária consentida pelas autoridades, principalmente no transcurso da primeira metade do século XX. Tanto no município como no Oeste do estado, prevaleceu esse modelo de ocupação e as exceções foram algumas áreas em que já se desenvolvia a atividade pecuária, ou, a partir da década de 1940, as destinadas à indústria de celulose.

A divisão em lotes agrícolas também favorecia às empresas anunciarem que os preços eram acessíveis. Constata-se, pelas propagandas analisadas, que os preços de cada um dos lotes agrícolas se mantiveram estáveis entre os anos de 1925 a 1937, variando de 3:000\$000 a 4:800\$000 cada um. A variação maior de preço dava-se principalmente em

função da proximidade ou não da ferrovia ou de estradas. Já se afirmou, em relação às estradas, que a situação era bastante complicada, ao menos até meados do século XX. Assim, para facilitar a venda das áreas mais distantes, as empresas praticavam preços menores.<sup>256</sup>

Vários migrantes testemunham que o preço dos lotes era considerado baixo. Isso também se devia ao fato de serem comparados com o das terras nas antigas colônias, que, devido a sua escassez naquelas regiões, haviam alcançado valores bem mais altos dos praticados em Cruzeiro. É comum ouvir que se “vendia uma colônia lá e dava para comprar quatro ou cinco aqui”. Isso, por sua vez, revela que o preço de venda das terras devolutas, praticado pelo Estado para as companhias colonizadoras, foi ínfimo.

Nesse contexto, interessava às companhias colonizadoras encontrar as formas mais eficazes para vender os lotes.

### **Entre manhas e artimanhas**

Além da divisão em pequenos lotes e da intensa publicidade feita para facilitar a sua comercialização, vários outros meios foram utilizados, seja para atrair os colonos ou para excluir do controle da terra, os indivíduos vistos como intrusos e indesejáveis. Estes eram inconvenientes aos empresários da colonização, pois prejudicavam seus negócios, uma vez que os colonos não investiriam em terrenos em que estivessem presentes ou que se pudesse questionar a legalidade do título. Essa situação era conhecida pelas empresas, por isso procuravam desde o início criar mecanismos para enfrentá-la.

No transcurso do processo de colonização essa situação gerou um quadro de disputas pelo controle do espaço. Como se viu, o fato das terras passarem a ser mapeadas, legalizadas e escrituradas, fez com que os empresários, assim como os colonizadores, percebessem suas atitudes como legítimas, sempre que envolvesse alguma questão com os “intrusos”. Desta forma, muitas ações contra eles eram habitualmente aceitas e justificadas. Esse entendimento foi marcante e ainda é bem presente na memória das pessoas que protagonizaram esse processo. O depoimento de um empresário destaca que nas terras havia intrusos:

- Mas esses intrusos, é uma coisa que eu disse uma vez ao governador Jorge Lacerda, era um pessoal que tinha dívida em cartório, crime..., e outros crimes, que fugiram para não pagar os crimes que tinham feito.
- Era gente da região aqui, ou vinham de fora?

---

<sup>256</sup> Este foi o caso da Empresa Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia., oferecendo descontos de até 30% a quem adquirisse terrenos a mais de três quilômetros da estrada geral. Cf. *Staffetta Riograndense*, 13/04/1927.

- Vinham de fora, a maior parte vinha do Rio Grande do Sul, mas com a colonização eles também não ficaram aqui, foram embora. Também veio de São Paulo, do Paraná, mas a maior parte aqui são gaúchos. Fugiam para não pagar as dívidas que tinham.<sup>257</sup>

As representações criadas pelos colonizadores acerca das populações que historicamente ocupavam as terras, serviram de escudo para justificar as atitudes dos que vieram de outro local, em particular, dos empresários da colonização, contra aqueles grupos.<sup>258</sup> Era a forma utilizada para tirar deles a legitimidade de possuidores das terras e descaracterizá-los, cindindo os grupos em superior e inferior.

A postura das autoridades, em geral, foi permissiva com as práticas dos colonizadores em relação aos ‘estabelecidos’.<sup>259</sup> Não houve demonstração de efetivo interesse em relação ao problema das populações que iam ficando a margem do processo, mesmo que ele não passasse despercebido. Isso fica evidente nas Mensagens executivas nas quais se cobrava o respeito a esses grupos e se sugeria que fossem incorporados à colonização. No entanto, diante de conflitos, buscava-se conciliar as partes para evitar tensões ou se propunham medidas paliativas, que adiavam a solução de questões por tempo indefinido. As autoridades colocam-se, em geral, como advogadas das populações residentes, mas na prática, seja pela omissão ou conivência, a realidade fazia-se em sentido contrário.<sup>260</sup>

Na medida em que avançava a colonização, a questão envolvendo os “intrusos” ficava cada vez mais evidente. A memória oral testemunha isso, além da imprensa e outros documentos, como se observa num relatório da Diretoria de Terras e Colonização, no qual se propunha uma solução.

<sup>257</sup> Entrevista com Rui Acádio Luchese. São Miguel do Oeste, 22/01/02. A/A.

<sup>258</sup> Abordando essa situação Piccoli salienta que a Guerra do Contestado também teria sido provocada pela atuação das companhias colonizadoras, por meio dos seus “advogados e lugares-tenentes”, que não respeitavam direitos adquiridos e resolviam seus problemas na base da violência. Destaca que o desespero de posseiros e intrusos das terras, a presença de muitos “marginais” trazidos para a construção e o fanatismo religioso, amparados em interesses contrariados, deram clima para a explosão que viria. Essa seria provocada principalmente pela Companhia (*Brazil Railway*). PICCOLI, Ivo A. Cauduro. Op. Cit.

<sup>259</sup> Neste caso na condição de *outsiders*, na perspectiva atribuída por Elias. Destaque-se nesse sentido a solicitação ao Governo catarinense, por parte de algumas famílias, no intuito de garantirem a propriedade da terra de que alegavam posse e que a estavam perdendo para a *Lumber*. Argumentava o defensor das famílias que elas haviam sido espoliadas do seu patrimônio, uma vez que as terras dessas famílias teriam sido concedidas à poderosa companhia, por conta de suborno pago a autoridades. A decisão foi favorável à empresa. Cf. MEM-Lum, p. 42.

<sup>260</sup> Além disso, um empresário afirmou que essas práticas de ludibriar os “brasileiros” eram comuns, “não por parte dos empresários, mas pelos prepostos”. Ele mesmo teria aprendido artimanhas em contatos com outros empresários e, ainda, “cada um criava as suas”, pois a questão era “se livrar dos intrusos”, que eram um grande estorvo para a realização dos negócios. Cf. Entrevistas com Amantino Lunardi. Também cabe destacar um diálogo narrado por um senhor, ocorrido entre um empresário e um amigo que o visitava, no atual município de Seara: - Ficou rico então fulano, vendendo terras? – Fiquei rico, mas no lugar da consciência usei o facão.

O melhor meio de sanar este mal, é o governo dispor de uma determinada área em cada município, dividindo-a em pequenos lotes, localizando nesses lotes todos os intrusos que existirem nesses municípios. Esses lotes não devem ser cedidos gratuitamente, mas sob condições impostas aos mesmos, dando-lhes o governo, além do preço ínfimo desses lotes, longo prazo para o seu completo pagamento, devendo também esse pagamento ser feito em módicas prestações. Se por acaso o intruso sair das terras cedidas pelo Estado para invadir novas deverá ser processado de acordo com a lei em vigor.<sup>261</sup>

A sugestão de o Estado definir áreas para os “intrusos”, objetivava remover o que era visto como obstáculo para a efetivação da colonização. Mesmo assim não foi efetivada. Na prática, as próprias companhias é que adotavam uma solução nesse sentido, “quando não havia outra alternativa” para se imporem. Vários artifícios foram utilizados pelos empresários para fazer valer o seu controle sobre a terra, os quais se constituíam numa prática de “enganação”, que também era vista como “forma sábia de resolver os problemas” com as pessoas que se encontravam nas terras, uma vez que não faria uso da violência física.

Referindo-se aos procedimentos adotados, em meados do século XX, por uma empresa de celulose para “acomodar os caboclos” que se encontravam numa área adquirida da colonizadora, um entrevistado afirma que:

Então ela começou a transformar em criador de porcos e colocar estes caboclos como parceiros. ‘Eu trago os porcos aí, você cuida, cria e quando nós vender, você recebe x%’. Começaram a tê-los como parceiros, criavam parcerias, mas tinham que fazer contratos e, com isso, tiraram deles o direito da posse. Passou a ser parceiro, não da própria empresa, mas do gerente e de funcionários da empresa... Veja como eles faziam, criavam a parceria e, depois, faziam o contrato como parceiros; passaram anos criando os porcos dentro do terreno deles, fechavam, pegavam e davam um dinheirinho para eles. Eles plantavam as rocinhas de milho, tinham uma casinha, e, com isso, eles foram tirando o direito da posse deles. Daí quando os caboclos abriram o olho, já era tarde: ‘olha, agora você vai embora, ta aí um dinheirinho para você comprar um terreno na cidade, construir uma casa’. Assim o dono já tinha legalizado as terras. Assim era uma maneira bem fácil de tirar as terras deles. Faziam parcerias, assim eles não tinham como reclamar os direitos. Se ele não quisesse e dissesse: ‘isso aqui é meu’, teria que usar a lei ou outro percalço.<sup>262</sup>

Artifícios semelhantes também eram adotados por companhias colonizadoras na região. O procedimento de amparar-se em lei era utilizado para se precaverem de eventuais disputas jurídicas. A realização de um contrato transformando posseiros em parceiros ou

<sup>261</sup> GOVERNO do Estado de Santa Catarina. Relatório do inspetor do 6º Distrito, engenheiro Mario Dias da Cunha, apresentado ao Diretor de Terras e Colonização, relativo a 1933. Apud. NODARI, E. Op. Cit. p. 84.

<sup>262</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 8/03/05. A/A.



empregados, permitia ao contratante deslocar essas pessoas para áreas já legalizadas e “limpava” outras, permitindo que também fossem escrituradas. Além disso, esses contratos seriam realizados em nome de terceiros, normalmente funcionários das empresas, pois era uma forma de evitar comprometê-las legalmente.

Na minha colonizadora, nós tínhamos os empreiteiros, fazedores de estradas, que eram encarregados de fazer isso. Eles distribuía um pedacinho de terra para eles ir plantar, ajeitando aqui, assinando um recibo de empregado da firma, pra ir tirando o direito deles também; era uma maneira. Que eu sei, não houve nenhum atentado violento às pessoas. Essa era a forma sábia de resolver. Porque a firma tinha bons advogados. Tinha o assessoramento do Gaspar Coutinho e vários outros advogados, e eles davam as formas de fazer as coisas. O próprio Alberto Dalcanale era um homem de muito poder imobiliário. O Luiz Dalcanale, que foi deputado estadual, o Coronel Passos Maia, de Joaçaba, que era amigo e companheiro deles também, que dava cobertura pra gente, pra colonizadora, porque tinham interesse na colonização aqui, porque boa parte disso pertencia a Joaçaba.<sup>263</sup>

Essa prática de passar a terceiros as atividades com o intuito de “limpar as áreas” foi utilizada desde o início do processo de colonização. Nessa perspectiva, o conteúdo de algumas cláusulas de contratos realizados pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, chama a atenção. Um dos contratos se referia à venda de uma área a outra empresa, no qual se previa que ficavam a cargo exclusivo da outorgada “as dificuldades e questões que ocorrerem pela existência de intrusos nas propriedades vendidas”. A outorgante, no entanto, não se recusaria em prestar o “seu apoio moral a respeito desse assunto”; e outro tratava de um arrendamento para a exploração de ervais, pelo qual:

O locatário fica obrigado a promover a retirada dos intrusos que se encontram estabelecidos nas propriedades referidas, de modo que dentro de doze meses da data do presente contrato nenhum intruso mais se encontre nelas, salvo a cada um de tais intrusos a faculdade de regularizar a sua indevida ocupação, comprando a outorgante locadora, nos termos em que são vendidos lotes coloniais, a área que ocupar.<sup>264</sup>

Ao realizar esses contratos, possivelmente a preocupação da companhia se centrava menos com a possibilidade de ganho financeiro com a exploração da erva-mate e mais com a retirada dos “intrusos” das terras.

No processo de colonização, várias foram as situações em que buscavam obter tal solução. No que tange a colonizadora Cruzeiro, já na década de 1970, aparece outro aspecto

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> Apud. SILVA, R. Cavalazzi. Op. Cit, p. 62. O primeiro contrato foi feito com a empresa Theodoro Jean Leon Capelle, em relação às propriedades Rios das Antas (Campos Novos) e Rio Uruguay (Cruzeiro), realizado em 1921; e o segundo feito com o Coronel Manoel dos Santos Marinho.

dessa questão. Em relação a um grupo de caboclos que se encontrava nas terras da empresa e que, no entender de um dos proprietários, “não teve outra forma para se livrar deles”, o recurso para chegar a um entendimento “sem haver briga nem morte”, foi a distribuição de lotes. Para isso, a firma teria dado:

Em torno de 50 a 60 colônias de terra, pra poder acertar. Primeiro com esses moradores antigos depois com os próprios empregados que trabalhavam para a firma e que executaram alguns serviços e em vez de receber a indenização em dinheiro recebiam em terras. A colonizadora teve que negociar muito com esse pessoal, para eles se retirarem e não haver demanda judicial, oferecendo terreno, casa... [...] Oferecia uma colônia, duas colônias de terra escriturada, sem pagar, para eles abandonarem, pois eles não tinham limites; criavam porcos em 10, 15 colônias e queriam ser donos de 10, 15 colônias; aonde os porcos fossem eles queriam ser donos. Aí dava uma quantia escriturada e eles concordavam e os que não faziam isso eles usavam aquelas ameaças né. Eram os prepostos, os empregados né.<sup>265</sup>

Tais práticas foram reduzindo gradativamente o espaço dos grupos que residiam antes da colonização e consolidaram a visão de propriedade privada da terra. Nesse sentido, o exemplo da comunidade de Liberato, em Ponte Serrada, é emblemático. Ela teria se formado ao longo da segunda metade do século XIX, do encontro de famílias da região, outro de ‘paraguaios’ e outro vindo do Rio Grande do Sul, ao que tudo indica no contexto da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista. Um casal entrevistado, prestes a completar cem anos de vida e que sempre viveu nessa comunidade, assim se manifesta em relação às terras:

Esse pedaço de terra que era do Estado, nós se colocuemo aqui, e era só brasileiros. E daí fomo vivendo... Vieram pra tirá, mas nós não saia né. E foi sendo até que um inventô uma arte ai, que a terra era deles. O Amantino, esse que mora na Ponte, inventô que não tinha ninguém, que a terra era desocupada, não tinha ninguém, e veio pra nós se arrancá daqui, mas daí não deu. [...] Ele queria que nós saísse, e ele tomava toda a terra. Ai ele viu que não tinha mais jeito e então ele liberou pro INCRA; então o INCRA veio ai e deu um pedacinho pra cada um, repartiu tudo e temo aí morando.<sup>266</sup>

Nesse período o grupo de caboclos já era bastante reduzido, pois uns tinham saído das terras ‘por acerto’ e outros foram convencidos a se transferirem para a cidade, passando a

<sup>265</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A. As informações do entrevistado, nesse sentido, são bastante significativas, pois mostram várias práticas utilizadas pela companhia colonizadora para ludibriar os caboclos que se encontravam nas terras da empresa. Também que essas práticas seriam utilizadas por outras colonizadoras.

<sup>266</sup> Cf. Entrevista com Pedro Isaias Rotelis e Lúcia Camargo. Ponte Serrada, 21/06/05. A/A. A informação colhida na entrevista da conta que os ‘paraguaios’ seriam descendentes de um pequeno grupo, de seis pessoas, vindo do Paraguai ao final do século XIX. Ainda existe essa identificação e a maioria do grupo reside na periferia de Ponte Serrada, e foi trazida para a cidade, num terreno da colonizadora, no transcurso da segunda metade do século XX. Até hoje, no entanto, não possui documento do mesmo.

trabalhar como tarefeiros. Da mesma forma, o espaço que ocupavam ficou limitado, tendo em vista que no acerto feito na ocasião, cada família recebeu o documento do lote em que morava e trabalhava. Acrescenta o entrevistado: “Eu tenho dois alqueires, outros ganharam cinco, porque uns avançaram no que era dos outros né; e a gente pra não fazê nada, pra não brigá, tinha que deixá.”<sup>267</sup>

No entender do casal entrevistado, a resistência do grupo de Liberato é que teria garantido as terras que possuem hoje. Mas destaca que a pressão sofrida ao longo dos anos, para que “se mandassem”, foi muito grande. Os que dirigiam a colonização a “cada pouco aprontavam uma”. Relembrando tais situações relata que em determinado dia:

- Ai sujaram uma fonte de água, queimaram xaxim dentro do poço. Eu trabalhava ali pra baixo e as crianças ficaram o dia inteiro sem tomá água. [...] o pessoal assustava, fazia atrevimento pra ver se a gente corria né.
- Mais o que faziam, atiravam?
- É, o pessoal era polícia, polícia mesmo né.
- [mulher] Sujavam, faziam arte dentro do poço de água...
- Faziam arte dentro do poço da água de bebe. Um dia eu tava trabalhando nas terras pra lá e ouvi uns tiros pra cá. De tarde vim pra sabê e tavam sem bebe água. Olha que não foi fácil pra nós fica com essa terrinha.<sup>268</sup>

Amedrontar essas populações foi uma tática utilizada com frequência, seja por colonos ou por funcionários das empresas, forçando os posseiros a se retirarem para outros locais. Pelo que se constatou, essa prática obtinha êxito, pois, na maioria das vezes, ‘para não dar encrenca, iam adiante’ para terrenos mais íngremes, sejam nos vales de rios ou em áreas menos adequadas a agricultura ou para a periferia das cidades.

Sobre o uso dessas artimanhas escreve Arlene Renk, que:

Uma das práticas era atemorizar os **negros**, isto é, os **intrusos**, que se recusavam a sair da área. Passaram a assustá-los três sextas-feiras consecutivas. Pra isso tomavam um ou dois corvos, besuntando-os com óleo, amarrando um pano oleado e incendiado. Soltando a ave, em área próxima àquela ocupada pelos **intrusos**, os **colonos** sincronizavam os riscos de fogo no céu, com urros em uma lona improvisada em megafone ‘pra dar a impressão de que era o diabo anunciando o fim do mundo’.<sup>269</sup>

A estratégia de escriturar determinado lote a pessoas que, historicamente residiam nas áreas que passaram ao controle das companhias colonizadoras, foi uma espécie de último

<sup>267</sup> Nesses dois alqueires, situa-se a comunidade de Liberato, onde residem sete famílias. Outras pessoas da antiga comunidade residem num terreno na periferia de Ponte Serrada, que serviu para acomodar várias famílias convencidas a sair dos lotes rurais que foram sendo vendidos.

<sup>268</sup> Entrevista com Pedro Isaias Rotelis e Licídia Camargo. Ponte Serrada, 21/06/05. A/A.

<sup>269</sup> RENK, Arlene. A colonização do Oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Para uma história do Oeste catarinense**: 10 anos de CEON. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 230. Grifos no original.

recurso utilizado pelas empresas. Isso reduzia o espaço das populações que viviam sob a forma de posses e estabelecia o limite para as suas atividades, em particular as de criação. Além disso, permitia aos empresários e aos próprios colonizadores, adquirirem essas terras em momento posterior. Muitas vezes os antigos posseiros que passaram a ter terras escrituradas em seu nome, vendiam aos colonos com a mediação da própria colonizadora. É comum se ouvir que “essa gente”, logo que se tornava dono de terra se desfazia dela “por pouco ou nada”, “trocavam um terreno por cachaça”, “não sabiam o valor e jogavam fora”.

Segundo Elias e Scotson, isso revela que o grupo que ao longo do tempo foi se impondo na região, considerava-se com maior capacidade e valor humano que o outro. Também que determinado grupo só pode estigmatizar outro, com eficácia, quando está bem instalado e em posição de poder superior. O fato de afixar o rótulo “valor humano inferior” a outro grupo, torna-se uma das armas utilizadas por aqueles que se consideram superiores nas disputas pelo poder, como meio de definir superioridade social.<sup>270</sup>

Uma matéria do jornal *Voz d'Oeste*, em 1939, intitulada “O Caboclo” evidenciava como essa condição de superioridade e inferioridade ia sendo construída. Afirmava que não se deveria ver, no caboclo, “um vadio, um bêbado, um indivíduo qualquer, mas sim uma infeliz vítima da sociedade” e que, apesar dele ser o legítimo dono do Brasil, era comum vê-lo mendigando um pedaço de pão ou:

Trabalhando por magros tostões para encher a carteira ou o cofre de atrevidos que menosprezam a nossa raça. [...] Quão injusto é o conceito que muitos fazem do caboclo do interior. Chamam-no vagabundo, imprestável, considerando-o mesmo inútil. Há mesmo desses maus brasileiros que acham que o caboclo deveria desaparecer, extinguir-se. [...] Doentes, fracos, desanimados, descrentes, vivem a perambular pelas matas, de sítio em sítio, como se fossem párias. Outros procuram trabalho em colônias de estrangeiros, na esperança de juntarem uns míseros níqueis com que possam atender as maiores necessidades da pobre família que ficou lá no rancho [...] Devemos acabar com a falsa lenda que o caboclo nativo é indolente e preguiçoso. É ele que trabalha a 2\$000 por dia, para o colono estrangeiro que é esperto, lido e cheio de saúde.<sup>271</sup>

Em curto espaço de tempo, a condição daqueles que historicamente habitavam as terras, passou a ser vista como de “valor humano menor” e, por isso, passível de exploração e enganação.

Como se viu anteriormente, no depoimento do dirigente da colonização, há sempre a preocupação de ressaltar que quem fazia as ameaças e a “enganação” às pessoas que residiam

<sup>270</sup> Cf. ELIAS, Norbert, SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 23-24.

<sup>271</sup> *Voz do Oeste*. Cruzeiro, Ano I, n. 56, 19/8/39. p. 4.

nas terras tornadas propriedade privada da colonizadora, não eram os empresários, mas sim os prepostos. Nesse sentido cabe destacar que práticas semelhantes também foram utilizadas na venda das terras aos colonos. Os prepostos das companhias faziam uso de certos artifícios, obviamente orientados ou com o consentimento dos empresários, isso, seja em relação aos caboclos ou aos colonos. Acerca da venda das terras, argumenta o entrevistado que, “a firma apenas trazia os colonos. Aí os prepostos levavam lá, cortavam a madeira, cortavam o mato, ganhavam comissão, ganhavam o trabalho da firma. Então, esses é que faziam a enganação.”<sup>272</sup>

Quando os prepostos recebiam os interessados em adquirir lotes, costumavam conduzi-los para áreas melhores e bem localizadas nas colônias, no intuito de induzi-los a fazer o negócio. Uma vez que os colonos adquiriam um lote, nem sempre tinham o registro daquele que lhe teria sido mostrado, ou seja, escriturava-se outro mais afastado e mais íngreme. O uso dessa artimanha era possível, pois, até meados do século passado, ainda teria muito mato e isso confundiria mais facilmente o comprador.

Nesse período era considerado muito mato; eles queriam terra para plantar. Digamos assim, vamos usar um termo meio pesado, eles eram, digamos assim, meio enganados, pelos prepostos da firma. Eles traziam um colono aqui e levavam somente ali nessa entrada aqui do Irani, na Farroupilha, nessas Campinas, nessas posses de rios, nesses lugares bons assim e, na hora de escriturar, o escrituravam em outro lugar. Quando eles vinham do Rio Grande para assumir, - ‘ah, mas não é aqui, não tem estrada, não tem nada, como é que eu vou fazer? Aqui não dá, né’. Aquelas jogadas usadas, não pelos colonizadores, não pelos donos, mas pelos comissionados.<sup>273</sup>

Outro aspecto valorizado pelas companhias colonizadoras para impulsionar as vendas era o de atrair para as novas terras os contingentes populacionais mais jovens. Eram eles que enfrentavam o desafio de se reproduzirem como agricultores ou de conquistarem a sobrevivência, considerando que nas antigas colônias se deparavam com o esgotamento do solo pelo uso intensivo e, na maioria das vezes, com a inviabilidade da subdivisão dos lotes, em função do significativo crescimento demográfico das colônias. Nessa perspectiva os jovens eram vistos como mais propensos a encarar o desafio da migração, além de serem economicamente ativos. Quando alguns deles eram atraídos para determinada colônia, tornavam-se referência na atração de outros migrantes, sejam seus amigos ou familiares.<sup>274</sup>

<sup>272</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> A tendência da migração de jovens foi demonstrada por Roche, ao apontar que 65% dos migrantes tinham entre 15 e 50 anos. ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 357.

Este aspecto também é salientado por Eunice Nodari, ao destacar o depoimento de Caetano Chiuchetta, que migrou para Concórdia, com 23 anos, atraído pela companhia colonizadora. “Me mandaram aqui porque eu era moço e que convidasse mais rapaziada. O que um velho de 60, 70 anos vai fazer no sertão? Dar comida para tigre? Estava cheio de tigre e outros bichos por aqui”. Atrair jovens fazia parte das táticas das companhias, pois eram eles que tinham poucas condições de adquirir terras contíguas às de seus pais. Ao dar ênfase a essa estratégia, acrescenta Chiuchetta, as companhias, da região de Bento Gonçalves, “pegavam os patrícios, os conhecidos, aqueles colonos que iam criando filhos e tal e então vinham aqui, compravam a terra e colocavam no nome do filho.”<sup>275</sup>

As companhias também selecionavam agentes, seja entre os primeiros migrantes ou lideranças de várias comunidades, nas antigas colônias.<sup>276</sup> Acerca dos agentes que atuavam nas antigas colônias, observa-se na **Figura n. 5**, a relação de 19 deles com as respectivas localidades de atuação. Esses agentes se constituíram no maior grupo de recrutamento de colonos para o Oeste de Santa Catarina. Mas as companhias exigiam certos requisitos para contratá-los, entre os quais o de ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras ou ser comerciante, dispor de um círculo relativamente grande de parentes ou de amigos, além de ter credibilidade, pois disso dependeria o sucesso ou não da colonização.<sup>277</sup> Em geral as propagandas seguiam praticamente o mesmo padrão que a da Figura n. 5.

Outra situação ilustra essa preocupação com o recrutamento de agentes para a comercialização das terras, como se observa na nota do jornal *Staffetta Riograndense*:

Empresa de colonização italiana: Esta empresa procura agentes em todas as partes da zona italiana. Homens sérios, com muitas relações na colônia, capazes de dirigir a propaganda e os trabalhos de uma agência podem se dirigir por carta à redação do *Staffetta Riograndense*.<sup>278</sup>

<sup>275</sup> Apud. NODARI, E. S. Op. Cit. p. 47-48, 57, 67-68. A autora enfatiza que a publicidade das companhias colonizadoras pesou sobremaneira na escolha feita pelos migrantes e a estratégia de persuadir alguém de determinada família ou localidade, para que ele atraísse novos migrantes também foi bastante usada. O depoimento de Chiuchetta foi concedido a Sandra Mara Roman.

<sup>276</sup> Entre os migrantes, que também desenvolveram o papel de agentes, cita-se o caso de Lorenço Orso, que foi inicialmente funcionário da Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia., no município de Cruzeiro, e posteriormente trabalhou no convencimento de amigos e parentes do Rio Grande do Sul para que também migrassem. Cf. Entrevista com Lorenço Orso. Joaçaba, 23/05/94. A/A. Além do exemplo da **Figura n. 5** esses agentes normalmente eram indicados em outras propagandas como na da Sociedade Territorial Sul-Brasileira, onde são relacionados 24 agentes. Cf. **O Brasil**. Caxias, 25 de junho de 1921. Ano XIV, n. 5, p. 4.

<sup>277</sup> Cf. NODARI, E. S. Op. Cit. p. 47-48.

<sup>278</sup> **Impresa Colonizzatrice italiana. Questa impresa cerca agente in tutte le parti della zona italiana. – Uomini di serietà, con molte relazioni nella colonia, capaci di dirigire la propaganda e gli affari di un'agenzia possono indirizzarsi per lettera alla redazione della Staffetta Riograndense.** 27/07/1921, p.3. Sobre esses Agentes, confirma De Marco que eles passavam pelas colônias velhas e ofereciam os terrenos aqui, porque lá os terrenos eram poucos e as famílias numerosas e tinha que se mandar para lugares novos. Cf. Entrevista com Victor De Marco. Joaçaba, 24/05/94. A/A.



Figura n. 5 - Propaganda da Colônia Bom Retiro:  
Colonizadora H. Hacker & Cia.

**H. Hacker & Cia. Porto da União**  
**Colônia Bom Retiro**  
**2500 LOTTI COLONIALI**

La Colonia BOM RETIRO é situada, per un'estensione di 75 Km., ai lati della ferrovia S. Paulo-Rio-Grande e è servita da 4 stazioni, fra cui Capinzal e Herval (Stato di S. Catharina).

Sono 2.500 colonie di 50 mila braccia cadauna di terre fertili, coperte da *matto* vergine dei piú apprezzati legnami (*madeiras de lei*) e in certi punti vi sono anche belle pinete (*pinheiras*). E' TUTTA TERRA ARABILE, NON VI SONO TERRENI SCOSCESI E SAS-SOSI, E LE COLONIE SONO LOCALIZZATE DA 10 A 20 Km., IL MASSIMO, DALLA STRADA FERRATA, essendo tutte servite da buone strade carreggiabili, che conducono ai nuclei e che servono per il facile trasporto dei prodotti. I nostri terreni sono adattati alla coltivazione dell'erba spagna, canna da zucchero, grano turco, fagioli, tabacco etc. Le acque sono abbondanti e buonissime e il clima molto salubre.

I maggiori centri di consumo sono S. Paulo e Rio de Janeiro, alle cui capitali va la maggioranza dei prodotti esportati dal nostro Stato. I prodotti della colonia Bom Retiro si trovano quasi a mezza strada di qui a S. Paulo e pertanto con poco piú di metà spese di trasporto saranno mandati a S. Paulo, rivertendo in profitto dell'agricoltore la differenza.

SONO DUNQUE DI UN FUTURO OTTIMO E SICURO, PERCHE' SI TROVANO PIU' VICINE DI QUESTE AI DUE GRANDI CENTRI DI CONSUMO, OLTRE CHE ESSERE INCOMPARABILMENTE PIU' FERTILI E PIU' COMODE DA LAVORARE. La Stazione Capinzal si trova a sole 2 ore di ferrovia da Marcelino Ramo.

I reverendi Padri Francescani ancora quest'anno apriranno un Convento ed un Collegio nella nostra colonia. I nostri nuclei coloniali hanno chiesa e scuola.

Nella colonia BOM RETIRO già vi sono centinaia di famiglie italiane ed allemanne e si trova in franco progresso.

Coloni, chiedete le informazioni, che desiderate delle nostre terre, ai nostri Agenti.

Agente in: Garibaldi Sg. Ercole Doglia, Carlos Barbosa: S. Albini Giacomoni, Silva Pinto: Sg. Angelo Provenzi, Bento Gonçalves: Sg. Amadeo Arioli, Nova Roma: Sg. Napoleone Compagnoni, Alfredo Chaves: Sg. Enrico Martini, Monte Veneto: Sg. Antonio Rech, Bella Vista: Sg. Josè De Conti, Capoeiras: Sg. Silvestro Ghedini, Antonio Prado: Sg. Riccardo Zanotto, Nova Bassano: Sg. José Somavilla, Marau: Sg. Julio Borella, São Luiz do Guaporè: Sg. Carlos Barbieri, Guaporè: Sg. Agostino Tramontina, Esperança: Sg. Antonio Zandavalli, Anta Gorda: Sg. Carlo Moro, Nova Brescia: Sg. Eduardo Amadori, Mussum: Sg. Giovanni Patuzzi, Santa Thereza: Sg. Ermelindo Piccini.

(d. n. 44. 26 v.)

Fonte: *Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, 1/05/1919.

Por mais que até os anos 1930, várias situações tenham dificultado a colonização em maior escala, em decorrência de problemas ligados à conjuntura regional, nacional e internacional, o que interessava às companhias colonizadoras, era vender os lotes o mais rápido possível. Buscavam transformar sua mercadoria em dinheiro, uma vez que eram “negociantes de terras” e estas eram para elas, “nem mais nem menos, que mercadorias”.

**“O que senhor fez com o dinheiro de toda essa terra?”**

Um empresário da colonização, único entre os dezesseis sócios de uma empresa que residiu na região e a gerenciou, afirmou que, recentemente, num debate escolar sobre o tema da colonização regional, foi interpelado com essa questão, por parte de uma estudante. A ela teria respondido:

Eu estou aqui; então pode olhar para mim. [...] O dinheiro, como eu recebia ia para a Sociedade. De acordo com as vendas a firma fazia a distribuição. Cada sócio recebia uma parte, isso praticamente levou uns anos antes de ter dividendos; depois de uns anos passou a ter dividendos todos os anos. Então eu tinha um problema, quando eu ia para Caxias, as mulheres dos meus sócios pediam: Como é seu Rui, trouxe dinheiro? Você vê a história né.<sup>279</sup>

Considerando a grande quantidade de terras comercializadas ao longo do processo de colonização de Cruzeiro, ou mesmo de todo o Oeste, a questão relacionada ao destino do dinheiro das vendas, é oportuna. É difícil precisar, no entanto, para onde foi o capital obtido pelos empresários, mas o certo é que boa parte dele, senão a maior, não ficou na região. Isso é ilustrado pela seqüência do depoimento do entrevistado, ao ser questionado onde o dinheiro era investido, acrescenta que:

- Todo o dinheiro que saiu daqui, nenhum sócio devolveu, não foi investido aqui na região. Faziam seus investimentos lá fora.
- Lá no Rio Grande do Sul?
- Lá em Caxias, a maior parte dos associados era de Caxias, e quase todos comerciantes e, sabe, o dinheiro que vinha aplicava no negócio dele.
- E com as outras empresas era a mesma coisa ou teve gente que investiu aqui?
- A mesma coisa, todas elas trabalhavam por uma sociedade e, da venda das terras, o dinheiro que sobrava voltava para os sócios. Se eu não fizesse isso não estaria aqui, estariam outros aqui. Mas o dinheiro que sobrava mandava para eles. Eu ficava com o que a sociedade precisava para pontes, estradas, casinhas, aquelas coisas todas.

Em diferentes depoimentos se atesta, também, que o resultado da venda das terras se

<sup>279</sup> Entrevista com Rui Acádio Luchese. São Miguel do Oeste, 22/01/02. A/A. Sócio-gerente de uma companhia colonizadora que atuou no Extremo -oeste, entre os anos de 1944 a 1966.



evadiu.<sup>280</sup> O dinheiro decorrente dos negócios de determinada colônia muitas vezes serviu para investir na colonização de outras áreas, mesmo que, concomitante ao processo de colonização, certos empresários investiram em outros setores na região.

Entre os investimentos locais figuraram principalmente o extrativismo da erva-mate e da madeira. Inúmeras serrarias foram instaladas por toda a área de colonização, muitas vezes sob a alegação que era preciso “limpar as terras” para facilitar a venda aos colonos, tendo em vista que a esses interessava praticar a agricultura. No entanto, companhias colonizadoras atuaram também no extrativismo e, em determinadas situações ao venderem as terras, reservavam-se o direito sobre a madeira, quando não o faziam por conta e a revelia dos proprietários.<sup>281</sup>

Noutras situações, como no caso dos Irmãos De Carli, que já eram industriais da madeira na região de Caxias do Sul, paralelamente as atividades de colonização em Cruzeiro, investiram naquela atividade, em Caçador, motivados pela proximidade com a ferrovia. Investiram, ainda, na extração da erva-mate e fábrica de fósforos, em Herval d’Oeste.<sup>282</sup> No entanto, em relação ao destino do dinheiro resultante da venda das terras, afirma o entrevistado que:

A nossa colonizadora; a Ângelo De Carli & Irmãos, levou tudo para Caxias. O Alberto Dalcanale investiu tudo no Paraná. Quando saiu daqui pegou todo o dinheiro e foi para o Paraná. Ele colonizou Londrina, Rondon, toda aquela região, ele saiu com o dinheiro daqui. O caso dele foi um caso particular, porque quando ele sentiu que aqui estava num processo avançado da colonização ele pegou o dinheiro e foi para lá colonizar, foi lá que ele ficou milionário. Ele conhecia esse setor. Ele vendeu a parte dele aqui e foi. O Fedrizi, o Mosele investiu tudo em Caxias; (o Fedrizi) tem prédios lá em nome da firma. O dinheiro que eles ganhavam aqui levavam tudo para lá. Aqui eles só exploravam, negociaram, só tiraram, nunca puseram pé firme

<sup>280</sup> Da mesma forma, a maioria dos empresários não fixou raízes nos locais em que desenvolveram a atividade. Em Concórdia, por exemplo, Mosele, virou nome de rua, assim como Abramo Eberle, e Hermano Zanoni nome do Museu. Em Joaçaba, Luiz Dalcanale é nome de Colégio. Por outro lado Mosele, Eberle, Lunardi, Nardi, Simon, De Carli, entre outros, são nomes que figuram entre os empresários de Caxias do Sul no período.

<sup>281</sup> Uma entrevistada relata que até na década de 1970, um proprietário de uma colonizadora e seus funcionários, usando de algumas artimanhas, tiraram a madeira de terras pertencentes aos caboclos e também utilizavam sua mão-de-obra, para prepará-la. Uma vez pronta, à noite, “vinha um senhor e levava. Daí ninguém sabe se era mandado pelo dono da companhia, mas ele dizia que era roubada. Claro, podia se mandado por ele... Mas daí o outro suava, sofria pra tirá e esses já roubavam. Mas não foi um pinheiro dois, home, foi um pinhal.” Alegando que a madeira era roubada, não fazia nenhum tipo de pagamento. Cf. Entrevista com Assunta Castagnaro Bazi. Ponte Serrada, 14/06/05. A/A. A prática chegou a ser reproduzida na Colônia Papuan (Treze Tílias) que por regulamento de 8 de outubro de 1946, no seu Artigo 5º, definia que “em cada lote o colono tem direito a dois pinheiros de sua escolha e os demais pertencem a Colonização, que poderá explorá-los como bem entender”. Cf. **Correio d’ Oeste**: Semanário independente e noticioso. Joaçaba, Ano VIII, 11/04/1953.

<sup>282</sup> Outros sócios teriam ficado em Caxias: “o Paganelo, os Fedrigo, os Dalcanale, eram todos de lá”. Esses teriam fundado a Celulose Irani na década de 1940. Cf. Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 08/03/05. A/A. Esse assunto também é descrito em: **Memória. Família De Carli**. Divulgação: Jornal **O Pioneiro**. Caxias do Sul. Avulso; e, *Industrie e commerci degli italiani e loro discendenti nel município di Caxias*. “Irmãos De Carli & Ganelli”. Avulso. Tais empresas, no entanto, tiveram vida curta na região.

aqui. O De Carli quando a erva-mate começou a ficar difícil, botou a fábrica de fósforos e alguns anos depois acabou vendendo para um grupo de Curitibanos e desativou tudo aqui, o Ângelo De Carli morreu e os filhos mudaram de ramo, os Fedrizi se mudaram para Caxias e fizeram prédios enormes. Ficamos aí nós, os substitutos. [...] A Celulose [Irani] que era um grupo de Caxias, era para limpar as terras, levar a madeira e facilitar a venda, porque era uma necessidade derrubar os pinheiros. O Ângelo de Carli ampliou muito a fortuna dele em Caçador, além dos moinhos comprou pinhais grandes, o Tranquilo morreu cedo e a família não soube segurar a fortuna, botou fora. Os Fedrizi saíram daqui com uma fortuna, os Mosele também levaram dinheiro pra lá e investiram em cooperativas, cantinas de vinho, na metalúrgica.<sup>283</sup>

A firma Ângelo De Carli & Cia., foi fundada em 1914 e, em 1950, era apontada entre “as poderosas organizações caxienses”. Dedicava-se especialmente a indústria e ao comércio da madeira. O sócio titular, Ângelo De Carli, era filho de “humildes e honrados colonos italianos e foi um dos pioneiros da extração de erva-mate e madeira na chamada Região Colonial Italiana”. No ano de 1918, Ângelo De Carli, com seus irmãos Tranquilo e José, e mais Galeazzo Paganelli, fundaram a firma Irmãos De Carli & Paganelli, que logo se desdobrou em vários departamentos, dedicando-se a diferentes ramos, como cantina vinícola, serrarias e madeireiras beneficiadas, erva-mate, produção de banha e colonização de terras, além de outros.<sup>284</sup>

Como as companhias colonizadoras em geral eram formadas por grupos de sócios e, muitos deles, como se viu, residiam no Rio Grande do Sul, infere-se que boa parte do dinheiro da venda das terras teve como destino as sedes das empresas e reinvestido em outros setores.<sup>285</sup>

Esse conjunto de situações, ocorrido desde o final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, favoreceu à apropriação privada da terra, em especial pelas companhias colonizadoras, que promoveram a divisão em lotes e sua venda aos colonos, desencadeou o processo de colonização e modificou profundamente a história de Cruzeiro.

Os milhares de migrantes que colonizaram essas terras estavam imbuídos do desejo de conquistar a propriedade e melhorar sua condição social, desenvolvendo, entre outras atividades, a prática da agricultura e o extrativismo da madeira. Isso criou uma situação que colocava essas pessoas em confronto com as populações residentes, as quais possuíam uma concepção diferente do uso e controle da terra.

Em decorrência disso, os grupos envolvidos no processo criaram representações

<sup>283</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A. A celulose Irani foi criada em 6/06/41.

<sup>284</sup> BERTASO, Henrique D'Ávila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p. 215.

<sup>285</sup> Certamente essa questão merece uma investigação específica e mais profunda.

particularmente sobre a forma de trabalhar, de planejar o futuro, de utilizar as riquezas naturais, bem como em relação ao espaço que ocupavam. Em geral, essas representações serviram aos colonizadores para justificar suas ações ligadas à implantação de um modelo de sociedade, pelo qual se difundiria a “civilização e o progresso” das novas terras.

A presença das companhias colonizadoras no município de Cruzeiro, do final da segunda década até meados do século XX, fez com que esse espaço fosse amplamente modificado.

### 3 - AS COMPANHIAS COLONIZADORAS E A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

A reconstrução do espaço promovida pelas companhias colonizadoras, já que este era ocupado especialmente por populações caboclas, é o ponto em discussão neste capítulo. A atuação das empresas colonizadoras condicionou a organização socioeconômica e cultural, em Cruzeiro, em particular, na implantação de um modelo centrado na pequena propriedade destinada à agricultura familiar.

A partir da reconstrução do espaço, colonizadores e autoridades, pretendiam implantar um modelo percebido como de “progresso” e “civilização”, pois fazia avançar o branqueamento da população com os migrantes polacos, teutos e ítalos, considerados mais aptos para a difusão da modernização brasileira e regional, no transcurso da primeira metade do século XX.

As idéias de ocupar efetivamente o espaço e promover o branqueamento da população brasileira não eram novas e sim amplamente discutidas nas primeiras décadas do século XX. Salienta De Luca, que nos anos 1930, parte da intelectualidade era pessimista, pois considerava o Brasil um país despovoado, por não possuir colonos livres oriundos da Europa, “os únicos capazes de formar um povo e uma riqueza duradoura e produtiva”. Diante disso, vinculava-se o progresso do país ao branqueamento de sua população, colocando-o como solução mágica. Essa situação que reafirmava a inferioridade de determinados grupos e punha em dúvida as chances efetivas deles abandonarem “o estágio mental inferior e participar do esforço de construção nacional”.<sup>286</sup>

As companhias colonizadoras efetivavam a venda das terras e colocaram em prática um projeto que qualificava certos grupos e desqualificava outros, fato evidenciado nos discursos utilizadas por governantes, empresários e migrantes, a partir de sua visão binária de trabalho e preguiça, progresso e atraso, o “puro mato” e o domínio da natureza, visão de futuro e ignorância, entre o continuar sendo “Jeca” e a possibilidade efetiva de construir um Brasil moderno e progressista.

O capítulo possibilitará uma reflexão sobre as companhias colonizadoras e a influência destas na difusão da idéia de “progresso” e “civilização” de Cruzeiro.

---

<sup>286</sup> DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: UNESP, 1999, p. 165 e 171.

### 3.1 - A reconstrução do espaço em Cruzeiro

É bem presente entre os migrantes colonizadores, a imagem de que a região, nos primeiros anos da colonização, “era puro mato”. As representações feitas a respeito disso estabelecem o divisor entre o antes e o depois da colonização. O “antes” é caracterizado como o período do atraso, do abandono e da falta de civilização, situação traduzida pela forma inadequada de como as pessoas exploravam a terra ou pela incapacidade de dominar a natureza, bem como da sua despreocupação em relação ao futuro e ao progresso. Implícito à expressão “era puro mato”, está o entendimento, de empresários e colonizadores, de julgar as pessoas, o seu modo de viver e de trabalhar, como se fosse “do mato” ou inadequado, por isso, necessitava ser transformado. A imagem do “depois” se cristaliza no processo de colonização, em especial a partir do momento em que cada lote, oficialmente, teve seu dono e passou a ser explorado. Aos migrantes, isso lhes conferiria existência efetiva e o trabalho, a exploração, as modificações no espaço resultariam na superação da condição anterior.

Severino diz que o mito civilizador é recorrente nas narrativas sobre o desbravamento da selva. Também que as políticas imigratórias do século XIX eram vistas como desprovidas de outras pretensões que não as da ocupação de vazios demográficos. Porém, idéias apoiadas em correntes científicas, que acreditavam no branqueamento do Brasil, por imigrantes europeus do norte, tinham cada vez mais eco nas políticas do Império.<sup>287</sup>

A reconstrução do espaço próximo à ferrovia São Paulo-Rio Grande mereceu atenção das autoridades estaduais, em particular a partir do contexto da definição das divisas. Isso se evidencia nas ocasiões em que era solicitado do Congresso o aval para a liberação de recursos, a fim de viabilizar o estabelecimento do “regime da lei e da ordem” e construir estradas, “artérias por onde um sangue novo, sadio, penetre em borbotões no coração do território, até agora quase abandonado”.<sup>288</sup>

O “sangue novo e são”, que se pretendia direcionar para as novas terras catarinenses, objetivava superar ou se contrapor ao suposto “sangue velho” ali existente, representado pelos indígenas e caboclos. Tais representações dos governantes coincidiam com as dos colonizadores, o que favoreceu sua difusão na região.<sup>289</sup> Nessa perspectiva se coloca a reflexão do branqueamento, feita por Tânia de Luca, sobre a qual se afirma que seus

<sup>287</sup> SEVERINO, José Roberto. *Noi Oriundi*: representações da imigração italiana em Santa Catarina. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2004, p. 71. (Tese História).

<sup>288</sup> GOVSC-Mens. 1915, p. 10.

<sup>289</sup> Esse entendimento também é percebido nos textos produzidos por ocasião da viagem do governador Konder, em 1929. Num deles, o autor registra seu posicionamento, em que a migração da gente do sul, “de braços e de sangue forte e novo” em busca das “terras desertas do norte”, daria para a região “um impulso bandeirante”. Cf. D’EÇA, O. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC, Fundação Banco Brasil, UFSC, 1992, p. 102-103.

defensores entendiam que, o Brasil só teria a ganhar com a larga “transusão de sangue rico e puro”.<sup>290</sup>

Acrescente-se o destaque feito por Severino sobre o papel do Conde de Gabineau, um racista que muito contribuiu para a propagação desse mito:

Ele responsabilizava os mestiços pela degeneração das raças ‘boas’, fazendo previsões nefastas sobre o futuro de um país mestiço como o Brasil. Os valores fundamentais da civilização desapareceriam junto com as raças que os fundaram, caso elas de fato sucumbissem frente às outras raças. Os preconceitos que se erigiram sobre o caboclo, o negro, os pobres e toda sorte de desqualificados sociais, ganharam reforços com tais teorias.<sup>291</sup>

Por isso o estímulo à migração da gente de “sangue forte” para colonizar as terras próximas à ferrovia, pois para as autoridades haveria a perspectiva de maior geração de riqueza e de impostos para o Estado. Mesmo que se deslocasse “parte da população de um ponto em prejuízo de outro”, ou seja, de uma região já colonizada para uma área nova, o projeto seria a garantia do aumento da produção agrícola e possibilitava que fossem “desbravadas e conhecidas regiões até então desabitadas e incultas”.<sup>292</sup>

A “civilização do sertão inculto e improdutivo”, ocorreria quando pessoas com outra noção de trabalho, com respeito às instituições e às leis e com visão progressista, efetivamente se instalassem na região. Alguns fatores contribuía para que isso ocorresse, entre eles, a ferrovia e a estrutura criada a partir da sua construção, o acordo interestadual de limites e a criação dos municípios. No entanto, a partir dos anos 1920, o processo de colonização tomou impulso, motivado pelo aumento das concessões de terras, principalmente em troca de construção de estradas. Justificava-se tal prática, pois as terras seriam “completamente improdutivas”, oneravam os cofres estaduais e não rendiam impostos. Além disso, o Estado “transformaria em moeda, a terra inculta”, criaria as condições para receber sobre ela, em futuro próximo, “juros de duas naturezas: o primeiro, imediato e direto, – o imposto territorial; o segundo, indireto e, se bem que mais tardio, de muito maior valor – a riqueza do povo.” Para que o ex-Contestado pudesse receber “a riqueza do povo”, eram necessárias estradas, pois promoveriam a valorização dos produtos da lavoura e trariam “incalculáveis

---

<sup>290</sup> Cf. DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 193.

<sup>291</sup> SEVERINO, J. R. Op. Cit. p. 71-72.

<sup>292</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1918, p. 48. Normalmente os governantes faziam uma imagem positiva do futuro, já que não viam no passado elementos para a positivação. Na Mensagem do ano anterior, falava-se em não recear o futuro econômico do Estado, era preciso, apenas “ação inteligente dos governos”, para impulsionar o trabalho e proteger as iniciativas de aproveitamento das extraordinárias riquezas naturais. Cf., p. 75.

vantagens ao povoamento dos sertões ocidentais”, visto que era a maneira ideal para facilitar “a localização de melhores elementos de trabalho”.<sup>293</sup>

Entre as autoridades estaduais, idealizava-se a difusão da pequena propriedade para a “ocupação efetiva das terras”. Com esse argumento estimulava-se e defendia-se a prática de conceder grandes áreas às empresas, alegando que seriam divididas e colonizadas em prazos determinados. Nessa reconstrução do espaço, no transcurso da década de 1920, anunciava-se que eram “várias as empresas que se dedicavam aos trabalhos de colonização, todas elas contribuindo eficazmente para a incorporação à cultura, daquele rico pedaço do nosso território”.<sup>294</sup>

O papel exercido pelas companhias colonizadoras era parte do projeto que o governo catarinense implantaria nas terras do Oeste, o de “incorporá-las à cultura”. Com isso, pelo serviço de divisão das terras e de introdução dos colonizadores, tais empresas eram colocadas como executoras da ação pretendida pelo governo.

Foi sob o comando dessas empresas que a situação envolvendo as novas terras gerou euforia a partir do início dos anos 1920, pela expectativa criada, de rápida colonização e grande potencial de crescimento. Mas ao final da década, tal euforia não se sustentou em decorrência de dificuldades como a falta de infra-estrutura nas colônias e de mercado para os produtos.<sup>295</sup> No entanto, o espaço já era considerado reocupado, pelo avanço da colonização e, mesmo que ainda existissem terras desocupadas, já eram “de propriedade privada, por terem sido objeto de concessões a empresas colonizadoras” e, gradativamente, iam sendo loteadas e vendidas a “elementos já nacionalizados, oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul e que constituem, indubitavelmente, o melhor fator para o povoamento do nosso solo”.<sup>296</sup>

O entendimento de que as companhias colonizadoras desempenhavam o papel de subdividir e colonizar as terras, fica claro nas Mensagens do executivo catarinense ao longo dos anos 1920. As próprias empresas passaram a usá-lo como argumento na defesa de seus interesses, como no pleito para a redução ou extinção de impostos sobre os terrenos

---

<sup>293</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1921, p. 37, 38, 45 e 47.

<sup>294</sup> Destacava-se que somente a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia., que mantinha três colônias, já havia introduzido 1.532 pessoas, o que representava 217 famílias. Muita energia estava sendo gasta para “conquistar os sertões e abrir colônias e povoados nas matas isoladas” e, as populações das zonas mais antigas estavam caminhando “para o Oeste, a procura de terras novas, pouco se importando em se despedirem do torrão natal”. GOVSC-Mens. 1924, p. 39-40.

<sup>295</sup> Observa-se isso nas Mensagens executivas ao Congresso Representativo catarinense, entre os anos de 1925 a 1930. O ano de 1929, por exemplo, é colocado como sendo de completa paralisação na imigração e de baixa venda de terras. Além das limitações ligadas à infra-estrutura das colônias, deve-se ter em mente os reflexos provocados pela crise econômica mundial.

<sup>296</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1928, p. 76-77.

destinados à colonização. Procuravam mostrar que suas terras se destinavam a essa função político-social e não à especulação, como faziam os latifundiários.

É evidente que uma empresa desse gênero não pode organizar-se em pequena área. Mas, nem por isso deve ser considerada *latifundiária*. Como tal se deve compreender quem, possuindo grandes extensões de terras, não a industrializa, não a reparte, não a aproveita. É o que procura conservar o patrimônio, especulando-lhe a valorização; o que pretende constituir grandes heranças; o que conserva a terra como riqueza e não como meio de produção, é todo aquele, enfim, que a retém de qualquer forma.<sup>297</sup>

Com isso os empresários da colonização procuravam mostrar que o latifúndio não se adequava ao propósito da “expansão do progresso”, por não viabilizar a divisão das terras e por não promover seu aproveitamento e industrialização, diferentemente do que faziam as companhias.

Deste modo também se justificava outro aspecto a ser considerado na reconstrução do espaço: a exploração da floresta. O extrativismo e a industrialização da madeira foi uma forma de evidenciar o novo domínio sobre as terras e figurou entre as primeiras grandes atividades econômicas das áreas próximas da ferrovia. A terra e a natureza deveriam ser colocadas à disposição da produção para o progresso almejado na época. A *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, empresa que atuou especialmente nas terras obtidas por concessão, tornou-se símbolo dessa exploração.<sup>298</sup> No entanto, várias outras se organizaram com essa finalidade, promovendo uma atuação indiscriminada sobre a floresta nativa, pois o fato da ferrovia ser uma moderna via de escoamento contribuiu para intensificar tal exploração.<sup>299</sup>

Diversas serrarias se instalaram por todo o vale do rio do Peixe, promovendo, em curto espaço de tempo, grande devastação da floresta nativa. A exploração indiscriminada mereceu manifestações do governo catarinense, ao denunciar que no Brasil se estaria operando com uma “criminosa imprevidência, a total devastação das florestas”, as quais estariam quase totalmente destruídas ao longo do litoral e o mesmo se sucederia no estado de

---

<sup>297</sup> MEM-SUC, p. 4. Grifo no original.

<sup>298</sup> Conforme Nilson Thomé, essa empresa instalou o maior complexo industrial de exploração da madeira da América do Sul, nunca igualado em toda a história, com equipamento e tecnologia da Europa, Estados Unidos e Canadá. **O trem de ferro** história da ferrovia no Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 125.

<sup>299</sup> Mesmo assim, em 1917, a *Lumber* pressionava o governador Fellippe Schmidt para intervir no sentido de facilitar a exportação de madeira, uma vez que se via obrigada a reduzir a produção para não aumentar o estoque do produto, visto que já era bastante considerável. Alegava as dificuldades provocadas pelo contexto da Guerra, da grande elevação dos fretes, mas principalmente que a companhia se encontrava em atraso no atendimento das exportações para a Argentina e para outros locais do Brasil. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 17/10/1917.



Santa Catarina. Para isso contribuía não apenas o comércio e a indústria da madeira, mas “os próprios lavradores têm o mesmo procedimento”.<sup>300</sup>

A manifestação em relação à devastação da floresta pode ser considerada avançada para a época, mas, ao mesmo tempo, ineficiente pela inoperância ou conivência das autoridades com tais práticas. A participação dos agricultores nessa devastação se devia mais ao modelo de agricultura implantado com a colonização, o qual exigia a derrubada da mata para desenvolver a lavoura e, menos à prática do comércio da madeira. Por essas razões, aquilo que a natureza demorou centenas de anos para produzir, os que exploravam a atividade madeireira devastaram em curto espaço de tempo.

A dimensão desse problema pode ser observada no fragmento que segue, na reflexão feita pelo governador Hercílio Luz, que afirma:

A derrubada de matas, com a preocupação exclusiva de reduzir madeira a dinheiro, deixando atrás de si zonas devastadas e que, por falta de vegetação e de serem trabalhadas para culturas, se mudarão em desertos, e sem mesmo o comezinho cuidado de preservar da destruição árvores que ainda não podem ser aproveitadas industrialmente, há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra. Cumpria enfrentar de uma vez esse problema, cuja relevância ninguém contesta, estudando-se os meios de, ao menos, como princípio de uma ação mais vasta, obrigar ao reflorestamento as empresas que praticam em larga escala a indústria extrativa de madeiras, sem terem em vista o aproveitamento posterior do solo. E de defender de uma devastação inútil os cimos das altas montanhas, cujas matas agem beneficentemente sobre a abundância dos mananciais, o regime das chuvas e até sobre o próprio encanto da paisagem.<sup>301</sup>

A questão foi novamente tratada pelo governador, na Mensagem ao Congresso Representativo de 1924, ocasião em que, com pertinência, chamava a atenção dos congressistas, para um ponto que somente teria relevância, várias décadas depois:

Talvez não seja nesse momento oportuno, pela escassez de recursos e por falta de um plano, cuja elaboração exige demorado estudo, fazer a defesa completa de nossa riqueza florestal, por meio de regulamentos, mas não se adie por mais tempo a adaptação de providências preparatórias, como sejam compelir as grandes empresas exploradoras de madeira a realizarem um reflorestamento proporcional às derrubadas, sendo razoável que por elas se comece, por terem os maiores lucros do negócio e possuírem um aparelhamento que lhes torna mais fácil o serviço.<sup>302</sup>

Pode-se inferir disso que, em curto espaço de tempo, a exploração intensiva da floresta levou a devastação de enormes áreas. Como se observa, trata-se de uma discussão,

---

<sup>300</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1918, p. 49.

<sup>301</sup> GOVSC-Mens. 1923, p. 65-66.

<sup>302</sup> GOVSC-Mens. 1924, p. 42.

atual para nós, mas que na época certamente não conseguia prender a atenção da opinião pública e o fato de o governador colocá-la em evidência demonstra que o processo extrativista, dava-se de forma acelerada. Apesar disso, as autoridades estaduais não esboçaram outra reação e não mostraram força suficiente para coibir ou limitar tal prática, uma vez que as indústrias atuaram livremente por várias décadas. Na realidade se trata mais de uma situação em que os interesses privados se sobrepuseram aos públicos.

Como destaca Liliane Wentz, analisando esse tipo de atividade, foi somente em 1941, com a criação do Instituto Nacional do Pinho, que se estabeleceram regras em relação ao assunto. O Instituto procurou fomentar o comércio da madeira no interior e exterior do país; reflorestar as zonas de produção de pinho; fixar preços mínimos; estabelecer cotas de produção e exportação e regularizar a instalação de novas serrarias. Sua criação teve ampla repercussão nos três estados do sul e os próprios empresários reconheceram sua “imperiosa necessidade, para pôr ordem à desorganização da indústria e do comércio de madeiras”, sobretudo no que diz respeito ao reflorestamento, pois se estaria destruindo a esmo, essa riqueza sem proveito para o país.<sup>303</sup>

Em determinadas situações, as próprias companhias colonizadoras adotavam práticas relacionadas a essa exploração, em particular, quando ao venderem os lotes, reservavam-se o direito de explorar a madeira de lei existente. Isso também era feito em acordo com indústrias madeireiras e, sob a alegação de que os colonos queriam “terras para plantar”, colocava-se a derrubada da mata como uma necessidade e, destarte, justificada.

Referindo-se a esse aspecto, um depoente afirma que a maior venda da colonizadora de Ângelo De Carli, foi de cem colônias, para a Celulose Irani. Logo em seguida essa empresa passou a contratar colonos para explorar a madeira, pois se tratava de,

Terra todinha coberta de pinheiro, em razão de 1500 a 1800 pinheiros cada colônia. Então era assim uma fábula... E a Celulose veio e se colocou ali e começou justamente a procurar industrializar. Daí eles abriram uma colonização forte e começaram a trazer pessoal do Rio Grande do Sul. Aí botaram caminhão, carro e puseram serrarias aqui para explorar a madeira, porque quando as pessoas chegavam aqui eles queriam terras para plantar. Então o compromisso era derrubar os pinheiros onde os colonos fossem ficar para plantar e eles aproveitavam a madeira.<sup>304</sup>

O extrativismo da madeira colocou em evidência uma nova forma de controle sobre a terra, mas a outra parte desse processo se dava pelo loteamento e venda aos colonos. Com a

---

<sup>303</sup> WENTZ, Liliane Irma Matje. **Os caminhos da madeira**: região Norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004. p. 122-125.

<sup>304</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

efetivação desses procedimentos, as companhias colonizadoras modificaram radicalmente as características de ocupação do espaço, no transcurso da primeira metade do século XX. Isso fomentou a expansão da agricultura familiar, num período em que essa atividade era vista de forma positiva, não apenas pelos migrantes, que se tornavam proprietários, mas, também pelos governantes que viam nela a possibilidade de construir o futuro econômico e social do estado e do país.

A divisão em lotes destinados a agricultura familiar também promoveu, no segundo quartel do século XX, um grande fluxo migratório, em particular para as margens da ferrovia, no município de Cruzeiro. Uma indicação da grande procura por esse tipo de lote pode ser constatada nos dados sobre a migração apresentados por Roche. O autor salienta que o maior fluxo migratório das antigas colônias do Rio Grande do Sul ao Oeste catarinense ocorreu entre as décadas de 1920 e 1960. Destaca que, dos 131.132 nascidos no Rio Grande do Sul e que residiam fora dele, 76.394 se encontravam em Santa Catarina, representando um total de 58% dos migrantes. Acrescenta, ainda, que a partir de 1940, anualmente em torno de oito mil riograndenses fixaram-se em Santa Catarina, continuando a representar mais da metade dos que migravam.<sup>305</sup>

Nessa mesma perspectiva, apontam as estimativas da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, destacando que a fronteira agrícola catarinense recebeu cerca de duzentos e cinquenta mil agricultores gaúchos, ao longo do processo migratório.<sup>306</sup> Mesmo estimados, esses números mostram o significado dessa migração interna, especialmente se comparada ao número de imigrantes que ocuparam as antigas colônias do Sul.<sup>307</sup> É tarefa difícil precisar a velocidade das vendas das terras e da própria migração, mas os dados sugerem essa evidência.

Num estudo sobre a estrutura fundiária e densidade demográfica do meio-oeste catarinense, Massignan destaca o significado da ferrovia na colonização regional e aponta duas características: uma referente às áreas mais próximas da estrada e outra formada pelas mais afastadas. Os municípios com áreas mais próximas apresentavam, em 1970, propriedades com área média de 25,4 hectares e densidade demográfica de 37,8 habitantes por

---

<sup>305</sup> ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 357. Mesmo que os dados se refiram ao Estado de Santa Catarina, esse período é o da forte migração para todo o grande Oeste, inferindo-se que a maior parte migrou para esta região.

<sup>306</sup> Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **O fenômeno migratório na região sul**. Porto Alegre: SUDESUL, 1975, p. 53.

<sup>307</sup> O ingresso de imigrantes é estimado em cerca de 30 mil italianos em Santa Catarina e de 120 mil no Rio Grande do Sul. Cf. DALL'ALBA, J. L. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: EST, 1983 e, DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1979. Quanto aos alemães, De Boni e Costa apontam que, em números aproximados, entre 1824 a 1914, entraram no Rio Grande do Sul entre 40 e 50 mil imigrantes e no Brasil em torno de 310 mil. Cf. p. 45-46.

quilômetro quadrado, enquanto que em outros a área média era de 96,5 hectares e densidade de 15,5.<sup>308</sup>

Essa situação decorreu do maior retalhamento das terras, nas áreas de agricultura familiar e menor nas áreas mais afastadas e, em parte, destinadas à pecuária, evidenciando também que as terras mais próximas da estrada de ferro, foram colonizadas por primeiro.

O sonho de se tornar proprietário de um lote de terra e conquistar melhores condições de vida, para a maioria dos migrantes, tinha um significado peculiar. Ao longo da primeira metade do século XX, em certo sentido isso, reforçou a idéia de “tradição agrária”, em que a terra era vista como condição para a plenitude do indivíduo ou da família, de forma semelhante como ocorrera na emigração.

O direito de propriedade privada da terra e de sua produção era intensamente desfrutado pelos migrantes italianos. Sustenta Ianni que essa relação com a terra a torna muito mais do que objeto e meio de produção. Para essas pessoas:

É o seu lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se e continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. A relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terá como momento primordial da natureza e do homem, da vida. É aí que se demarca o espaço da família, parentes, vizinhos.<sup>309</sup>

Os empresários da colonização conheciam esse entendimento e aspirações dos colonos e lhe colocavam a possibilidade de recriá-las nas terras catarinenses. Nelas existiriam as condições de prover a família, de reconstruir a comunidade e de desenvolver seu projeto de futuro.

Para os colonos, por sua vez, a propriedade agrícola atendia às aspirações e necessidades familiares, ao menos até o período em que se intensificou a industrialização, a urbanização e a modernização da agricultura, a partir de meados do século XX.

Um depoimento referindo-se às primeiras décadas da colonização, destaca que:

---

<sup>308</sup> MASSIGNAN, Aurivan. Estrutura fundiária e densidade demográfica na região do Meio-oeste catarinense. **Revista da Fundação Educacional do Oeste Catarinense**. FUOC. Ano: 1, n. 1, jan. mar. de 1978, p. 25-29. Sobre a ferrovia e sua influência regional, destaca-se o trabalho de NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900-1940**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

<sup>309</sup> IANNI, Octávio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 86-7. PRADO Jr. também afirma que, entre os imigrantes, a ambição pela posse da terra teve um impulso muito poderoso e ela constituiu um dos mais fortes, senão o mais forte, estímulo que os levou a abandonarem sua pátria onde tal oportunidade lhes era negada. E mesmo quando não conseguiam alcançar desde logo esse objetivo, como efetivamente se deu no Brasil na maior parte dos casos, representou, contudo um ideal sempre presente que influiu fortemente na evolução dos acontecimentos. PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 249.

O colono do Rio Grande queria principalmente colocar os filhos, pois o objetivo dele, não era vir os velhos para cá. O objetivo do colono nosso era mandar os filhos para cá. As famílias eram muito grandes, não tinha mais lugar para eles e, o espaço lá, ficava pequeno, eles começavam a casar e, ficar todos em casa, não dava. Então diziam: vai lá para Ponte Serrada, lá nós temos uma colônia, temos duas colônias, vai você e fulano. Mais tarde com o empobrecimento deles no Rio Grande, eles começaram a vir com os filhos.<sup>310</sup>

Apesar de a maioria dos migrantes se ocuparem da agricultura, destaque-se que, entre eles, vários desenvolveram, paralelamente, outras atividades, como de comerciantes, hoteleiros, ferreiros, funileiros, farmacêuticos, construtores entre outros. Isso criou, desde os primeiros tempos, a base das vilas e futuras sedes de municípios, como se percebe pela foto de profissionais de Ponte Serrada nos anos 1930, figura n. 6.

Essa foto é emblemática para evidenciar que o espaço se encontrava civilizado e no caminho do progresso pleiteado na época. Os instrumentos de trabalho exibidos pelos diferentes profissionais dão um significado simbólico ímpar a essa idéia.

Saliente-se que apesar da existência de diferentes profissionais e da formação de vilas e cidades, a divisão das terras em lotes destinados à agricultura familiar, fez com que família e comunidade se constituíssem em espaços significativos da organização social e da produção no período em questão. A policultura atendeu às necessidades de subsistência e, na maioria das vezes, às de reprodução da condição de colonos, além de produzir também características diferentes das apresentadas pela tradicional sociedade rural brasileira.

### 3.2 - Pequena propriedade como modelo de desenvolvimento

A idéia de que “toda a dádiva provém da terra”<sup>311</sup> impulsionou a expansão da agricultura familiar centrada na pequena propriedade, nas terras de Cruzeiro e se constituiu num modelo de desenvolvimento para a região, diferentemente do que ocorria com a maior parte das terras brasileiras.

<sup>310</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

<sup>311</sup> *Cereris sunt omnia munus*. Essa idéia encontra suporte na Fisiocracia (iluminismo do século XVIII). Os fisiocratas consideravam que a terra era a verdadeira fonte de riqueza de um país e a agricultura o principal caminho para obtê-la, por propiciar grande lucro com pequeno investimento. A produção agrícola deveria ser valorizada e os proprietários de terras vistos e respeitados como os promotores da riqueza.

**Figura n. 6** - Profissionais de Ponte Serrada.



Observa-se que cada profissional ostenta objeto próprio da sua atividade. Da esquerda para a direita, em pé aparecem: Sebastião de Almeida [barbeiro], Guido Coletti [comércio], Felício Bazanella [ferreiro], Genoíno Amador [funileiro], José Bassetto [ferreiro], Vitório Giordani [serrador]; Sentados: João Bordignon [comerciante], Carlos Antonioli [seleiro], João Dalla Vecchia [sapateiro], Ricardo Copinni [carpinteiro], Avelino Araújo [professor], Pedro Bordignon [seleiro], João Destri Sobrinho [balconista], José Bortolacci [comerciante]; Sentados no chão: Domingos Spader [balconista], Angelo Spader [esportista]. Ponte Serrada. Década de 30. Acervo do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo de Ponte Serrada.

A respeito da estrutura fundiária do Brasil, a historiografia consagrou a imagem da sociedade do açúcar, do café e da pecuária, setores que historicamente se ligaram ao latifúndio. Já nas últimas décadas, os “sem-terra” fomentaram discussões em torno da questão agrária, mas essas pouco se referem aos espaços que se organizaram a partir da pequena propriedade de agricultura familiar.

Caio Prado Júnior, possivelmente, é um dos primeiros a discutir a questão. Ao analisar os dados do Recenseamento de 1950, destaca que 85% dos estabelecimentos no Brasil possuíam menos de 100 hectares, mas representavam apenas 17% do total da área ocupada. Por sua vez, as propriedades acima de 200 hectares, consideradas grandes, somavam 9% dos estabelecimentos, mas totalizavam 75% da área ocupada.<sup>312</sup> Mesmo assim, seus trabalhos centram-se na compreensão da população trabalhadora, ou do trabalhador rural versus grandes proprietários, sendo que as áreas de colonização e de pequena propriedade tiveram menor destaque.<sup>313</sup>

<sup>312</sup> PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 16, 17, 34 e 35.

<sup>313</sup> Cita-se entre os trabalhos, Formação do Brasil Contemporâneo, História Econômica do Brasil e A questão agrária no Brasil. Em geral, outros autores clássicos, também seguem essa perspectiva, como Celso Furtado Formação Econômica do Brasil e Sergio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, Gilberto Fryre, Casa Grande e Senzala, entre outros.

Nesse cenário, diferenciavam-se os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina por apresentarem os mais baixos índices de concentração da propriedade, mesmo que em algumas regiões catarinenses prevalecesse o latifúndio, o modelo praticado pelas companhias colonizadoras destoou das características gerais da estrutura agrária brasileira.

Por ocasião do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950), exaltava-se o papel das áreas colonizadas, as quais teriam:

Dado ao estado, como depois a Santa Catarina, a inapreciável vantagem econômica e social, da pequena propriedade agrícola. A eles precipuamente, deve o Rio Grande a solidez de sua economia, a policultura que assegura a prosperidade e, com a maior e a sua melhor distribuição, a estabilidade social que desfruta é com que enfrenta as vicissitudes de uma economia mal estruturada como a brasileira.<sup>314</sup>

Tais situações eram usadas pelos empresários da colonização para destacar o significado do papel que exerciam, também para efetivar aquilo que os governantes pretendiam, em relação ao território recém incorporado ao Estado. Isso se observa na argumentação de seus pleitos, em particular no Memorial apresentado ao Interventor estadual, no qual se afirma:

Deve-se às empresas colonizadoras o povoamento de quase toda a zona oeste de Santa Catarina, por colonos já nascidos no Brasil, na maioria, aptos desta forma, a produzir imediatamente, pelo conhecimento do meio e hábitos de trabalho a ele adaptados. Sem o menor ônus ao erário público, realizaram esse formidável trabalho. Sem elas, os municípios de Cruzeiro e Chapecó ainda seriam sertões inabitáveis. [...] a elas deve o Estado a entrada de algumas dezenas de milhares de habitantes, a construção de estradas de rodagem, o desenvolvimento da lavoura, o aumento dos contribuintes [...].<sup>315</sup>

Na ótica dos empresários da colonização seria injusta a cobrança de impostos sobre as terras de colonização. Seu argumento era que a atividade propagava a pequena propriedade nas áreas “devolutas” e “desabitadas”. Ao relacionar sua atividade à difusão do interesse público de “ocupação efetiva das terras”, pleiteavam um tratamento especial deixando evidentes seus interesses.

O tema da colonização teve amplo destaque nas Mensagens do governo catarinense, após a definição de limites. Afirmava-se que esse serviço “deveria merecer especiais cuidados, porque dele dependeria o povoamento de vastas zonas desertas e, portanto o desenvolvimento econômico do Estado”. O aproveitamento dessas terras, a partir da pequena

---

<sup>314</sup> BERTASO, Henrique D’Ávila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p. 89.

<sup>315</sup> MEM-SUC, p. 5, 11 e 12.

propriedade levaria o Estado a uma fase de equilíbrio e prosperidade econômica, pois, afirmava-se que:

A policultura é a nossa riqueza. Não temos como outros Estados, a intensificação de uma cultura como o café, o açúcar, o algodão que fazem a riqueza pública, mas limitam a riqueza particular aos grandes proprietários. O nosso regime agrícola divide a riqueza e dá à generalidade de todos aqueles que trabalham, as melhores compensações, estabelecendo uma situação de equilíbrio.<sup>316</sup>

A difusão da idéia de que um regime agrícola composto por pequena propriedade e a policultura, era a melhor forma para desenvolver o Estado, ficou evidente no processo de colonização. Várias vezes é colocada como o caminho para “promover o povoamento de vastas zonas, até agora inproveitadas”.<sup>317</sup> Na maioria das vezes, essas afirmações acompanhavam lamentos concernentes à falta de capacidade de realizar investimentos e de criar as condições para o aproveitamento do “potencial de crescimento econômico”, como enfatizava o governador Konder. Mesmo reconhecendo que, efetivamente, pouco se fizera até então, haveria uma crescente preocupação dos governos em amparar a lavoura e a pecuária, não só para desenvolver a produção dos campos, mas também para fixar o homem a terra. Isso evitaria o êxodo da população rural, por vezes provocado pela sedução lusória das comodidades da vida urbana. Dizia que, dentro das disponibilidades financeiras, procurava “fomentar as fontes de riqueza do Estado, não esquecendo que a grandeza material de Santa Catarina está na sua indústria agrícola e na pecuária”.<sup>318</sup>

Essa percepção, balizada na “vocação agrária” foi corrente entre as décadas iniciais da coloniza o e também coincidia com a aspira o dos colonos de conquista da sua propriedade. Na  tica das autoridades estaduais, necessitava-se apenas que os “métodos de cultura fossem mais aperfei ados” para a agricultura assumir propor es, como em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Destacava-se o fato do Estado não possuir grandes cidades, uma vez que essas “nem sempre exprimem a riqueza e a abundância dos povos”, ao contrário, seriam uma demonstra o doentia da “decadência da vida rural”, visto ser essa a “fonte de toda a prosperidade econômica”.<sup>319</sup>

---

<sup>316</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1917, p. 40 e 70. Noutra ocasião se afirmava que a agricultura figuraria entre as maiores fontes de riqueza do Estado. Mas se deveria torná-la mais racional, através do ensino agrícola, da distribui o de sementes selecionadas, da melhoria genética dos animais, entre outros. Cf. GOVSC-Mens. 1921, p. 48-49.

<sup>317</sup> Entre outras situa es, em GOVSC-Mens. 1923, p. 48.

<sup>318</sup> GOVSC-Mens. 1928, p. 91.

<sup>319</sup> GOVSC-Mens. 1917, p. 70.



É na vida dos campos que reside a fortuna e a prosperidade. É encorajando o agricultor; animando a indústria pastoril; rasgando estradas, mais estradas e cada vez mais estradas; educando as populações agrícolas, não para aumentar o número de bacharéis, mas para centuplicar o número de lavradores adiantados; protegendo a produção; barateando o produto, facilitando-lhe o acesso aos seus escoadouros naturais [...] dividindo a terra, com supressão gradual das grandes propriedades inaproveitáveis, por meio de um regime racional de tributação; não desperdiçando energias em lutas estéreis de politicagem. É desta maneira que vamos encontrar a fórmula definitiva e boa para a solidez do nosso futuro econômico, em última análise, da riqueza pública.<sup>320</sup>

A atração de “lavradores adiantados” e a “divisão do latifúndio” deveriam fomentar a agricultura familiar para que esta se constituísse na grande possibilidade econômica. Especialmente no transcurso das décadas de 1920 e 1930, buscava-se mostrar que os resultados com essa atividade eram bastante promissores. Os lavradores superariam os problemas enfrentados pelo Estado, como o da importação de trigo e outros produtos, o que consumia altas somas de dinheiro.

É da terra que Santa Catarina continua a tirar grande parte de sua riqueza, feição econômica que devemos cultivar com carinho e que decorre da própria generosidade do nosso solo e da índole e tradições de nossa gente. Quanto mais sólida e próspera for a nossa produção agrícola, tanto mais seguro, mais rápido e mais salutar será também o nosso desenvolvimento fabril. [...] Amparar e desenvolver o trabalho dos campos há de ser, por muito tempo, o ponto principal da política econômica em nosso Estado.<sup>321</sup>

Esse foi o período das maiores concessões de terras feitas pelo Estado, onde extensas áreas foram legalizadas em favor de companhias colonizadoras ou de particulares, especialmente nas proximidades da ferrovia e no município de Cruzeiro. Também foi o período em que os negócios imobiliários tomaram grande impulso. Por um lado favoreceram amplamente os empresários e, por outro, impulsionaram a colonização como pretendiam os governantes.

Paralelo a isso, as autoridades em geral, difundiam a idéia de que a agricultura, através da pequena propriedade, representava uma real possibilidade de fazer o Estado progredir. Para tal bastaria ensinar ao pequeno agricultor a “recolher do trabalho da terra a soma de bem estar e independência e fortalecer por toda parte, o sentimento rural”. Destarte se mobilizaria o indivíduo a “engrandecer a coletividade”, pois a agricultura faria os lavradores felizes, visto que, no Estado:

<sup>320</sup> GOVSC-Mens. 1917, p. 70 e 1919, p. 19.

<sup>321</sup> GOVSC-Mens. 1922, p. 54 e 1923, p. 48.

Ao clima e constituição do solo, que se prestam às mais variadas culturas, associa-se o regime da pequena propriedade, que permite a cada um ser o dono de uma gleba, com a invejável independência de poder produzir na sua terra todo o necessário para a manutenção. O que noutras partes se procura conseguir por leis especiais, que impeçam a formação de latifúndios e facilitem a divisão dos existentes, temô-lo aqui, pelos próprios processos porque, no correr dos tempos se operou o povoamento de nossas terras, e convém assinalar que, a esse respeito, as nossas condições são as melhores dentre os Estados brasileiros, conforme demonstrou o censo de 1920, que registrou para cerca de 90% de nossas propriedades rurais uma área inferior a 100 hectares.<sup>322</sup>

Tais representações, idealizando a pequena propriedade e o trabalho agrícola, foram marcantes no processo de colonização e eram difundidas de diversas formas. Na mensagem de 1929 à Assembléia Legislativa, Adolpho Konder, afirma ser “uma verdade que saltava aos olhos, que a base da nossa riqueza se funda na terra” e que ninguém, honestamente, poderia contestar tal realidade, pois “sobre o solo dadivoso” levanta-se a soberba edificação econômica do Estado. “Somos, pois, um povo de lavradores e de criadores. E estamos certos, não enveredando pelo caminho atribulado do industrialismo intenso”, fase de evolução econômica dos países, onde a terra era escassa ou não permitia, pela qualidade e preço, uma exploração compensadora. Era preciso, no entanto, que a ação dos poderes públicos, se desse no sentido de incrementar e animar a exploração de terra, já que os “lavradores e criadores vivem desajudados”.<sup>323</sup>

A idéia do modelo de desenvolvimento centrado na agricultura familiar, como forma adequada para transformar a região, foi bastante difundida, ao menos até meados do século XX. Se por um lado a implantação desse modelo parecia ideal aos governantes, por outro interessava às companhias colonizadoras, seja para facilitar o processo de apropriação da terra ou para a sua comercialização. Interessava, ainda, aos colonos, os quais aspiravam conquistar sua propriedade.

Referindo-se ao município de Concórdia, Pires, em 1941, destaca essa situação ao escrever que a fertilidade das terras e a facilidade de pagamento proporcionada pelas companhias colonizadoras eram os principais fatores de atração dos colonos ao município. Concórdia teria apresentado condições de autonomia, apenas pelo êxito dessas empresas, a quem se devia o progresso desfrutado naquele momento. A vida econômica do município era sustentada, quase que exclusivamente, pela agricultura, dada a fertilidade de suas terras e a

---

<sup>322</sup> GOVSC-Mens. 1923, p. 49-50.

<sup>323</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1929, p. 95-96. Na Mensagem de 1927 (p. 10), falava da necessidade de modernizar a agricultura, criando escolas e abrindo estradas nas áreas rurais, fornecendo sementes selecionadas, combatendo pragas para “amparar a gente do campo, nos seus interesses legítimos”.

estabilidade do clima, quadro que atraía para a região grande número de agricultores do vizinho estado do Rio Grande do Sul.<sup>324</sup>

A colonização e expansão da pequena propriedade, a partir da prática das companhias colonizadoras, contrapunham-se à perspectiva agro-exportadora, que historicamente deu suporte ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, marcando em definitivo essa região.

A imprensa escrita fazia diversas referências a esse modelo, à capacidade de trabalho dos colonos, a sua disposição para enfrentar os problemas cotidianos e, principalmente ao papel que desempenharam nas “conquistas de civilização”. Com isso a pequena propriedade agrícola, explorada pela família, era idealizada como modelo para garantir o êxito das colônias. Essa situação se reforçava, tendo em vista que tal agricultura teria fomentado o desenvolvimento da indústria local, em especial, ligada a agro-pecuária.<sup>325</sup>

Em meados do século XX, o entendimento de que o modelo de colonização posto em prática havia “implantado a civilização”, por superar a antiga realidade, era bem difundido. Isso se observada pela memória oral e pelas diversas matérias veiculadas nos jornais da região. Numa, referindo-se a um núcleo colonial do interior de Concórdia, ao falar das conquistas dos migrantes, destaca que todos eles eram:

Abastados colonos, grandes fabricantes de aguardente, açúcar e rapadura; uma das grandes riquezas daquela zona, dizemos uma das grandes riquezas, porque é um espetáculo grandioso para quem por ali passa, as grandes culturas de milho, feijão, mandioca e outras inúmeras culturas que se estendem a perder de vista num atestado eloqüente de vontade de trabalho daquela gente.<sup>326</sup>

Noutra publicação se destacam informações do Ministério da Agricultura sobre as terras catarinenses, da região de Cruzeiro/Joaçaba. Elas mereceram tal referência, pois apresentavam os maiores índices de rendimento por hectare, no Brasil, na produção de milho, feijão, trigo e arroz<sup>327</sup>. Na mesma perspectiva falava da pujança que a região havia alcançado, em particular, pela indústria e agricultura.

<sup>324</sup> PIRES, Estivalet, em 1941 era secretário da Prefeitura de Concórdia e produziu uma monografia sobre o município. Apud. SILVA, Z. P. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda. 1950, p. 276 e 281.

<sup>325</sup> Lorenço Orso afirma que “quando entrou a Pagnocelli [instalando o abatedouro de animais] aí ficamos bem, pois se criava porco solto”, então facilitou o ganho de dinheiro. Cf. Entrevista (1994).

<sup>326</sup> Alto Bela Vista: uma comunidade que promete. **Jornal O tempo**. Concórdia, 01/01/1950, p. 6.

<sup>327</sup> Dados referentes ao ano de 1951. Cf. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Joaçaba, 17/05/1953, p. 2.

O estupendo desenvolvimento agrícola e industrial dos municípios que compõem a zona Oeste do Estado causa admiração a quantos têm a ventura de conhecer aquelas maravilhosas terras. Agricultura e indústria correm carreiras e é quase impossível dizer qual dessas atividades apresenta maior índice de crescimento. Os colonos que estão construindo as grandezas do Estado estão atravessando uma fase de fartura como nunca dantes conheceram.<sup>328</sup>

Com o avanço do processo de colonização, cristalizava-se a idéia de que o modelo adotado foi o mais correto e criara os alicerces para que a região se transformasse no “verdadeiro éden” ou em “terra da promessa”. Isso fica bem presente na matéria do Jornal O Tempo, de Concórdia, como se observa no fragmento que segue:

O sistema de colonização posto em prática neste recanto da terra Barriga Verde, em pequenas propriedades, tem trazido, sem dúvida, para o município um dos maiores benefícios, pois que não se vê em parte alguma, os detestáveis latifúndios tão comuns em terras de recente colonização. [...] De tudo o que nos foi dado a observar no rico e próspero município de Concórdia, deu-nos a certeza de que efetivamente o Oeste catarinense está fadado a ser, num futuro muito próximo, a viga mestra do estado de Santa Catarina, por tudo o que vimos e ouvimos do povo bom e hospitaleiro de Concórdia é que chamamo-la de – Terra da Promissão.<sup>329</sup>

A “terra da promessa” que o colono desfrutava era atribuída à agricultura praticada nas áreas coloniais até meados do século XX. Constituíam-se num sistema com relativo grau de autonomia para o colono, pouco dependente da indústria, diferente do que ocorreu na fase de modernização da agricultura ou da revolução verde. Esse grau de autonomia era conferido pela fertilidade natural do solo pela não utilização de sementes selecionadas, fertilizantes químicos e maquinário agrícola sofisticado. O agricultor produzia praticamente tudo o que necessitava para o seu sustento na sua propriedade e, em geral, com baixo custo. Sobre isso, assim se manifesta De Marco:

Nós nos primeiros dois anos, derrubamos duas colônias de mato, acabamos com as terras, mas colhíamos mil e tantos sacos de milho [...] vendia, mas só que o preço era baixo, apesar de que naquele tempo quase não dava mão de obra, porque a terra era limpa, produzia, não precisava adubo, calcário, não precisava nada, então o que pegava era lucro.<sup>330</sup>

É certo que essa autonomia era bastante limitada, o que mantinha as unidades produtivas com baixo grau de capitalização e com escasso poder de investimento.

<sup>328</sup> Jornal **Cruzeiro do Sul**, Joaçaba, 06/12/1953, p. 1. A consolidação da agricultura familiar teve estreita relação com o crescimento do comércio e da indústria em Cruzeiro, como se verá adiante.

<sup>329</sup> Concórdia: terra da promessa. **O Tempo**. Concórdia, 15/05/49, p. 6.

<sup>330</sup> Entrevista com Victo De Marco. Joaçaba, 24/05/94. A/A.

Mesmo exaltando o “espírito de trabalho do povo progressista e ordeiro” que colonizara a região, as limitações do modelo eram denunciadas pela imprensa, a partir de meados do século XX. Entre os problemas, colocava-se a exploração intensiva das terras e seu conseqüente empobrecimento. Referindo-se às práticas de uso do solo, inicialmente com terras férteis e, como conseqüência, ótimas colheitas, destaca um articulista que:

Nos dias que correm, muitas daquelas terras que eram ‘fortes’, já estão fracas, empobrecidas e esgotadas. Produzem pouco ou nada produzem. Isso aconteceu e está acontecendo, porque o nosso Colono nunca recebeu instruções sobre o modo de evitar o empobrecimento do Solo. [...] apenas cuidou de plantar e de colher.<sup>331</sup>

Isso evidencia a limitação do modelo de agricultura familiar, que se baseava na exploração da fertilidade natural das terras e no trabalho dos colonos, mas careceu de orientação técnica e de acompanhamento da atividade, coisa que foi precariamente oferecida pelo Estado e pelas companhias colonizadoras.

Acerca da forma tradicional de trabalhar a terra, um discurso do então Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, após justificar que entendia a situação dos colonos e a forma como ocuparam a região, “movidors pela inspiração do ganho ou na ânsia da grande colheita”, pois se acenava a eles com a grande fertilidade das terras, acrescenta:

Não vejo, portanto, como condenar de todo o agricultor que se move por tão justificados motivos. Cumpre trazer-lhe o derivativo que corrija o erro. Apresente a emenda e lhe sorria com a vitória. O derivativo há de ser a consciência do valor da adubação, a experiência dentro de suas próprias condições de meio e de recursos, da eficiência do emprego dos fertilizantes. Essa consciência da eficiência dos fertilizantes será a força que há de suster o braço que empunha a foice e o machado. Será a aurora que apagará os incêndios que deixam nas encostas a poeira do carvão de milhares de plantas destruídas na esperança de uma compensação de safras abundantes.<sup>332</sup>

O apelo para a consciência das pessoas sobre a importância da adoção das práticas modernas de fertilização das terras, como alternativa à “agricultura primitiva” centrada na prática das queimadas, situa-se no contexto do avanço e da modernização da agricultura brasileira. Nessa perspectiva acrescenta, ainda, o Ministro, lamentando o percentual insignificante de agricultores que adotavam as práticas modernas, situação que os levava a reproduzir o modelo tradicional de agricultura:

<sup>331</sup> A adubação verde. **Jornal da Semana**. Concórdia, 17/08/54, p. 4.

<sup>332</sup> SALLES, Apolônio. Adubar a lavoura para manter as matas. **Jornal da Semana**. Concórdia, 20/07/54, p. 4. Grifos no original.

Por isto mesmo todos os anos as florestas vêm ao chão; o agricultor foge dos núcleos populosos; distancia-se dos centros de consumo. Mais dura a vida de quem se isola no ‘hinterland’ despovoado e sem contato. Mais desesperada a luta pela vida. Enquanto isto, nas capitais, ‘chove a literatura florestal’. O Jeca-Tatu, destruidor das florestas, é pintado fumando cachimbo de palha no aceiro da mata, apoiado no machado destruidor.<sup>333</sup>

O esgotamento das terras era a decorrência do seu uso intensivo, próprio do modelo adotado nas áreas de colonização. As “terras novas”, prometidas pelas companhias colonizadoras, não tardaram a se tornar “terras velhas”, como ocorreu na primeira experiência de colonização no Rio Grande do Sul. Com isso, a partir do momento em que o acesso a novas áreas foi se tornando mais difícil, o agricultor passou, paulatinamente, a utilizar as novas tecnologias agrícolas, como o uso de fertilizantes, de máquinas e implementos agrícolas, também pelo fato de, mais uma vez, acenavam com uma nova “terra da promessa” com resultados imediatos.<sup>334</sup>

Assim, em relação à agricultura familiar na pequena propriedade, difundida pela atuação das companhias colonizadoras, cabe perguntar, em que sentido ela fomentou o desenvolvimento da região?

O mote propagado pelas empresas, pelo governo e pela imprensa, era justamente o do progresso e desenvolvimento dessas “terras do sertão”. Como se viu, as peculiaridades do modelo propiciaram certa autonomia aos colonos, no transcurso da colonização. Também que, concomitante a esse processo, houve significativa produção agrícola e pecuária, o que possibilitou o surgimento de várias indústrias diretamente ligadas ao setor, especialmente a moageira, a de máquinas e implementos agrícolas e a frigorífica.<sup>335</sup>

Nesse sentido, dados de 1950, mostram que a indústria ganhava espaço na economia de Joaçaba. Salienta Silva que havia, no município, 51 serrarias, 46 moinhos de trigo e milho, 14 ferrarias, 5 descascadores de arroz, 8 soques de erva-mate, 2 fábricas de banha, 7 de bebidas, 2 de pasta mecânica, uma de celulose, 2 curtumes, entre outras.<sup>336</sup>

---

<sup>333</sup> Ibidem

<sup>334</sup> As práticas da modernização, que se expandiram na segunda metade do século XX, prometiam ser altamente vantajosas, mas, para o caso da agricultura familiar, mesmo parecendo uma contradição, tais tecnologias a tornaram numa atividade menos autônoma e de pouca rentabilidade, levando tal modelo a uma acentuada crise no transcurso dos anos 1960-70. Essa questão, porém, foge aos propósitos dessa pesquisa.

<sup>335</sup> Os dados sistematizados por Bilíbio sobre o transporte ferroviário pela E. F. São Paulo-Rio Grande, nas décadas de 1950-1960, mostram que a exportação de cereais, madeiras e volumes, mais que duplicou, ao passo que o transporte de animais foi diminuindo, possivelmente em função de sua industrialização na região. BILÍBIO, Rogério Augusto. **Joaçaba e a perda da condição de “Capital do Oeste catarinense”**: a apreensão de representantes do Grupo Dirigente. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 40. (Dissertação História).

<sup>336</sup> SILVA, Zedard P. da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Laemert, 1950, p. 161. Essa euforia também foi expressa pela construção do Aeroporto, do estádio municipal e do novo prédio da prefeitura.

Os dados demonstram que se tratava de uma indústria ligada ao extrativismo e à produção agro-pecuária, atividades praticadas pela agricultura familiar.

Sobre a indústria moageira, um empresário de Joaçaba atribuiu sua marcante presença à possibilidade de transporte ferroviário, por facilitar o escoamento da produção. Isso teria favorecido a instalação dos moinhos, o que atraía a produção da matéria prima regional, visto que no município havia apenas pequenos produtores nas proximidades da via férrea. A significativa industrialização de trigo fez com que, em 1954, Joaçaba fosse a sede da “5ª Festa Nacional” desse cereal.<sup>337</sup>

Diante da crescente atividade agrícola, a indústria de máquinas, motores e implementos agrícolas obteve destaque, cabendo mencionar a fabricação de trilhadeiras para cereais, impulsionada, principalmente, pelas firmas Francisco Lindner e Caetano Branco e pelo avanço da colonização. Bilibio sistematiza dados da empresa Caetano Branco, evidenciando que a produção se acentuava de forma significativa nas décadas de 1940 e 1950, atingindo aproximadamente 800 unidades ano, no transcurso da década seguinte.<sup>338</sup>

Tratava-se de uma indústria condicionada pela agricultura familiar praticada na região, que produzia ferramentas, máquinas e implementos agrícolas. Essa interdependência também pode ser observada em relação à indústria frigorífica e às inúmeras casas de comércio.

Uma matéria do jornal O Tempo, de Concórdia, que trata do aparecimento das “grandes indústrias” na cidade, afirmava que com elas estava surgindo uma nova fase para o município, na qual “as indústrias começavam a consumir a matéria-prima que brotava das terras e que era labor cotidiano do colono”.<sup>339</sup>

Em geral, o avanço do processo de colonização relacionou-se à expansão do modelo de agricultura familiar difundido pelas companhias colonizadoras, o qual era visto como um meio eficiente para “expandir a civilização” e de “difundir o progresso”. Essa difusão consolidou a apropriação privada da terra e estabeleceu uma hierarquia social, em que predominou uma classe de pequenos proprietários, em áreas afastadas dos latifúndios, sendo a maioria composta por migrantes polacos, teutos e ítalos. Isso também significava a “superação do sertão” e o avanço de uma nova organização sociocultural, tão desejada pelas autoridades estaduais, ao longo da primeira metade do século XX.<sup>340</sup>

<sup>337</sup> ZAGO, H. Apud. BILIBIO, R. A. Op. Cit. p. 42.

<sup>338</sup> Cf. BILIBIO, R. A. Op. Cit. p. 38.

<sup>339</sup> Cf. Aniversário de Concórdia. **O Tempo**. Concórdia, 31/07/49, p. 6.

<sup>340</sup> Em análise recente sobre os Municípios com maior índice de desenvolvimento humano do País, Veiga mostra como os pequenos municípios ligados à agricultura familiar se encontram em vantagem sobre os outros. Aponta justamente as áreas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destacando que esses municípios, desconhecidos e rurais, ocupam metade das cinquenta melhores colocações no país. VEIGA, José Eli da.

### 3.3 - Reorganização sociocultural e civilização

#### 3.3.1 - Um povo dócil, ordeiro e trabalhador

O contexto que envolveu o processo de colonização de Cruzeiro foi fértil em discussões acerca de quais eram as pessoas ou grupos considerados ideais e desejáveis para esse fim e quais não possuíam tais credenciais.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, afirma Ramos que diante da imagem negativa do Brasil e de seus trabalhadores, a diplomacia brasileira se esforçava para positivá-la, em especial na Europa. Com isso objetivava atrair imigrantes, supostamente mais aptos ao regime de trabalho livre do que o trabalhador nacional. Nesse contexto, categorias foram mobilizadas tanto por intelectuais e políticos brasileiros, quanto pelos próprios imigrantes, para classificar essas populações nos processos de luta simbólica. Afirmar que alguém seria desejável ou indesejável não se tratava de algo dado, mas dependia de uma negociação simbólica.<sup>341</sup>

Ao longo do processo de colonização, essas representações foram tramadas na disputa entre os diferentes grupos. No caso de Cruzeiro, foi evidenciada de diversas formas, mas em geral classificava os que eram vistos como carentes de base étnica e os que se adequavam ao projeto difundido pelas companhias colonizadoras. Uma “base étnica de qualidade” deveria se tornar hegemônica para que esse espaço pudesse trilhar o caminho da modernização e do progresso, coisas que, ao menos parte da intelectualidade, estava descrente quanto à possibilidade de sua obtenção. Diante disso, aqueles que não se adequassem aos propósitos da expansão capitalista na região eram desclassificados e, independente da razão, suas ações condenadas.

Esse aspecto é evidenciado pelo depoimento de Fontana, referindo-se aos primeiros anos da colonização de Cruzeiro. Como migrante, deixou a família no Rio Grande do Sul e, sua presença na região, inquietava a mãe:

Minha mãe vivia preocupada comigo, estava sempre me escrevendo: ‘Meu filho, venha embora daí, as notícias que temos desse lugar são muito ruins, é perigoso ficar ai no meio dessa gente’. Eu lhe respondia: ‘Mamãe, eu não me

---

**Cidades Imaginárias:** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Capinas: Editores Associados, 2002, p. 121. Ribeiro faz reflexão parecida ao analisar diferentes situações da realidade brasileira e aponta dados favoráveis ao modelo desenvolvido nas áreas de colonização. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: companhia das Letras, 2004.

<sup>341</sup> Cf. RAMOS, Jair de S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigrações na década de 20. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade.** FIOCRUZ, 2000, p. 59 e 62.



envolvo com política nem com coisa nenhuma, sou apenas um trabalhador. Não se preocupe'. Realmente era uma zona infestada de maus elementos [...]. Eu mesmo passei a andar armado, e uma vez estive bem próximo do faroeste catarinense: era, na verdade, um quadro atemorizante.<sup>342</sup>

Em relação a tais situações, salienta Ribeiro, havia uma “psicologia étnica” que diferenciava os grupos. Ela era evidenciada sempre que as investidas de civilização chegavam ao “sertão inculto”, pois lá encontravam a resistência de um “paredão selvagem”. Sobre essa diferenciação entre os grupos acrescenta o autor que:

A raça não possui apenas formas e tipos exteriores, possui igualmente uma alma comum formada de lentas aquisições, alma da espécie e da família que antecede todos os momentos da personalidade. É essa alma antiga a responsável pelos mitos, pela religião, pela linguagem, pelo direito e, enfim, por todas as criações primitivas. [...] Não é menos certo que se trava uma luta entre as idéias do sertanejo, cuja psicologia étnica representa uma fase diferente, retrógrada, e às vezes incompatível com a dos conquistadores. [...] Todas as sociedades em formação, enquanto não alcançarem equilíbrio e homogeneidade, contêm em si perigos explosivos. O grande cuidado, o máximo cuidado dos civilizadores deve ser o de apagar essas diferenciações mortais entre homens que respiram sob o mesmo céu.<sup>343</sup>

A percepção de Breves, sobre “o antigo caboclo” é emblemática para mostrar como esse entendimento era corrente também na região. Do caboclo, dizia que seu sistema de trabalho era o mais absurdo e atrasado, não conhecia o uso da antiqüíssima ferramenta chamada enxada, fazia suas roças apenas com foice, machado e fogo e não as capinava. Deixava para que a terra virgem e forte fizesse crescer o milho e o feijão mais depressa que mato. Ia, até que a nova derrubada se transformasse em capoeira, para não usar enxada, pois achava ser esta ferramenta própria só para a mulher. Retirando-se certas ferramentas, o vestuário e os utensílios, sua vida se assemelharia à dos índios, como foram encontrados por ocasião do descobrimento. Fazia roças a légua de distância para não ter que cercar os animais. Sua moradia era uma desolação; em torno, nem um pé de milho, de couve e nem uma árvore frutífera. Dificilmente adquiria terras, mesmo que as prestações fossem módicas, deixando logo evidente que, em geral, não pensava em ser proprietário, o ideal seria continuar como intruso. Isso lhe trazia vantagens como o não pagamento de impostos, as construções provisórias, que lhe permitia mudar-se quando quisesse, coisa muito do seu gosto. E acrescenta que, “de gente assim não se poderia esperar que vissem com bons olhos a vinda

<sup>342</sup> FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 54.

<sup>343</sup> RIBEIRO, J. Apud. DE LUCA, T. R. Op. Cit. p. 161 e 176.

dos colonos, gente de mentalidade completamente diferente”. Além disso, ao município e ao Estado, “essa situação não podia interessar, porque o caboclo nada produzia”.<sup>344</sup>

A preocupação com uma migração dirigida a grupos que se adequassem aos padrões almeçados pelo poder público, constata-se também nas palavras de Boiteux, em 1931, pelas quais se percebe quem era considerado ideal para a colonização. Afirma o autor que:

Influenciados pela constante corrente migratória que procede do Rio Grande do Sul, - e os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no vizinho Estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho levando aqueles rincões, até há pouco incultos e abandonados, a prosperidade e a riqueza, - os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso.<sup>345</sup>

Concomitante ao processo de desqualificação desses grupos, construía-se o de invisibilidade, situação que é facilmente percebida pela memória oral. Frequentemente se ouve em relação ao início do processo que “no começo era só eles”, mas depois “foram se mandando pra frente”; “hoje, os poucos que têm, já são muito civilizados”.

Esse juízo é semelhante à imagem do caboclo traçada por Breves, em meados do século passado. O autor acrescenta àquela descrição que, em pouco tempo, ele passou a ser “minoría ínfima” e seus antigos costumes iam desaparecendo “para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outros”.<sup>346</sup>

Essa imagem foi urdida ao longo da colonização, de diversas formas, sendo a imprensa escrita um dos seus meios de divulgação. Numa das matérias, que se referiu à necessidade de expandir a lavoura de forma adequada, um articulista do *Jornal Cruzeiro*, fazia a seguinte reflexão:

Quem viaja pela Estrada de Ferro que corre na margem esquerda do rio, fica estranhando: encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha férrea. Qualquer estrangeiro que viajar nesta zona tem que pensar: ‘Si a margem da via férrea há viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distância de 20 a 30 quilômetros de linha?’ Naturalmente a opinião do tal estrangeiro não será muito favorável a nosso respeito: ele pode escrever a seu país que somos uma nação que apenas nas cidades dá mostras de gente civilizada.<sup>347</sup>

---

<sup>344</sup> BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985. Cf. p. 9, 21, 22 e 32.

<sup>345</sup> BOITEUX, José Arthur. Apud. NODARI, E. S. Op. Cit. p. 41.

<sup>346</sup> BREVES, W. S. Op. Cit. p. 9.

<sup>347</sup> *Jornal Cruzeiro*. *Cruzeiro*, 11/03/34, p. 5.

Nessa perspectiva, alguns anos após, o jornal *Voz d'Oeste*, apresentava outra reflexão comentando uma matéria publicada em 1939, por um jornal inglês, sobre o estado de Santa Catarina. O articulista registrou sua discordância e indignação com o teor da reportagem, pois apareceram apenas aspectos negativos, o que não corresponderia à realidade. Ao se referir a um mapa que apresentava “índios coroados” à margem da linha férrea, nos municípios de Cruzeiro e Chapecó, afirma:

Ora, em realidade os índios que ainda possuímos são em quantidade tão diminuta que não merecem mais figurar em nenhuma carta geográfica de qualquer estado do Brasil. Além disso, essa designação sempre faz pressupor uma terra semi-selvagem, com enormes florestas indevassáveis, feras, etc.<sup>348</sup>

Índio seria sinônimo de terra semi-selvagem e, nesse período, boa parte daquilo que eram as “florestas indevassáveis” já não existia. Da mesma forma se podia falar das terras, pois estavam identificadas e registradas em “cartas geográficas” e possuíam a indicação dos proprietários e, também seus habitantes, não mais se encontravam na condição de “selvagens”, mas de “civilizados”, de gente ordeira e trabalhadora empenhada na construção da grandeza da pátria.

Assim, aquele passado não serviria de referência para analisar o presente e construir o futuro. Pires, no início dos anos 1940, optou por minimizar a presença desses grupos e situá-la num passado distante. Afirma que no município de Concórdia não havia tribos indígenas e perdurava apenas a tradição de terem existido em tempos remotos. “Remonta de muitíssimos anos, o desaparecimento dos últimos indígenas, não se podendo fixar nem mesmo aproximadamente tal época.” De forma análoga, refere-se aos negros afirmando “não haver um número apreciável”. Em função disso deixava de tecer comentários sobre seus costumes, usos e modos, pois para isso necessitaria “recorrer a fontes históricas também bastante remotas.” Nada constaria nos arquivos do município que houvesse, embora em tempos longínquos, contribuição do negro no devassamento de seu território.<sup>349</sup>

A reconstrução do espaço em Cruzeiro, dirigida pelas companhias colonizadoras, resultou num novo quadro sociocultural e econômico. A mercantilização da terra atraiu os colonizadores, com o intuito principal de praticar a agricultura. Em relação a isso, como se difundia nas representações da época, tais pessoas promoveriam o avanço da civilização, como se constata no relato:

<sup>348</sup> Jornal *Voz d'Oeste*, Cruzeiro, Ano I, n. 55, 9/8/39, p. 1.

<sup>349</sup> PIRES, Estivalet, em 1941 era secretário da Prefeitura de Concórdia e produziu uma monografia sobre o município. Apud. SILVA, Z. P. Op. Cit. p. 274-275.

Havia uma estreita relação entre o conceito de civilização e o ingresso de uma região nesse universo pelo trabalho dos colonos teutos e ítalos. Quem fizer essa travessia até as margens do Uruguai verificará florescentes povoações por toda parte, que já estão contribuindo poderosamente para o desenvolvimento econômico do Estado, fontes extraordinárias de energia ao serviço do progresso catarinense. [...] Uma verdadeira surpresa experimentará, pois, quem detiver conhecimento do estado atual daquelas paragens hoje conquistadas à civilização pelo ingresso de fortes núcleos coloniais colaborando na grande obra do povoamento nacional.<sup>350</sup>

A forma de ocupação do espaço pelos colonos era apontada por empresários e autoridades, de forma evidente, como o melhor caminho para superar a condição “de puro mato”, “de abandono” ou “de sertão”. Por isso, o avanço da migração representaria o estabelecimento de um “povo ordeiro e trabalhador”, que superaria a antiga condição de atraso e barbárie.

Mesmo no contexto da Primeira Guerra, quando a presença de estrangeiros era questionada, o Governo catarinense afirmava “não ter nada a recear das populações aqui domiciliadas”, assim como os seus descendentes, por se tratar de “gente ordeira e voltada exclusivamente ao trabalho”.<sup>351</sup> Os que duvidavam de sua importância seriam patrocinados por um “patriotismo arruaceiro”. Haveria apenas inconvenientes a serem resolvidos, como os acontecimentos do Contestado, onde a população estaria entregue a si mesma, o que tornava urgente a instalação de autoridades com prestígio para fazer surgir “um regime de ordem, de civilização, de segurança e de justiça”. Afirmava-se que a população dessa região não seria simpática ao movimento e “as classes laboriosas anseiam por um regime de paz e de ordem que lhes garanta a propriedade e o trabalho”. Isso se demonstrava por não haver à frente do movimento nenhum “nome de tradição”, mas se tratava apenas de “indivíduos sem imputabilidade moral, como intuito de devastar e saquear as propriedades de populações laboriosas e pacíficas”.<sup>352</sup> Tanto numa quanto noutra situação, evidencia-se o interesse em estabelecer determinado tipo de organização sociocultural, que dependendo do “nome” do indivíduo, seria ou não identificado com os propósitos desejados, da ordem e do trabalho.

Nessa perspectiva, ao assumir o governo, em 1919, Hercílio Luz descreve a situação do município de Cruzeiro como a que causava as “maiores e justificadas apreensões”, por

<sup>350</sup> M. V. Apud. NODARI, E. S. Op. Cit. p. 97. M. V. foi autor de várias reportagens sobre o Oeste catarinense publicadas no Jornal República, Florianópolis, 1932.

<sup>351</sup> GOVSC-Mens. 1917, p. 7-9. Acrescenta-se que o futuro poderia ser construído pelo “caldeamento de raças”, como nas nações novas e fortes. Mas, para isso, teria de se obedecer “à elaboração lenta de todos os processos históricos.” Mesmo que os primeiros colonos fossem ligados à mãe pátria, sentiam grande amor à terra adotiva e eram “denodados trabalhadores que deram à nossa civilização e à nossa riqueza essas preciosidades”, que são as principais cidades do Estado. Também, em várias situações aparece o exemplo dos Estados Unidos, como experiência de imigração a ser copiada.

<sup>352</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1917, p. 16, 23 e 62.

circular na região “os mais desencontrados e aterradores boatos” levando a crer que se avizinhava um levante de “elementos perniciosos”. Diante da situação teria ordenado e orientado a chefia da força pública, para dispersar a organização desses elementos. Conclui o relato afirmando que:

Sem derramamento de sangue esse desideratum foi atingido, calando no espírito do sertanejo as palavras de paz e de incitamento ao trabalho pacífico, dentro da lei e da ordem. Convém, porém, não descuidar do policiamento da região que abrange os municípios de Cruzeiro e Chapecó, de modo a permitir que a população ordeira vá afastando, insensivelmente, com o tempo, os aventureiros que do banditismo fazem praça e de assassinio fazem profissão.<sup>353</sup>

A descrição do governador reflete o pensamento difundido sobre a necessidade de fazer avançar a “população ordeira”. Somente com o aumento desta se superaria a antiga situação social e se melhoraria a “condição moral do povo”. Isso justificaria o propósito do governo de ordenar suas ações para que resultassem num “povo pacífico, ordeiro, dócil e trabalhador”.

No transcurso das primeiras décadas do século XX, esse entendimento era corrente nas referências que se faziam ao município de Cruzeiro. Nas Mensagens executivas, em especial, evidenciava-se quais eram “os grupos temidos”<sup>354</sup> e os considerados imprescindíveis para a organização social em construção, nas terras recém incorporadas ao Estado. Em geral, idealizava-se o migrante, seu modo de trabalhar, de produzir, de se comportar e sua maneira progressista de pensar o futuro. Tais valores seriam necessários também para que outros grupos se tornassem “povo ordeiro e trabalhador”.

No município de Cruzeiro e em toda a região, as representações relacionadas à incivilidade ganharam evidência com a guerra do Contestado. Na descrição do presidente do Congresso catarinense, em 1915, tratava-se de um “sertão difícil de controlar, escassamente povoado e quase por inteiro despolicado”. Nele se levantaram contra as autoridades todos os

---

<sup>353</sup> GOVSC-Mens. 1919, p. 36. O Levante seria dirigido por José Fabrício das Neves. Bastos, ao recuperar aspectos da história militar catarinense, destaca episódios envolvendo trabalhadores da firma H. Hacker & Cia., em Capinzal, os quais foram “impedidos brutalmente de continuar seus serviços por indivíduos armados” e que toda a zona colonial do Rio do Peixe estava alarmada pela ação desses “fanáticos, chefiado por dois monges”. Além disso, obrigariam os moradores do sertão a lhes entregar suas armas e gado e fazendo recrutamentos forçados de homens. Em Herval também teriam semeado o “pânico nas populações do interior”, Mas que graças a atuação policial “essa gente foi rechaçada” e reintegrado em pouco tempo “o domínio da ordem”. Cf. BASTOS Jr., E. José de. **Polícia Militar: um pouco de história e algumas histórias**. Florianópolis: IOESC, 1985, p. 48-49.

<sup>354</sup> Sobre os povos indígenas, por exemplo, justificava-se a criação e atuação do SPI, pois seriam frequentes os assaltos dos índios aos moradores das proximidades das matas. Portanto, acertada a providência de aldeamentos, “em regime que não permitisse essas perigosas incursões que colocavam em risco a vida dos lavradores e habituavam ao crime e a vadiagem os índios, que uma imperfeita civilização tornou mais perigosos, porque sem dominar os seus maus instintos, aperfeiçoou-lhe a astúcia e deu-lhes meios de ação mais temíveis.” Cf. GOVSC-Mens. 1911, p. 38.

“maus elementos” que ali estavam, escapando da ação da justiça, por delitos cometidos nos três Estados do sul, ou pela sua “índole aventureira e belicosa”. Em decorrência disso, o exército precisou lutar contra um “inimigo audaz e traiçoeiro”. Mesmo assim, os soldados “arrasaram quase todos os redutos do banditismo”. Lamentava-se apenas a perda de oficiais e praças, “gente que deu o sangue e a vida em defesa da ordem e das instituições”, o que dava força para a polícia continuar a campanha “contra o banditismo”.<sup>355</sup>

As precauções dos governantes contra “os indesejáveis” ficam evidentes nas Mensagens do executivo catarinense, no transcurso da década de 1920. Numa se destaca que, por um acordo com o Ministro da Guerra, forças federais foram enviadas a diversos pontos do Ex-contestado, objetivando conter o ímpeto dos “grupos bandidos, sufocar o movimento perturbador e garantir a ordem, tranqüilidade pública e o máximo respeito às autoridades constituídas”. Acrescentava-se, ainda, a necessidade urgente de guarnecer a região próxima à ferrovia,

De maneira que as populações que, em tão rica parte do Estado se entregam ao trabalho, sintam que o poder público lhes garante a propriedade e a vida, para que prosperem em um ambiente de ordem, de paz e de justiça. O Governo tem o empenho sincero de garantir o exercício de todos os direitos e de todas as atividades boas, esperando dos seus jurisdicionados correspondência leal a esses intuitos, para que não se quebre a disciplina social, que é a razão de ser de todas as civilizações organizadas e prósperas.<sup>356</sup>

Aquelas pessoas ou grupos que não se adequavam à disciplina social imaginada pelas autoridades eram, constantemente, colocados como empecilho a ser superado. Por isso se afirmava que “a par das cautelas de ordem social, tendentes a assegurar a cooperação de trabalhadores ordeiros”, o governo entendia que com seu aumento se aproveitaria em grande escala as terras e se daria “o desbravamento do nosso sertão”.<sup>357</sup>

---

<sup>355</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1915, p. 5-10. Acrescentava-se que a questão agrária era complicadíssima, pelas dificuldades decorrentes da execução do acordo, pela falta de estradas, de escolas e de garantias, o que retardaria, por alguns anos, “o desenvolvimento completo e natural”, mesmo sendo a região “prodigiosamente feraz, onde intensas riquezas ansiosamente aguardam o contingente-homem”. Os congressistas não deveriam ficar impassíveis ante esses inúmeros problemas, para que a região fosse integralmente aproveitada. Nessa mesma perspectiva a região é descrita em várias outras oportunidades, como na Mensagem de 1921, em que, ao abordar a Ordem Pública, afirma-se não ter havido nenhuma alteração grave no Estado, “a não ser o movimento de bandoleiros ocorrido nos sertões do município de Cruzeiro”, questão longamente descrita.

<sup>356</sup> GOVSC-Mens. 1922, p. 25-26 e 1925, p. 16. Ver também SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Vozes, 1934, em especial as partes que se referem a atuação na região e os relatos de Frei Rogério sobre os “fanáticos” e SILVA, J. W. **Oeste catarinense: memórias de um pioneiro**. Florianópolis: Edição do Autor, 1987.

<sup>357</sup> GOVSC-Mens. 1920, p. 46-48. Sugeria-se o ingresso de “trabalhadores italianos, escolhidos e acostumados ao amanhã do solo”. Em relação a quem seria ou não desejável, encontra-se na Mensagem de 1922 (p. 50) que uma sociedade alemã propunha-se a introduzir, no Estado, “famílias de colonos católicos e agricultores de profissão”. O pedido foi remetido à União, pois, entendia-se que tais imigrantes seriam “ótimos elementos de

Quando se faziam referências ao atraso, ao assassinio, ao saque, à violência, à desordem entre outros, eram relacionadas ao modo de ser e trabalhar de caboclos e indígenas e são colocadas como balizadoras das fronteiras étnicas. Raramente são percebidas como formas de reação desses grupos, à perda do controle sobre as terras.

Nessa perspectiva afirmam Elias e Scotson, a utilização dos adjetivos “étnico” ou “racial”, é sintomática de um “ato ideológico de evitação”, pois quando são empregados se chama atenção apenas a um aspecto periférico dessas relações, como a cor da pele, enquanto se desviam os olhos daquilo que é central, ou seja, os diferenciais de poder e a exclusão dos grupos menos poderosos.<sup>358</sup>

No contexto da apropriação privada da terra em Cruzeiro, essa situação é facilmente percebida, quando alguns grupos são favorecidos em detrimento de outros, que são descaracterizados e desclassificados. Essa trama de imagens é construída e difundida como alegação da necessidade de superar o que representava o passado de atraso e de defender o que significava o novo, no caso a propagação de um povo trabalhador para construir um futuro progressista e de ordem. Isso se expressava de várias formas, como na Mensagem de Adolfo Konder, ao se referir à necessidade de construção de uma estrada, que ligasse a ferrovia ao Extremo-Oeste. Argumentava que ela se justificava:

Pelos seus efeitos de penetração civilizadora, [...] e por prestar um grande serviço ao progresso daquele ubérrimo rincão catarinense, não somente porque será a grande via por onde a civilização ira levar a cultura, o conforto e a felicidade àquelas populações, que vão ser muito aumentadas pelo advento de elementos de imigração, atraídos pelas suas riquezas, como ainda será um fator precioso de ordem pública e de defesa nacional.<sup>359</sup>

O governador também demonstrava sua convicção, “de claro e justificável otimismo” em relação ao futuro das novas terras, pelo que observou na viagem ao Oeste, em 1929. Apesar de perceber dificuldades a serem superadas nessa região, destacava perspectivas econômicas promissoras, pois “nos ambientes de tranqüilidade” estavam aumentando as atividades produtivas, empenhadas no “nobilíssimo propósito de promover o engrandecimento e crescente prosperidade do Estado e o maior prestígio do Brasil”. E esta visão se justificaria, por estar se construindo uma realidade em que:

---

ordem e trabalho e, sem dúvida, muito convenientes ao desenvolvimento da nossa vida agrícola”. Também foram constantes as situações narradas em relação à violência, desordem e instabilidade social, como em GOVSC-Mens. 1930, p. 45, onde, sobre Cruzeiro e Chapecó se diz que era mais acentuada a efervescência de ânimos e os elementos subversivos praticavam atentados contra a vida e a propriedade. A isso “o governo respondeu com um forte contingente policial, que levou a tranqüilidade àquelas regiões”.

<sup>358</sup> ELIAS, Norbert, SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 32.

<sup>359</sup> GOVSC-Mens. 1928, p. 47-48-49. Sobre a Ordem Pública, ver, por exemplo, a Mensagem de 1926, p. 17.

Enxameia, nas canseiras do trabalho honesto, uma população ordeira e ativa, fixada sobre a terra de bíblica feracidade. É uma civilização que surge, vitoriosa, palpitante de vida e de promessas cheias. Ali reside, por certo, a melhor garantia do nosso futuro, a fiança mais sólida do nosso porvir.<sup>360</sup>

Em geral, nas representações sobre o processo em curso, implícita ou explicitamente os migrantes eram idealizados para a colonização, considerados bons trabalhadores e preocupados com o futuro de suas famílias. De forma semelhante, colocava-se a atuação das companhias colonizadoras, confrontando-se a situação dos espaços colonizados com os que ainda estavam na condição de “sertão”.

A implantação da nova realidade social em Cruzeiro, baseada no lema “trabalho, ordem e progresso”, liga-se diretamente ao processo de apropriação privada da terra. Esse interferiu diretamente na maneira de ser e de se organizar dos grupos que historicamente ocuparam esse espaço. A nova realidade não ocorreu de forma tranqüila, colocou em disputa diferentes grupos de interesse e utilizou artimanhas que favoreceram determinados grupos. Como nos relatou um empresário da colonização, o uso desses mecanismos seria corriqueiro. Ele próprio, como tinha amigos que já atuavam no ramo, teria “aprendido com eles como faziam”. No entanto acrescenta que, em meados do século XX, quando passou a atuar, já estava “tudo pacífico”.<sup>361</sup>

Como se evidenciou, nem tudo era pacífico, pois, pode-se dizer que o processo de exclusão dos considerados indesejáveis, até os dias atuais não foi superado e se manifesta de diferentes formas. Essas tensões entre os grupos, como defendem Elias e Scotson, podem manter-se latentes, sob a forma de conflitos contínuos, o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos *outsiders* ou a diferença de poder entre os grupos é muito grande.<sup>362</sup>

As representações ligadas à necessidade de atrair grupos pacíficos e ordeiros serviram como alegação para o avanço do processo de apropriação privada da terra. Entre os migrantes ouve-se com frequência, a respeito dos caboclos, que “muitos não eram de briga” ou “eram gente boa”. Mas, para se inserir nesse processo, isso não bastava, era preciso também que fossem trabalhadores e proprietários de terras. Por não serem vistos como

---

<sup>360</sup> GOVSC-Mens. 1929, p. 11, 12 e 56.

<sup>361</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

<sup>362</sup> ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Op. Cit.* p, 32. Para os autores esse seria o caso ocorrido com os ameríndios de alguns países latino-americanos.



peças que se enquadrassem nesse projeto, também não interessavam às companhias colonizadoras, bem como “ao município e ao Estado”, como se referiu Breves.<sup>363</sup>

### 3.3.2 - Trabalho e progresso

E quando por efeito da conquista permanente da civilização, desaparecerem daquelas longínquas paragens elementos que o fanatismo outrora criou, teremos em toda a extensão do nosso território a calma que só o trabalho produz, garantindo assim todos os direitos, levando a prosperidade a todos os recantos.<sup>364</sup>

A necessidade de aumentar a população, com “elementos de trabalho” para fazer avançar a “civilização e o progresso”, foi uma idéia amplamente difundida no processo de colonização de Cruzeiro. Somente com a vasta “difusão do trabalho” se daria a “conquista permanente da civilização” desse espaço, considerado atrasado, inculto e incivilizado.

Reportando-se ao início do século XX, Chauí destaca que, quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas. “Progresso” teria sido o nome dado à expansão econômica para a produção de excedentes dirigida ao consumo das classes abastadas.<sup>365</sup>

No transcurso do processo de colonização, entendia-se que o modelo difundido pelas colonizadoras, centrado na pequena propriedade de agricultura familiar, seria a forma mais indicada de atrair os “elementos de trabalho” e promover o “avanço das atividades agrárias e extrativas”, o que significava desenvolver a produção voltada ao mercado interno. Por isso, em diversas situações, governantes elogiavam seu trabalho destacando a construção de estradas e o crescimento da atividade agrícola.

Nesse sentido, o memorial da Sociedade de Colonizadores, do início da década de 1930, argumentava que seu trabalho vinha se fazendo na perspectiva da “civilização de uma zona, ainda há poucos anos inóspita e infestada por toda a sorte de bandoleiros”. Mas, com o avanço da atividade de venda dos lotes e atração de migrantes, estaria crescendo na região do ex-Contestado “uma população laboriosa progressista e ordeira”.<sup>366</sup>

<sup>363</sup> Afirma De Marco: “no Caraguatá, ai pra baixo, só dava caboclada [...] tinha região que tinha caboclada ruim, mas nossos caboclos ai eram gente mansa, a maioria trabalhava de peão, um numa casa outro noutra e dificilmente dava briga. Quem possuía terra ai no Caraguatá eram os Cardoso, que até hoje são que nem gente muito civilizada. Entrevista com Victo De Marco. Joaçaba, 24/05/94. A/A.

<sup>364</sup> GOVSC-Mens. 1920, p. 30-31.

<sup>365</sup> CHAIU, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária** São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.34-5.

<sup>366</sup> MEM-SUC, p. 12.

Isso é evidenciado por Attilio Fontana, referindo-se as dificuldades por ele enfrentadas e da sua expectativa de vencer na região, pelo próprio trabalho. Apesar da “situação dramática” em que vivia, afirmava não ter o que temer:

Íamos ganhando o nosso dinheiro suado, mais possuíamos um rendimento satisfatório, éramos econômicos e não tínhamos nenhuma espécie de vícios. Se por um lado, não era recomendável morar-se ali, por outro sentíamo-nos estimulados a desenvolver cada vez mais as nossas atividades numa região de economia tão promissora como aquela.<sup>367</sup>

As representações construídas em torno da idéia de vencer pelo trabalho foram bastante difundidas no contexto da colonização. “O que fizeste na vida? Trabalhei...” essa frase inscrita no monumento a Attilio Fontana, localizado em frente ao Memorial, que também leva o seu nome, em Concórdia, resume essa situação. Considerando o legado de Fontana e a simbologia que o seu nome carrega no município e região, essa idéia não apenas simboliza o pensamento da época, como também o cristaliza. Ver Figura n. 7.<sup>368</sup>

**Figura n. 7 - Monumento Attilio Fontana**



**Fonte:** Foto do autor.

<sup>367</sup> FONTANA, Attilio. Op. Cit. p. 61.

<sup>368</sup> Acrescente-se que o município de Concórdia é conhecido como a “capital do trabalho”.

A difusão da idéia de que quem fosse “possuidor do espírito do trabalho”, poderia facilmente vencer, também era disseminada pelos empresários da colonização. Esse mito já se encontrava propagado nas antigas colônias e difundir-lo nas novas terras era o caminho para superar sua imagem de abandono e indolência. Por isso o trabalho dos “pioneiros” e a expectativa de futuro progressista, eram usados para positivar as áreas em processo de colonização. A divulgação de que nelas havia escolas, igrejas e que as comunidades contavam com boa infra-estrutura, servia para mostrar que os “elementos do fanatismo” eram coisas do passado. Essa situação é evidenciada na propaganda da Empresa H. Hacker & Cia., em março de 1917, que buscava minimizar o efeito provocado pela Guerra do Contestado, afirmando que se tratava de uma mera invenção: “Nos jornais se fala muito de uma insurreição no Paraná, isso, porém não é verdade, foi uma mera invenção”.<sup>369</sup>

Também se destaca a manifestação de um migrante que escreveu a um jornal se contrapondo às opiniões negativas veiculadas sobre a região. Preocupou-se em mostrar a normalidade vivida pelos migrantes, bem como que não haveria problemas a quem pretendesse migrar. Referia-se aos “fanáticos” como “uma recordação”, pois o governo de Santa Catarina “os varreu como as mulheres varrem o pátio”. Além disso, nessas terras ninguém morreria de fome, pois a criação de animais e a produção agrícola garantiam mesa farta e perspectivas positivas de futuro a todos, porque “o nosso braço forte e industrioso reduzirá as imensas selvas de Capinzal às justas proporções.”<sup>370</sup>

Essa percepção mostra como a idéia difundida pelas companhias colonizadoras, de que “os colonos preocupados com seu futuro”, não deveriam se deixar levar pelo medo e sim, acreditar e buscar a realização dos seus sonhos, mostrou-se verdadeira. Ela revestia o ato de migrar de uma simbologia ligada à possibilidade de construção de um novo mundo. A conquista da propriedade, o domínio e uso da natureza, representada pela limpeza do terreno, pela industrialização da madeira, pelo cultivo da lavoura, pelas construções de casas e armazéns, entre outros, simbolizava a expansão do “progresso” e da “civilização” através do “braço forte e industrioso” do migrante.

---

<sup>369</sup> *Nei giornali si parla molto di una sollevazione nel Paraná, ciò però non è punto vero, fu una mera invenzione. Il Colono.* Garibaldi, 31 de maio de 1917, p. 3. (Tradução do autor). Refere-se ao Paraná, mas o anúncio é de terras catarinenses, no município de Cruzeiro. Sobre a Guerra do Contestado, se por um lado ela promoveu uma “limpeza” dos indesejados que resistiam à expansão da propriedade privada, por outro, é obvio que o conflito criava um quadro pouco atrativo a quem pretendesse migrar para a região. Como declara Piccoli, referindo-se ao que teria ocorrido com a empresa da família, “a guerra havia arrefecido o entusiasmo que a propaganda da colonização despertara nas colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.” Por isso, só “após a pacificação” houve a exploração pela instalação de colônias ao longo da via férrea. PICCOLI, Ivo A. Cauduro. **Subsídios para a História de Tangará.** Prefeitura Municipal de Tangará. Depoimento Mimeografado.

<sup>370</sup> *Da Capinzal a Garibaldi. Staffetta Riograndense.* Garibaldi. 16/11/1921, p. 2.

Em geral, quando o governo catarinense propagava o propósito de intensificar a colonização das terras incorporadas ao Estado, também revelava quais eram os grupos mais indicados para promovê-la. Numa das ocasiões em que se justificavam os contratos de construção de estradas, com companhias colonizadoras, afirmava-se que junto a essas vias:

Já se estão localizando novos e abundantes elementos de trabalho. Deste modo se vai fazendo o aproveitamento imediato de uma grande riqueza até agora inativa, sem onerar a despesa pública com encargos impossíveis. E nesse trabalho aceita o Governo a cooperação de quantos conosco queiram colaborar na obra do engrandecimento de Santa Catarina, sem a preocupação subalterna da raça, fazendo, porém, sempre questão da qualidade e do valor moral do trabalhador, quer seja nacional ou estrangeiro.<sup>371</sup>

Mesmo que se fizessem ressalvas, geralmente a imagem positiva relacionada à “qualidade moral dos trabalhadores”, era atribuída aos brancos europeus, em especial os imigrantes alemães e italianos ou aos seus descendentes, das antigas colônias do Sul.<sup>372</sup> Imputava-se a eles atributos de trabalhadores qualificados, ordeiros e com visão progressista. Não raro se enaltecia o “sangue” desses europeus e colocavam-se outros grupos na condição de “sub-raça”. No transcurso das décadas iniciais da colonização, isso se observa numa das Mensagens ao Congresso Representativo, quando se referia à migração. Afirmava-se ser supérfluo destacar a relevância desse serviço para “apressar o povoamento de nossas terras com ótimo elemento colonizador”. Ele também impulsionaria o progresso na indústria, por ser “portador da técnica e da experiência aprendidas nas usinas do velho mundo”. Santa Catarina encontrava-se numa condição privilegiada para recebê-los, tendo em vista a imagem positiva que o Estado teria, em função das colônias aqui fundadas e que eram vistas como “prósperos centros de trabalho”.<sup>373</sup>

A constante corrente migratória de novos colonos do Rio Grande do Sul, de descendentes de italianos e alemães, seria composta de “toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho e levando àqueles rincões, até há pouco incultos e abandonados, a prosperidade e a riqueza”. Mesmo no início do processo, tal situação poderia ser observada, pois, vários desses lugares, já apresentavam “apreciáveis elementos de progresso”.<sup>374</sup>

<sup>371</sup> GOVSC-Mens. 1920, p.47.

<sup>372</sup> Até mesmo no contexto desfavorável e de tensão com tais imigrantes, provocado pela Primeira Guerra, como se descreve em GOVSC-Mens. 1919, p. 12-13.

<sup>373</sup> GOVSC-Mens. 1924, p. 37 e 58. A idéia de modernizar o Estado era evidenciada pela defesa da necessidade de distribuir, gratuitamente, sementes selecionadas aos agricultores, de melhorar a raça de gado bovino, importar reprodutores de raça, “para fazer o aperfeiçoamento do gado indígena”. Afirmava-se, com isso, que Santa Catarina já era uma entidade que “contava na economia nacional e cujo futuro encerra incalculáveis possibilidades”. Cf. GOVSC-Mens. 1919, p. 59 e 1921, p. 6.

<sup>374</sup> BOITEUX, J. A. Apud, NODARI, E. S. Op. Cit. p. 41.

Em geral, a cisão da sociedade em grupos se ligava às possibilidades de uns serem, supostamente, mais aptos do que outros, pela sua capacidade de trabalho, para promover o progresso e a civilização. As fronteiras entre os que eram idealizados ou desejáveis e os menosprezados ou indesejáveis estavam bem definidas. Saliente-se que, nessa época, isso não se tratava de simples entendimento, mas de convicção científica defendida por intelectuais, que se sentiam com a missão de sugerir aos governantes o melhor caminho para a construção da nação. Para a consolidação de um “novo padrão étnico” nas novas terras catarinenses, seria necessário remover os empecilhos que representavam o passado, para favorecer o avanço da civilização, ou, dito de outra forma, promover o branqueamento da população e a difusão do seu suposto modo de trabalhar. A percepção dessa hierarquia racial encontrava suporte nas teorias científicas embasadas no Positivismo, no Determinismo, no Evolucionismo e no Darwinismo Social.

Nesse sentido, cabe destacar a reflexão feita por Alencastro e Renaux, na análise do período final do século XIX e das décadas iniciais do seguinte. Afirmam que tanto a burocracia estatal quanto a intelectualidade, estavam preocupadas com o mapa social e cultural do país e, por isso, tentavam fazer da imigração um instrumento da “civilização”, que, na época tinha o significado de embranquecimento da sociedade. A expansão da imigração e migração de europeus era a oportunidade tão esperada de “civilizar” o universo rural, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca, situação que aparecia como um dos objetivos essenciais do Estado.<sup>375</sup>

A idéia do trabalho como “receita” para superar o passado e construir o progresso era disseminada por diversos órgãos e padrões, entre eles a imprensa. Em artigos dirigidos aos lavradores do vale do rio do Peixe, na década de 1930, produzidos por técnicos do Ministério da Agricultura, essa visão da cultura do trabalho é percebida nas orientações passadas aos colonos. Afirmava-se que “a revolução redentora, aquela que prometia trazer pastéis assados, não veio nem virá”. Tal revolução não se acharia fora dos lavradores e operários e sim estaria dentro deles; as conquistas que sonhavam só seriam conseguidas pelo trabalho:

O colono ou deixa no seu lote mata virgem ou permite que cresçam capoeiras. O primeiro modo de proceder é uma vergonha da civilização, porque exhibe-nos como gente sem cultura; o outro é ainda pior; serve de agasalho para plantas nocivas; basta que estas se multipliquem, e o Vale do Rio do Peixe nada mais vale [...] Qual é, pois o meio de dar produção 'abundante e barata' (é aspiração do governo) e conservar a terra sempre fértil e dadivosa? A receita é muito simples; aumentar o número de braços

---

<sup>375</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 293-296.

que trabalham; não tendo força em casa, ajustar "camaradas"; confiar os lotes desabitados aos "agregados" diligentes; mas em caso algum deixar mata virgem ou capoeira.<sup>376</sup>

O fragmento é emblemático no sentido de revelar a forma de como se concebia o progresso local. Deixar a mata virgem, como em geral se fizera, até então, era sinônimo de vergonha e evidência da presença de gente desqualificada. O trabalho dos colonos deveria superar tanto a “mata virgem” quanto a “capoeira”.

Várias produções historiográficas também contribuíram para a difusão de imagem nessa perspectiva, como se pode ver no fragmento.

A rigor, a região do Contestado não conhecia o desenvolvimento até a chegada da ferrovia e a instalação da Lumber. Este fato, coincidindo com a época da deflagração da Guerra do Contestado, fez com que o período de 1912-1916 se impunha como divisor da história regional. Antes um território praticamente todo inexplorado, com a dinâmica populacional do caboclo, tendo por atividades econômicas apenas a criação de gado bovino e a extração da erva-mate, além daquelas de subsistência própria. [...] O aniquilamento da oposição cabocla aos grandes interesses nacionais (tráfego de trens, extração da madeira e assentamento de imigrantes), ainda que a alto preço, trouxe os primeiros indicadores de progresso para a área, até então alheia ao estágio de desenvolvimento em que se encontravam outras regiões do país, inclusive bem próximas, como a faixa litorânea deste Estado ou em Curitiba e adjacências, no Paraná.<sup>377</sup>

Quando se reportam ao passado os migrantes lembram e destacam o aspecto do espírito de trabalho, do seu esforço para impulsionar o progresso e da difícil condição que se encontrava a região. Ao questionar uma senhora sobre o que trouxeram de diferente, em relação ao que existia, ela afirmou: “só o trabalho, acho que trouxeram, porque vieram pobres que nem aranha também, os que vieram do Rio Grande. E vieram para lugares que não tinha nada, nem estrada pra entrá”.<sup>378</sup>

O depoimento de outra senhora também é elucidativo. Após comentar que os

---

<sup>376</sup> Aos Lavradores: trabalhar e não pensar em revolução. *Jornal Cruzeiro*, 10/6/1934, p. 3 e, Aos lavradores do vale do rio do Peixe. 11/3/1934, p. 5. Sugeria-se aos agricultores buscarem o associativismo para enfrentar seus problemas. Na região, surgiram as Sociedades Agrícolas (conforme Of.PGSC/APESC, 18/09/1928), que buscavam, em associações congêneres, apoio para fomentar a cultura do trigo. A idéia dessa organização se originara da campanha iniciada pelo governado “em prol da cultura do Trigo”. Já em 1938 se anunciava a criação, no Estado, da “Associação Agrícola Brasileira 3 de Maio” (Of.PGSC/APESC, Florianópolis, jan. dez. 1938) a qual pretendia promover a organização de bibliotecas para a difusão dos conhecimentos agrários; organizar sedes sociais nas localidades abrangidas pelos pequenos agricultores, organizar exposições agrárias e estimular o amor a terra e ao campo, estimular a aquisição de maquinários agrícolas e sementes, entre outros. Nas décadas de 1940 e 1950, difundiram-se as Associações Rurais.

<sup>377</sup> THOME, Nilson. **Ciclo da madeira**: história da devastação da floresta da araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX: o caso de Caçador. Joaçaba: UNOESC (Monografia História), 1994, p. 46-47.

<sup>378</sup> Entrevista com Assunta Castagnaro Bazi. Ponte Serrada, 14/06/05. A/A.

caboclos “pouco trabalhavam, plantavam alguma coisa...” destaca que os migrantes conseguiram as coisas pelo incessante trabalho.

As minhas netas me perguntam: vó, onde a senhora passou a lua de mel? Digo: é minha lua de mel, nós de noite com um lampião de querosene ia no armazém e um ensacava o milho e o feijão e o outro costurava as bolsas (risos). Eles agora não acreditam, às vezes eu falo tudo o que eu passei, tudo o que eu trabalhei, mas eu acho que eles não acreditam.<sup>379</sup>

O entendimento da possibilidade de vencer pelo próprio trabalho era corrente, entre os migrantes. Isso ficou bem evidente em diversas correspondências enviadas por um empresário de Lacerdópolis, a parentes e ao consulado brasileiro na Itália, logo após a Segunda Guerra. Numa delas, referindo-se ao fato dos parentes terem se manifestado sobre a falta de trabalho na Itália, diz:

Vocês se lamentam de não ter trabalho, e nós aqui nos lamentamos de ter muito, e para viver aqui é muito fácil, basta trabalhar, e se consegue avançar sempre alguma coisa. Disseram-me que tinham intenção de sair daí, teria o prazer de saber aonde pretendem ir. Se quiserem vir aqui na América, tanto se quiserem trabalhar aqui comigo ou também de agricultor, terra existe à vontade, aqui sofrem os que não tem vontade de trabalhar. [...] eu acho que é melhor aqui do que lá.<sup>380</sup>

Como se observa, o viver bem e o progresso dependeriam exclusivamente da vontade de trabalhar e não necessariamente de outras condições. O migrante, descendente de italianos, manifestou-se de forma semelhante numa correspondência ao Cônsul brasileiro na Itália, em 22 de dezembro de 1947, solicitando que lhe enviasse trabalhadores:

Se pudesse mandar duas ou três famílias para trabalhar na minha indústria, porque aqui é muito difícil encontrar trabalhadores que fiquem efetivos trabalhando tempo. E como dizem que ali tem famílias que desejariam vir para o Brasil, nós os aceitaríamos com muito prazer [...] caso queiram vir mais de duas famílias, podem vir até cinco ou seis que temos lugar e serviços para dar. Faria questão que viessem porque sei que são bons trabalhadores. Creio que sejam bons trabalhadores porque são da mesma raça e da mesma família.<sup>381</sup>

<sup>379</sup> Entrevista com Iolanda Bonato. Joaçaba, 3/08/91. A/A.

<sup>380</sup> Correspondências de Luiz Dall'Oglio, de Lacerdópolis/SC, a parentes italianos, em 28 de outubro de 1946. (Tradução do autor). *Voialtri vi lamentate di non aver lavoro, e noi qui si lamentiamo di averghene tropo, e per vivere cui é molto facile, basta lavorare, e si fa sempre qualche cosa di avanso. Mi dite che avete intenzione di andare via di lá, e io avrei piacere di sapere andove andate. Se volete venire cui in América, tanto se volete lavorare qui com mé o anche lavoro di contadino, terra ce nè a volontà, cui sofrano quelli che non a voglia de lavorare. [...] io trovo che è meglio cui do che la.*

<sup>381</sup> Correspondência de Luiz Dall'Oglio, de Lacerdópolis/SC, ao Cônsul brasileiro na Itália, em 22/12/1947.

Essa percepção não se propagou e se manteve apenas pela memória dos migrantes, foi também difundida pela imprensa escrita da região, ao longo do processo. Numa dessas manifestações, perpassou a poesia, sobre o município Cruzeiro, chamado de a “Terra Florida”, como se observa no fragmento:

Sob uma natureza ardente e florida,  
 Deu-te o rio, a campina, o vale a serra  
 E tudo que em teu seio áureo se encera  
 É explosão de beleza, é força, é glória,  
 Modelo vivo de afonsa lida,  
 Dás a ilusão de um pequenino mundo,  
 Onde impera o trabalho e expande a vida,  
 E na constância de um esforço intenso,  
 Hás de vencer pelo labor fecundo,  
 Pela conquista de um futuro imenso.<sup>382</sup>

Em perspectiva semelhante, falando da política “rumo ao Oeste”, o jornal A Tribuna, no início da década de 1940, acreditava no futuro radioso que esse lugar oferecia “aos que trabalham”. A população já podia avaliar tanto “a uberidade das terras” quanto “o trabalho dos modestos agricultores”, que desenvolviam variada lavoura. Esse trabalho teria transformado em “região das mais prósperas, aquilo que até bem pouco tempo era um sertão inculto”. Também chamava a atenção a necessidade de expandir ainda mais a colonização para as imensas glebas de terra e assistir as populações estabelecidas ou que pretendessem se estabelecer, com todos os benefícios modernos, para a transformação “desse imenso espaço vital num grande mercado interno para a expansão de nossa miraculosa civilização.”<sup>383</sup>

Esse modelo de “progresso” e “civilização”, sonhado e difundido no processo de colonização, sintetizava-se na expansão das populações migrantes, no domínio da natureza, no avanço das atividades agrárias e na produção para o mercado interno. Nele também se consolidou a representação de que a terra era a base de produção para “fazer a vida” nessa região e para impulsionar a economia do Estado.

<sup>382</sup> J. Amazonas. **Cruzeiro**. Cruzeiro, 11/2/1934. Ano I, n. 13, p. 7.

<sup>383</sup> Rumo ao Oeste. **A Tribuna**. Cruzeiro, Ano II, n. 108, 11/3/1942, p. 6. Aproveitando Nosso Espaço Vital. **A Tribuna**, Cruzeiro. Ano II, n. 109, 15/3/1942, p. 4. As matérias ligavam-se à campanha da “Marcha para o Oeste”, lançada em 1938, como objetivo de favorecer a conquista do interior brasileiro. Destaca Lohn que nesse contexto se promoveu o “ruralismo pedagógico” visando criar condições favoráveis à vida rural, frear o êxodo rural e incentivar a ida de populações pobres para o interior. Cassiano Ricardo, um dos intelectuais do regime getulista, efetuou uma verdadeira ‘apologia do interior’, considerado reduto de pureza e brasilidade. LOHN. Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999, p. 45-6.



### 3.3.3 - Igreja, escola e civilização

A existência de escolas e de igrejas constituía-se numa referência para a formação de comunidades nas áreas coloniais de Cruzeiro, em decorrência disso as instituições eram valorizadas e favoreciam a atuação das companhias colonizadoras. Também contribuíram para legitimar a implantação do projeto de colonização, seja como forma de facilitar a atração dos migrantes ou de “civilizar” os grupos que já ocupavam as terras.

Na ótica dos colonizadores e das autoridades, a religião dos indígenas e caboclos aparecia como inadequada para sociedade que idealizavam. Por isso, nesse contexto, ao se referir às populações autóctones, afirma Wittmann, que após a realização do primeiro sacramento católico, o batismo, era a hora da maior missão: civilizar os pequenos “selvagens”.<sup>384</sup>

As alusões ao messianismo no Contestado, também põem em evidência essa questão. Ao fazer referência ao “monge”, numa das Mensagens executivas, salienta-se que essa era uma “palavra mágica” entre os sertanejos e atraía um numeroso grupo de seguidores. Por isso, diante do seu atrevimento, fez-se necessário o “movimento sedicioso, obrigando a União e os dois Estados vizinhos a tomarem medidas enérgicas para abafá-lo, antes que tomasse ainda maiores proporções”.<sup>385</sup>

As reminiscências de Frei Rogério Neuhaus são emblemáticas para se compreender o papel da Igreja na romanização regional no início do século XX. Nela relata seu difícil trabalho junto aos “fanáticos”, o que lhe exigiu paciência e coragem na difusão da “santa religião” para vencer “a ignorância e a loucura” das “pobres criaturas dessa parte do sertão”.<sup>386</sup>

Vidal Ramos na Mensagem de 1914 fez um longo relato sobre o assunto, no qual argumentava, com veemência, a necessidade de “dispersar os desgraçados sertanejos”, seguidores desse tipo de pregação, pois, na sua “lastimável ignorância” teriam levado à morte João Gualberto. Esse fato teria sido de “repercussão dolorosa na consciência nacional” e isso “exprimia o sacrifício da lei e da ordem pela criminosa audácia de uns bandoleiros”. Esse fanatismo estaria eliminando, por completo, o senso moral dessa população,

<sup>384</sup> WITTMANN, Luisa Tombini. Entre o Giz e a Espada: Educação civilizatória indígena em Blumenau (1904-1914). In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003, p. 13.

<sup>385</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1913, p. 19.

<sup>386</sup> Cf. SINZIG, Pedro. Op. Cit. Analisaram-se em especial as partes onde relata: O apóstolo do Planalto catarinense; De novo em Lages; João Maria; O primeiro Bispo na serra catarinense; Os fanáticos do Sul; Frei Rogério e os fanáticos; Ainda os fanáticos e O pacificador.

Pela deletéria influência de um indivíduo psiquicamente desapereçoado, senão de todo degenerado. A alma ingenuamente supersticiosa do nosso sertanejo ainda se conserva num estado de grosseira imperfeição psíquica. Dificuldades de toda a sorte, sobretudo de ordem material, impedem que a luz da instrução se estenda e irradie, com a desejável e necessária rapidez, às longínquas paragens do interior brasileiro.<sup>387</sup>

Os monges, segundo Frei Rogério Neuhaus, “são homens que iludem o povo simples com palavras sonoras e com alguns remédios, afastando-o da prática da santa religião.” Seria o dever do padre “combater esses falsos profetas que vêm na pele de ovelha, embora sejam, na verdade, lobos rapaces”. Com isso justificava a urgente necessidade em atuar junto a esses “fanáticos” a fim de “trazê-los à razão”.<sup>388</sup>

Reflexão semelhante aparece no jornal católico *Staffetta Riograndense*, reportando-se aos “fanáticos” nas adjacências de Capinzal, no qual se afirmava que uma “verdadeira companhia multicolor, havia se formado ao redor dos novos deuses” e as conseqüências disso seriam o roubo, a depredação e a destruição, gerando insegurança. Para que os leitores fizessem uma idéia, esses pobres fanáticos levariam todos, ao colo, esta dita:

‘Esta foi um facto assosedido no alto Hospital uma creança que nasceu e falou me tirem a medida do meu corpo e repaltão com o povo que macredita não passará miséria. Repaltão 3 bilhete e 3 mididas a cada pessoa antes dos 8 dias que reciber.’ Você entendeu? Com esta recomendação se vai longe, meu caro! Ah, estupidez humana, quanto tu és grande!<sup>389</sup>

Berger, ao analisar o fenômeno religioso, entende que é uma construção humana produzida nos diferentes momentos da história por diferentes grupos sociais. Toda a sociedade humana seria um empreendimento de construção do mundo e a religião ocupa um lugar de destaque nessa construção. A religião constituir-se-ia num dossel sob o qual as pessoas se sentiriam protegidas e tudo o que representasse uma ameaça a essa proteção não deveria ser aceito. Ainda, a legitimação religiosa interpretaria a ordem da sociedade como ordem sagrada do universo (*nomos*), ao passo que a desordem seria a antítese de todos os espaços socialmente construídos, seria o caos, o antagonico ao sagrado. Por isso, contrariar a

<sup>387</sup> GOVSC-Mens. 1914, p. 34. O Messianismo mereceu uma longa análise, das páginas 31 a 49.

<sup>388</sup> SINZIG, Pedro. Op. Cit. p. 241. Serpa afirma que as imagens dos franciscanos em relação aos caboclos que ativamente participavam da guerra são de “fanáticos, jagunços, imorais, desordeiros, bandidos, bandoleiros, preguiçosos, ladrões, feiticeiros representantes e agentes do demônio”. SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 212.

<sup>389</sup> *I Fanatici. Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 14/04/1921, p. 2. (Tradução do autor) *Hai capito? Com questa racomandazione si va lontano, caro! Ah stupidità umana, quanto sei grande!*

ordem socialmente construída seria arriscar a mergulhar na ‘anomia’, seria se aliar às forças primitivas da escuridão.<sup>390</sup>

Nesse sentido, aos olhos dos governantes e dos colonizadores, a presença arraigada da religiosidade popular denunciava que nesse espaço estava presente “o caos ou as forças primitivas da escuridão”, o que significava a inexistência da ordem social que proporcionaria a segurança necessária para a construção da civilização desejada.<sup>391</sup>

Noutra matéria publicada no *Staffetta Riograndense*, destacava-se uma correspondência de um migrante radicado em Capinzal, que se manifestava em relação às condições de vida naquela localidade. Pretendia rebater a “visão do caos” e apontava o caminho a ser seguido para superar a suposta *anomia*. Dizia: “Ajuda-te italiano, que Deus te ajuda.” Assim se pensaria em Capinzal, e acrescentava que até o momento, o provérbio se mostrara correto. Sobre a situação dos migrantes na comunidade, só teria a lamentar os ataques de lagartas às plantações de trigo naquele ano; no entanto elas teriam sido “mandadas por Deus, para que nos recordemos Dele”. Por isso acrescenta, “ergamos a igreja, a igreja é o centro de cada civilização. Polenta e igreja: eis os princípios da civilização, onde falta uma ou outra, permanecem eternas selvas ou perpétua barbárie.”<sup>392</sup>

A indisciplina e o fanatismo dos sertanejos seriam vencidos com o avanço das “instituições civilizadoras”, como a igreja, a escola, bem como do trabalho, pelo qual se conquistaria a “polenta”.

Essa percepção era corroborada pelo governo catarinense ao manifestar que havia recebido com muita satisfação a criação da Diocese de Lages. Enaltecendo o significado desse feito, destaca que,

Não é possível deixar de reconhecer o alto valor e o incontestável prestígio das organizações católicas como forças civilizadoras. A palavra do missionário, quanto mais freqüente se fizer ouvir, a igreja e a escola, quanto mais numerosas se erguerem, espalhará por toda parte, até nossos sertões, os são princípios da educação moral, [...] como indispensável ao Brasil, por ser um elemento de felicidade, de progresso, de espírito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo.<sup>393</sup>

<sup>390</sup> BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

<sup>391</sup> Saliente-se que o mesmo serviria para os seguidores do monge, pois para eles a ordem da sociedade em que viviam, também era sagrada e se constituía no *nomos* da sua segurança. O estranho, o que viesse de fora, a antítese, da mesma forma representava a possibilidade do caos, da *anomia* à organização social que pertencia.

<sup>392</sup> *Da Capinzal a Garibaldi. Staffetta Riograndense*, Garibaldi, 16/11/21, p. 2. (Tradução do autor) *Aiutati, talian, che il Signor t'aiuta*. [...] *innalzeremo la chiesa, la chiesa centro de ogni civiltà. Polenta e chiesa: ecco i principi dell'incivilimento, ove manca o una o l'altra, restano eterne selve o perpetua barbarie*.

<sup>393</sup> GOVSC-Mens. 1925, p. 31.

Essa manifestação já mostra uma postura diferente em relação ao ambiente que se estabeleceu em decorrência da separação entre Igreja e Estado, por força da primeira constituição republicana. Mesmo que, inicialmente, tivessem ocorrido alguns contratemplos, não tardou para que houvesse uma reaproximação entre essas instituições.

Salienta Souza que se buscou uma combinação de forças, pois ficou patente a necessidade do Estado contar com a colaboração da igreja, dando-lhe autonomia, para promover uma política educacional popular. Diante das limitações apresentadas pelo governo nesse campo, a educação popular representava “a fórmula mais adequada para produzir uma memória ‘republicana’ e para imprimir na criança os ideais civilizatórios, modernos e científicos que se queria para a Nação brasileira”.<sup>394</sup>

O transcurso da primeira metade do século XX foi um período em que a igreja também buscou se modernizar e conquistar seu espaço a partir do fortalecimento interno, centrado na idéia da romanização. Entende Filippim, que no contexto nacional, foram construídas relações particularmente originais entre Estado e Igreja. Tratou-se de um constante e ardiloso imiscuir-se um nos assuntos do outro, tendo sempre em vista a garantia da defesa do espaço de cada um. A igreja, até 1930, tentou de inúmeras formas, reconquistar o terreno perdido, a partir do advento da República. Buscou melhorar sua organização interna e, ao mesmo tempo, negociar com o Estado a reinserção de sua influência, fato que interessava a este, uma vez que teria muitas vantagens na parceria.<sup>395</sup>

Na realidade, a Igreja buscava consolidar sua autonomia em relação ao Estado e para isso reforçou sua organização interna, buscou preparar melhor o clero e promover a difusão educacional pela criação de “escolas paroquiais” ou comunitárias, criadas por sua influência ou iniciativa. Inseria-se em diversas regiões, como as ocupadas pelos migrantes e estabelecia bases cristãs ao ensino, que por lei deveria ser laico.

Essa situação interessava sobremaneira às companhias colonizadoras que viam diminuída a pressão de investir no oferecimento de escolas. A atuação da Igreja era facilitada em decorrência dos próprios interesses e das limitações do Estado em difundir o ensino.

---

<sup>394</sup> SOUZA, Rogério Luiz. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) Op. Cit p 156 e159. Serpa, nesse contexto, destaca que a Igreja evidenciou afinidades ideológicas com o poder temporal pregando respeito, obediência, ordem, disciplina, união, concórdia, hierarquização da sociedade, amor entre as classes sociais e fazia o discurso da naturalização das desigualdades sociais. SERPA, E. C. Op. Cit. p. 100.

<sup>395</sup> FILIPPIM, Eliane Salet. A romanização da igreja católica apostólica no Meio-oeste catarinense: 1920-1960. In: HEINSFELD, Adelar. (Org.) **A Região em Perspectiva: Diferentes faces da História catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2001, p. 171 e 174. Acrescenta a autora que a Igreja passou a agir no sentido de ser uma Instituição competitiva e preparada para sua auto-afirmação. O esquema organizacional era conduzido pela Santa Sé no intuito de criar novas Dioceses, nomear bispos, favorecer a vinda de muitas ordens religiosas da Europa, manter constante e direta comunicação com a Igreja do Brasil, reformar seminários e fazer alcançar todos os objetivos da Igreja Universal.

Assim, em Cruzeiro, paralelo ao processo de colonização, ocorreu o de romanização.

Filippim afirma que pelo fato da Igreja perder suas bases junto à oligarquia rural, assumiu como alvo de sua pregação a colônia de imigrantes, sobretudo italianos e alemães. Nesse sentido:

Com a missão explícita de defesa dos ideais romanos e de ataques ao devocionário popular, tais instituições lograram conquistar espaço marcante entre as colônias de imigrantes europeus. Até porque, como é o caso da região do Vale do Rio do Peixe, os primeiros religiosos a marcar presença são os originários da Europa e têm o mesmo referencial cultural de seu rebanho privilegiado.<sup>396</sup>

Serpa destaca que a transição, em nível de cultura religiosa, caracterizou-se pela substituição do tradicional catolicismo luso-brasileiro, pelo catolicismo ultramontano, europeizado e romantizado. Ao mesmo tempo, iniciou o processo de modernização da sociedade em nível socioeconômico e cultural, o que significava a europeização e ficavam envolvidas, sobretudo, as camadas médias e as elites dirigentes.<sup>397</sup>

Os empresários da colonização não perderam de vista o significado que a Igreja e a escola possuíam, em especial, junto aos potenciais compradores das antigas colônias sulinas. Ao discutir a publicidade realizada pelas companhias colonizadoras, era possível perceber que a terra à venda permitiria aos migrantes continuarem vivenciando os valores de sua religião. Por isso, a existência de igrejas nas novas colônias facilitaria a realização dos negócios.<sup>398</sup>

Assim, as próprias companhias providenciavam a sua construção ou articulavam junto às comunidades para que isso ocorresse. O Engenheiro Henrique Hacker destaca que a sua colonizadora construiu, nos seus nove núcleos coloniais, aproximadamente 1000 quilômetros de estrada, pontes, pontilhões e bueiros e, por conta exclusiva da firma, manteve escolas nas quais o ensino da língua vernácula era obrigatório.<sup>399</sup>

Ressalte-se nesse aspecto, a situação que envolveu a criação da Paróquia de Ponte Serrada, na qual se percebe o interesse dos empresários da colonização, através do relato:

---

<sup>396</sup> Id. Ibid. p. 177 e 179. Acrescenta Filippim (p. 199) acerca da atuação do bispo que, em 1967, após 38 anos de trabalhos de Don Daniel, a Diocese de Lages possuía 58 paróquias, 800 capelas, 50 estabelecimentos de ensino católicos, 90 sacerdotes e 500 irmãs religiosas.

<sup>397</sup> SERPA, E. C. Op. Cit. p. 11.

<sup>398</sup> Em vários anúncios se faz referência da existência de igrejas e de comunidades com presença de religiosos. As empresas também buscavam criar colônias destinadas exclusivamente a católicos ou a protestantes, bem como de colônias para italianos ou para alemães, para facilitar a venda, como se tratou no item 2.3.

<sup>399</sup> **Joaçaba Jornal**. A fundação da colônia de Bom Retiro e florescimento de Joaçaba. 12/08/1951, Ano 2, nº 185. Transcrito do jornal "O Lume" de Blumenau.

Este terreno foi negociado pela empresa com o bispo de Lages D. Daniel Hostin, em troca de mil dúzias de madeira de primeira, para que pudessem trazer uma paróquia para cá. O comendador deu mil dúzias de madeira em Lages, para a Diocese, mais quatro chácaras de terra e dez lotes na cidade, aqui em Ponte Serrada, isso tudo de presente, para que a paróquia se instalasse aqui; essa era uma das coisas que mais impedia, ‘tem igreja, tem padre’, o colono vinha se não tinha igreja e padre o colono não vinha. [...] Esta medida de trazer igrejas e padres para a região foi de iniciativa da própria colonizadora para atrair mais compradores. O bispo topou e começou a vir os padres... [...] Eles construíram, ficaram com os terrenos, o bispo deu toda da cobertura. Se não tivesse padre os colonos gaúchos, os nossos migrantes italianos não vinham, tanto é que uma das primeiras coisas que a empresa teve que fazer foi negociar com o bispo a vinda de um pároco, a criação da paróquia. Aí ele impôs: terreno para construir a paróquia, terreno para morar as irmãs, naquele tempo as irmãs tinham que vir, essas vieram de São Paulo, e mil dúzias de madeira para ajudar a Diocese que passava por dificuldade. Então os caminhões aqui carregavam e entregavam aonde o bispo pediu. Então a empresa escriturou em nome da Diocese quatro chácaras e oito terrenos bem no centro. Terrenos para a construção da paróquia, da casa das irmãs e dos padres. Aí começou, quando os colonos souberam que tinha padre, vieram.<sup>400</sup>

Essas informações são confirmadas na crônica de abertura do Livro Tombo da Paróquia, que se refere ao início daquele lugar (1924 a 1938). Nela se destaca que as primeiras famílias de migrantes moravam num armazém construído pela companhia até a chegada de novos colonos.<sup>401</sup> Registra também que, em 1929, o governador do Estado, Adolfo Konder, “visitou as zonas inóspitas de Ponte Serrada”. Acrescenta: “tudo ia bem. Só uma coisa faltava. Onde e como poderiam obter um sacerdote para celebrar uma santa missa?” Diante de tal situação, em 12 de junho de 1931, por iniciativa do Sr. João Dalla Vecchia foi construído “um pequeno capitel”, para ser inaugurado por Frei Dimas Wolf, no dia seguinte, “festa do grande Santo Antônio, padroeiro do lugar”. Mas isso não estaria completo:

Era necessária a construção de uma igreja. A crise, porém, de 1933, era grande. Os produtos coloniais não valiam quase nada. Onde buscar dinheiro? Todos estavam devendo à companhia colonizadora as terras que haviam comprado. Deus providenciou. A Companhia De Carli, com grande magnanimidade ofereceu de graça o terreno, o sino e a madeira para a construção. **Cobravam coragem.** Deus abençoe o grande esforço desses bons católicos de Ponte Serrada. Em 1935, no dia 27 de janeiro, houve visita

<sup>400</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A. Falando da falta de vigário em Chapecó, Breves afirma que isso era motivo de desespero ao Sr. Bertaso. Perspicaz, sabia que sem um vigário, dificilmente conseguiria trazer os colonos de origem italiana. BREVES, W. Op. Cit. p. 54.

<sup>401</sup> Em relação à casa de recepção dos migrantes, afirma um entrevistado que o administrador da companhia, Alberto Dalcanalle, fez um barracão, de aproximadamente 30 metros de comprimento, que chegava a comportar até 10 a 15 famílias. Cf. Entrevista com Alcides Reinaldo Pedretti. Ponte Serrada, 19/09/04, a Claudiomar de Andrade. Ver Figura 8.

pastoral de Dom Daniel Hostin, Bispo de Lages. A igreja nova estava apenas começada. [...] ao cabo de dois meses a igreja estava pronta.<sup>402</sup>

Aos olhos do cronista da paróquia, a “providência divina” e os atos de grandeza de espírito dos “bons católicos” fizeram com que a Companhia oferecesse “de graça” os terrenos e a madeira para a construção da igreja. Isso, mesmo diante da crise do início dos anos 1930 e da conseqüente dificuldade que os colonos tinham de lhe pagar as prestações. Com tal atitude e com a cobrança de “coragem”, a empresa pensava, especialmente, na possibilidade de acelerar a venda das terras. A simbologia, que a existência de uma igreja possuía em determinada colônia, constituía-se numa forma eficiente de atração dos migrantes, tendo em vista a aspiração de reconstruir seu espaço sociocultural.

**Figura n. 8** - Barracões da Colonizadora De Carli – Ponte Serrada, 1929.



**Fonte:** Acervo do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo de Ponte Serrada. A foto retrata a passagem da comitiva do Governador Adolfo Konder (1929).

<sup>402</sup> Crônica da Paróquia de Santo Antônio, Ponte Serrada. 1924 a 1938. In: Livro Tombo da Paróquia. Grifo meu. Acrescenta-se que muitos teriam sido os presentes oferecidos à nova igreja. Entre outros, o Sr. Tranquilo De Carli, da Empresa, fez a oferta de uma imagem de Santo Antônio no valor de 800\$000. Ao encerrar a crônica fala do gerente da Empresa: “O Sr. Alberto Dalcanale pode se considerar como o próprio fundador de Ponte Serrada. Muita gratidão guarda essa boa gente pelos grandes serviços prestados tanto aos Rvmos. Padres como a todo o pessoal, pelo Sr. Alberto Dalcanale”. Concluí a crônica com uma foto dele, como Gerente da Colonizadora, tendo abaixo os dizeres: “Pois foi ele que fez as grandes obras para povoar a Ponte Serrada.”

Esse relacionamento das Companhias também é observado com as comunidades Luteranas. O Pastor Schultz relata, que no dia 26 de Janeiro de 1917, o terreno que a companhia colonizadora Hacker doou aos evangélicos de Luzerna, foi entregue oficialmente ao Sínodo Riograndense. Destaca, que naquele ano, o número de membros da nova comunidade havia chegado a 50 e, com a contribuição anual de cada um, mantinha-se também a escola, que contava com 28 alunos, tendo como professor o Sr. Otto Kalthoff. No início da década de 1930, no entanto, a Comunidade Evangélica de Luzerna estava quase extinta. Nessa ocasião “pessoas interesseiras” se apoderaram de uma chácara da comunidade, mas fracassaram em relação a outros terrenos, porque, em 1931, o Pastor Hannemann, auxiliado financeiramente por alguns membros da comunidade, conseguiu junto aos diretores da Colonizadora Hacker, a Escritura Pública do terreno.<sup>403</sup>

Num registro referente à colônia Piccoli, salienta-se que era comum logo surgirem capelas por todas as comunidades do interior. Lamenta que em relação à sede, do atual município de Tangará, perdera-se muito tempo com discussões de qual seria o melhor local para construir a igreja. A capela provisória que havia sido levantada, despertava um “complexo de inferioridade”, quando comparada com as paróquias que surgiam nas localidades vizinhas, ou com a igreja da comunidade protestante, construída em local elevado. “A posição dominava o povoado e embora se tratasse de uma construção modesta e de madeira, empalidecia a capela católica, na parte baixa da vila.” Para enfrentar essa situação, o padre solicitara o apoio do representante da colonizadora, no sentido de defender que a construção da igreja se desse na parte alta da cidade: “Aderi e prestei minha colaboração, discursando na hora do sermão da missa campal. Ao que parece fomos bem sucedidos.<sup>404</sup>

A aproximação das companhias colonizadoras com as igrejas é constatada em diversas outras ocasiões, como na primeira visita pastoral a Concórdia, do Bispo D. Daniel Hostin. Ele destaca que durante todo o tempo de sua permanência no lugar, teria recebido “a mais atenciosa hospedagem por parte da benemérita Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., com as provas da veneração e com carinho da população.” Registra, também, referindo-se à procissão e benção da Praça Santos Dumont, que nela “existem ainda os cepos e troncos de árvores abatidas do sertão a atestar a tenacidade de um povo progressista que em poucos anos transformou a mata em aprazível colônia”. A tarefa de “transformar o sertão”

---

<sup>403</sup> Cf. PAGANELLI, Arno. Paróquia Evangélica de Luzerna: sua origem e desenvolvimento. 1926-1976. Boletim Informativo, p. 6.

<sup>404</sup> PICCOLI, Ivo A. Cauduro. Op. Cit.



estaria seguindo seu curso correto e tanto os colonizadores quanto os religiosos não se furtariam do seu papel.<sup>405</sup>

Em relação a peregrinações dos bispos, Serpa afirma que procuravam em suas visitas pastorais manter contato direto com as elites dirigentes ou representantes destas, que por sua vez sentiam-se honradas.<sup>406</sup>

Nas áreas coloniais, a construção de uma igreja, seja protestante ou católica, em geral se tornava também o centro social da comunidade. Esta raramente se organizava a não ser em torno da igreja ou da capela. O fato de não tê-la ou de não ter destaque, poderia gerar certo “complexo de inferioridade”, por isso, sempre que possível, a comunidade buscava construir um templo melhor e maior, fato normalmente narrado com satisfação pelos migrantes e colocada como fator de identificação do grupo.

Um depoente declara que “os caboclos nunca conseguiram formar uma comunidade, não fizeram comunidade nenhuma”; já os italianos, esses sim, “a primeira coisa que faziam quando reuniam cinco, dez famílias, era criar uma capela, onde o padre, de vez em quando ia rezar uma missa. Hoje tem centenas de capelas por aí”.<sup>407</sup>

Em diversos depoimentos evidencia-se que a construção de capelas se tornava o centro de referência para as comunidades. Um senhor que migrou na década de 1930, afirmou que ao chegar a seu lote havia apenas “três famílias de italianos” nas proximidades, então tomou a iniciativa de construir uma pequena igreja. Para isso teria comprado a madeira em lugar distante e a puxado de arrasto, à cavalo, pelo meio do mato. Uma vez concluída a construção da igreja,

Botamos um santinho lá dentro e nos domingos a gente rezava o terço. No meio do mato, no meio do mato [...] Nós saímos de lá [do RS] com a religião mais fina que tinha, porque meu falecido pai, se você não estava na missa, tomava café sem açúcar. Lá era religião. Aqui no meio do mato onde se ia rezar, se só tinha macaco, coati e bicho do mato? Então eu fiz uma igrejinha, eu fiz com meu dinheiro e nós rezava lá.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> Livro Tombo. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Concórdia, SC, p. 2v e 3v. Noutra situação, referindo-se a chegada do novo vigário a Concórdia, salienta-se que Felix Schwerten, agente da Companhia Mosele, deu as calorosas boas vindas em nome do povo. 3/03/1934, p. 8v. Ainda, entre as testemunhas designadas para a posse do novo vigário, em 23 de fevereiro de 1941, assinam, entre outros, José Finger, que era procurador da companhia colonizadora. Cf. p. 10v. As visitas pastorais do Bispo se davam no contexto de romanização da região e ocorriam com certa regularidade e provocavam grande envolvimento das comunidades, como a ocorrida em Barra do Leão, noticiada pelo Jornal Cruzeiro, em 17/03/1935.

<sup>406</sup> SERPA, E. C. Op. Cit. p. 97.

<sup>407</sup> Entrevista com Amantino Lunardi. Ponte Serrada, 31/07/02. A/A.

<sup>408</sup> Entrevista com Germano Rachele. Joaçaba, 11/09/94. A/A. O depoimento de Lorenço Orso (1994) sobre a presença do padre nas comunidades, nos primeiros tempos da colonização, afirma: o padre Eugênio era bom, bom... *un talian, parlava tutto in talian*. Nós tratava bem porque era uma novidade para nós, entrar, o padre, no meio do mato.

As despesas com as construções das igrejas eram, geralmente, assumidas pelas próprias comunidades. Procuravam fazê-las evitando assim o “complexo de inferioridade”. Como exemplo destaca-se o caso da Paróquia São Paulo Apóstolo, de Capinzal, que teve sua igreja e casa paroquial destruídas pelo fogo em 1931. Diante do ocorrido D. Daniel Hostin destacava em sua mensagem:

Amados diocesanos [...]. Resignados sofrestes o duro golpe, certos de que nada sucede na nossa vida sem que Deus, Nosso Senhor, o saiba e permita. Que fazer agora? Cruzar os braços? Não. Deveis levantar a Nosso Senhor um novo templo, digno de Sua Divina Majestade. Fazemos um apelo à vossa tão conhecida generosidade, rogando-vos encarecidamente que concorrais com o vosso abalo para que, em breve, na sede da paróquia, erga-se majestosa, a vossa nova Igreja Matriz, monumento que falará às gerações futuras do vosso Amor a Deus e Sua Igreja [...] Esperamos que todas as famílias dos distritos de Capinzal e Ouro acolham com benevolência a comissão que percorrerá os referidos distritos, a fim de angariar donativos. Mãos à obra amados diocesanos! Deus o quer.<sup>409</sup>

Apesar das indecisões iniciais e do atraso para o início das obras, ao que parece os paroquianos ouviram o apelo do Bispo e iniciaram a construção da maior igreja do Brasil, da época, com estilo renascentista, inspirada nas linhas da Basílica de São Pedro, em Roma.<sup>410</sup> A obra pareceu ser maior do que as possibilidades que a comunidade possuía para fazê-la. Tanto que, no início de 1944, um grupo de mulheres se dirigia ao Interventor Nereu Ramos, solicitando recursos para a conclusão da “Obra Pia”, pois, conforme ele mesmo “pode ver por ocasião da sua recente visita”, a obra se encontrava inacabada. As senhoras esclareciam que a igreja foi iniciada em 06 de dezembro de 1934, mas parou em janeiro de 1941 por falta de verba. Até aquele momento teriam investido CR\$ 275.862,00 e necessitariam pra o seu término, aproximadamente, de mais 200.000,00. “Por aí podeis julgar a altivez da monumental obra, a Santa Casa de Deus”. Acrescentam que se tornaria desnecessário falar da importância:

D’uma Igreja, para o engrandecimento de um lugar, cooperando para o progresso local, cooperamos para o progresso do nosso Estado, assim também para o futuro belo, grande e glorioso do nosso idolatrado BRASIL, cada vez maior e mais humano; pois tendo na direção tão grandes personagens que debaixo do nosso querido Pavilhão governam com tino, caráter, visão e nobreza. TUDO POR UM BRASIL MAIOR E MAIS FORTE.<sup>411</sup>

<sup>409</sup> 70 Anos da Paróquia São Paulo Apostolo. [http://www.capinzal.sc.gov.br/edu\\_cul/cultura/igreja.htm](http://www.capinzal.sc.gov.br/edu_cul/cultura/igreja.htm) citado em 23/09/05.

<sup>410</sup> Sobre essa construção, noticiava-se: a nova igreja “*che sara l’única nel Brasile in stile rinascenza puro. Sara una gioia per Santa Catarina e Brasile.*” A festa para angariar fundos rendeu 9 contos e a obra estava projetada no valor de 500. Cf. **Staffetta Riograndense**, Caxias do Sul. 3/3/1937, p. 4. Ver Figura 9.

<sup>411</sup> Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 08/01/1944. Grifos no original. Ofício assinado por: Dalva Favorito, Dorvalina Rocha, Anna Colla, Albina Comerlato, Alda Barison e Elis Zortéa. Possivelmente essas senhoras faziam parte do Apostolado da Oração, criado em 27 de Janeiro de 1932.

**Figura n. 9** - Igreja Matriz de Capinzal.



**Fonte:** Acervo da Paróquia São Paulo Apóstolo de Capinzal.

No Álbum sobre os 75 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, quando se refere à religião, afirma-se que nem todos compreendiam seu alcance profundo como base e centro de toda cultura civilizadora. Uns até a colocavam como o “ópio para o povo” entravando todo movimento cultural e civilizador. Dizia-se sobre as áreas colonizadas pelo italiano, “profundamente crente e católico” que:

Por certo não se teria fixado nestas regiões desertas se não tivesse, em seu seio, o sacerdote que o auxiliasse a procurar, primeiro, o Reino de Deus. Decorridos esses 75 anos, dá ao Rio Grande e ao Brasil esse maravilhoso exemplo de progresso civilizador. Aí está o segredo desta força prodigiosa que inspirou as grandiosas realizações dos nossos imigrantes: sua fé inabalável sustentada pelo clero.<sup>412</sup>

No caso das áreas coloniais de Cruzeiro, em várias ocasiões, os terrenos para a construção das igrejas eram doados pelas companhias colonizadoras.<sup>413</sup> Os empresários

<sup>412</sup> BERTASO, Henrique D’Avila; LIMA, Mário de Almeida. Op. Cit. p. 238, 239 e 241.

<sup>413</sup> Além dos registros documentais, essa informação se sustenta a partir das conversas tidas em várias comunidades. Pelo que se constatou as doações de terrenos pelas empresas ocorreram, ou no início do processo de colonização ou em comunidades mais distantes da ferrovia. Na maioria das vezes, no entanto, a aquisição do terreno era feita pela comunidade ou doado por algum dos seus membros.

tinham consciência de que tais construções não seriam apenas entidades isoladas e de mera atividade religiosa, mas se constituiriam no marco inicial de comunidades e vilas, que promoveriam as mais diversas atividades de ordem pedagógica, assistencial, recreativa e social. Cientes dessa prática das igrejas, os empresários buscavam se isentar de tais compromissos, repassando-os às comunidades.

A existência de igrejas e a conseqüente difusão da pregação religiosa deveriam se prestar a difundir o “movimento cultural e civilizador” e a “pôr na linha” os indivíduos ou grupos que não se adequassem aos propósitos “da ordem, do trabalho e do progresso” almejados para a região. Essa pregação deveria fazer as próprias pessoas perceberem seu afastamento daquilo que era considerado correto ou seu distanciamento dos propósitos da ordem social e se penitenciassem por isso.

Uma senhora, que atuou como professora e catequista junto a uma comunidade de caboclos, afirma que esses ensinamentos fizeram com que superassem as condições do passado e os levaram a trabalhar e pensar como os colonos. Em relação à religião, destaca que acreditavam num Deus,

Mas pra eles não tinha esse negócio de ir na igreja rezá, fazê a primeira comunhão, isso aí tudo nós fizemo, tudo isso eu fiz. Fui trazendo pra igreja [...], porque eles andavam tudo armado né, entravam lá armado daquele jeito e os outros que não era daquele tipo, até começavam ri né. Então tinha que te uma certa educação, assim, bem formada no meio do povo. Daí foi vindo, daí já começaram esses alunos pra aula lá, lá eu dava catecismo [...] depois, mais adiante, as catequistas, que eu era uma né, só que também não podia saneá com tudo, daí fomo civilizando, civilizando, tudo católico.<sup>414</sup>

A persistência nesse trabalho de catequese teria feito com que essas pessoas fossem paulatinamente inseridas na comunidade católica dos migrantes, uma vez que “iam se civilizando”, porém, nessa atitude, está implícita a condição de que pertenciam a grupos diferentes. Esse processo teria sido longo e demandado muita paciência.<sup>415</sup> Acrescenta a entrevistada que nos primeiros anos o trabalho foi difícil, pois “eles eram desconfiados”, “cheiravam fumaça, sujos, não tomavam banho”, hábitos que não seriam condizentes com a sociedade almejada. Sobre a relação entre caboclos e migrantes diz que:

<sup>414</sup> Entrevista com Assunta Castagnaro Bazi. Ponte Serrada, 14/06/05. A/A.

<sup>415</sup> Esse entendimento era semelhante ao que existia acerca da catequese de índios no Estado. Hercílio Luz defendia que ele somente teria resultado por um longo trabalho, pelo qual se poderia “fazê-los perder seus hábitos nômades” e “trazê-los à civilização”. Para isso, era preciso investir, fazendo com que os aldeamentos fossem permanentes e os indígenas iniciados na lida com os instrumentos agrários e com pequenas oficinas. Cf. GOVSC-MENS. 1918, p. 50-51.

Não chegava a ter brigas, mas, um afastamento, uma barreira que tinha. Os outros eram tipo selvagem né e os gringos já eram mais, assim, já foram formando uma comunidade lá, grande né, foram se unindo e os coitados dos caboclos ficaram abandonados. Daí foram civilizando devagarinho, uns começaram a ir pedir serviço, trabalhavam de empreitada, atraís daqueles iam outros e, assim, foram se entrosando. Mas pra chega numa comunidade e dizê que eles ficassem uma tarde junto, um domingo juntos, não ficavam. Eles se sentiam diminuídos, os outros. Mas depois, no fim era tudo uma família. Já eram civilizados, já. [...] Depois, foi mudando e eles são tanto quanto a gente, já aprenderam tudo né.<sup>416</sup>

Como se observa pelos depoimentos, eram “eles que se sentiam diminuídos” e não a presença do colonizador que provocava tal situação, deixando bem evidente a fronteira entre o “nós” e os “outros”. Da mesma forma, ainda nessa perspectiva, referindo-se ao papel de Frei Gregório no trabalho catequético, na região de Tangará, Piccoli afirmou que o Frei deveria ser canonizado pelo significado de sua missão, uma vez que ela era repleta de privações.

Visitava a região, nos mais diversos recantos, levando os sacramentos aos caboclos. Nessas suas excursões emagrecia e engordava alternadamente. Quando visitava a região habitada por caboclos escondidos na mata, era comum dormir mal e passar fome, quando não distribuía o pouco que tinha. Em compensação quando atingia a zona colonial, recuperava-se pelos bons tratos que lhe eram dispensados pelos colonos.<sup>417</sup>

A catequese da “gente do sertão” constituiu-se em eficaz força legitimadora e normatizadora das comunidades criadas pelos colonizadores. A evidência do êxito civilizatório dos indivíduos seria expressa na medida em que determinadas qualidades fossem vistas como evidentes e assim deveriam ser interiorizadas, aprendidas e percebidas como óbvias. Por isso a afirmação de que “eles são tanto quanto a gente”, pois “já aprenderam tudo”, mostra o domínio de um grupo sobre outro, pela legitimação de determinados costumes.

Se inicialmente a presença da igreja serviu para atrair os migrantes para as novas colônias, a prática da catequese, assim como a propagação da escola, ajudaria a estabelecer novos comportamentos aos diferentes grupos. Como se lê nos registros da Paróquia de Concórdia, acerca da escola que havia criado no local, o efeito dela “e do ensino das irmãs se ia percebendo logo, pelo melhor comportamento da piaçada na igreja”.<sup>418</sup>

<sup>416</sup> Entrevista com Assunta Castagnaro Bazi. Ponte Serrada, 14/06/05. A/A.

<sup>417</sup> PICCOLI, Ivo A. Cauduro. Op. Cit.

<sup>418</sup> Livro Tombo. Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Concórdia, p. 15v.

Nesse contexto, a instalação de uma igreja em determinada comunidade, geralmente se constituía no caminho para o avanço do oferecimento escolar. A igreja soube se aproveitar dessa situação e promoveu a expansão da escola, construída e mantida pela comunidade.

### **A Escola**

A publicidade realizada pelas companhias colonizadoras, também divulgava a existência de escolas nas colônias, no intuito de facilitar a venda dos lotes aos colonos. Em perspectiva semelhante ao significado da presença da igreja, a difusão da escola, nas décadas iniciais da colonização, em geral, também se relacionava à necessidade de “limpeza do sertão”.<sup>419</sup> No entanto, a difusão desse serviço, por mais que o governo catarinense registrasse suas intenções e promessas de investimentos no setor, necessitava reconhecer a falta de escolas e de professores, a precariedade no oferecimento do ensino, a existência das populações completamente analfabetas, entre outros. Levar a catequese e o ensino às populações do sertão era tarefa geralmente considerada necessária, mas difícil e que exigia tempo para se consolidar.

No início dos anos 1930, a escola privada ganhava espaço no Brasil. Nessa rede se sobressaía a Igreja católica, com escolas confessionais de prestígio, que passaram a disputar o lugar de primazia do sistema educacional privado. A Igreja interferiu ativamente em todo o processo de reforma educativa no período, fazendo valer seus interesses como formadora de mentalidades e condutas.<sup>420</sup>

Não foi diferente em Cruzeiro no processo de colonização. Destaque-se que a presença marcante da Igreja, na educação, fez com que se fortalecesse a idéia de que também os professores tinham a “missão de transformar e catequizar o sertão inculto”, de amenizar as diferenças entre as pessoas e os grupos considerados arredios.

Em relação ao trabalho missionário do professor, uma matéria de jornal, de agosto de 1934, reporta-se a um incêndio criminoso de uma escola que “funcionava em prédio novo e com grande número de alunos”, no interior do município de Cruzeiro, na vila de Ouro. Diante do episódio, o correspondente do jornal fazia uma reflexão afirmando que a destruição da moral verdadeiramente cristã aproximaria a sociedade ao vale de sangue, levaria à guerra, com todo o seu cortejo de morte. Sobre os professores e as escolas acrescenta:

---

<sup>419</sup> A escola também contribuiria para a “verdadeira profilaxia” que deveria se dar em diferentes sentidos, como pela instalação de postos médicos para facilitar as obras de saneamento e ensinar ao povo a seguir preceitos de higiene, visto que ele “é sempre avesso”. Seria necessário, enfim, “uma obra de catequese e de restauração física”, para que essa “limpeza do sertão” pudesse ser completa. Cf. GOVSC-Mens. 1925, p. 20.

<sup>420</sup> Sobre esse assunto ver BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Coitadas das escolas! São atropeladas de toda a parte. Daqui é desalojada e destruída por motivos estéreis, tocando à rua o professor, dali, é perseguida, guerreada e ao mesmo tempo desejada. Da colá, até queimadas! Coitadas das escolas! Desamparados professores! Consolai-vos, pois Cristo mestre divino também não possuía casa! Nasceu e viveu na pobreza e a pobreza amou. Nunca ostentou palácios!<sup>421</sup>

A “falta de civilização” da gente do sertão, em geral, era infligida à inexistência dessas instituições. Vidal Ramos atribuía os “tristes fatos” da Guerra do Contestado “à degradante e mesquinha condição a que o analfabetismo reduz os infelizes habitantes dos nossos sertões.” Somente o avanço da instrução poderia extirpar muitos males que afligiam “aquela gente simples entregue às rudes ocupações agrícolas”. Citando o presidente de São Paulo, Rodrigues Alves, o qual reconhecia estar a instrução em grande atraso nas zonas do interior paulista, “atraso considerável e vexatório”, afirmava Ramos que: “se assim é naquela unidade da Federação, habitada de longa data pela vanguarda da civilização nacional, que dizer do ensino público no interior catarinense, para o qual dificilmente até se encontram professores?”<sup>422</sup>

Em perspectiva semelhante, Hercílio Luz ressaltava a necessidade de mais recursos para a difusão do ensino, no intuito de “atenuar os males do analfabetismo, esse cancro que vem corroendo as fibras mais resistentes de nossa nacionalidade ainda em formação”. Afirmava que os sacrifícios que se fizerem nesse sentido seriam “sobejamente compensados pelas farturas concedidas pela terra, multiplicadas pelo esforço humano”.<sup>423</sup>

A questão escolar catarinense ganhou evidência em função das discussões geradas no contexto da Primeira Guerra, merecendo amplo destaque nas Mensagens executivas. Nelas se afirmava que a escola seria um meio eficiente de abasileiramento das populações, não apenas as “estrangeiras” dos núcleos coloniais, mas, também, daquelas mais distantes das vilas e cidades. No entanto, as autoridades estaduais debatiam-se com a necessidade da ampliação do seu oferecimento.

---

<sup>421</sup> **Cruzeiro**. *Cruzeiro*, 06/08/34, p. 3. Por informações orais constatou-se que a motivação do incêndio teria sido religiosa. Como a escola era controlada pelos católicos, os “contrários” a teriam incendiado. Não se precisou quem eram esses “contrários”. Interessante destacar que por ocasião da visita de D. Daniel Hostin, em março de 1935, o bispo fez uma visita a uma comunidade próxima e interveio nessa questão, no intuito de “buscar um entendimento e apaziguar os ânimos”. Cf. *Jornal Cruzeiro*, 17/03/1935, p. 3.

<sup>422</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1914, p. 13 e 33-35.

<sup>423</sup> GOVSC-Mens. 1919, p. 17. Em decorrência do contexto criado pela Grande Guerra, acrescenta que não apenas as regiões distantes e o analfabetismo deveriam ser considerados na questão escolar, mas também a nacionalização das populações de origem estrangeira, uma vez que por falta de professores nacionais, só educavam seus filhos em língua estrangeira.



O contexto inicial da República fomentou grandes discussões sobre a necessidade de formar uma identidade ao país e de modernizá-lo, sendo essa modernização norteadas pelas idéias positivistas e liberais. O imperativo de ampliar o atendimento escolar era visto em decorrência desse contexto. Entende Souza, nessa perspectiva, que a escola desejada:

Requeria o seqüestro generalizado das crianças, a fim de instruí-las para o mundo do trabalho e do respeito aos seus superiores. Era, na verdade, o desejo mimético de transplantar para o Brasil o código europeu de civilidade e de aprimoramento de uma mão de obra produtiva e ordeira, mas também reorientada para construção e sedimentação de uma identidade nacional.<sup>424</sup>

Sendo a expansão escolar uma necessidade, e as possibilidades do Estado limitadas para tal, as autoridades catarinenses buscaram apoio em instituições como a igreja ou mesmo das companhias colonizadoras para enfrentar o analfabetismo e favorecer a integração social das populações do interior.

A Igreja se constituiu na instituição que desempenhou com eficiência essa atividade, uma vez que possuía crédito e capacidade para mobilizar as comunidades, especialmente as formadas por migrantes. Essa instituição também tinha seus interesses, como afirma Souza, pois a expansão de uma rede escolar católica difundiria o referencial “cristão-romanizador, moderno e patriótico”. Por isso as chamadas “Escolas Paroquiais” figuraram nesse momento como instituições de reorientação do paradigma cristão por meio da catequização e do controle das mentes e dos corpos através da escolarização.<sup>425</sup>

Isso não ocorreu apenas em relação à igreja católica. Klug, referindo-se às áreas de colonização de predominância luterana, afirma que nelas se criou a “escola/templo”, consistindo na construção de prédios que, mesmo rústicos, serviam para dupla finalidade: durante a semana eram escolas e, aos domingos, eram transformados em templos.<sup>426</sup>

A questão escolar era abordada com frequência pelo governo catarinense. Em 1920, ao relatar o animador aumento das rendas do Estado, anunciava-se que isso permitia continuar a velar pelo desenvolvimento da instrução popular, mesmo que fosse um dos itens da despesa que mais avulta no orçamento, mas nele não se deveriam fazer cortes ou restrições. Afirmava-se: “é bem aplicado todo o dinheiro destinado à instrução, porque é dinheiro posto a juros.”<sup>427</sup> No ano seguinte, porém, ao falar sobre os pedidos de abertura de escolas, salientava-se que

<sup>424</sup> SOUZA, Rogério Luiz. Op. Cit. p. 156.

<sup>425</sup> Ibid. p. 162.

<sup>426</sup> KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) Op. Cit. p. 142.

<sup>427</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1920, p., 20, 21 e 25. No que tange aos descendentes dos antigos colonos estrangeiros, afirmava ser “a maioria dessa população, elemento econômico de primeira ordem”.



eram atendidos apenas os que fossem acompanhados de declaração de que os moradores do povoado tivessem mobiliado e construído o prédio para funcionar a escola pública. Nas áreas rurais, a dificuldade era em conseguir alunos, “porque as crianças desde cedo tomavam parte na faina paterna”, deixando a escola logo que adquiriam alguns conhecimentos elementares. Esse problema era mais evidente nos municípios do ex-Contestado, nos quais estavam 35 das 72 escolas vagas que havia no Estado. Tal ociosidade seria causada pelo grande afastamento em relação à Capital e aos centros mais populosos do Estado, além do alto custo da vida nessas localidades.<sup>428</sup>

O Estado exigia das comunidades a construção dos prédios e a mobília para autorizar o funcionamento das escolas. Em Cruzeiro e, em geral em toda a região, o problema da falta de professores com preparação para o ofício e a precariedade do atendimento escolar, persistiu por longos anos. Esse problema, a propósito, o governo continuamente admitia.<sup>429</sup> Reconhecendo tais limitações o governador Adolpho Konder, ao se referir às zonas coloniais, ressaltava que a iniciativa particular, estaria prestando significativo serviço ao Estado. A ressalva que fazia era de que em algumas dessas zonas, as escolas eram regidas por professores que falavam deficientemente a língua vernácula.<sup>430</sup>

Diante dessas limitações, as colonizadoras pressionavam os governantes exigindo a propagação do serviço escolar, nas áreas coloniais. Quando era conveniente construíram escolas em algumas comunidades ou se juntavam a elas para fazê-lo, uma vez que, de forma semelhante à existência de igrejas, as escolas também simbolizavam o “avanço da civilização e do progresso” e, em conseqüência, a valorização das terras e a facilitação de sua venda.

Numa situação, em que o diretor gerente da *Lumber*, dirigiu-se ao Secretário Geral de Negócios de Santa Catarina solicitou a indicação de policiais para guarnecer pontos da ferrovia e, em troca, colocava a disposição prédios da empresa para servirem como escolas.

---

<sup>428</sup> GOVSC-Mens. 1921, p. 20, 22 e 24. No final da década, o governo admitia que o problema da instrução rural continuava, o que se devia ao fato dos professores normalistas se recusarem a servir as escolas isoladas rurais, que estivessem afastadas da capital e das principais cidades do Estado e, que o “professor provisório”, não poderia substituí-los, “em vista do seu exíguo preparo técnico”. Mesmo assim, o governo esforçava-se em mostrar que a freqüência às escolas subvencionadas vinha aumentando sensivelmente e que, ao longo da década, mais do que dobrara, tendo alcançado, em 1927, 7.408 comparecimentos aos exames finais. Justificava a alta percentagem das reprovações, 43%, ao fato da “grande maioria de alunos, só falarem línguas estrangeiras”. GOVSC-Mens. 1928, p. 67.

<sup>429</sup> Como exemplo da limitada participação do Estado com a Educação, cita-se a reclamação feita pela Professora Alzira Bastos da Silva, de Campos Novos, reclamando junto ao governo estadual, “sobre a diminuta importância que era dispensada para o pagamento de aluguel de casa para escola”. Diante dessa dificuldade e do não recebimento dos valores afirma que era preciso, do seu “diminuto ordenado, reservar a quantia de 10.000 para completar a importância do aluguel da casa onde tenho a escola” - que era de 20 a 25.000 mensais. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 23/02/1916.

<sup>430</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1929, p. 75. Por tal razão, não atenderia às necessidades da nacionalização do ensino primário, como pretendia o governo.

Noutra ocasião oferecia, gratuitamente, o título de um terreno e toda a madeira para edificação de um prédio escolar. Solicitava, no entanto, que o Estado se responsabilizasse com o pagamento dos professores. Argumentou que “isto animaria os habitantes do lugar e aumentaria o ensino escolar do Estado.” Em vários outros ofícios enviados pela empresa ao governo, insinuaram-se parcerias semelhantes, destacando que isso faria avançar “o processo de legitimação de um novo estado de ordem”.<sup>431</sup>

É evidente que a doação de um terreno e da madeira necessária ou a eventual construção do prédio para o funcionamento da escola não representavam um custo financeiro significativo para a Companhia. A falta de escolas seria mais prejudicial que esse investimento, por desestimular a atração dos colonos e ser vista como obstáculo ao progresso do local.<sup>432</sup> Tanto as empresas quanto as comunidades pressionavam o Estado para que assumisse tal responsabilidade. Nesse sentido foram constantes os apelos, como no caso da solicitação de professor para a comunidade de Perdizes, pois ali haveria um grupo de 45 crianças que não eram atendidas:

Quase todas analfabetas e não há ali uma escola pública ou particular, de sorte que se estão criando esses nossos patriciosinhos sem os benefícios salutareos da instrução, um dos maiores fatores de progresso de uma nação. Condoendo-me da sorte desses nossos amiguinhos, falei aos seus pais a respeito da necessidade urgente de atenção do Estado.<sup>433</sup>

Foram as comunidades, no entanto, que assumiram, em grande parte os compromissos concernentes à educação, na construção e manutenção dos prédios e, muitas vezes, com o próprio pagamento dos professores.<sup>434</sup> (Ver Figura 10) Essa situação também é evidenciada pela difusão das escolas confessionais, como seminários, conventos e escolas comunitárias, seja em Cruzeiro ou em toda a região. Como se afirmou, era nesse sentido que o significado da presença da igreja nas colônias ia além da questão religiosa e era tão caro aos empresários da colonização.

---

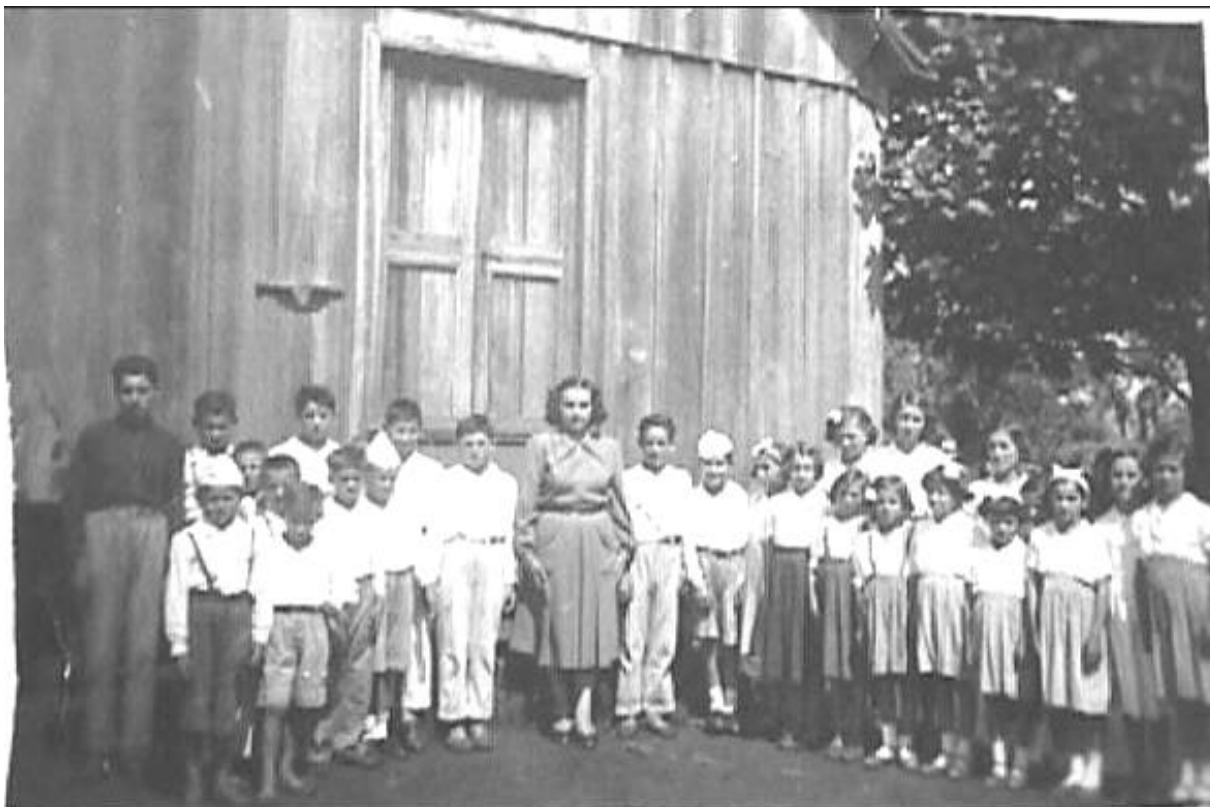
<sup>431</sup> Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 7/09/1917, p. 15 e 4/10/1917, p. 76. Concluía o ofício com o seguinte dizer: “meu pleno apoio à grande causa do grande Estado de Santa Catarina; progresso e civilização”.

<sup>432</sup> O empresário Rui Acádio Luchese, (2002) afirma que criou, inicialmente, uma infra-estrutura por conta da Companhia, com escola, moinho e casinhas para os moradores. Pagava uma professora para lecionar e um moinheiro para cuidar do moinho. “Essas duas coisas não davam lucro para a empresa, davam prejuízo.” Por isso, logo que pode passou esses compromissos para a comunidade, para particulares e para o poder público.

<sup>433</sup> O ofício de Manoel Lins, ao Cel. Felipe Schmidt, era acompanhado de uma relação de nomes dos pais, em número de 18 e das crianças, 45. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, 22/11/1917. Perdizes era o nome do atual município de Videira.

<sup>434</sup> Como exemplo, cita-se o anúncio convidando a população a prestigiar a 'Grande festa cívico-religiosa' em Nova Petrópolis, com o objetivo de angariar fundos para a construção de um novo prédio para a escola. **A Tribuna**. Cruzeiro. 14/3/43. Depoimentos evidenciam que a prática de pagamento de professores pelas famílias para o ensino da leitura, da escrita e das operações matemáticas, foi comum no transcurso da primeira metade do século XX, especialmente nas comunidades afastadas das sedes do município ou distritos.

**Figura n. 10** - Escola da Linha Ressaca, Ponte Serrada.



**Fonte:** Acervo da Professora Assunta Castagnaro Bazi, que aparece na foto com seus alunos (1954). Nesse prédio funcionava a antiga igreja da comunidade, formada por migrantes italianos e por caboclos. Esses foram “trazidos para a escola”, pelo esforço pessoal da professora.

Por iniciativa do clero não apenas as igrejas foram construídas, mas também escolas, hospitais e outras organizações de assistência social e de ajuda mútua. Quanto às escolas criadas por influência da Igreja, esta mantinha sua direção e controle, pois havia o entendimento de que um “professor paroquial” era seu “agente de confiança” e sua atividade vista como “missão catequizadora”, de forma complementar à feita pelo clero.

Foi nessa perspectiva que surgiram diversas escolas sob a liderança do clero e de congregações religiosas, sobretudo nas décadas de 1930 a 1950. Parte delas objetivava a formação do próprio clero, o que se deveu muito à influência do Bispo Dom Daniel Hostin.

Em fevereiro de 1934, por exemplo, chegaram a Herval d’Oeste, as Irmãs da Congregação da Imaculada Conceição, as quais ficaram provisoriamente no Colégio Paroquial, contíguo à Capela da Vila. Logo iniciaram a construção de um prédio escolar, sendo suas obras custeadas pelos donativos voluntários de fiéis, pela Paróquia e com recursos da Congregação. Em fevereiro de 1935, o Bispo de Lages dava a bênção ao “Colégio Cristo

Rei” e, no ano seguinte, por decreto do Governador Nereu Ramos, “o colégio foi equiparado aos Grupos Escolares do Estado , “sem ônus ao poder público”.<sup>435</sup>

A construção desta escola foi “uma investida contra a intenção da igreja presbiteriana de também instalar um estabelecimento escolar na Vila de Herval”. Para isso a igreja católica agiu rapidamente e, destacava o papel desempenhado por Frei Pio Fokler, o qual “tornou-se benemérito da Santa Religião pela fundação do Colégio Cristo Rei, pela heróica resistência que opôs à investida diabólica dos presbiterianos”.<sup>436</sup>

Outros colégios religiosos e seminários passaram a funcionar no período nessa região, entre eles cita-se o Seminário de Iomerê<sup>437</sup>, o São João Batista de Luzerna (1941), o Colégio *Mater Dolorum* de Capinzal, o colégio Marista Frei Rogério, de Joaçaba (1943), a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, de Joaçaba (1947), o Seminário de Jaborá (1950) e as Irmãs Salvatorianas em Tangará e Joaçaba (1952).<sup>438</sup>

Destarte, paralelo ao avanço do processo de colonização, as instituições religiosas e educacionais foram colocadas como propulsoras do progresso e da civilização. A partir da sua atividade as pessoas seriam preparadas e qualificadas para o Brasil moderno, idealizado pela intelectualidade e autoridades. As companhias colonizadoras souberam promover essa tessitura e se aproveitar dela.

---

<sup>435</sup> Cf. Livro Tombo da Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba. p. 18-20.

<sup>436</sup> Id. Ibid.

<sup>437</sup> Cf. [http://www.camilianos.org.br/Detalhes\\_Hosp.asp?id=140](http://www.camilianos.org.br/Detalhes_Hosp.asp?id=140), citado em 30/10/2005. Destaca-se, acerca do Seminário de Iomerê, que quando o Padre Garzotti chegou para criar a Paróquia, teria colocado entre as condições, que a casa Canônica fosse bastante ampla para receber de 25 a 30 alunos. O povo concordou e fez e, assim, em fevereiro de 1936, entraram os primeiros seminaristas. No contexto da II Guerra, com o rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Itália e pelo fato dos religiosos serem italianos, foram acusados de "quinta coluna", o que levou à invasão da Casa pela Polícia e todos os livros dos alunos e da biblioteca foram e remetidos à delegacia de Caçador. Além disso, foi determinado o fechamento do Seminário. Porém, com a mediação do Bispo Dom Daniel e de um Frei Franciscano muito amigo do Interventor Federal Nereu Ramos, desfez as intrigas e arbitrariedades e o Seminário voltou a funcionar.

<sup>438</sup> 70 Anos da Paróquia São Paulo Apostolo. [http://www.capinzal.sc.gov.br/edu\\_cul/cultura/igreja.htm](http://www.capinzal.sc.gov.br/edu_cul/cultura/igreja.htm) citado em 23/09/05. Afirma-se no documento que os Freis da Paróquia organizaram uma escola para o sexo masculino (Colégio Padre Anchieta) e a Congregação das Servas de Maria Reparadora, instalaram o Colégio *Mater Dolorum*, somente para o sexo feminino e o Hospital Nossa Senhora das Dores. Tanto as senhoras do Apostolado da Oração quanto as Irmãs muito contribuíram para o crescimento, principalmente, espiritual da paróquia, preservação da fé e continuidade das tradições Católicas. As primeiras Irmãs vindas da Itália para a comunidade Rio Capinzal, a convite dos Padres Capuchinhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, período em que se discutia muito a conquista do sertão brasileiro, a atuação das companhias colonizadoras no município de Cruzeiro e a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande foram fatores que impulsionaram o processo de conquista da região.

As empresas reconstruíram o espaço regional que, mesmo escassamente, era ocupado por populações autóctones e caboclas, a partir da perspectiva privada, sendo, a terra, transformada em mercadoria. A atuação das colonizadoras foi um meio eficiente para a implantação do propósito almejado pelas autoridades, pela intelectualidade em geral e, também, por setores intermediários da sociedade, já que fez avançar o que entendiam ser a “ordem”, o “progresso” e a “civilização”: o aproveitamento do espaço na perspectiva da produção de bens, especialmente, alimentos e matéria-prima para o mercado interno, a partir de uma organização social própria. A tarefa foi confiada aos migrantes, que eram identificados como trabalhadores, ordeiros, civilizados e civilizadores, qualidades não atribuídas aos grupos locais.

Em Cruzeiro, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande facilitou o acesso de pessoas, pois a colonização envolveu milhares de migrantes principalmente descendentes de italianos, alemães e poloneses das antigas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Também atraiu uma série de investimentos privados, entre os quais se destacam os realizados pelas empresas que lotearam e venderam grandes áreas de terra, em pequenos lotes, destinados à agricultura familiar.

A construção da ferrovia promoveu o surgimento de diversos empreendimentos particulares nas suas proximidades e isso valorizou, sobremaneira, as terras da região, o que fez aumentar as disputas pelo seu controle. Nelas, além dos grupos que historicamente as ocupavam e que resistiram à apropriação privada, estavam a empresa construtora da ferrovia, que recebeu terras por concessão, os latifundiários, em geral ligados à pecuária e as companhias colonizadoras.

As empresas eram sociedades, em geral, formadas por empresários de diferentes setores, procedentes de Caxias do Sul, Porto Alegre e outras cidades das antigas áreas

coloniais que passaram a investir na comercialização das terras em Cruzeiro. Requereriam, junto ao governo catarinense, grandes áreas de terras, no intuito de revendê-las em pequenos lotes, aos agricultores. A forma de atuação, assim como sua organização, baseava-se na experiência desenvolvida nas antigas áreas coloniais sulriograndenses, por isso a divisão dos lotes visava a atender aos interesses e possibilidades daqueles colonos. Soma-se a isso, as características físicas da região, com terrenos íngremes e cobertos de matas, que condicionaram o loteamento em pequenas propriedades agrícolas. As poucas exceções ligam-se às áreas de campo destinadas à pecuária ou, outras, à exploração madeireira.

Alguns fatores foram decisivos para que o processo se desencadeasse dessa forma. Entende-se que a postura das autoridades estaduais, em geral, favoreceu amplamente aos interesses privados, no processo de apropriação da terra. Esse favorecimento se construiu num quadro em que, debates nacionais sugeriam a necessidade de conquistar e enquadrar o território do “sertão”, assim como suas populações, aos desígnios de progresso, modernidade e civilidade, ambicionados na época. As populações nativas e mestiças, assim como o sertão/interior como contraponto ao litoral/urbano/evoluído, comumente, eram colocadas como empecilho para tal. Assim, impunha-se a necessidade de criar uma camada social que se diferísse do latifundiário e do “preguiçoso Jeca”.

Nesse contexto, difundia-se a idéia da expansão da pequena propriedade, nos moldes praticados pelas colonizadoras, não apenas para “ocupar efetivamente a terra” ou “incorporá-las à cultura”, mas para que se desenvolvessem atividades econômicas, no intuito de promover o “progresso”, o “crescimento econômico do Estado” e o “engrandecimento da coletividade”. A terra seria a base da produção da riqueza e, por isso, a agricultura e “não o industrialismo”, o caminho para alcançar tal fim. A pequena propriedade voltada à agricultura familiar, praticada pelos migrantes, faria com que “novos métodos de cultura” se desenvolvessem e produzisse uma realidade diferente tanto do latifúndio, quanto das práticas das populações caboclas.

Saliente-se que a industrialização e a urbanização brasileiras, identificava-se com a idéia de modernização, mas, as autoridades catarinenses entendiam que isso seria próprio dos países que não tinham disponibilidade de terras agricultáveis, justificando assim as concessões feitas pelo governo e os procedimentos facilitadores do processo de apropriação privada da terra. O discurso das autoridades estaduais, acerca das terras incorporadas ao Estado, levava às companhias colonizadoras a argumentarem na defesa de sua atividade; enfatizando o caráter de prestação de serviço, pois favoreciam o “progresso econômico e social do país”, diferente do que ocorria com as áreas de latifúndio, que eram criticadas por

não serem consideradas produtivas. Dessa forma pressionavam as autoridades, no intuito de garantir e ampliar seus interesses. A aliança de empresários e governantes, partindo do princípio que aqueles colocavam em prática um “propósito público”, evidencia o imiscuir-se de interesses, no qual o setor privado se impôs ao público, com a decisiva contribuição dos governantes, facilitando as concessões de terras às empresas.

A definição dos limites interestaduais e a incorporação de grandes áreas de terras, consideradas devolutas, ao estado de Santa Catarina, entre elas boa parte do território de Cruzeiro, fizeram esse processo se acirrar.

Diante da fragilidade e limitações apresentadas pelo poder público estadual, notadamente acerca da necessidade de obras de infra-estrutura nas áreas coloniais, como escolas, segurança pública e, principalmente, estradas, os governantes repassaram muitos desses compromissos ao setor privado. As companhias colonizadoras firmaram diversos contratos de compra de terras, sobretudo em troca da construção de estradas, sob o argumento que “cortariam o território” e fariam avançar o progresso. Essa situação fica evidente nas Mensagens executivas, em especial na década de 1920, quando várias referências eram feitas à venda de terra a empresas particulares, em troca da prestação desse serviço.

As estradas eram comparadas às “artérias, por onde um sangue novo e são penetraria no coração do território, considerado abandonado, até então”,<sup>439</sup> justificava-se assim as condições para alavancar o “progresso” da região, pela atração de “pessoas laboriosas”. As terras do “sertão”, uma vez colonizadas por migrantes, se tornariam “apreciáveis centros de progresso e trabalho”.

As companhias colonizadoras eram favorecidas por esse procedimento, pois, sem imobilizar grandes somas de capital, passaram a controlar vastas áreas de terra, visto que o pagamento em espécie era irrisório. Para a construção das estradas, contratavam a mão de obra entre os migrantes, que, geralmente, trabalhavam para pagar uma parte ou a totalidade do lote que adquiriam. É difícil precisar se as empresas promoveram a construção das estradas ou se cumpriram integralmente seus contratos, mas várias estradas foram construídas, especialmente ligando as principais vilas, valorizando ainda mais as terras na perspectiva imobiliária; apesar das reclamações, quanto à precariedade ou inexistência delas, perdurarem por todo o processo de colonização. Por várias referências documentais ou da memória oral, infere-se que, muitas vezes, as estradas secundárias, ao interior das colônias, não passavam de

---

<sup>439</sup> Cf. GOVSC-Mens. 1915, p. 10.

“simples picadas” ou de “trilhas pelo meio do mato”. Isso evidencia que as colônias se formaram em base precária.

Tal situação contradizia a propaganda feita pelas empresas, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, pois, pela publicidade, positivaram a imagem da região, mostrada como um espaço que já desfrutava de infra-estrutura e que possuía grandes perspectivas de futuro. Essa imagem pode ser relacionada ao mundo da cocanha, com possibilidades de conquistar com facilidade o sustento e os bens necessários para a vida. As representações positivas das “terras de Santa Catarina”, difundidas pela publicidade, alimentaram o imaginário das populações das antigas áreas coloniais sobre as novas terras. De diversas formas, os setores interessados na colonização também as propagavam ao mesmo tempo em que amenizavam as dificuldades e limitações existentes na região, vistas como circunstanciais.

Se de um lado a propaganda foi “a alma do negócio”, no sentido de vender as terras aos colonos, de outro, concomitantemente, fazia-se outra campanha, para desqualificar as populações locais e justificar a apropriação das terras que ocupavam. Nesse sentido, construíram-se representações negativas delas, vistas como “intrusas”, “indesejáveis”, “violentos”, “desqualificadas”, “atrasadas”, “preguiçosas”, “gente com dívida em cartório”, enfim, inconvenientes para a colonização, da forma como era idealizada pelos grupos dirigentes. Por isso, nesse jogo de desqualificação e qualificação, eram colocadas como contraposição ao processo de construção da “civilização e do progresso”; não eram vistas como “nós”, mas como “eles”. Como afirmam Elias e Scotson, a imagem do nós e do ideal do nós, são versões pessoais de fantasias coletivas. A “eles” os valores ligados ao amor-próprio coletivo, são tidos como ausentes.<sup>440</sup>

A partir dessa perspectiva de desqualificação do outro, a prática das companhias colonizadoras, de ludibriar os “intrusos” ou aqueles que habitassem terras não escrituradas ou legalizadas, foi constante. Os prepostos das empresas utilizavam várias estratégias para convencer essas pessoas a se retirarem das terras. “Ir nas boas” significava convencê-las a saírem espontaneamente, já que a terra teria um dono. Criar situações que impunham medo às famílias, com vários tipos de ameaças, para que se “mandassem pra frente”, era procedimento frequentemente utilizado, assim como oferecer-lhes algum benefício ou lotes nas vilas, para que deixassem as terras. Na maioria das vezes, os empresários conseguiam seu intento e essas pessoas se instalavam em terrenos menos adequados como “nas barrancas dos rios” ou mudavam-se para locais distantes. Também se realizavam contratos em que os caboclos eram

---

<sup>440</sup> Cf. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 43-44.



colocados como parceiros para a criação de suínos ou outras atividades, pelos quais perdiam o direito de posse sobre as terras. Essas artimanhas, entre outras, eram consideradas “formas sábias” de se livrar “dos intrusos”, por não utilizar a violência física. Infere-se, destarte, que eram consideradas aceitáveis.

Além desses procedimentos em relação aos grupos locais, as companhias colonizadoras utilizavam diferentes artifícios, também para com os migrantes. Mostrar determinado lote, por ocasião da realização do negócio, e escriturar outro, de localização menos privilegiada e de qualidade inferior, ou, sempre que possível, vender, primeiro, os lotes mais afastados das vilas, também foram práticas das empresas. Mesmo contradizendo a imagem difundida pela publicidade, de um espaço idealizado e positivado, colocaram em prática o propósito de vender as terras. “Elas estavam interessadas em vender as terras” é a resposta mais freqüente que se ouve, quando se questiona os migrantes sobre o papel das colonizadoras.

Sobre o modelo de subdividir as terras em pequenos lotes, não se tratou de uma convicção de política agrária das companhias colonizadoras, mas sim de uma forma adotada para facilitar a especulação imobiliária, visto que havia um público consumidor interessado. Mesmo assim, foi visto como um meio significativo de “implantar a civilização” nas “terras inproveitadas do sertão”, pois criava as condições de superação da realidade anterior, por atrair para a região grande número de migrantes, os quais aproveitariam o “milagre da uberdade do solo” e produziriam a riqueza.

Para isso, colocava-se a necessidade de que transcorresse um tempo para a região alcançar o estágio idealizado. Nas representações criadas pelos migrantes e colonizadores, essa conquista é constantemente evidenciada. Reportando-se ao transcurso realizado em meio século, Paganelli afirma se tratar de:

Região fértil, rica e prospera, [...] conseguiu granjear posição de destaque no cenário econômico dentre as maiores Comunas de Santa Catarina e de outros Estados, graças ao abnegado esforço comum de sua gente ordeira e laboriosa, que se empenha no trabalho cotidiano, gerando o desenvolvimento nos vários setores de atividade, ajudando, sobremaneira, a construir a grandeza do Estado e da Nação.<sup>441</sup>

Essa visão, centrada no trabalho, na iniciativa e no empreendedorismo dos migrantes, demonstra que as representações difundidas no processo de colonização foram se

---

<sup>441</sup> Cf. PAGANELLI, Arno. **Paróquia Evangélica de Luzerna**: sua origem e desenvolvimento. 1926-1976. Boletim Informativo, p. 3.

consolidando e se relacionando com aquilo que, inicialmente, colocava-se como projeto de “modernidade, de progresso e de civilização”. Como evidencia Chartier, essas representações, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.<sup>442</sup>

Na reconstrução do espaço, as empresas criaram ou estimularam a criação da infraestrutura que serviu de suporte para a colonização. Ao motivarem as comunidades a fazer igrejas, escolas, moinhos, estradas e outras obras para atender as necessidades da vida comunitária e da assistência social, substituíram o poder público.

Na perspectiva econômica também é evidente que a reconstrução do espaço, a partir da propriedade rural de agricultura familiar, promoveu o surgimento de inúmeros pequenos comércios e indústrias, como moinhos, serrarias, ferrarias, fábricas de maquinário agrícola, agroindústrias, entre outros, intimamente ligados ao modelo agrário difundido na região. Isso, por sua vez, transformou-se na base dos empreendimentos indústrias e comerciais que se consolidaram no processo. Nesse sentido, pode-se dizer que se modernizou ou difundiu o progresso proposto na época, que consistia em tornar a região produtiva para o mercado interno.

O modelo provocou uma modificação radical na utilização da terra na região, dando-lhe uma especificidade, marcada pela agricultura familiar, diferente do que ocorrera como padrão agrário, na maior parte do território brasileiro.

Para o migrante, o lote de terra, além de significar a conquista da propriedade, era o espaço em que poderia suprir as necessidades de subsistência e organizar a vida familiar, garantindo a continuidade de sua prole. Essa expectativa facilitava a atuação das colonizadoras na venda dos lotes.

É indiscutível que o processo de colonização excluiu do controle sobre a terra os grupos que residiam na região e criou uma classe de proprietários, os migrantes, a partir da idéia de “progresso do sertão”, difundida no período. Estabeleceu uma hierarquia em relação à terra, pela qual se manteve os latifúndios nas áreas de campo, as pequenas propriedades nas de colonização e os grupos indígenas e caboclos foram excluídos do acesso.

Nesse processo os interesses privados buscaram amparo no poder público. Os empresários aliaram-se ao discurso alimentado pelos governantes, que difundia a idéia de que somente uma colonização sistemática e organizada, em “terrenos limpos”, ou livres da presença de “intrusos”, poderia atrair para a região, migrantes e investidores. Os governos do

---

<sup>442</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990, p. 17.

Paraná e de Santa Catarina facilitaram e protegeram a conquista privada de grandes áreas no ex-Contestado. Isso se deu, sobretudo, em favor das companhias colonizadoras e dos latifundiários e, em detrimento dos grupos ali domiciliados. Entre os anos de 1921 a 1925 ocorreram as maiores concessões feitas pelo Estado, ocasião em que enormes áreas de terras passaram ao controle privado. Figurativamente, pode-se dizer que ocorreu um “festival da terra”, no qual essas concessões, suspeitas, foram desfavoráveis aos interesses públicos e serviram para que alguns acumulassem grandes fortunas.

O processo de colonização combinou interesses, principalmente das companhias colonizadoras, que especulavam com a venda das terras e dos migrantes interessados em conquistar sua propriedade. Por outro lado, o Estado também pode ser colocado como interessado, pois buscava incorporar as novas terras aos seus domínios, pela atração de migrantes, pelo desenvolvimento de atividades econômicas e, em decorrência disso, pela geração de impostos.

A maioria dos empresários que atuaram na venda das terras em Cruzeiro, era das antigas áreas coloniais sulriograndenses. Infere-se disso que boa parte do dinheiro proveniente dos negócios de venda das terras foi canalizada para aquela região.

O fato do Estado manter-se distante do processo de colonização, em certo sentido permitiu que as companhias colonizadoras desenvolvessem atividades da maneira como quisessem. Em geral os empresários se ativeram ao comércio das terras, repassando os compromissos de infra-estrutura às comunidades, como foi o caso da construção de igrejas e escolas. Na prática, a organização de comunidades a partir das Igrejas, possibilitou que surgissem inúmeras escolas confessionais, hospitais, organizações de assistência social, entre outras. Por sua vez, essas instituições e organizações desenvolveram um amplo trabalho de catequese e de cristianização, o que ia ao encontro da almejada “civilização” e legitimava o processo de colonização.

Essas instituições difundiriam os princípios da civilização, também entre os caboclos, pois através delas se disseminariam os propósitos condizentes com a modernização e o progresso, visto que os colonizadores se percebiam como civilizadores do espaço e das pessoas que o ocupavam, as quais eram estigmatizadas e representadas negativamente e, como se referem Elias e Scotson, o grupo estigmatizador buscava se eximir de qualquer responsabilidade, com a condição do grupo estigmatizado; “não fomos nós que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo”.<sup>443</sup>

---

<sup>443</sup> ELIAS, Nobert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 35.

Civilizar o espaço significava, também, estabelecer o domínio sobre a floresta. Por mais que fosse vista como exuberante, precisava ser transformada e dominada, colocada a serviço do progresso, assim como seus habitantes. Seriam os migrantes, vistos como civilizados e civilizadores, que fariam essa transformação.

Assim, a colonização de Cruzeiro constituiu-se numa história de conflito entre os grupos envolvidos no processo, que foi de luta e de jogo de interesses. Nele, mesmo que tenha existido resistência, os privilégios de uns representaram a exclusão de outros. As representações que se produziram, serviram para justificar comportamentos e atitudes, seja em relação, às pessoas, à natureza ou a apropriação da terra.

As companhias colonizadoras souberam utilizar-se das vantagens propiciadas pelo poder público e, por sua vez, desempenharam um papel significativo na tessitura de conquista dessa parte do “sertão brasileiro”.

Esta pesquisa suscitou algumas questões, que em futuros trabalhos poderão ser aprofundadas, entre elas destaca-se a da relação entre o modelo de agricultura familiar com a industrialização da região, em particular com a agroindústria, a indústria de máquinas e implementos agrícolas e a indústria extrativa.

A relação entre o processo de colonização e os problemas gerados pela devastação da floresta, em particular pela prática dos migrantes colonos para desenvolverem a agricultura familiar, é outro aspecto a ser aprofundado.

Entre as questões a serem investigadas com mais profundidade coloca-se a reação dos migrantes às práticas das companhias colonizadoras.

Também merece investigação a evidência de que o capital gerado pela venda das terras se evadiu da região, especialmente para as antigas áreas coloniais, como Caxias do Sul e região, ou para o Sudoeste e Norte paranaense, em outros projetos de colonização.

Outra questão a ser investigada relaciona-se ao papel desempenhado pelas comunidades em relação aos compromissos públicos. Teriam elas substituído o Estado no oferecimento do ensino e atividades assistenciais?

Por fim, outro aspecto em aberto liga-se ao capital cultural produzido por essa experiência de colonização, centrada na agricultura familiar. Em que sentido, no presente, ele poderia ser utilizado, seja para a definição de políticas públicas ou para a produção agroecológica, como alternativa ambiental e de geração de renda.

## FONTES DE PESQUISA

### 1. Arquivos – fontes escritas

Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul.  
Arquivo do Jornal Correio Riograndense, Caxias do Sul.  
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.  
Arquivo Histórico de Passo Fundo - RS  
Biblioteca Pública de Florianópolis.  
Biblioteca Pública de Joaçaba.  
Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis.  
Junta Comercial de Joaçaba.  
Junta Comercial de Santa Catarina.  
Junta Comercial do Rio Grande do Sul.  
Livro Tombo da Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba.  
Livro Tombo da Paróquia Santo Antônio, Ponte Serrada.  
Livro Tombo da Paróquia, Nossa Senhora do Rosário, Concórdia.  
Museu Hermano Zanoni, Concórdia.  
Memorial Atílio Fontana, Concórdia.  
Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do *Center for Research Libraries e Latin American Microform Project* – Disponível em:  
<http://www.crl.uchicago.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>

### Memoriais, Relatórios, Ofícios e outros.

MENSAGEM e RELATÓRIO da gestão de negócios do Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catarina durante o exercício de 1923. Índice Duplex Numérico por Assunto dos Relatórios Avulsos. APESC

MEMORIAL da Sociedade União dos Colonizadores (S.U.C.) ao Exmo. Sr. Interventor do Estado de Santa Catarina. Relatório Avulso. APESC.

MEMORIAL da Southern Brazil Lumber & Colonization Co. Índice Duplex Numérico por Assunto dos Relatórios Avulsos. APESC.

Ofícios Diversos para o Palácio do Governo de Santa Catarina. APESC.

PAGANELLI, Arno. Paróquia Evangélica de Luzerna: sua origem e desenvolvimento. 1926-1976. Boletim Informativo da Paróquia. Avulso.

**Mensagens ao Congresso Representativo e à Assembléia Legislativa de SC<sup>444</sup>**

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado ao Congresso Representativo, em 5 de agosto de 1907. Florianópolis, Tipografia d'O Dia.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado, em 23 de julho de 1911. Florianópolis, Tipografia d'O Dia.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado, em 24 de julho de 1913. Florianópolis, Tipografia d'O Dia.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem do Presidente Vidal José de Oliveira Ramos apresentada ao Congresso Representativo. Florianópolis, 20 de junho de 1914.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Major João Guimarães Pinto, Presidente do Congresso, no exercício do cargo de Governador. Florianópolis, Tipografia d'O Dia, 29 de julho de 1915.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada por Felipe Schimdt, Governador do Estado, ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada por Felipe Schimdt, Governador do Estado, ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 8 de setembro de 1918.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador em 22 de julho de 1919.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 de julho de 1920.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 de julho de 1921.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Raulino Julio Adolfo Horn, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador, em 16 de agosto de 1922.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1923.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira Vice-governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 de julho de 1924.

---

<sup>444</sup> Disponíveis em: <http://www.crl.uchicago.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1925.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Coronel Dr. Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 21 de agosto de 1926.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1927.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, Pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina, em 29 de julho de 1928.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 1929.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, pelo General Dr. Antônio Vicente Bulcão Viana, Presidente da mesma Assembléia, no exercício de Presidente do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1930.

### **Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Portarias. CMALESC**

Lei n. 1.174, de 5 de dezembro de 1887.

Lei n. 69, de 22 de maio de 1893.

Lei n. 158, de 221 de setembro de 1895.

Lei n. 722, de 17 de agosto de 1907.

Lei n. 1.147, de 25 de agosto de 1917.

Lei n. 1.182, de 2 de outubro de 1917.

Lei n. 1.365, de 21 de setembro de 1921.

Decreto n. 64, de 1 de dezembro de 1923.

Lei n. 1.474, de 17 de outubro de 1924.

Lei n. 1.511, de 26 de outubro de 1925.

Lei n. 1.519, de 5 de novembro de 1925.

Lei n. 1.542, de 15 de outubro de 1926.

Decreto n. 55, de 1 de outubro de 1931.

Decreto n. 66, de 28 de outubro de 1931.

Lei n. 137, de 13 de novembro de 1936.

## Legislação Federal

Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras).

Regulamento para execução da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850.

Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889.

Cláusulas referentes ao Decreto 10.432 de 9 de novembro de 1889.

Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890.

Decreto n. 964, de 7 de novembro de 1890.

Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

Decreto-Lei n. 2.684, de 7 de outubro de 1940.

Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943.

## Relação das propagandas analisadas, das companhias colonizadoras.

Colônia Bom Retiro, Núcleo “Nova Vicenza”. **II Colono**. Garibaldi, 31/05//1917, p. 3.

*Colonie Bom Retiro e Nova Vicenza* (Santa Catharina). **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 30/01/1919, p. 3.

H. Hacker & Cia. Porto União. Colônia Bom Retiro. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 01/05/1919, p. 2.

Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande: Departamento de terras e Colonização. Colônias Rancho Grande e Rio Engano. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 5/01/1921, p. 5.

Luce, Rosa & Cia. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 3/03/1921, p. 8.

COLÔNIA ITALIANA. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 18/05/1921, p. 6.

*COLONIE BOM RETIRO E CAPINZAL*. Sociedade Territorial Sul – Brasileira H. Hacker e Cia. **O Brasil**. Caxias do Sul, 25 /06/1921. Ano XIV, n. 5, p. 4.

Declarações, *Brazil Development e Colonization Company*. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 20/05/1922, p. 3.

*Terre Nel Rio do Peixe, nella linea della Ferrovia Sa Paolo–Rio Grande*. **Cittá di Caxias**. Caxias do Sul, 30/09/1922. Ano X n. 464, p. 3.

COLÔNIA PETRI, Estação Rio Bonito. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 14/02/1923, p. 4.

*COLONI ATTENZIONE*. **Correio Colonial**. Caxias do Sul, 3/01/1926. Ano II, n. 1. p. 4.

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Colônias “Concórdia” e “Sertãozinho”. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 20/01/1926, p. 6.

Terras à Venda. Massimiliano de Francesci. Concórdia. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 28/04/1926, p. 6.

Colônia Irany, Município di Cruzeiro, Stato di Santa Caterina. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 3.



EMPRESA COLONIZADORA Nardi, Rizzo, Simon & Cia. Colônia Rio Branco. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 6.

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Concórdia e Herval. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 18/04/1929, p. 3.

2.500 Colonie in Vendita: COLONIA CONCORDIA. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 19/01/1934, p. 4.

COLÔNIA “Benito Mussolini”, Nuova Colonizzazione di Formigheri & Cia. **Staffetta Riograndense**. Caxias do Sul, 19/12/1934, p. 4.

*Kolonie Concordia. Munizip Cruzeiro – Staat Santa Catharina, Brasilien.* Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Porto Alegre, s/d.

## 2. Periódicos (Jornais, Revistas e Almanques)

**Acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul.**

*La Libertá.* Caxias do Sul, 13 de fevereiro à 11 de dezembro de 1909. Ano I, n.. 1 a 44.

*La Libertá.* Garibaldi, 15 de janeiro a 26 de março de 1910. Ano I, n.. 45 a 52.

**Correio do Município.** Caxias do Sul, 1909 - 1911. (incompleto)

**O Brazil.** Caxias do Sul, 1910 a 1924. (incompleto)

**A Encrenca.** Caxias, 11 de outubro de 1914 a 30 de maio de 1915. Anno I n.1 a 31.

*Il Colono Italiano.* Garibaldi, 1910 a 1917.

**Cidade de Caxias.** Caxias do Sul, dezembro de 1911 a junho de 1912.

**O Evolucionista.** Caxias do Sul, setembro a dezembro de 1915.

*Città di Caxias.* Caxias do Sul. Número Único: *dedicato all' Esimio Presidente dello Stato del Rio Grande del Sud* Dr. Augusto Borges de Medeiros. *Cronostoria delle Colonie italiane in questo stato. 20 de settembre de 1915.*

*Città di Caxias.* Caxias do Sul, 1918 a 1922. (incompleto)

**O Democrata.** Caxias do Sul, 20 de dezembro de 1922 a 02 de maio de 1923. (incompleto)

Correio Colonial. Caxias do Sul, dezembro de 1924 a janeiro de 1926. (incompleto)

**A Tribuna.** Caxias do Sul, 12 de agosto a 08 de novembro de 1920. Ano I, n, 3 a 20.

**A Vanguarda.** Caxias do Sul, 23 de outubro de 1922. Ano I, n. 3.

**A Resistência.** Caxias do Sul, 03 a 22 de novembro de 1922. Ano I, n. 1 a 4.

**O Regional.** Caxias do Sul, janeiro de 1926 a novembro de 1928.

**O Jornal.** Caxias do Sul, setembro de 1931 a dezembro de 1932.

**A Luneta.** Caxias do Sul, 19 de março de 1933. Ano I, n. 2.

**Caxias Jornal.** Caxias do Sul, maio de 1933 a novembro de 1934. (incompleto)

**Folha do Nordeste.** Caxias do Sul, junho de 1937 a dezembro de 1937.

**O Bandeirante.** Caxias do Sul, outubro de 1935 a dezembro de 1937.

**O Assombro.** Caxias do Sul, Outubro de 1937 a março de 1938. (incompleto)

### **Acervo do Jornal Correio Riograndense de Caxias do Sul.**

*Staffetta Riograndense.* Acervo do Jornal; Caxias do Sul. (1917-1950). O jornal, publicado em italiano, teve os nomes de *Il Colono*, depois *Staffetta Riograndense* e, a partir de 1941, publicado em língua vernácula, com o nome de **Correio Riograndense**.

### **Acervo Biblioteca Pública de Florianópolis.**

**A Tribuna.** Joaçaba. (1941-1947).

**Jornal da Semana.** Concórdia. (1953-1956).

**Cruzeiro.** Cruzeiro (Joaçaba). (1934-1936).

**O Tempo.** Concórdia, 1950.

**Tribuna Livre.** Joaçaba. (1954-1959).

**Voz d'Oeste.** Cruzeiro (Joaçaba). (1938-1943).

**Vanguarda.** Campos Novos. (1908-1910).

**O Libertador.** Campos Novos. (1910-1911).

**O Município.** Campos Novos. (1924-1926).

**Correio d' Oeste.** Joaçaba, (1953).

### **Avulsos**

**Joaçaba Jornal.** Joaçaba. 1951.

**Revista do Sul:** o vale do Itajaí. Ano XVI, n. 137, 1959.

**Blumenau em Cadernos.** Memória de um Colonizador: Henrique Hacker. 1960.

### **ALMANAQUES**<sup>445</sup>

#### **Acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul.**

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1916.* Selbach: Porto alegre, 1916.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1917.* Anno II. Selbach: Porto Alegre, 1917.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1918.* Anno III. Selbach: Porto Alegre, 1918.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1919.* Anno IV. Selbach: Porto Alegre, 1919.

---

<sup>445</sup> Todos escritos em Italiano, salvo o Almanak Agrícola de 1929.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1921.* Anno VI. Selbach: Porto Alegre, 1921.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1922.* Anno VII. Selbach: Porto Alegre, 1922.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1923.* Anno VIII. Selbach: Porto Alegre, 1923.

*Almanacco per le Famiglie Italiane nel Brasile per l'anno 1924.* Anno IX. Selbach: Porto Alegre, 1924.

Almanak Agrícola Brasileiro, 1929.

### **3. Fontes Orais - Entrevistas**

BAZI, Assunta Castagnaro. Entrevista A/A, Ponte Serrada, 14/06/2005.

BONAMIGO, Marinho. Entrevista A/A e Círio Parizotto. Ouro. 28/07/02.

BONATO, Iolanda. Entrevista A/A, Joaçaba, 3/08/1991.

BUSSACRO, Domingos José. Entrevista A/A. Lacerdópolis, 24/07/2002.

DE MARCO, Victo. Entrevista A/A, Joaçaba, 24/05/1994.

LUCHESE, Rui Acádio. Entrevista A/A. São Miguel do Oeste, 22/01/2002.

LUNARDI, Amantino. Entrevista A/A. Ponte Serrada, 31/07/2002.

LUNARDI, Amantino. Entrevista A/A. Ponte Serrada, 08/03/2005.

LUIZÃO, Itacir João. Entrevista A/A, Ouro, 28/07/2002.

ORSO, Lorenço. Entrevista A/A Joaçaba, 23/05/1994.

PEDRETTI, Alcides Reinaldo. Entrevista a Claudiomar de Andrades, Ponte Serrada, 19/09/2004.

RACHELLE, Germano. Entrevista A/A. Joaçaba, 11/09/1994.

RADIN, Luigi. Entrevista A/A. Casca/RS, 31/12/2003.

RICHETTI, E. Entrevista a Adriana Toaldo, 31/10/1992.

ROTELIS, Pedro Isaias; ISAIAS, Licídia Camargo. Entrevista A/A. Ponte Serrada 21/06/05.

SANTOS, Avelino dos; SANTOS, Maria Aparecida Benitez dos. Entrevista A/A, Ponte Serrada, 15/05/2005.

### **4. Memórias escritas**

PICCOLI, Ivo A. Cauduro. **Subsídios para a História de Tangará.** Depoimento Mimeografado enviado pelo autor à Prefeitura Municipal de Tangará – SC. O autor é filho de Raymundo Piccoli, um dos empresários da colonização que atuou na região de Tangará. s.d.

## 5. Sites Consultados

MENDONÇA, S. R. de. *Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales*, n. 1, 2º semestre de 2000, Centro de Estudios Historico Rurales. Universidad Nacional de La Plata. In: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/nro1/mendonca.htm>  
<http://www.areaindigena.hpg.ig.com.br/personal.htm>  
[http://www.capinzal.sc.gov.br/edu\\_cul/cultura/igreja.htm](http://www.capinzal.sc.gov.br/edu_cul/cultura/igreja.htm)  
[http://www.camilianos.org.br/Detalhes\\_Hospi.asp?id=140](http://www.camilianos.org.br/Detalhes_Hospi.asp?id=140)  
<http://www.crl.uchicago.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>

## 6. Filmes e Documentários

CENTRO Vianei de Educação Popular. Documentário: **Memórias dos caboclos de Bocaina do Sul**. Lages. 1992, 36. min.

FAGANELLO, Chico. Documentário: **Cartas Italianas**. [s.l.] 1995, 34 min.

## 7. Bibliografia

### 7.1. Santa Catarina

ALMEIDA, Vitor. **Capinzal: jóias desta terra e desta gente**. Joaçaba: UNOESC, 2004.

ANAIS do II Encontro de Cientistas Sociais: Problemática Regional, Aportes para o Futuro. Chapecó: UNOESC, 1995. (2 Vol.).

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez, 1984.

BASTOS, Lúcio F. C. **A tributação da terra e a realidade fundiária**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1987.

BASTOS Jr., Edmundo José de. **Polícia Militar: um pouco de história e algumas histórias**. Florianópolis: IOESC, 1985.

BILIBIO, Rogério Augusto. **Joaçaba e a perda da condição de “Capital do Oeste catarinense”**: a apreensão de representantes do Grupo Dirigente. Passo Fundo: UPF, 2004. (Dissertação História).

BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985, p. 7-72.

BÜCHELE, Maria da Graça Silva. **Caetano Chuicheta 1900-1995: o pioneiro**. Concórdia: Gráfica Brindal, 2002.

- CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relação entre pequena produção e agro-indústria no Oeste catarinense. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. (Dissertação Economia).
- CEAG-SC. **Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais - Século XVII a 1960**. Florianópolis. s.d.
- CEON. **Por uma História do Oeste catarinense: 10 Anos de CEON**. Chapecó: UNOESC, 1995.
- CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina. (Org.) **A Voz de Chapecó**: artigos de Antônio Selistre de Campos – 1939-1952. Chapecó: Argos, 2004.
- COSTA, A. Ferreira da. **Ao presidente Adolpho Konder: visões e sugestões de um excursionista**. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929.
- COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens**. (4 Vol.) Florianópolis: FCC, 1982.
- CUNHA, Idaulo J. **O Salto da indústria catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003.
- DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: EST, 1983.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste catarinense. In: **Para Uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.
- D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.
- EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**. Florianópolis: Laudes, 1973.
- ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A agricultura no estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.
- FAVERO, Remi A. **Concórdia**: a saga dos pioneiros. Concórdia: Gráfica Sul Oeste, 2004.
- FILIPPIM, Eliane Salette. A romanização da igreja católica apostólica no Meio-oeste catarinense: 1920-1960. In: HEINSFELD, Adelar. (Org.) **A Região em Perspectiva: Diferentes faces da História catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2001, p. 171-203.
- FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1991.
- FONTANA, Attilio. **Historia da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERREIRA, Antenor G. **Concórdia o rastro de sua História**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC**. Joaçaba, Edições UNOESC, 1996.

HEINSFELD, Adelar (Org.) **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003, p. 141-154.

LAGO, Paulo F. **Santa Catarina**: Dimensões e Perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1978.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no Oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste catarinense. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 4, 1982-1983, p. 269-316.

MASSIGNAN, Aurivan. Estrutura fundiária e densidade demográfica na região do meio oeste catarinense. **Revista da Fundação Educacional do Oeste Catarinense**. FUOC. Ano: 1, n. 1, jan. mar. 1978.

MOSER, Anita. Alguns aspectos da realidade dos descendentes de italianos em Santa Catarina. In: **Boletim das Ciências Sociais** (55-56):34-60. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 1990.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre: PUC, 1999. (Tese História).

\_\_\_\_\_. Persuadir para migrar; a atuação das companhias colonizadoras. In; **Esboços**: revista do programa de Pós-Graduação da UFSC. Chapecó: UFSC, 2002, p. 29-51.

OTTO, Clárcia. As escolas Italianas entre o político e o cultural: Discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003, p. 105-140.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de, et. al. (Org.) **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: [s.n.], 1967.

QUEIROZ, M. Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ática, 1981.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense**. 2. ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

\_\_\_\_\_. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: **Facetas da colonização italiana**: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003, p. 17-122.

RENK, Arlene. A colonização do Oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Para uma história do Oeste catarinense**: 10 anos de CEON. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 221-258.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva**. Chapecó: Grifos, 1997.

- \_\_\_\_\_. **Sociodisséia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil**. Florianópolis: Lunardelli, 1973.
- SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- SEVERINO, José Roberto. **Noi Oriundi**: representações da imigração italiana em Santa Catarina. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2004. (Tese História).
- SILVA, José V. **O Oeste catarinense**: memórias de um pioneiro. Florianópolis: edição do autor, 1987.
- SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no Meio-oeste catarinense). Florianópolis, UFSC, 1983. (Dissertação, Direito).
- SILVA, Zedar Perfeito da. **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda. 1950.
- SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Vozes, 1934.
- SOUZA, Rogério Luiz. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003, p. 155-173.
- TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- THOME, Nilson. **O trem de ferro**: história da ferrovia no Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983
- \_\_\_\_\_. **Ciclo da madeira**: história da devastação da floresta da araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira de pinho na Região do Contestado no século XX: o caso de Caçador. Joaçaba: UNOESC, 1994. (Monografia História).
- VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a guerra do Contestado. Caçador: UnC, 1998.
- VICENZI, Renilda. **Terra Nova, vida nova**: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial no oeste catarinense. 1920-1950. Passo Fundo: UPF, 2003. (Dissertação História).
- WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização às margens do rio Uruguai no extremo-Oeste catarinense**: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil, 1925-1954. Florianópolis, UFSC, 1992. (Dissertação História).
- WITTMANN, Luisa Tombini. Entre o Giz e a Espada: Educação civilizatória indígena em Blumenau (1904 – 1914). In: DALLABRIDA, Norberto, (Org.) **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: cidade Futura, 2003, p. 11-37.

## 7.2. Geral

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da vida privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

AZEVEDO, Thales de. **Os italianos no Rio grande do Sul**: cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

BASTOS, Lúcio F. C. **A tributação da terra e a realidade fundiária**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1987.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

BERNARDI, Aquiles. **Nanetto Pipetta**. (STAWINSKI, A. V., TCACENCO, M. A. Trad.) Porto Alegre, Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1988.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BÍBLIA. Português. Trad. Centro Bíblico Católico. 34. ed. São Paulo: Ave Maria, 1982.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**: ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUM, Argemiro. Modernização da Agricultura no Planalto Gaúcho. Ijuí: FIDENE. 1983.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento econômico brasileiro. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

BUCCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud**. Milano: Officine Tipografiche, 1906.

BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. HATTNER, Álvaro Luiz (Trad.) **A arte da conversação**. São Paulo: EDUNESP, 1995.

CÂNDIDO, Antônio (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO. José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



- \_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARVALHO, Nelly de. **Publicidade a linguagem da sedução.** São Paulo: Ática, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925.** 2. ed. Porto Alegre: Arte & Cultura, 2000. 2 vol.
- DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 1979.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação.** São Paulo: UNESP, 1999.
- DUCATI Neto, Antônio. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: EST, 1981.
- ELIAS, Norbet. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, Nobert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A agricultura no Estado de Santa Catarina.** Chapecó: Grifos, 1999.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: UNESP, 2002.
- FRANCO, Jr. Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, sedução e silêncio.** São Paulo: Loyola, 1990.
- GIRON, Loriane Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (Org.) **A presença italiana no Brasil.** Vol. II. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 483-502.
- GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- HALL, M. Michael. Reformadores de classe média no Império brasileiro: a sociedade central de imigração. **Revista de História.** São Paulo, n. 105, 1976. p. 147-171.
- HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana.** Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.
- HOUAIS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- LOVE, Joseph, WIRTH, John, LEVINE, Robert. O poder dos Estados: análise regional. In: **Historia Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III, Volume I (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp. 51-152.
- LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- MARIGHELLA, Carlos et al. **A questão agrária: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- \_\_\_\_\_. Estado e a construção da pobreza rural no Brasil. In: **Fronteiras: Revista catarinense de História**. Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação acional de História (ANPUH-SC), n. 8, 2000, p. 105-124.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**. São Paulo: Contexto, 1992.
- NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande Causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900–1940**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação Economia).
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: **Historia Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III, 2º Volume. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp. 93-133.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. O significado da 'Modernidade' e da 'Brasilidade' na evocação do 'Brasil Moderno'. In: **Esboços**. Florianópolis: UFSC, Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 7. 1999, p. 41-49.
- POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO Jr., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RAMOS, Jair de Sousa. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigrações na década de 20. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. FIOCRUZ, 2000.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RIBEIRO, Celodes Maria Piazza J. A construção da identidade na cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: **Imigração e fundações**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 51-58.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROMERO, Sylvio. **O elemento português no Brasil**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1902.
- RIZZARDO, Redovino. **Carlistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/CEPAM, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Raízes de um povo**. Porto Alegre: EST, 1990.
- RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- SALGADO, Plínio. **A voz do Oeste**. 3. ed. São Paulo: Panorama, 1948.
- SCHORSKE, Carl E. A História e o estudo da cultura. In: **Pensando com a História**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: os efeitos da Lei de 1850. Capinas: UNICAMP, 1996,
- SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento da Região Sul. **O fenômeno migratório na região sul**. Porto Alegre: SUDESUL, 1975.
- SODRE, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, Rogério Luiz de. As imagens do renascer brasileiro: catolicismo e ideal nacional (1930-1945). In: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. N. 11, Florianópolis: UFSC/ANNUPUH-SC, 2003, p. 31-44.

TEDESCO, João Carlos. **Memória e Cultura**: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de *nonos*. Porto Alegre: EST, 2001.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: **Anais do XX Simpósio da Associação acional de História: História: Fronteiras**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, USP: ANPUH, 1999, p. 1159-1168.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Capinas: Editores Associados, 2002.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

ZICMAN, Renée Barata. “História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. São Paulo: PUC, n. 04, jun. 1985.

WACHOWICH, Rui Cristovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WENTZ, Liliane Irmã Matje. **Os caminhos da madeira**: região Norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004.